

REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

publicação do corpo discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

Artigos

*Ana Luiza Oliveira de Duarte
Ferreira*

Arthur Feitosa de Bulhões

Breno Machado dos Santos

Itamara Silveira Soalheiro

Juliana Gomes Dornelas

José Leandro Peters

*Lucilha de Oliveira Magalhães
Cidrini*

Leandro Pereira Gonçalves

Marisa Augusta Ramos

Valdeci da Silva Cunha

Resenhas

Caroline Ferreira dos Santos

*Emerson Dionisio Gomes de
Oliveira*

Flávia Marchione da Silva

Nilton Pereira

Vinícius Moser

Vagner da Silva Cunha

Transcrições

Adriano Toledo Paiva

*Thiago Nicodemos Enes dos
Santos*

*Wellington Júnio Guimarães
da Costa*

Revista Eletrônica Cadernos de História: publicação do
corpo discente do Departamento de História da UFOP
ISSN: 1980-0339

Conselho editorial:

David Lacerda
Eduardo Gerber Junior
Rafael Fani Dias Resende
Walkiria Oliveira Silva
Weder Ferreira da Silva

Equipe de Revisores:

Alice Meira Inácio
Alex Caldas Simões
Andréa de Assis Caldeira
Carolina de Sá Araújo
Fabianne de Sales Neto

Conselho consultivo:

Prof^ª. Dr^a Andréa Lisly Gonçalves
Prof. Dr Angelo Alves Carrara
Prof^ª. Dr^a Beatriz Kushnir
Prof^ª. Dr^a Claudia Maria das Graças Chaves
Prof. Dr Fábio Adriano Hering
Prof^ª. Dr^a Helena Miranda Mollo
Prof^ª. Dr^a Iris Kantor
Prof. Dr João Paulo Garrido Pimenta
Prof. José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima
Prof^ª. Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Prof. Dr Pedro Spinola Pereira Caldas
Prof. Dr Ronaldo Pereira de Jesus
Prof. Dr. Sidney Chalhoub
Prof. Dr Valdei Lopes de Araujo

Direção, Redação e Administração:

Cadernos de História
www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria
cadernosdehistoria@yahoo.com.br
Rua do Seminário, s./n.º
Mariana - Minas Gerais
35420-000

Sumário

ARTIGOS

- 6 *Os intelectuais mexicanos de inícios do século XX: modernização, democracia e nacionalismo: temas/bases de identidade.*
Ana Luiza Oliveira de Duarte Ferreira
- 27 *Temas brasileiros e descrições do Brasil nos Países Baixos no século XVI*
Arthur Feitosa de Bulhões
- 39 *Jean de Léry. O Montaigne dos viajantes*
Breno Machado dos Santos
- 48 *A sociedade mineira no século XIX: Território relacional nos relatos de Auguste de Saint-Hilaire*
Itamara Silveira Soalheiro
- 57 *Schlichtborst e Ribeyrolles: duas visões distintas e complementares sobre a escravidão (Brasil séc. XIX)*
Juliana Gomes Dornelas
- 65 *Um francês de projetos: a população brasileira e a imigração no olhar de Charles Ribeyrolles*
José Leandro Peters
- 74 *Sentido de nação na trajetória da literatura brasileira*
Lucilha de Oliveira Magalhães Cidrini
- 82 *Literatura integralista: o projeto nacionalista de Plínio Salgado*
Leandro Pereira Gonçalves
- 97 *O sertão mineiro nas observações de Spix e Martius*
Marisa Augusta Ramos
- 107 *O modernismo nas ruas: a construção da nação nas obras de Oswald de Andrade*
Valdeci da Silva Cunha

RESENHAS

- 119 *José Murilo de Carvalho. D.Pedro II: Ser ou não ser*
Caroline Ferreira dos Santos
- 122 *Mário de Souza Chagas. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade.*
Emerson Dionisio Gomes de Oliveira

- 125 *Sílvia Hunold Lara. Fragmentos Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na America Portuguesa.*
Flávia Marchione da Silva
- 129 *Ruggiero Romano. Mecanismo y elementos Del sistema económico colonial americano (siglos XVI-XVIII).*
Nilton Pereira
- 132 *Maria Celina D’Araújo & Celso Castro. João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento*
Vinícius Moser
- 135 *Célia Nonata da Silva. Territórios de Mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII.*
Vagner da Silva Cunha

TRANSCRIÇÕES

- 138 *“A Coroa nos favorece e honra”: O pedido do índio José de Soisa para livrar a si e os seus da violência e cativoiro.*
Adriano Toledo Paiva
- 144 *A ESAV e o modelo de educação agrícola brasileiro em principios do século XX*
Thiago Nicodemos Enes dos Santos
- 151 *Minas e a contravenção da Ordem: os costumes arraigados e a Longa Duração*
Wellington Júnio Guimarães da Costa



Jean Baptiste Debret. *Um funcionário a passeio com sua família.*
Litografia s/ papel, 15,3 x 22cm. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Prancha 5



Debret no albergue, 1816 - aquarela, 18 x 31
cm, Museus da chácara do céu

Ana Luiza de Oliveira Duarte Ferreira

Os intelectuais mexicanos de inícios do século XX modernização, democracia e nacionalismo: temas/bases de identidade

Resumo

Mestre pela
Universidade Federal
de Juiz de Fora.
analod@gmail.com

O presente artigo remete a idéias do pensador Dominick LaCapra, ao repensar o papel dos intelectuais no México das primeiras décadas dos novecentos, tomando como ponto de partida textos por eles próprios elaborados, (diretamente ou tangencialmente) acerca de suas funções naquela sociedade. Remete ainda às proposições de Jean-Pierre Rioux, na medida em que busca apontar maneiras através das quais pensadores, pesquisadores e escritores mexicanos teriam (re)(a)presentados valores que serviram de base para que se estabelecesse, entre esses elementos, identificação/identidades. Isto posto, meu texto apresenta a seguinte hipótese: ao remeterem e trabalharem as temáticas da modernização, da democracia e da nacionalidade mexicana (atribuindo a elas, é verdade, cada qual, um tipo de significado) os intelectuais mexicanos de 1900-1930 ajudaram a garantir a percepção generalizada de que naquele momento constituía-se, no México, todo um conjunto de reflexões específico, autêntico.

Palavras-chave: universo intelectual, História do México, Historia Contemporânea.

Abstract

The present article reminds to ideas from thinker Dominick LaCapra, when reviewing the role of the Mexican intellectuals as from the first decades of the nine hundred, taking as a start texts elaborated by themselves, (directly or tangentially) around its functions in that society. The article also reminds to Jean-Pierre Rioux proposals, as it attempts to point out the ways in wich Mexican writers and thinkers would (re)present values that has served of base to they establish identity/identification. Being this way, this text presents the following hypothesis: linking and working the thematics of modernization, democracy and Mexican nationality (attributing to them, in truth, each one, a type of value) the Mexican intellectuals from 1900 to 1930 had helped to guarantee the generated perception that was constituted, then, all a set of specific reflections, authentic.

Enviado em 22 de
janeiro de 2008 e
aprovado em 03 de
março 2008

Key-words: Intellectual Universe, Mexican's History, Contemporaneous History

Introdução

O objetivo geral deste trabalho é abordar o universo intelectual mexicano das primeiras décadas do século XX e, para tanto, parte, em primeira instância, dos pressupostos analíticos apresentados pelo historiador norte-americano Dominick LaCapra.

Para LaCapra, em *Repensar la historia intelectual y leer textos*, as noções de realidade passada e presente das quais os homens e mulheres dispõem são nada mais do que textualizações e/ou pontos de partida para textualizações, operadas nas mais diversas conjunturas históricas. Isso quer dizer que, segundo seu ponto de vista, seria interessante e enriquecedor, em análises focadas na vida e obra de intelectuais, tomar como base um diálogo com apreciações posteriores ao recorte escolhido; entrelaçando explicitamente conclusões hoje mais aceitas pela historiografia (LACAPRA, s/d: passim).

A idéia, então, é contrapor diversos entendimentos sobre esse momento da história mexicana, que vai desde o fim do dito Porfiriato até a célebre Revolução Mexicana. Ambos estes “marcos” – o Porfiriato e a Revolução Mexicana – foram e são até a atualidade exaustivamente analisados, relidos, re-significados, e, precisamente por isso, a cada dia tornam-se mais interessantes aos olhos dos historiadores, mexicanos ou não. É comum se dizer, por exemplo (e focando o assunto que aqui mais me interessa), que, nesses anos, se teria formado uma nova geração de intelectuais no México, a qual dispunha de um modo de vida e maneiras de pensar e apresentar suas reflexões ao público, específico. Cabe-nos, assim, revisar as tradicionais ou não-tradicionais visões acerca de tudo aquilo que se pode dizer que tornou e torna esta geração “particular”, “especial”.

É costume também se dizer que formaram essa “nova geração” os intelectuais do chamado *Ateneo de la Juventud*. Como veremos nos capítulos que seguem, compuseram “oficialmente” este grupo pensadores do porte de Antonio Caso, José Vasconcelos, Pedro-Henríquez Ureña e Alfonso Reyes. Convém então pontuar que, embora no presente artigo me concentre em buscar perceber de que maneira seus interesses, comportamentos e textos podem ser compreendidos como referentes a uma “geração específica”, seus argumentos se deslocaram no tempo e são explorados até os dias correntes, no México¹.

Talvez uma das mais famosas interpretações acerca dos grupos intelectuais mexicanos das primeiras décadas do século XX seja a do uruguaio Angel Rama. Por isso nesta Introdução me atenho à síntese de informações e conclusões apresentadas em uma de suas obras mais lidas, *A cidade letrada*. E nos dois capítulos deste artigo, que seguem, contraponho suas hipóteses às hipóteses de diversos autores, tal como os “clássicos” mexicanos Samuel Ramos, Octavio Paz²

1. Aqui podemos citar alguns ilustres pensadores mexicanos das últimas décadas do século XX que se dedicaram claramente a um projeto de retomar (criticamente, reformulando ou condenando) o pensamento *ateneísta*, dos primeiros momentos do mesmo século: Joaquín Motriz (*Planeta, México*, de 1992); Cláudio Lomnitz Adler (*Las salidas del laberinto: cultura e ideología en el espacio nacional mexicano*, de 1995); Guillermo Bonfil Batalla (*México profundo: una civilización negada*, de 2001); e Roger Bartra (autor de *La jaula de la melancolía: identidad y metamorfosis del mexicano*, de 1996 e *Anatomía del mexicano*, de 2005; nos quais pontua que uma noção bem delimitada de “mexicanidade”, bandeira dos mais diversos governos desde o período revolucionário, seria prejudicial ao desenvolvimento do México-nação, na medida em que tolheria os inúmeros conflitos de interesses característicos do território mexicano). Nestor García Canclini, em *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad* (1989), a meu ver, também parece remeter a temáticas bastante caras aos integrantes do Ateneo, tal como as noções (variáveis) de “desenvolvimento”, “democracia” (social, cultural) e mestiçagem. Possíveis relações entre pressupostos e programas da “geração” ateneísta e das últimas gerações de intelectuais mexicanos devem ser objeto de reflexão num imprescindível futuro trabalho.

2. Samuel Ramos é autor de *El perfil del hombre y la cultura en México*, publicado no ano de 1934. Esta obra foi profundamente influenciada pela geração ateneísta, porém rompeu com muitos padrões aos quais figuras tais como Caso, Vasconcelos e Ureña se mantiveram apegados. Em se tratando de Caso e Ramos, é possível se falar em “relação” e “ruptura” com um grau maior de certeza: o segundo foi discípulo do primeiro, mas, com o correr dos anos, passou a confrontar publicamente propostas do mestre. Ramos teria dialogado, na realidade, mais diretamente e sempre apenas com o ateneísta Alfonso Reyes.

e Leopoldo Zea³... e também outros, mais “jovens”, como a chilena **Ana Pizarro**, o mexicano Carlos Monsivais, o espanhol José Luis Gómez-Martínez, o uruguaio Hugo Achugar, a argentina **Karina Vasquez**, a mexicana Mônica Chávez González, a argentina **Patricia Funes**, a brasileira Suzana Zanetti, e o argentino **Waldo Ansaldi**.

Por outro lado, conforme o historiador francês Jean-Pierre Rioux, ao estudar os universos intelectuais há que se tomar em conta reflexões de Maurice Aguilon, o qual destacou pioneiramente *“o papel insubstituível (...) deste grande fato social que é a associação”*. Séculos mais tarde, contudo, aponta Rioux, através da leitura de pensadores do porte de Max Weber e Georg Simmel tal noção ganhou novas especificidades; nos últimos tempos, por fim, passou a remeter não mais a relações estabelecidas como mero reflexo (às vezes inconsciente) de problemáticas econômicas, e sim a relações que se estabelecem (formal ou informalmente) pela conjunção de anseios sociais, individuais, políticos. Segundo este modo de entender as coisas, pois, a associação entre intelectuais se daria através do estabelecimento de “redes” (muitas vezes invisíveis, pouco organizadas, nada institucionalizadas) que se elaborariam na medida em que viabilizariam “identificação” – pela confluência de interesses, que abrangem desde os temas a serem referenciados e a escolha das metodologias a serem adotadas, até a maneira como se portam diante do Estado e dos ditos “leigos” (RIOUX, 1996: passim).

Para melhor definir formas através das quais o historiador de hoje poderia analisar estas ditas “redes de sociabilidade”, Rioux define três parâmetros processuais que compoariam aquilo que ele denomina “História Política da Associação”: o *tempo* – porque cabe aos pesquisadores avaliarem durações, rupturas, inflexões, precavendo-se contra a *“tentação da linearidade”* –, o *espaço* – ainda que o local deva servir para os pesquisadores apenas como *“objeto de intervenção”* e não, temerariamente, como pressuposto para a departamentalização dos saberes –, e, por fim, *valores*: *“A associação é um vetor da idéia que a faz nascer, mas cuja eficácia é proporcional aos valores que a vida interna da organização, o culto de uma comunidade e o voluntariado concretamente exercidos secretam e alimentam”*.

Quer dizer: se, numa pesquisa sobre um dado universo intelectual, levarmos em consideração as propostas de análise de Rioux, devemos nos preocupar não apenas com a definição do período e do espaço a ser abordado, mas sobretudo com refletir sobre a importância de “idéias” que serviram de base, na vida prática, para a consolidação de “valores”, que são como amálgamas na constituição/manutenção das “redes”, dos “grupos”.

Angel Rama, em sua *A cidade letrada*, apresentou uma interpretação muito interessante acerca dos setores letrados em toda a Ibero-América – acerca de formulações teóricas e procedimentos que constituíram, para eles, padrões de valoração a partir dos quais se puderam (ou souberam) identificar ou negar... ou, ainda, a partir dos quais chegaram a ser identificados.

Já Octávio Paz é autor de *O labirinto da solidão*, publicado em 1950. Tal como Ramos, Paz remete ao Ateneo mas revela-se crítico em relação a muitos dos postulados dos intelectuais que se encontravam entre os mais expressivos do grupo: Caso, Vasconcelos e Ureña. No texto de *O labirinto*, porém, Paz elogia incondicionalmente a figura de Reyes. Isso revela, creio, que embora Reyes tenha sido influente no Ateneo, sua figura e sua produção remetem a pressupostos tais, que podem ser tomados como associados a uma outra ou duas outras “gerações intelectuais” mexicanas. Tratarei tal questão, a pinceladas, no final deste artigo.

3. Como veremos, Zea dedicou-se a repensar o papel da geração intelectual mexicana característica do final dos oitocentos e do início dos noventaos, quer dizer, o grupo de interessados no positivismo – vide: ***El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*** (1943).

Entretanto, há outras facetas de seu pensamento mais interessantes a serem exploradas. Seria, por exemplo, bastante profícuo um trabalho que refletisse sobre as disparidades entre a maneira como Zea remete aos pressupostos de figuras ateneístas, e a maneira como Paz, contemporâneo de Zea, o fez. Desde já pontuo que, enquanto o autor de *O labirinto...* apresenta uma reflexão crítica ao projeto de elaboração de uma identidade nacional mexicana; a missão a qual se dedica é justamente desconstruir as concepções até então formuladas do que viria a ser “o mexicano”. Já Zea, juntamente com Emilio Uranga, Fausto Veja, Joaquín Macgregor, Jorge Portilla, Luis Villoro, Ricardo Güera (entre outros) fundou na década de 1950 o grupo de filósofos denominado *Hiperión*, o qual, baseado em pressupostos humanistas/existencialistas, dedica-se a pensar e re-valorizar a suposta “essência” mexicana.

A tese central de Rama é que as “cidades reais” ibero-americanas, as nações ibero-americanas, teriam sido formadas, forjadas, através da escrita – das letras comerciais e da Literatura. Grande parte de seus argumentos mais interessantes são elaborados justamente quando da abordagem daqueles que viveram e produziram de fins do século XIX ao início do século XX. Fundamental aqui destacar que, segundo Rama, se teria processado, nesta época, uma significativa mudança na vida, no trabalho e nas relações sociais experimentadas pelos setores “instruídos”; mas que, entretanto, não se teria vivenciado, de fato, então, uma ruptura brusca, e sim uma transição lenta, confusa, titubeante na vida dos letrados – nesta conjuntura podiam, por exemplo, apresentar um *modus operandi* diverso e referências outras, mas muitas vezes e em muitos aspectos remetiam a intelectuais e textos tomados hoje esquematicamente como típicos de gerações anteriores (RAMA, 1984: passim).

Esta é uma impressão que ao longo do presente artigo deve ficar evidenciada: os pesquisadores, filósofos e literatos das primeiras décadas dos novecentos, na Ibero-América, exigem mudanças, se comportam de maneira muito distinta, em relação aos “mais velhos”, é verdade; só que não podem ficar ocultos os “tradicionalismos” (intelectuais, morais, comportamentais) que eles carregaram implícitos, e, por vezes, explícitos. Dentre os temas tomados pelos letrados ibero-americanos que não eram propriamente “inéditos”, mas que foram abordados de maneira criativa e inovadora entrelaçadamente, por exemplo, estariam a “modernização”, a “democratização”, e a “identidade” – novo, o justo, o “nosso”.

É comum se dizer que as cidades ibero-americanas passaram, das últimas décadas do século XIX às primeiras décadas do século XX por grandes mudanças. Além de crescerem em tamanho e em número de habitantes, cresceram em importância não apenas econômica e política, mas também cultural. Temos assim algo que se convém chamar intenso processo de urbanização e modernização da Ibero-América. Um movimento que pode ser percebido claramente pelo “setor letrado”, estudado por Rama: tanto entre “técnicos”, como entre artistas, pensadores, agitadores políticos.

Segundo Rama, na Ibero-América das primeiras décadas do século XX processou-se ainda o aprimoramento dos meios de comunicação e transporte (entre campo e cidade, entre moradores de uma mesma localidade), e, em decorrência, um maior contato entre os cidadãos, um maior fluxo de idéias. Soma-se a isso o fato de que, – lê-se em *A cidade das letras* – tendo em vista a carência de trabalhadores com domínio da língua escrita para ocupar os cargos e setores que iam surgindo e se tornando importantíssimos com a expansão das indústrias e do setor terciário, a preocupação com se alfabetizar um número maior de pessoas ganhou vulto, repercutindo, direta e/ou indiretamente, na formação de um mercado consumidor leitor mais amplo e plural; também se pode dizer que, em relação às anteriores, nesta época se investiu mais no ensino superior e na pesquisa.

Como nos aponta Rama, com a implementação de modernas técnicas de impressão e *merchandising* tornou-se viável a venda de um montante cada vez maior de obras ensaísticas e literárias – surgiram, logo, inúmeras editoras independentes. Só que, nas palavras de Susana Zanetti, e em conformidade com a hipótese de Rama acerca das “continuidades” características do universo intelectual ibero-americano dos princípios dos novecentos: “*la circulación del libro fue escasa, era difícil editar en América Latina; con frecuencia (...) la costeaba un amigo rico o el propio autor.*” (ZANETTI, 1994: 517)⁴ Por isso, conforme a historiadora acima citada, foi marcante nos países ibero-americanos do início dos novecentos a opção por se lançar, em revistas e jornais, não

4. No México, os panfletos e as baratas edições ilustradas sobre a revolução fizeram o nome de muitos intelectuais importantes: José Guadalupe Posada é um deles. O pintor David Alfaros Siqueiros também assim se destacou, através da publicação de *Três llamamientos de orientación actual a los pintores y escultores de la nueva generación americana*, pela primeira vez na revista de circulação em Barcelona, *Vida Americana*, em 1921. O mesmo é válido, no Brasil, para os jornalistas ligados a periódicos de larga projeção política, tais como o anarquista *A plebe*, que teve participação efetiva na greve de 1917, em São Paulo, assim como também é válido para as reflexões dos artistas e literatos ligados ao movimento vanguardista brasileiro, ao qual se deu o nome de “modernista”.

apenas artigos jornalísticos, mas também ensaios, poemas, contos e/ou fragmentos de romances. Estes veículos garantiram ainda, conforme Ana Maria Belluzo, espaço para manifestos de contestação política e, com a difusão das *vanguardas*, de renovação estética (BELUZZO, 1990: 19).

Entretanto, segundo Zanetti, a imprensa periódica teve papel de destaque na formação da nova geração de pensadores não apenas por constituir-se enquanto um espaço onde eles puderam atuar, lançando seus textos, e garantindo uma (não necessariamente vultosa, mas) bem vinda remuneração – também por ali terem estabelecido contatos e conquistado reconhecimento intelectual. Foi exatamente, pois, no ambiente de elaboração e distribuição de jornais e revistas (os quais podiam corresponder a empresas mais ou menos bem estruturadas como a bares e restaurantes), onde se teria formado grande parte da intelectualidade ibero-americana, e os “grupos” mais influentes.

Mas “nem tudo foram flores” e os empecilhos ao livre funcionamento da imprensa foram muitos, desde os institucionais aos financeiros. Rama destaca, neste íterim, que os governos na Ibero-América quase sempre acompanharam bem de perto, e algumas vezes de maneira arbitrária, este tipo de trabalho: “o porfiriato [por exemplo] procedeu a uma sistemática política de subsídios que logrou comprar, ou pelo menos neutralizá-lo”; e os generais revolucionários mexicanos, podemos dizer, não foram menos “cautelosos”.

Para Rama, porém, a despeito dos avanços técnicos à disposição, a principal dificuldade enfrentada pelos jornais e revistas mais “eruditos” da Ibero-América das primeiras décadas do século XX não foram meramente políticos. Foi, apesar de tudo, o ainda bastante reduzido mercado consumidor – “não tiveram outros leitores que os mesmos membros dos cenáculos ou os destinatários estrangeiros aos quais foram remetidos como cortesia”, argumenta o autor uruguaio. A falta de resposta monetária talvez explique o fato de poucos deles chegarem a um número considerável de volumes publicados.

Ao que me parece, portanto, na Ibero-América das primeiras décadas do século XX, mesmo que o desenvolvimento da imprensa tenha viabilizado (como destacam Rama e Zanetti) a formação intelectual de diversos homens e mulheres, teria sido o ambiente universitário um fundamental espaço de profissionalização do pensar, do pesquisar, da crítica.⁵

Importante lembrar então que nas universidades ou centros de estudos de financiamento estatal, podendo dispor de uma condição financeira menos instável, e sendo mais bem remunerados, tiveram de atuar de maneira distinta, mais “profissional”, “produtiva” – se dedicar com afinco a campos específicos do saber humano (Filosofia, História, Crítica Literária), produzindo um número maior de estudos e livros, cada qual com seu viés, diversificado, e também mais bem “amarrado”. Para usar palavras de Rama: neste período “tivemos historiadores, sociólogos, economistas e literatos; (...) também políticos e politicólogos” (RAMA, 1984: 103-104).

Segundo este autor, contudo, ainda que muito se caracterizasse (e, creio, ainda hoje se caracterize) o intelectual ibero-americano dos primeiros momentos dos novecentos pela maior dedicação a áreas delimitadas de trabalho, não se pode de forma alguma postular um supostamente conseqüente afastamento deles no que diz respeito às questões políticas. Muito pelo contrário, e de maneira distinta do confinamento de pensadores, pesquisadores e escritores no que foi comum chamar “torres de marfim”, típico da geração anterior, percebemos com a chegada do novo século um interesse cada vez mais significativo por focar a “função ideologizante” da Filosofia, da História, da Literatura. E, ao menos até a metade do século XX, um desejo claro que incorporar-se ao aparelho burocrático estatal.

É claro que Rama não quer dizer que a idéia de engajamento foi percebida neste momento como propriamente original, na Ibero-América. De maneira diversa, de acordo com seu entendimento, novo teria sido o fato de que ela passou a ser compartilhada por um número consideravelmente maior de intelectuais. Também há de ter sido inovador, conforme Rama, o

5. Com exceção, é claro, do Brasil, onde as universidades surgiram boas décadas mais tarde.

fato de tal opção/conduita surgir vinculada diretamente (1) à preocupação com a inclusão política dos mais diversos setores sociais, e ainda (2) à preocupação com a inclusão cultural de parcelas mais pobres da população – isto é, com se considerar a realidade (potencialidades e problemas) específica dos mais diversos habitantes (ricos e pobres, brancos, índios, negros, moradores da cidade e do campo, estrangeiros residentes nos mais diversos territórios nacionais ibero-americanos).

E não se trata apenas de se referir aos “populares” como objeto de pesquisa ou como tema de um poema, de um romance! Tal como Rama e outros pesquisadores mais recentes, a historiadora brasileira Ana Pizarro acredita que, naquela conjuntura, partia-se desses elementos também para se estabelecer novos tipos de linguagem e/ou concepções de mundo. Por um lado, pensadores e pesquisadores se dedicaram mais prontamente a analisar tais estratos sociais e escrever ensaios onde passaram a recorrer menos ao enfoque tradicional, cientificista e “distante” (biológico/racial), e mais a um viés “interessado” e “condóido” (sociológico, econômico e, às vezes também, psicologizante) (PIZARRO, 1994: 27).

Ocorria a estes intelectuais, pois, como aponta Hugo Achugar, a impressão de que a modernidade tinha seus custos, de que o avanço tecnológico capitalista se operava em detrimento do direito de inúmeros cidadãos, e que por isso o papel social dos setores menos abastados deveria ser re-analisado, pelos políticos e representantes administrativos de cada um dos países, como também pelos seus escritores (ACHUGAR, 1994: 637). Daí adveio o fortalecimento e a renovação do antigo desejo de elaboração de fundamentos teóricos (para a Filosofia, e para os estudos em História e Sociologia) que não apenas abordassem, como “partissem” das culturas e vivências das mais diversas comunidades, de cada um dos países da Ibero-América.

Haveria neste período também questões “externas”, que contribuíram para a valorização, por parte dos intelectuais ibero-americanos, das reflexões produzidas *em* território nacional, e *sobre* as realidades nacionais: conforme Henríquez-Ureña, (1) a hostilidade *dos e frente os* Estados Unidos e a decorrente escassez/desinteresse no que diz respeito ao fornecimento, para nós, de livros e produtos culturais norte-americanos; e (2) a Primeira Guerra Mundial, que se desenrolou na Europa a partir de 1914, dificultou significativamente o acesso e diálogo da Ibero-América com intelectuais franceses, ingleses (UREÑA, s/d). Como propõe Gómez-Martínez, esses pensadores tiveram de *“inventar elementales sustitutos de los antiguos productos importados. Y con optimista estupor [se deram] cuenta de insospechadas verdades. Existía México. [Existía Ibero-América. Eles disponiam de] capacidades, aspiración, vida, problemas propios.”* (GÓMEZ-MARTÍNEZ, s/d).

Para Zanetti, as viagens para o estrangeiro também se apresentaram como um importante fator não propriamente “interno” que contribuiu para que os intelectuais voltassem seus focos para o “local”. Exilados voluntariamente ou não, enviados a trabalho como profissionais de empresas privadas tais como jornais e revistas, ou pelo governo como diplomatas, parecem ter revelado um maior interesse por suas terras natais.

Além disso, pelos contatos estabelecidos no estrangeiro, inúmeros autores ajudaram a construir a noção de “ibero-americano”; tanto na Europa e nos Estados Unidos – que os viam como “outro” –, como nos diversos países da Ibero-América – que os passaram a ver como “irmãos”.

Remetendo, pois, a Rioux e LaCapra, farei dialogar com este texto de Rama, (1) num primeiro capítulo, as apreciações correntes sobre as condutas dos pensadores, pesquisadores e escritores especificamente mexicanos, do início do século XX, e, (2) num segundo capítulo, as apreciações sobre obras publicadas no México daquele mesmo período.

No decorrer da análise, confiro relevância para duas das teses mais caras a Rama (referidas acima); quer dizer: em ambas as seções deste artigo preocupo-me em buscar perceber (1) se os mais diversos historiadores interessados no universo intelectual mexicano apresentam interpretações que contribuem para a percepção de que a vida dos letrados mexicanos de inícios do século XX correspondeu a um estilo marcado por descontinuidades mas também

continuidades; além disso, (2) interrogo a proposição de Rama segundo a qual, nas inúmeras nações ibero-americanas, o mundo do pensar, do ler, do escrever cria aquilo que o autor uruguaio denominou “cidade real”.

Ambas as teses, segundo o meu ponto de vista, correspondem bem à proposta de Rioux, de, ao analisar “grupos”, nos concentrarmos em aspectos temporais e espaciais, mas, sobretudo, focarmos de que maneira idéias/valores ajudaram a delimitar o tempo e o espaço que referentes a gerações de intelectuais. específicas

Por outro lado, remetendo mais claramente a LaCapra, buscarei averiguar em que medida a interpretação de Rama apresenta pontos sempre retomados em outras versões sobre a história da intelectualidade mexicana que viveu e produziu de 1900 a 1930. Como vim tentando demonstrar em minha análise de *A cidade das letras*, Rama foca, consciente ou inconscientemente, três balizas do cardápio de temas que interessaram a prática e a reflexão dos pensadores, pesquisadores e escritores deste período: (1) eles encararam e propuseram mudanças, “modernizações” no modo de produzirem; (2) eles desejaram incluir os setores sociais até então politicamente e culturalmente renegados; e (3) eles interpretaram e construíram versões de si mesmos, de seus compatriotas, de sua nação. Se não, vejamos.

Ateneo de la Juventud: aspectos institucionais e comportamentais

Conforme anunciado na Introdução, nesta seção, inspirada em LaCapra promovo um diálogo entre percepções de autores do passado e do presente focadas mais particularmente no *modus operandi* dos intelectuais mexicanos das primeiras décadas dos novecentos. Aqui são debatidos, seguindo o raciocínio de Rioux, comportamentos e concepções de comportamentos que, na vivência cotidiana, se definiram enquanto valores para o estabelecimento de “grupos” no interior do universo intelectual mexicano, daquela época, como um todo. Assim, busco refletir sobre os complexos contatos estabelecidos no México entre (1) grupos informais ou quase-oficiais/institucionalizados de pensadores, pesquisadores e escritores, (2) esses grupos e o Estado mexicano (na forma de diversos governos), e, por fim, (3) esses grupos e os demais cidadãos, considerados não suficientemente eruditos para serem a eles diretamente mentalmente associados.

Leopoldo Zea, em clássica interpretação sobre a intelectualidade mexicana de fins dos oitocentos a princípios dos novecentos, relembra que o presidente Porfirio Díaz teria buscado enquadrar sua política a um posicionamento, a um discurso de inspiração positivista; por isso se cercou de assistentes e burocratas que compartilhavam tais perspectivas. Para Zea a doutrina postulada por Augusto Comte e outros pensadores europeus tinha como pretensão intrínseca minar a difusão de perspectivas político-sociais radicais (mais ou menos sistematizadas), o que veio muito a calhar às elites mexicanas naquele momento histórico específico. Os programas educacionais porfiristas (destinados às crianças e à formação de profissionais) não teriam, destarte, de acordo com a interpretação de desenvolver nos alunos espírito crítico e questionador. (ZEA, 1968: passim).

Conforme aponta o historiador Antonio Ibargüengoitia, sob o Porfiriato o esquema mais propriamente “universitário” teria perdido espaço entre os principais interesses do governo, e as escolas técnicas e profissionalizantes ganharam ênfase, dentre as quais destacava-se a chamada *Escuela Nacional Preparatoria*, localizada na capital do país. Quando da chegada do século XX, então, não havia, diferentemente de países hispano-americanos tais como Argentina e Peru, em todo território nacional, sequer uma universidade, composta por vários institutos associados, mas apenas escolas de ensino superior dedicadas cada qual à sua área (Medicina, Direito, Engenharia, Agricultura e Veterinária, Comércio e Administração, Belas-Artes); as principais delas também se encontravam na Cidade do México (IBARGÜENGOITIA, s/d: passim).

Segundo Jorge Myers, teorias que giravam em torno do positivismo teriam, então, de qualquer forma, contribuído em muito, na transição do século XIX ao XX, no México, minimizando a dantes definitiva influência de setores intelectuais mais conservadores, marcados

pelo catolicismo, pela escolástica. Entretanto, diz Myers, aqueles que as defenderam mantiveram posturas ainda pouco “profissionais”; eram quase todos oriundos de famílias abastadas, encontravam-se consideravelmente subordinados aos poderes políticos. Isso quer dizer que, embora apresentassem concepções outras, que dialogavam mais de perto com o que se vinha propondo nos centros europeu e norte-americano, até a década de 1910 não haviam trazido significativas alterações no que diz respeito à modernização e democratização da estrutura institucional de ensino e pesquisa mexicanas (MYERS, 2005: 10).

No ano de 1910, esse quadro começou a se alterar, quando o ministro porfirista Justo Sierra fundou a *Universidad Nacional Autónoma de México*, pela articulação das mais diversas escolas superiores existentes na capital do país, em torno de um núcleo de estudos destinados à reflexão filosófica, ao qual foi dado o nome de *Escuela de Altos Estudios*. Isso demonstra, pois, não apenas um desejo intrínseco de profissionalização de pensadores, pesquisadores e escritores, mas também um esforço de revalorização do campo das Humanidades – da Filosofia, da História, e da Sociologia.

No que se refere em particular às Humanidades, importante ressaltar – novamente com Henríquez-Ureña – que até então o mais comum tinha sido a discussão de temas em encontros de grupos compostos por autodidatas, organizados extra-oficialmente. O mais renomado de todos estes grupos – pontua a historiografia mexicana quase unanimemente – foi aquele composto pelos responsáveis pelo periódico de larga divulgação *Savia Moderna* – Antônio Caso, Alfonso Cravioto, Vicente Lombardo Toledano, e o dominicano Pedro Henríquez-Ureña, entre outros. Reunido sob o nome de *Sociedad de conferencias y concertos* no ano de 1906, passou a ser denominado, a partir de 1909, quando incorporou intelectuais do porte de José Vasconcelos e Alfonso Reyes, pelo nome (na Introdução aludido) *Ateneo de la Juventud*.

Tal como os ditos “positivistas” do Porfiriato, os chamados “*ateneístas*”, como conta Mônica Chávez González, eram oriundos de famílias financeiramente bem estabelecidas, quase todos haviam nascido na cosmopolita Cidade do México, e usufruíam satisfatoriamente dos bens advindos da modernidade, assim como das possibilidades de estudo garantidas, até então, na capital do país (GONZÁLEZ, 2004: passim).

Distinguiram-se de outros grupos tanto pelas inúmeras palestras e debates que promoviam, como pela publicação de diversas obras por seus vários integrantes. Para o ilustre pensador mexicano Samuel Ramos, em seu ótimo *El perfil del hombre y la cultura en México*, destacavam-se ainda pela organização e comprometimento que implicava o *Ateneo*; suas reuniões diferiam consideravelmente dos encontros “bohemios” característicos das gerações anteriores de pensadores e literatos, dando um passo importante no sentido da profissionalização da carreira do intelectual da área das Humanidades, no México (RAMOS, 1943: passim).

Foi-lhes também peculiar, como aponta Ibarguengoitia, o foco nas obras clássicas gregas, assim como em obras germânicas (de Platão a Kant), então renegadas pelos positivistas do governo. Os ateneístas valorizavam, conta Regina Aída Crespo, a partir do humanismo grego e do romantismo germânico, os temas da religião, da arte e da literatura, repensando-os sob o olhar da Ética, e tomando-os como ferramentas indispensáveis a todo e qualquer projeto de aprimoramento espiritual do homem mexicano (CRESPO, s/d).

Como propôs Samuel Ramos, estes pensadores começavam, então, a perceber que o cientificismo dos homens ligados a Porfírio Díaz, (1) se por um lado contribuíra com os primeiros passos no sentido da modernização das estruturas econômicas e político-institucionais nacionais – e portanto de fato “*respondía a una necesidad espiritual y social del México*” –, (2) por outro, não chegava a abolir o “emocional”, segundo o referido autor, tão característico do povo mexicano – “*a falta de una religión, las clases ilustradas endiosan la ciencia*”, escreveu Ramos.

Waldo Ansaldi e Patricia Funes afirmam que muitos dos *ateneístas* destacaram-se pelas severas críticas que destinaram à estrutura do ensino superior mexicano: estes integrantes passaram a caracterizar abertamente seus institutos de pesquisa como elitistas (no que diz respeito aos

quadros de professores e alunos), e ultrapassados/estanques (no que diz respeito à organização institucional). Entretanto, é preciso estarmos atentos, como Ansaldi e Funes, a um interessante paradoxo que tal condição acabou por implicar (lembrando Rama, em *A cidade...*): será precisamente esta estrutura – universitária –, mesmo com seus já aludidos problemas e deficiências, que vai servir como relevante pólo das mais significativas alternativas de reflexão, e também para a apresentação de projetos inovadores, no México. Pode-se dizer, destarte, que, ao invés de se concentrarem na proposição de esquemas alternativos de formação intelectual (grupos informais, revistas como *Savia Moderna*), mesmo os pensadores mexicanos mais radicais de então insistiram, individualmente, na “fórmula” academicista, custeada pelo Estado (ANSALDI & FUNES, s/d).

Aliás, na visão Carlos Monsiváis a maior parte dos *ateneístas* não teria nem ao menos chegado a romper formalmente com a geração de intelectuais ligados ao Estado porfirista. Para ele, os *ateneístas* se teriam voltado, em seus discursos, contra pressupostos positivistas tão arraigados, tentando ampliar o cardápio de postulados aceitáveis no âmbito universitário mexicano, porque visavam espaço e reconhecimento para trabalhar e expor suas próprias idéias. Mas de fato nunca teriam sido suficientemente enfáticos na crítica ao posicionamento político dos pensadores, pesquisadores e literatos identificados ao regime de Porfirio Díaz – isso pode ficar claro, por exemplo, quando nos lembramos da visão elogiosa que o professor Antonio Caso teve, ao longo de toda a carreira, acerca do ministro Justo Sierra, o que influenciou, mais tarde, indelevelmente, seu mais famoso aluno, o aqui já citado Samuel Ramos.

De minha parte posso dizer que (com exceção de Caso) os demais *ateneístas* trabalhados mais focadamente por mim ao longo desta pesquisa – Vasconcelos e Henríquez-Ureña – posicionaram-se de maneira claramente contrária ao governo porfirista. Além disso, acredito ser consensual a percepção de que justamente após a chegada do grupo revolucionário “sonorense”, em 1920, ao poder, é que eles (todos, incluindo Caso) foram conquistando mais espaço de atuação e para divulgação de suas reflexões. Deste ano em diante, serão sempre figuras ligadas ao Ateneo aquelas nomeadas para os cargos mais prestigiosos do Estado, no que tangia à educação nacional: (1) para reitoria da UNAM, (2) para a reitoria da nova *Universidad Popular Mexicana* – que surgiu com o intuito de que se promovesse, no México, vínculos entre o sistema universitário e os setores menos abastados; e (3) para o recém-criado *Departamento de Intercambios y Extensión Universitaria* – que se encarregava de organizar conferências em outras cidades, assim como visitas de intelectuais mexicanos a outros países, etc.

Cabe, porém e por ora, retomar a interpretação de Rama, segundo a qual seriam prejudiciais as análises esquemáticas, que se dedicam, sobre os letrados ibero-americanos de inícios do século XX, apenas aos traços de inovação. Assim, pode-se dizer que os ateneístas compuseram um grupo que trazia novidades (organizacionais, ou em temáticas abordadas) ao universo intelectual mexicano, só que isso não quer dizer que não pudessem ter pontos em comum como os porfiristas, respeitá-los, ou, ao menos, partir de realizações destes, para processar as suas.

Importante destacar, aqui, inclusive, que muitos autores mexicanos têm fugido da interpretação segundo a qual a geração porfirista/positivista corresponderia a uma geração “ultrapassada”. Surgem, então, trabalhos que pintam tais pensadores de uma maneira mais plural. Zea fala, por exemplo, de pelo menos três tipos de positivismo (o “social”, de Augusto Comte, o evolucionista de Herbert Spencer, o utilitarista de John Stuart Mill) (ZEA, 2007). Além disso, há que se ter em mente que no México nem todos os porfiristas foram positivistas, nem todos os positivistas foram porfiristas. Ou ainda que, dentre aqueles que se encontravam na intersecção desses dois conjuntos, estiveram sim intelectuais honrados e atuantes, tal como Justo Sierra; um nome “positivista” hoje bastante comemorado no México é o do médico José Torres Orozco, responsável, dentre outras coisas, por apresentar um moderno projeto de regulamentação da prostituição em seu país (LUNA, 1970).

No que diz respeito às intenções políticas dos *ateneístas*, é mister destacar que a sociedade e suas formas de ordenamento foram temas constantes em seus discursos. Pautavam-se esses pensadores na percepção de que o saber (formal) constituía a ferramenta mais eficaz na promoção do tão sonhado progresso da nação (e/ou de toda a humanidade), o que implicava na percepção dos intelectuais como protagonistas do processo histórico.

É o que sugere o trecho abaixo transcrito, no qual se critica o “desinteresse social” e o individualismo que comumente se toma característicos da geração anterior, porfirista; trecho que pertence a um texto de um dos principais expoentes do *Ateneo*, Henríquez-Ureña: “*Começou [na transição do século XIX ao XX] uma divisão do trabalho. Os homens de profissões intelectuais trataram agora de limitar-se à tarefa que já haviam escolhido e abandonaram a política; nada se ganhou com isso, muito pelo contrário.*” (UREÑA, 1979).

Anos mais tarde, porém, no início da década de 50, em *El labirinto de la soledad*, o ilustre pensador mexicano Octávio Paz, ponderaria – após refletir sobre a vida e a obra de Antonio Caso – que: “*seus companheiros destroem a filosofia do regime [o positivismo] sem que, por outro lado, suas idéias ofereçam um novo projeto de reforma nacional; sua posição intelectual mal teria relação com as aspirações populares.*” (PAZ, 1984: 127). Conforme a perspectiva de Paz os representantes do *Ateneo* acabaram por elaborar, portanto, obras que correspondiam exatamente ao inverso do que pretendiam – eram elitistas demais, deslocadas demais da realidade vivida pelo cidadão comum, no México.

É possível que essa impressão decorra do fato de os intelectuais de então se associaram de maneira íntima aos governos instituídos. É o que argumentou o próprio Vasconcelos, já na segunda metade do século XX, no prólogo de *Breve historia de México*: a relação estabelecida entre o *Ateneo* e os generais revolucionários (destacadamente os “sonorenses”), em face dos desmandos, da vaidade, e da irresponsabilidade destes últimos, teria vindo a ofuscar as melhores e mais profundas intenções de transformação social. Cito Vasconcelos:

Cuando se compara la historia de México con la de sus hermanas naciones del Continente, se piensa en una maldición particular que pesaría sobre nuestro territorio. Acaso no es porque la gente sea más mala que en otros sitios, sino porque nuestros largos períodos de pretorianismo han hecho de la ignominia la regla. No hay nada más antihumano que darle a la fuerza una función que solo la inteligencia debe desempeñar. En los países españoles del Sur, por regla general, es el letrado el que ha venido mandando y el soldado reducido a su profesión, se hace eficaz y casi no pesa sobre el país (VASCONCELOS, 1968: 25).

Octavio Paz também destaca que grande parte dos letrados teria, nesta conjuntura, – servido como técnicos ou como assessores de políticos influentes – não feito uso efetivo daquilo que Paz chamou “*as armas próprias do intelectual: a crítica, o exame, o juízo*”. Em contraposição ao raciocínio de Vasconcelos acima citado, assim, a maneira de Paz enxergar as coisas nos leva a crer que os destinos sociais tomados pela política mexicana (centrada nas mãos de generais e não de filósofos, historiadores, literatos) devem ser percebidos como decorrentes, em grande parte, de uma opção/renúncia (de maneira consciente ou inconsciente, tanto faz) dos próprios setores intelectualizados.

Angel Rama também apresentou, em *A cidade das letras*, sua visão acerca de tais problemáticas; uma visão que, aqui, emparelhada às de Ureña, Vasconcelos e Paz, me parece ter mais relevância: conforme este autor, não foi novidade no México do período da institucionalização da revolução a crítica aos intelectuais que se associavam ao governo; muito pelo contrário, teria sido o próprio fato de a aproximação entre intelectuais e Estado via burocracia remeter a tempos outros que fez com que, neste período, o aborrecimento frente a tal perspectiva tenha vindo a alcançar níveis desconfortáveis, entre diversos setores da intelectualidade.

Para Rama, assim, a bem da verdade, desde o governo de Porfírio Díaz podíamos perceber, em território mexicano, um quase-mesmo modelo de relação Estado X intelectuais, no qual se conjugariam duas forças: (1) o desejo de pensadores/pesquisadores/escritores se inserirem no âmbito de influência do grupo no poder; e (2) o desejo do grupo no poder cooptar escritores/pensadores de renome e eficiência intelectual. Isso quer dizer que já na transição dos oitocentos para os novecentos podemos verificar um entrelaçamento bastante firme do núcleo do poder instituído com aquilo que Rama chamou “cidade das letras”. Para utilizar palavras deste autor:

Justificou-se [então] um servilismo que se não resultou convincente para os setores populares afetados, em compensação foi [defendido] por boa parte dos intelectuais, os quais, como em outros países onde regia o lema de ‘ordem e progresso’, estavam sendo, ainda que mesquinamente, favorecidos pelo desenvolvimento em curso (Idem).

No que tange o período que seguiu a deposição de Porfírio Díaz, portanto, paralelamente, conforme o raciocínio de Rama, (1) nem Ureña estaria correto ao pontuar que, em relação aos porfiristas, seus companheiros *ateneístas* seriam mais engajados, (2) nem Vasconcelos estaria correto ao imputar aos generais iletrados a responsabilidade pelo fato de que os projetos do Ateneo foram suplantados por interesses imediatistas, (3) nem Paz teria de tudo razão ao atribuir a “culpa” aos intelectuais. Com o desenrolar dos conflitos, conforme Rama, o mais provável é que a intelectualidade se tenha sentido fragilizada, daí buscar proximidade com a então patente força dos líderes revolucionários; não se pode negar, entretanto, que os intelectuais acreditaram nas possibilidades abertas pela rebelião em curso, que veram no Estado um interessante *locus* onde desenvolver suas reflexões, e, aliás (bem ao gosto da época) de maneira atuante.

Além disso, não se pode deixar de destacar que, como veremos mais cuidadosamente no próximo capítulo deste artigo, o interesse de ateneístas pelo “popular” aparece bastante claro, senão na atuação “prática” do grupo, em seus textos. Adiante, pela análise das obras mais famosas sobretudo Vasconcelos e Ureña, aparecerá claro o propósito de se colocar as classes menos abastadas, os moradores da zona rural, os indígenas, no centro da reflexão e projetos para a construção de um México democrático.

É ligado a esse desejo de conhecer, à essa preocupação com os setores politicamente oprimidos que ganhavam expressão ao longo da Revolução Mexicana, aliás, que vai se solidificar o desejo de falar do “nacional”, e também de se aperfeiçoar. Quer dizer: tal como pontua Rama para a Ibero-América como um todo, pode-se dizer que o Ateneo ilustra, no México das primeiras décadas dos novecentos, com bastante clareza, o aflorar de um novo programa nacionalista.

Neste ínterim, julgo ser importante aqui frisar, recorrendo a Karina Vasquez, que as relações estabelecidas entre pensadores mexicanos e argentinos no início do século XX não foram poucas, e que, no que diz respeito à questão que por ora tomei para debate – a modernização e a democratização do pensar, no México –, tanto é possível se dizer que pensadores do porte de (principalmente) José Vasconcelos e Henríquez Ureña hão de ter influenciado o desenrolar dos acontecimentos no que diz respeito à *Reforma Universitária* proposta em 1918 pelos estudantes de Córdoba (e mais tarde aderida pelos de Buenos Aires e La Plata); como é possível se dizer que as reivindicações dos universitários na Argentina inspiraram significativas alterações na forma de se pensar o ensino superior no México, por professores de renome. Inclusive, não se pode deixar passar em branco o fato de que foi justamente o México que acolheu, no ano de 1921, o *I Congreso de Estudiantes Universitarios Latinoamericanos* (VASQUEZ, 2005: passim).

Tal identificação há de ter ocorrido por ter sido semelhante e proporcional, num país como noutro, o desconforto no que diz respeito à maneira com que vinham sendo organizados os cursos e as carreiras nas universidades. Não me refiro aqui tão somente ao desejo de atualização dos quadros de professores e referências conceituais; as críticas e requisições desses engajados

alunos e mestres tornaram-se mais e mais amplas, e também mais complexas. Aqui destaco um ponto essencial: naquele momento, tanto argentinos como mexicanos julgavam seus esquemas universitários demasiadamente (e subservientemente) voltados às formas de pensar e escrever estrangeiras. Daí ser comum os estudiosos de hoje e de ontem interessados neste período da história mexicana classificarem tais desdobramentos na Argentina e no México como “antiimperialistas”, ou, ao menos, “ibero-americanistas”.

Produção textual ateneísta: foco na diversidade/paridade de temáticas metodologias

Quando se trata de abordar a produção intelectual dos integrantes do Ateneu, é comum se citar o nome de Antônio Caso. Segundo Octávio Paz, as propostas de Caso podem ser classificadas como “intelectualistas”, porque, se podem vir a ser críticas ao distanciamento de Caso no que diz respeito às aspirações populares e aos levantes revolucionários... Lhe convêm certamente, por outro lado, os elogios mais garbosos, no que tange à sua dedicação acadêmica – “*seu persistente amor ao conhecimento, que o fez prosseguir as aulas quando as facções se engalfinhavam nas ruas, transformou-o num belo exemplo do que significava a Filosofia: um amor que nada compra e nada muda.*” (PAZ, 1984: 127).

Em 1916, Caso ministrou um curso na *Escuela de Altos Estudios* que serviu como base para um livro-ensaio publicado em 1919, *La existencia como economía, caridad y desinterés*. Conforme anuncia o título desta obra, haveria, ao ver do autor, três possibilidades de existência para o homem atual (seja no México como em qualquer outra nação): uma individualista e amoral, que visa a aquisição de bens materiais; outra, voltada para a entrega, “*mínimo de provecho e máximo de esfuerzo*” (a vida religiosa, por exemplo); e a terceira, fechada em si mesma, contemplativa (a artística). A conclusão de Caso, conforme Castillo Castro Arturo, é que deveríamos nos centrar em promover a generalização da segunda dessas opções:

El humanismo que sostiene la obra de Caso desemboca en la magnitud de la vida caritativa, la base de la educación es hacer que el hombre rinda su mayor esfuerzo tanto en pensar como en el obrar, mientras que más grande sea el esfuerzo, el hombre será más humilde y dejará huella de su existencia en el mundo (ARTURO, s/d).

Segundo Hernández-Uría, *La existencia* é um texto central em toda a obra de Caso sobretudo pelo fato de trabalhar a noção de “homem”; neste livro, então, teriam sido apresentados conceitos (“ideias” e “categorias”) fundamentais, que serviriam, mais tarde, como base instrumental a partir da qual se estabeleceu, no México, a Antropologia Filosófica.

Ali, de acordo com Hernández-Uría, Caso destaca “*el hombre como un prisma*”: um ente multifacetado, que integra em si diversas condições existenciais. A primeira delas seria a de “indivíduo”, dada pelo simples fato de que somos, antes de tudo, animais. Entretanto, seríamos, para Caso, animais “elevados”⁶; em relação aos outros, contaríamos com uma clara superioridade “intelectual” e “moral”. E é justamente por isso que – como “pessoa”, “espírito”, “ser social/histórico” – teríamos de nos comprometer uns com os outros; cada um de nós teria de basear sua existência particular na “caridade” para com o próximo (URÍA, s/d).

Entretanto, há de se destacar que é apenas em obras posteriores, de difícil acesso no Brasil – *Discursos a la nación mexicana* (1922), *El problema de México y de la ideología nacional* (1924), *Nuevos discursos a la nación mexicana* (1934), e *México: apuntamientos de la cultura pátria* (1943) –, que tais discussões, estruturadas na forma de textos ensaísticos, ganharão uma abordagem mais claramente voltada à realidade nacional, mexicana.

6. Termo empregado por Caso.

Ao ver da historiadora Mônica Chávez González, em estudo acerca das proposições contidas nos textos acima referidos, Caso compreenderia as especificidades “nacionais” não como correspondentes à “natureza” dos povos de cada país; não como pontuais e definitivas. Conforme seu entendimento, muito pelo contrário, elas seriam *“fenómenos históricos a que las naciones se refieren; y que, entre sí, no tienen, muchas veces, sino relaciones accidentales”*; seriam, em outras palavras, os inúmeros e complexos e provisórios valores (que este autor associa aos termos “cultura” e “civilização”) elaborados, conjuntamente, ao longo do tempo, pelos mais diversos habitantes de todo um território político-institucionalmente denominado “nação” (GONZALEZ, 2004: 8-9)⁷

No que diz respeito às terras que atualmente correspondem ao México, Caso pontua que os povos que lá viveram antes da chegada dos espanhóis dispunham de modos de pensar e se portar respeitáveis, e que por isso eles deveriam ser encarados, sim, como elementos constitutivos do “ser mexicano”. Entretanto, o modelo civilizacional composto pelos nativos (bom lembrar que ele destaca apenas aztecas e maias) não seria tão sólido nem tão bem articulado quanto o dos colonizadores, o que se poderia vislumbrar, ao ver de Caso, pelo fato de terem os segundos submetido os primeiros, tanto fisicamente quanto culturalmente, após a descoberta da América.. Isso implicava em dizer que, embora no México se sinta, correntemente, apreço e afeição pelos ditos “autóctones”, aos olhos do dito autor seria mais propriamente hispânico o elemento central na conformação do homem mexicano; ou, melhor dizendo, tem origem na Espanha o povo que deveria ser considerado o principal responsável pela maneira como a civilização se estabeleceu no espaço que se convém chamar hoje “México”.

Segundo Chávez Gómez, além disso, é importante ressaltar que, em suas reflexões Caso não apenas destaca o papel dos espanhóis na história do México, mas também atribui valor positivo a ele – diferentemente dos vizinhos estadunidenses, ex- colonos ingleses e (em decorrência) de índole individualista, comportamento pragmático e aspirações materialistas, os mexicanos se caracterizariam pela (louvável) ênfase aos aspectos espirituais/humanistas.

Porém, nos referidos discursos deste autor – pontua Chávez Gómez – consta que a mais determinante influência cultural, no México moderno, teria deixado de ser a Espanha, e passado a ser a França. Daí se propor que a particularidade da formação civilizacional mexicana, em relação à estadunidense, estaria no fato de ser não “ibérica”, mas “latina”. Para usar palavras suas:

Si la vecindad de los pueblos yanqui y mexicano nos constriñe al conocimiento de la lengua inglesa, para fines prácticos y mercantiles, nuestra alma colectiva, nuestro psiquismo nacional, nuestras tradiciones jurídicas y científicas se enlazan con Madrid e Paris [onde se faz uso de línguas que têm origen, igualmente, no latim] (CASO, 1976: 31).

Bom lembrar ainda que Hernández-Uría destaca, de sua parte, – em seu artigo anteriormente citado – possíveis relações entre esses textos de Caso focados em discutir a noção de “mexicanidade”, e *La existencia...* Para este pesquisador, as proposições do célebre pensador mexicano a favor da “caridad” se aplicam também às obras posteriores, quando nelas aborda a necessidade de os intelectuais não se fecharem a análises “egoístas”, demasiadamente elitistas e, conseqüentemente, desinteressantes para os ditos “homens comuns” – *“porque la formación integral del hombre comprende la configuración tanto de su inteligencia como de su voluntad, pero no basta, es necesario que aprenda a sacrificarse siempre a favor del otro”*.

Tal pressuposto implicaria, contudo, para além, segundo Hernández-Uría, na visão do dito ensaísta mexicano, na necessidade de percebermos o ser humano não apenas por um viés (estreito) nacional, mas sempre articulando ao universal – *“una educación referida sólo a la comunidad,*

7. As palavras “valores” e “território” aparecem, aqui, em negrito, porque, na análise de Chávez González são tomadas como aspectos fundamentais das referidas obras de Caso.

es algo condenable; (...) porque no hay estirpe, ni raza, ni pueblo, ni nación tan valiosos en sí, que se opongan al esfuerzo conjunto de la humanidad.”

De tais postulados, pode-se estabelecer que Caso efetivamente trabalhou cada um dos pontos que destaquei na análise de Rama, sobre o universo letrado, ibero-americano. Trabalhou, é claro, de uma maneira muito particular, cuja análise nos serve para enriquecer as interpretações correntes, sobre os pensadores, pesquisadores e escritores da Ibero-América. Caso esteve atento, por exemplo, aos impulsos modernizadores, no México, e, como homem de seu tempo, desejou a mudança, o desenvolvimento de seu país. E, além do mais, pretendeu que isso ocorresse dentro de uma percepção de “justiça social” – Caso não aborda com muito cuidado as mais diversas “outras” realidade mexicanas, é verdade, e isso pode ter implicado, em sua obra, num tom arrogante (aos intelectualizados, aos eruditos, aos burgueses, caberia guiar as massas iletradas, passivas, impotentes); entretanto, é indiscutível que Caso tomou, sim, como pressuposto a necessidade de ser “bom” com os concidadãos, assim como com os demais habitantes do globo.

Aliás, no que diz respeito à preocupação com o “nacional” creio que a obra de Caso nos serve bem para definir aquela que considero a mais relevante faceta do nacionalismo “ateneísta” – pensar o México e *para* o México era uma missão universal, e não apenas patriótica, localizada.

Outro nome de destaque entre os *ateneístas* é o de José Vasconcelos; este, porém, diferentemente de Caso, é classificado pela historiografia, em geral, como “**atiintelectualista**” – para utilizar palavras de Octávio Paz: “*filósofo da intuição, acreditava que a emoção é a única faculdade capaz de apreender o objeto.*”

José Vasconcelos iniciou sua formação como pensador informalmente, enquanto cursava a faculdade de Direito da Universidade Nacional. Aliás, é consenso que, diferentemente de Caso, esteve sempre atuando mais em cargos públicos/administrativos do que propriamente acadêmicos. Daí que suas formulações intelectuais pareçam descender diretamente da experiência como reitor, deputado e ministro, além de corresponder a uma necessidade imperativa de garantir delineamentos mais precisos à sua vivência prática, como político. Pode-se dizer, enfim, que revelou uma maior preocupação (se comparado a Caso) com a análise e a elaboração de noções “ideológicas” tais como “mexicanidade” e “ibero-americanidade” (mais do que com questões epistemológicas, fundamentos para o pensamento abstrato, para a Filosofia enquanto disciplina acadêmica).

Abordando a realidade dos países da Ibero-América, voltou-se tal autor (mais severamente do que Caso) contra qualquer modelo de positivismo, sobretudo a versão spenceriana (que propunha a superioridade racial de alguns povos sobre outros), em relação a qual apresentou suas críticas mais incisivas. Para tanto, estabeleceu reflexões sob as bases de uma percepção histórica da cultura, ainda que continuasse utilizando (ou mesmo teomando como base para seu raciocínio) o termo (tão corrente no período) “raça”.

Na primeira parte de sua obra mais famosa – *La raza cósmica* –, por exemplo, Vasconcelos propõe a existência de quatro principais grupos raciais – os negros, os vermelhos, os amarelos e os brancos –, mas não admite entre eles quaisquer relações de superioridade ou inferioridade. Ao contrário, está sempre pretendendo demonstrar que cada um apresenta características (próprias) interessantes, o que, afinal, faz de todos elementos fundamentais na formação futura de um tipo superior, misto por essência, “la raza cósmica”.

No será la futura ni una quinta ni una sexta raza, destinada a prevalecer sobre sus antecesoras; lo que de allí va a salir es la raza definitiva, la raza síntesis o raza integral, hecha con el genio y con la sangre de todos los pueblos y, por lo mismo, más capaz de verdadera fraternidad y de visión realmente universal (VASCONCELOS, s/d).

Quando trata dos brancos, estabelece distinções internas: para ele, enquanto “saxões” poderiam ser valorizados por suas habilidades técnicas e por seu pragmatismo; os “latinos”

(espanhóis e portugueses em especial) o deveriam ser – elogiosamente, a seu ver, como *ateneísta*, fazendo lembrar o raciocínio de Caso em *La existência...* – por suas supostas típicas sensibilidade criativa e emotividade. Compreende também que, embora, tanto Uns quanto Outros, nos últimos séculos se tenham destacado pela conquista de territórios em todo o mundo e pelo domínio e submissão a seu poder de elementos pertencentes aos demais grupos raciais, não há nisso fator indicativo de uma pretensa justificada primazia – os brancos não são a raça mais evoluída, apenas e tão somente uma espécie de “ponte” entre todas as demais; são ferramenta indispensável para a constituição da raça mestiça (esta sim) superior.

Também por isso este autor não encara com bons olhos ingleses e norte-americanos. Em determinado ponto de sua obra afirma que os povos de origem anglo-saxônica, ao estabelecer contato com outros povos, o fizeram e faziam apenas com interesses econômicos e políticos espúrios; negaram-se e negavam-se, enfim, cheios de si, a uma relação cultural e afetiva mais intensa com os colonos racialmente deles distintos, o que, no entendimento de Vasconcelos, constituiria um triste entrave ao processo de elaboração da raça universal. Dizia assim:

Ellos no tienen en la mente el lastre ciceroniano de la fraseología, ni en la sangre los instintos contradictorios de la mezcla de razas disímiles; pero cometieron el pecado de destruir esas razas, en tanto que nosotros la asimilamos, y esto nos da derechos nuevos y esperanzas de una misión sin precedente en la Historia. Sin embargo, aceptamos los ideales superiores del blanco, pero no su arrogancia (Idem).

Mais anti-norteamericanista do que propriamente antiimperialista, elaborou, pois, Vasconcelos suas concepções para desforra dos vizinhos do Norte, sempre desejosos de intervir na caminhada histórica do México revolucionário. Destarte, veio a defender a necessidade de uma concepção identitária que abarcasse todos os mexicanos, como irmãos nas adversidades.

Fala, então, de uma antiga grandeza mexicana. E passa a propor que seria necessário buscar as principais bases culturais do povo mexicano nos conquistadores espanhóis, tal como o célebre Hernan Cortez⁸ – ao seu entender, um homem de fibra e visão global que dominou largos territórios –, e não tanto nos caudilhos – em grande parte desordeiros e insensatos, que teriam promovido a independência motivados por interesses meramente individualistas, e que não hesitavam em conceder parte da terra mexicana a outras nações caso lhes parecesse conveniente e lucrativo. Para que se arraigasse, entre os mexicanos, uma construção identitária “proveitosa”, conforme seu entendimento, pois, fidelidade se deveria ter ao sangue hispânico, “sangue bom”:

Comenzamos por renegar de nuestras tradiciones; rompimos con el pasado y no faltó quien renegara la sangre diciendo que hubiera sido mejor que la conquista de nuestras regiones la hubiesen consumado los ingleses. Palabras de traición que se excusan por el asco que engendra la tiranía, y por la ceguedad que trae la derrota. Pero perder por esta suerte el sentido histórico de una raza equivale a un absurdo, es lo mismo que negar a los padres fuertes y sabios cuando somos nosotros mismos, no ellos, los culpables de la decadencia (Idem).

Contudo, lembremos que o programa de Vasconcelos não se volta apenas e tão somente para o México, mas para a construção de uma raça universal. Dizia: *“El estado actual de la civilización nos impone el patriotismo como una necesidad de defensa de intereses materiales y morales, pero es indispensable que ese patriotismo persiga finalidades vastas y transcendentales.”*

Após trabalhar a questão racial (sob viés histórico, é verdade, mas também, de fato, racial), na segunda parte de *La raza cósmica* Vasconcelos anuncia, então, as possibilidades ambientais de surgimento da nova estirpe. E define os locais onde ela haveria de nascer – não

8. Não por mero acaso que em 1985 Vasconcelos irá publicar *Hernán Cortes: creador de la nacionalidad*.

apenas o México, mas também todas as demais antigas colônias ibéricas, tais como Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Justifica que *“como instrumento de la transcendental transformación se ha ido formando en el continente ibérico una raza llena de vicios y defectos, pero dotada de maleabilidad, comprensión rápida y emoción fácil, fecundos elementos para el plasma germinal de la especie futura”* (Idem). E mesmo antes de ser contestado pela idéia de que tais territórios estão entre aqueles, em todo o globo, de maior dificuldade de adaptação para o homem, apresenta argumentos u ao menos lógicos: afirma que assim como a base do progresso da civilização branca esteve no domínio de estratégias para escapar aos rigorosos invernos europeus, as bases do progresso da civilização mestiça deverá ser obtida com o controle do calor, e o combate às enfermidades e às pragas tropicais/americanas.

Na terceira e última parte do livro, enfim, Vasconcelos se dedica a trabalhar mais especificamente a maneira através da qual se há de processar a formação da “raza cósmica” – as relações inter-raciais. Aqui critica tanto as então consagradas teorias de branqueamento, quanto a prática de espanhóis e portugueses, no período colonial, deitarem-se com índias por não haver disponível, no Novo Mundo, branca com quem selar matrimônio. Segundo o autor, a “boa” mestiçagem não é imposta através de medidas governamentais autoritárias, e muito menos decorre de circunstâncias triviais, mas surge do desejo sincero e espontâneo dos indivíduos. Acreditava que, convivendo, povos diferentes tendem a aprender a admirar uns aos outros e, para ele, eram justamente o amor e a possibilidade de escolha as duas condicionantes ideais para a formação da quinta raça, superior. *“Una mezcla de razas consumada de acuerdo y con las leyes de la comodidad social, la simpatía y la belleza, conducirá a la formación de un tipo infinitamente superior a todos los que han existido”*, escreveu (Idem).

Por fim, talvez seja interessante destacar neste texto um receio constante – na contra-mão dos julgamentos referidos no capítulo anterior, acerca das contribuições do Ateneo – de que tais proposições fossem confundidas com qualquer espécie de programa voltado para o atendimento de interesses políticos-conjunturais; quanto a isso, a seguinte passagem é significativa:

La doctrina de formación sociológica, de formación biológica que en estas páginas anunciamos, no es un simple esfuerzo ideológico para levantar el ánimo de una raza deprimida, ofreciéndole una tesis que contradice la doctrina con que habían querido condenarla sus rivales. Lo que sucede es que a medida que se descubre la falsedad de la premisa científica en que descansa la dominación de las potencias contemporáneas, se vislumbran también, en la ciencia experimental misma, orientaciones que señalan un camino ya no para el triunfo de una raza sola, sino para la redención de todos los hombres (Idem).

Porém, - afirma Gabriel Vargas Lozano – uma das avaliações mais ricas e interessantes de *La raza cósmica*, a realizada pelo pensador peruano José Carlos Mariátegui, apesar de apontar uma série de equívocos no texto de Vasconcelos, propõe que a obra-prima deste autor mexicano é fundamental justamente porque teria como característica primeira contribuir para a criação de um mito. Mariátegui acreditava serem os mitos de grande importância para a existência humana, para seu desenvolvimento histórico, técnico e moral. Segundo Octávio Paz o fato é que, em última instância, *“o tradicionalismo de Vasconcelos não se apoiava no passado: [mas] justificava-se no futuro”*; por isso, pela falta de “rigor acadêmico”, fez-se sim vulnerável às mais diversas e tendenciosas interpretações, e não chegou nunca a “criar escola”.

Podemos dizer, então, antes de mais, que, ampliando a dantes abordada visão crítica de Caso acerca do modelo civilizacional norte-americano, Vasconcelos apresenta uma interpretação acerca da modernidade em que os Estados Unidos não aparecem como a principal referência. Alimentar uma modernização à maneira norte-americana, portanto, ao ver deste ateneísta, seria prejudicial ao México, como a todo o mundo; a latinos, vermelhos, negros, amarelos.

Era preciso, na realidade, valorizar, neste momento da história universal, características tipicamente mexicanas, tipicamente ibéricas, tipicamente ibero-americanas – valorizar os sentimentos mais profundos do “homem universal”. Conclui-se, desta maneira, que o que Vasconcelos desejava não era um desenvolvimento técnico e econômico, mas mudanças no modo de os modernos (no México e alhures) pensarem, sentirem e se relacionarem.

Partindo de tais colocações, pode-se ousar dizer que o texto de Vasconcelos é um poema vazio; que não chegou a apresentar contribuições sólidas para a estruturação de uma Filosofia acadêmica (tal como Caso), nem para qualquer programa prático de transformação social. Contudo, sua vida política demonstra bem o contrário: este respeitável ateneísta foi responsável pela implementação de inúmeras medidas que contribuíram para diminuir o analfabetismo no México, e para ampliar os conhecimentos gerais de mexicanos da cidade e do campo – financiou escolas rurais, fundou bibliotecas, patrocinou as artes. Foi através de muitos de seus projetos que se formaram diversos pensadores mexicanos atentos ao “popular”, e que muitos “populares” puderam manifestar seus pensamentos, amplamente.

Um terceiro nome ligado ao *Ateneo* hoje tido como relevante é o de Pedro-Henríquez Ureña. Seu pensamento, exposto em centenas de artigos valiosos para todo historiador interessado no universo intelectual mexicano de início do século XX, será por ora ilustrado através de uma breve análise de seu texto mais célebre – *Utopía de América*, um discurso proferido em 1922 na *Universidad de La Plata*, durante as manifestações da já citada Refoma Universitária argentina, mas publicado pela primeira vez no México apenas em 1925.

Inicialmente faz-se mister destacar o propósito de tê-lo denominado “utopia”. Já vimos que Vasconcelos, em *La raza cosmica*, dedicara boas páginas argumentando em defesa da precisão de suas colocações; por ora, seria interessante ressaltar o curioso desprendimento de Ureña ao optar pela utilização de um vocábulo que remete a “sonho”, “fabulação”, para o título de suas proposições. Em primeiro lugar, há que se pôr em ênfase o fato de que é provável que este outro autor ateneísta, como um dos mais severos críticos de concepções positivistas, o tenha feito visando confrontar as perspectivas objetivistas de intelectuais positivistas; depois, há que se referir à definição precisa de “utopia” apresentada por Ureña, no desenrolar de seu referido texto (que, aliás, lembra muito as apreciações de Mariátegui sobre a obra de Vasconcelos):

Hay que ennoblecer nuevamente la idea clásica. La utopía no es vano juego de imaginaciones pueriles, es una de las magnas creaciones espirituales del Mediterráneo, nuestro gran mar antecesor. El pueblo griego da al mundo occidental la inquietud del perfeccionamiento constante, (...) no descansa para averiguar el secreto de toda mejora, de toda perfección. (...) Es el pueblo que inventa la discusión, que inventa la crítica. Mira al pasado, y crea la historia; mira al futuro, y crea las utopías (UREÑA, s/d).

Em *Utopia...* Ureña, dominicano de nascença, investiga as potencialidades de desenvolvimento dos mais diversos países que compõem a parte sul do continente americano, e centra o foco no México apenas por supor conhecê-lo com maior profundidade. Segundo este autor, a análise desta realidade específica haveria de servir (em última instância) para a compreensão da realidade ibero-americana como um todo, já que, nos mais distintos países que a integram, algo de primordial nos identificaria: a colonização ibérica e o inegável legado por ela a nós deixado – conforme Myers, para Ureña “*rechaçar essa herança equivaleria a uma mutilação auto-impingida*” (Idem).

Diferentemente de Caso e Vasconcelos, contudo, Ureña confere ao **indígena** lugar privilegiado em suas especulações. Assim, preocupa-se firmemente em percebê-los não apenas enquanto uma raça que teria contribuído para a formação biológica mexicana e ibero-americana; conforme seu entendimento, os povos nativos que habitavam o território que mais tarde comporia o México e as muitas outras nações da Ibero-América dispunham de todo um rico aparato cultural,

o qual, ainda que “empobrecido” pelo contato com a civilização européia,⁹ seria marcante na composição cultural mexicana, híbrida, atual. A seu ver:

lo autóctono no es solamente la raza indígena, con su formidable dominio sobre todas las actividades del país, la raza de Morelos y de Juárez, de Altamirano y de Ignacio Ramírez; autóctono es eso, pero lo es también el carácter peculiar que toda cosa española asume en México (Idem).

Ureña, como Vasconcelos, prevê um belo futuro para a Ibero-América, declara tal perspectiva em muitos momentos de seu texto, e apresenta argumentos inclusive bastante semelhantes ao deste seu colega ateneísta. Conforme ele, as nações ibero-americanas não seriam promissoras apenas e tão somente por disporem de vultosas riquezas naturais – argumento que ele classificava como “*delírio industrial*”–; nem tampouco nem em face da bem-aventurada mente criativa e artística dos cidadãos ibero-americanos – argumento censurado como “*pueril*”, pelos pessimistas. A utopia de Ureña se voltaria, na verdade, para algo que lembra o diálogo que fizemos entre o raciocínio de Caso em *La existencia...* e nos discursos; e o de Vasconcelos em *La raza cósmica*: algo que em *Utopia...* é classificado como caracteres “espirituais” locais: a habilidade para mesclarem-se não apenas racialmente, mas culturalmente, com outros povos, assim como a nossa suposta tendência universalizante e, (para ele) em conseqüência, humanitária.

Contudo, aos olhos deste último pensador, há que se tomar bastante cuidado com os projetos ditos “cosmopolitas”, tão em voga no México como nos demais países ibero-americanos do período. Neste ponto, aliás, Ureña revela-se mais claro e preciso em suas proposições do que o autor de *La raza cósmica*: enquanto Vasconcelos dá ênfase à união das raças, ele destaca a importância de não se permitir qualquer tipo de homogeneização cultural:

El hombre universal con que soñamos, a que aspira nuestra America, no será descastado: sabrá gustar de todo, apreciar todos los matices, pero será de su tierra; su tierra, y no la ajena, le dará el gusto intenso de los sabores nativos, y ésa será su mejor preparación para gustar de todo lo que tenga sabor genuino, carácter propio. La universalidad no es el descastamiento: en el mundo de la utopía no deberán desaparecer las diferencias de carácter que nacen del clima, de la lengua, de las tradiciones; pero todas estas diferencias, en vez de significar división y discordancia, deberán combinarse como matices diversos de la unidad humana. Nunca la uniformidad, ideal de imperialismos estériles; sí la unidad, como armonía de las multánimes voces de los pueblos (Idem).

Por isso para Ureña o “popular” deve ser tomado como elemento central nas discussões travadas entre intelectuais, especialmente no que diz respeito ao tema das identidades. Abre espaço, então, para que o “nacionalismo político”, elitista por essência, resolução de uns poucos homens imposta a tantos outros, fosse repensado; espaço para, ao se estudar a realidade mexicana (e de outras nações da Ibero-América), se buscar perceber o que “de fato” ela vem compor – “*pienso en otro nacionalismo, (...) el que nace de las cualidades de cada pueblo cuando se traducen en arte y pensamiento*”, escreveu.

Resta-nos, ainda, repensar a vinculação, em *Utopia...*, entre um profundo gosto pelo que se têm como autenticamente ibero-americano (por nossa “tradição”, de todo sub-continente) e um certo rancor antiimperialista, anti-estadunidense, de Ureña. Segundo o pesquisador argentino Jorge Myer, é possível se dizer que essa relação remete à vida pessoal deste dominicano. Dr. Francisco Henríquez y Carvajal, seu pai, tendo sido presidente da República Dominicana até 1916, foi derrubado do poder por meio de uma intervenção norte-americana, passou a viver em situação de penúria, e enviou os filhos para o exterior, com a expectativa de que tivessem uma

9. A expressão “empobrecido” é precisamente a mesma utilizada pelo referido pensador.

vida melhor. O golpe financiado pelos Estados Unidos teria sido responsável, indiretamente, portanto, pela imposição a Ureña (até seu falecimento, na Argentina) da dolorosa condição de “estrangeiro”, que ele traduziu como “cidadão da Ibero-América”.

Pode-se concluir, destarte, que dentre os três ateneístas focados em meu artigo, Ureña foi aquele que concebeu noções de “justiça social”/“democracia” e “inclusão” mais fluidas, para a modernidade, para o México. Caso e Vasconcelos, apontado como positivas características tidas como espanholas, francesas, ibero-americanas, apresentaram uma versão do “nós” menos depreciada do que costumavam propor positivistas, que, durante o Porfiriato, carregaram a bandeira da europeização. Mas Ureña, talvez pelo fato de ser um *dominicano* pensando o México, sentiu como premente a necessidade de se respeitar as diferenças “internas”; de ouvir o “outro” que há em “nós”.

Um outro autor de renome que fez parte do *Ateneo* foi o já citado Alfonso Reyes.¹⁰ Reyes é hoje tido, não apenas no México como em todo o mundo, como um dos principais intelectuais da história de seu país. Contudo no presente artigo não trabalharei focadamente – tal como fiz com Caso, Vasconcelos e Ureña – uma obra ensaística sua. E tal opção não se funda em qualquer julgamento meu no que diz respeito à qualidade de suas reflexões; decorre do fato de que considero que a visão de Reyes acerca das noções de “modernidade”, “democracia” e “identidade local” correspondem a uma espécie de “anúncio” de visões outras, que caracterizariam gerações de pensadores mexicanos *posteriores*.

Sua maneira de entender a época, o papel da intelectualidade e a nação mexicana irão de encontro, por exemplo, às do chamado “*grupo sin grupo*”, quer dizer, àquelas das quais dispuseram variavelmente os intelectuais ligados à publicação da revista *Los contemporáneos* – Salvador Novo, Xavier Villaurrutia, Jaime Torres Bodet, Gilberto Owen, José Gorostiza, Carlos Pellicer, Jorge Cuesta, Bernardo Ortiz de Montellanos.¹¹

Reyes e esses pensadores não mais intentaram elaborar reflexões em que concepções de “modernidade”, “democracia” e “identidade local” apareciam visceralmente articuladas. Em primeiro lugar, o referido ateneísta e os ditos *contemporáneos*, diversamente dos outros três representantes do *Ateneo* neste artigo trabalhados, não se voltam mais para a compreensão da sociedade moderna mexicana; o pensamento desses autores se fixa, na realidade, na análise de questões filosóficas e literárias/narrativas mais abstratas.

Em segundo lugar, ainda que já usufruam de um mercado consumidor mais democrático, mais plural, não tinham propriamente a clara intenção de parecer ou de se dirigir de fato às massas. Neste sentido, pode-se dizer que o tom laudatório de *La raza cósmica* e *Utopia de América* é substituído por uma linguagem menos comovida (exceto, talvez, no caso de Jorge Cuesta). Além disso, compartilhavam tanto um quando outros uma concepção de “função social” do intelectual um tanto distinta da que aqui defini como característica da “geração ateneísta”: intelectual participativo, para eles, não era necessariamente aquele que se insere nas malhas do Estado ou em organismos políticos mais ou menos organizados – intelectual participativo é aquele que exerce ativamente sua capacidade crítica.

Por fim, no que diz respeito à noção de “identidade nacional” ou “identidade ibero-americana” tanto Reyes quanto os *contemporáneos* revelam uma postura bem mais desrecalcada. Se em seus produções falam de seu país ou da Ibero-América é porque *desejam*, e não porque o encarem como uma tarefa compulsória. O mexicano e seus demais irmãos de continente passam a ver encarados, por essa nova “geração”, com maior leveza, como Universais (GARCÍA, 2006).

10. Cf. REYES, Alfonso. **Obras completas e dos epistolarios**. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

11. Sobre esse grupo de intelectuais mexicanos, ler artigo de minha autoria *Diálogo, crítica e diversidade nas vanguardas literárias mexicanas e brasileiras*. Revista *Intellectus* / Ano 06 Vol I – 2007. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano6n1/Texto%20de%20Ana%20Luiza.pdf>

Conclusão

Com base nas reflexões desenvolvidas nos dois capítulos deste artigo – primeiro (1) em se tratando mais delineadamente das apreciações de pensadores de ontem e de hoje sobre as relações estabelecidas *entre e por* intelectuais do México de inícios do século XX, e, depois, (2) mais diretamente dialogando com conceitos apresentados por esses intelectuais, naquela conjuntura – pode-se propor que os *ateneístas* compuseram um grupo de relevância, ainda que marcado por ambigüidades comportamentais e heterogeneidades conceituais.

Remetendo às perspectivas apontadas por LaCapra e Rioux, pode-se dizer que as maneiras como têm sido lidas tanto suas condutas como suas reflexões acabam por conferir relevo a idéia de “modernização”, “democratização” e “identidade local”, sob perspectivas diversas, mas sempre articulando. Quer dizer: há um certo consenso de que se Caso, Vasconcelos e Ureña desejavam a modernização do ensino e da pesquisa mexicanos, desejaram que ela ocorresse de maneira a favorecer os mais amplos setores sociais e conforme os interesses mexicanos – se apresentavam versões diferentes *sobre e para* a realidade (modernizada) mexicana, compartilharam a mesma preocupação de que ela seguisse de forma a garantir ênfase a variáveis concepções de “igualdade social”, e respeitando as especificidades regionais (nacionais e ibero-americanas).

Afinal, acredito que, em última instância, é justamente a partir dessa insistência em se destacar a abordagem (ainda que diversa) dos temas do “novo”, do “justo” e do “nosso”, que se delineiam as idéias e os valores tidos como comuns a estes três autores; e que, mais amplamente, a historiografia tem desenhado o grupo intelectual (complexo e plural) mais expressivo do México das primeiras décadas dos noventa: o Ateneo de la Juventud.

Bibliografia

ANSALDI, Waldo & FUNES, Patrícia. Los años veinte en América Latina In: —. *Viviendo una hora la latinoamericana*; acerca de rupturas e continuidades en el pensamiento en los años veinte e sesenta. In: http://www.catedras.fsoc.uba.ar/udishal/art/afviviendouna_horalatino.pdf.

ACHUGAR, Hugo. La hora americana o el discurso americanista de entreguerras. In: ARTURO, Castilho Castro. *Filosofia en México*. In: [http://www.universidadabierta.edu.mx / Biblio/C/ Castillo%20Arturo-Filosofia%20en%20Mexico.htm](http://www.universidadabierta.edu.mx/Biblio/C/Castillo%20Arturo-Filosofia%20en%20Mexico.htm)

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. Os surtos modernistas. In: —. *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Unesp, 1990.

CASO, Antonio. Discursos a la nación mexicana. In: —. *Obras Completas*. (1976). t. IX.

CRESPO, Regina Aída. *Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938)*. In: <http://www.scielo.br/scielo.php>.

GARCÍA, Alberto Saladino. El humanismo de Alfonso Reyes. In: GÓMEZ-MARTÍNEZ, José-Luiz. *Proyecto ensayo hispánico*. Cf. <http://www.ensayistas.org/critica/generales/C-H/mexico/reyes.htm>, 2006.

GONZÁLEZ, Mónica Chávez. Antonio Caso e los paradigmas de la nación mexicana. In: *Cuicuilco*. México: Escuela Nacional de Antropología e Historia. 2004.

- GÓMEZ-MARTÍNEZ, José Luís. *Literatura y filosofía en Ibero-América: lo ensayístico en la literatura*. In: http://www.tau.ac.il/eial/VIII_2/martinez.htm
- IBARGÜENGOITIA, Antonio. *Filósofos mexicanos del siglo XX*. México: Porrúa, s/d. passim.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. *Giro lingüístico e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, s/d.
- LUNA, Juan Hernández. *José Torres Orozco, el último positivista mexicano*. México, 1970.
- MYERS, Jorge. Gênese ateneísta da história cultural latino-americana. In: *Tempo social*. v. 17. n. 1. São Paulo, junho de 2005.
- PAZ, Octávio. *O labirinto da solidão e post scriptum*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PIZARRO, Ana. La emancipación del discurso. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palabra, literatura, cultura*. São Paulo: Memorial, 1994. v. 2.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RAMOS, Samuel. *Historia de la filosofía en México*. México: UNAM, 1943.
- RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- UREÑA, Pedro-Henríquez. *Las corrientes literarias en la América hispánica*. México: Fondo de Cultura, 1979.
- UREÑA, Henríquez. *A influencia de la Revolución en la vida intelectual de México*. In: <http://www.ensayistas.org/antologia/XXA/h-urena/phu3.htm>
- UREÑA, Pedro-Henriquez. *Utopia de América*. In: <http://www.ensayistas.org/antologia/XXA/h-urena/>
- URÍA, Victor Manuel Hernández. *Antonio Caso y el concepto del hombre*. In: <http://www.ensayistas.org/critica/generales/C-H/mexico/caso.htm>
- VASCONCELOS, José. *Breve historia de México*. México: Companhia Editorial Continental, 1968.
- VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*. In: <http://ensayo.rom.ug.edu>.
- VASQUEZ, Karina R. Redes intelectuais hispano-americanas na Argentina de 1920. In: *Tempo social*. V. 17. n. 1. São Paulo: junho de 2005.
- ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palabra, literatura, cultura*. São Paulo: Memorial, 1994. v. 2.
- ZEA, Leopoldo. *El Positivismo en México*. FCE, México, 1968.

Arthur Feitosa de Bulhões

Temas brasileiros e descrições do Brasil nos Países Baixos no século XVI.¹

Resumo

Graduando em História
pela UFPE
arthurdebulhoes@terra.com.br

O presente artigo tem por objetivo analisar as referências a temas brasileiros e às descrições do Brasil presentes na editoria e na iconografia produzida nos Países Baixos durante o século XVI e início do século XVII. Pretende-se demonstrar como, a partir dos movimentos de pessoas, da formação de colônias comerciais, do aumento das viagens à América e do interesse colonial holandês, permitiu-se a circulação e a difusão de informações a respeito do Brasil. A pesquisa procura debater como os deslocamentos supracitados foram responsáveis por um intercâmbio de conteúdos os quais possibilitaram o surgimento de referências ao Brasil no movimento editorial e nas artes visuais e cartografia dos Países Baixos.

Palavras-chave: Brasil holandês; descrições do Brasil; viajantes.

Abstract

This article aims to analyze the references to brazilian themes and the descriptions of Brazil in the editorial movement and in cartography produced in Netherlands, during the sixteenth century and the beginning of the seventeenth. Its goal is to demonstrate how people's displacements, the appearance of commercial settlements, the increasement of travels to America and the dutch colonial interests allowed the exchange and difusion of information about Brazil. The research intends to debate how the mentioned displacements stimulated an exchange of information which brought the appearance of references to Brazil in the editorial movement, in visual arts and in the cartography from the Netherlands.

Enviado em 07 de
janeiro de 2008 e
aprovado em 17 de
março de 2008.

Key-words: Dutch Brazil; descriptions of Brazil; travelers.

1. Os temas brasileiros mencionados no título são os tipos figurativos recorrentes nas artes visuais ou temas abordados na literatura dos Países Baixos inspirados no contato dos holandeses com a América Portuguesa, seja pela vivência, seja através das informações circulantes na Europa. Consideram-se aqui as formas que representam intencionalmente o Brasil e as escolhas de elementos associáveis ao Brasil, como o índio ou componentes da fauna, para compor representações do Novo Mundo. O Brasil descrito é a colônia portuguesa na América, sendo brasileiro tudo que a ela é associado, direta ou indiretamente. O que interessa aqui é como esse Brasil aparece na arte e nas publicações circulantes nos Países Baixos à época.

As relações entre o Brasil e os Países Baixos principiaram muito antes da invasão holandesa² à colônia de Portugal, na primeira metade do século XVII. Os Países Baixos, precocemente, estabeleceram-se entre os principais mercados para os produtos brasileiros: inicialmente no comércio do pau-brasil e em seguida no do açúcar, que servia ao consumo local, sendo também reexportado para os países vizinhos. As relações comerciais com os portugueses foram de suma importância para a circulação de informações sobre as terras de ultramar e para o florescimento de um hábito à fruição de textos, imagens e relatos sobre as experiências na América.

Desde o fim do século XV, estava concentrada em Lisboa uma numerosa colônia de comerciantes flamengos, que crescerá ainda mais durante o século XVI, mantendo o aumento de seus efetivos (mesmo após a junção das duas coroas ibéricas) até o período das invasões holandesas, por volta de 1630. Da colônia flamenga de Lisboa partiram aventureiros para construir engenhos em terras brasileiras. O Brasil tornava-se cada vez mais importante em seu cotidiano, “seja em virtude dos negócios, seja até mesmo pelo contato com índios trazidos do Brasil ou raridades de origem brasileira” (STOLS, 1996: 22). Nesse momento, aumentava também o número de neerlandeses presentes no Brasil, que deve ter ultrapassado uma centena por volta de 1600. Devem ser lembrados também os tripulantes flamengos de navios portugueses e, a partir de 1580, uma quantidade crescente de embarcações holandesas que ligavam o Brasil ao Mar do Norte, ou aos portos italianos de Veneza e Livorno.

Tais viagens propiciavam a difusão de informações, relatos e o aumento do número de marinheiros com experiência dos portos brasileiros. As viagens tornavam-se fonte para novos textos e tema penetrante mesmo no teatro dos Países Baixos, caso da peça *Loterijspel* (Jogo de Loteria), de Jan Van Hout³ (1542-1609). A peça descreve a miséria da população em meio à enchente e à fome e trata da viagem marítima como forma de fuga da pobreza, mesmo contra diversos temores. O protagonista (Steven) que, enquanto navegava escapou à penúria e às intempéries, relata suas experiências ao amigo Bouwen, o qual escuta, ao mesmo tempo maravilhado e horrorizado, sobre a vida nos mares. A história é contada em cinco cenas e possui sete personagens, sendo o tema da viagem marítima, central no enredo. A alusão às aventuras nos mares e à crença na viagem como possibilidade, ainda que arriscada, de obtenção de melhor sorte, tornava-se freqüente nas manifestações literárias do período.

A relevância das colônias flamengas em Portugal juntamente com as viagens de neerlandeses à América para o trânsito de informações e o aumento da presença de referências ao Brasil é complementada pelo papel desempenhado por comerciantes portugueses transeuntes nos Países Baixos. Havia uma colônia lusitana em Bruges, transferida, à época do descobrimento do Brasil, para a Antuérpia e composta por elevado contingente de cristãos-novos. José Antônio Gonsalves de Mello chama a atenção para a “importância dos judeus na remessa de informações para a Holanda” (MELLO, 1987: 38), apontando o exemplo de Ambrósio Fernandes Brandão⁴,

2. Empregarei aqui o termo “holandês” livremente, como sinônimo de “neerlandês” e “flamengo”, embora não esteja me referindo exatamente ao território ao qual, hoje, conhecemos como Holanda, e sim a uma região que também compreende a atual Bélgica, sendo essa porção de terra chamada de Países Baixos, o que faz com o que o vocábulo seja anacrônico. Já “flamengo” será empregado aqui, ora como sinônimo de “neerlandês”, adjetivo pátrio mais correto para os Países Baixos, ora como sinônimo de “holandês”, embora para este último emprego persista um equívoco geográfico. Entretanto, seguirei aqui a mesma justificativa tomada por José Antônio Gonsalves de Mello para o uso do termo em Tempo dos Flamengos: “Os documentos portugueses relativos ao Brasil nos séculos XVI e XVII, mencionam freqüentemente ‘flamengos’ para designar os naturais das Províncias Unidas”; cf. MELLO, Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil, Recife: Massangana, 1987, p.12.

3. Poeta holandês do século XVI. Foi escrivão da secretaria de estado de Leiden de 1562-1569 e, depois, secretário de estado de 1573, até sua morte em 1609. Defendeu o uso do idioma holandês na universidade e utilizou sua poesia nesse sentido. A maior parte de seu trabalho foi perdida, ficando alguns manuscritos sobre as atividades desempenhadas na administração da cidade de Leiden. De sua produção literária, conhecemos a peça *Loterijspel*, escrita entre 1596 e 1600.

4. Segundo Frei Vicente do Salvador, Brandão integrou a expedição chefiada por Martim Leitão e João Tavares, que resultou na conquista da Paraíba, em 1585. Foi senhor de três engenhos na várzea do Rio Paraíba. Médico, tornou-se um dos precursores da medicina tropical, amplamente desenvolvida por Guilherme Piso.

cristão-novo, autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618), cuja cópia fora encontrada na Biblioteca da Universidade de Leiden. Ainda sobre a importância dos conteúdos veiculados por cristãos-novos, Stols destaca as fugas para cidades mais tolerantes como Amsterdã e Roterdã, provocadas pelas perseguições religiosas em Portugal e aponta para o fato de que muitos desses portugueses fugitivos possuíam “conhecimento do Brasil, seja através de experiência pessoal, seja através de relações de família, de correspondência ou de leituras” (STOLS, 1996: 24).

A universidade de Louvain recebia estudantes portugueses à essa época. Importantes humanistas lusitanos ali estudaram a exemplo de Aquiles Estaço⁶ (1524-1581), que teria vivido em Pernambuco na infância. Humanistas e médicos não faltavam ao lado dos comerciantes na colônia portuguesa da Antuérpia. Era o caso de Damião de Góes⁷ (1502-1574) e André de Rezende⁸ (1500-1573), igualmente estudantes em Louvain. Jesuítas como Fernão Cardim⁹ (1540-1625) também transitavam pela região. Várias dessas pessoas possuíam conhecimentos ou vivência do Brasil.

Não eram apenas comerciantes, viajantes e humanistas de origem portuguesa ou flamenga os responsáveis pelo fluxo de informações e introdução de temas brasileiros nos Países Baixos. Durante o século XVI, a Antuérpia foi um grande centro econômico e, juntamente com Bruxelas – cidade de grande importância política –, era lugar de trânsito de italianos, ingleses, franceses e alemães, não raro com experiências e conhecimento do Brasil. Podemos citar os exemplos dos soldados alemães Hans Staden¹⁰ (1525-1579) e Ulrich Schmidl (1510-1579), os quais inclusive escreveram relatos sobre suas experiências no Ultramar.

A edição de *Mundus Novus* de Américo Vespúcio (1454-1512), por Vosterman, em 1505, inaugura a presença do Brasil nas edições flamengas. Houve ainda reedições entre 1508 e 1520 por Jan Van Doesborch, na Antuérpia. “Publicou-se na Antuérpia em 1516 a *Utopia*, de Thomas Morus (1478-1535), que, de maneira explícita, pelo testemunho de um narrador português revela

5. Escritos em número de seis diálogos, muito provavelmente compostos na Paraíba, onde Ambrósio Fernandes Brandão foi senhor de engenhos. A maior frequência de referências à Paraíba em relação às outras capitanias, permite acreditar em tal hipótese. O autor deve ter conhecido diretamente as capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá.

6. Foi levado aos oito anos de idade para a África e para o Brasil. Dedicou-se à vida intelectual porque suas limitações físicas o impediam de exercer a carreira militar. Matriculou-se na Universidade de Louvain em 1545

7. Foi secretário da feitoria portuguesa da Antuérpia. Efetuou várias missões diplomáticas e comerciais na Europa entre 1528 e 1531. Em 1533, passou a dedicar-se aos estudos. Transitou pela Basileia e pela Itália, estudando em Pádua. Passou seis anos em Louvain.

8. Humanista português, nascido em Évora. Entrou aos 10 anos para um convento dominicano. Estudou em universidades espanholas, até retornar a Portugal em 1533. Entrou para o clero secular e passou a reger a cadeira de humanidades na Universidade de Lisboa. Antes, estudara na Universidade de Louvain, onde se matriculou em 1529.

9. Missionário e escritor português, nascido em Viana do Alentejo, um dos primeiros a descrever os habitantes e os costumes do Brasil. Como jesuíta viajou para o Brasil em 1583 com o visitador Cristóvão de Gouveia e o governador Manuel Teles Barreto. Com a missão de padre visitador, viajou desde Pernambuco até o Rio de Janeiro, tomando contato com as terras brasileiras, cujas observações resultaram em dois tratados e duas cartas. O primeiro dos tratados ocupava-se do clima e da terra do Brasil e o segundo tratava das origens e dos costumes dos índios brasileiros, e foram publicados, juntamente com suas narrativas epistolares, na Inglaterra, como *Tratados da terra e da gente do Brasil* (1925), compilados com anotações de Capistrano de Abreu. Após o retorno de Cristóvão Gouveia para Portugal em 1589, assumiu a reitoria do Colégio do Rio de Janeiro. Tornou-se procurador da província do Brasil em 1598 e voltou à Europa no ano seguinte. Ao retornar ao Brasil em 1600, foi aprisionado pelo corsário inglês de Francis Cook, tendo confiscados os manuscritos da obra *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias*, publicada na Inglaterra muitos anos depois (1881). Libertado, voltou ao Brasil em 1604 e foi reitor do Colégio da Bahia, onde teve como discípulo o padre Antônio Vieira..

10. Hans Staden esteve duas vezes no Brasil durante o século XVI, participando de combates na Capitania de Pernambuco contra corsários franceses. Foi também aprisionado pelos Tupinambás, quando passava por São Vicente e mantido em cativeiro por seis meses. Suas aventuras estão narradas no livro *Warhaftige Historia und Beschreibung eyner Landtschafft der wilden, nacketen, grimigen Menschfresser Leuthen in der Newenwelt America gelegen*, publicado pela primeira vez na Alemanha, por Andres Colben, em 1557 em edição ilustrada. O livro fez sucesso na Europa. Só foi publicado no Brasil, pela primeira vez em 1892, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É editado comumente com o título de *Duas Viagens ao Brasil*.

alguns aspectos gerais do Brasil¹¹” (STOLS 1996:24). Rafael Hitlodeu estivera com Américo Vespúcio e conhecera o Novo Mundo. A célebre obra de Thomas Morus foi escrita em latim, provavelmente no fim de 1515, sendo impressa em Louvain em 1516, editada por Erasmo e Peter Giles, entre outros amigos de Morus.

A edição flamenga de 1516 era ilustrada pela gravura à esquerda, a qual deve ter servido de inspiração para o mapa da Utopia (à direita), desenhado por Ambrosius Holbein que ilustrava a edição de 1518, impressa na Basileia por Frobenius.¹²

Descrições mais detalhadas das terras brasileiras viriam nas edições em holandês das *Duas Viagens* de Hans Staden (tradução flamenga de 1558) e das *Singularidades da França Antártica*, de André Thevet¹³ (1502-1590). Houve ainda uma tradução parcial de *Viagem à Terra do Brasil* do huguenote Jean de Lery¹⁴ (1534-1611). Podemos ressaltar alguns capítulos alusivos ao Brasil em edições da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses*, de Lopes de Castanheda¹⁵ (1500-1559), dos escritos de Symon Grynaeus¹⁶ (1493-1541) ou das cartas jesuíticas. A literatura circulante era bastante variada, abrangendo livros de navegação, costumes, tratados de direito, dicionários ou colóquios multilíngües, livros de medicina e vários outros escritos humanísticos. Referências à fauna e à flora brasileiras aparecem nos livros de Carolus Clusius¹⁷ (1525-1609), que editou em latim o *Colóquio dos Simples*, de García de Orta; e no *Theatrum Orbis Terrarum*, de Abraham Ortelius (1527-1598).



Gravura da ilha da Utopia presente na edição flamenga de 1516. na outra página Mapa da utopia.

11. Thomas Morus, ao escrever seu livro, acabava de ler uma carta de Américo Vespúcio, que descreveu sua viagem ao Brasil. O texto acompanha geograficamente a viagem de Vespúcio até que, antes de chegar na linha do Equador, encontra uma bela ilha, coberta de palmas, cercada de mares, cheia de árvores, perdida no mar. Alguns autores acreditam que essa ilha corresponde à de Fernando de Noronha.

12. Além das duas edições mencionadas, houve reimpressões em Paris e Viena. No entanto, não houve uma edição na Inglaterra antes da morte de Thomas Morus. A primeira publicação inglesa da Utopia é de 1551, realizada durante o reinado de Eduardo VI, por Ralph Robinson.

13. Foi impresso na Holanda no mesmo ano da publicação do original Les singularitez de la France Antartique autrement nommee Amerique, & de plusieurs terres et isles decouvertes de notre temps em Paris (1558). O frade franciscano André Thevet esteve no Brasil entre novembro de 1555 e janeiro de 1556 e descreveu suas impressões acerca da tentativa francesa de colonização do Brasil na Baía de Guanabara.

14. Jean de Lery embarcou para o Brasil em 1556 e relatou suas observações em Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, publicada pela primeira vez em La Rochelle, em 1578. Houve seis edições em Genebra nos anos de 1580, 1585, 1594, 1599, 1600 e 1677. A edição de 1600, impressa pela família de Eustáquio Vignon, foi dedicada à princesa de Orange. Foi um sucesso da literatura de viagens, sendo bastante lido na Europa até o século XVIII.

15. Castanheda estudou no Convento de São Domingos e, em 1528, partiu para a Índia com seu pai, que tinha sido nomeado ouvidor de Goa. Regressou a Portugal em 1538 e, em 1545, foi nomeado bedel do Colégio das Artes, assim como guarda do cartório e da livraria da Universidade de Coimbra. É nessa altura que termina a História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, que teve sua publicação iniciada em 1551 e foi traduzida para o francês por Nicolau de Grouchy, professor da Universidade. A História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses foi publicada em oito volumes, saídos entre 1551 e 1561, sendo traduzida, além do francês, para castelhano (1554), italiano (1578) e inglês (1582).

16. Trato aqui da obra Novus Orbis Regionum, considerada por alguns a primeira história geral das viagens. Sua primeira edição foi publicada em 1532. É do mesmo ano outra edição, de Paris, porém o mapa é da autoria de Oroncius Fineus. Em 1537 é editada na Basileia. Foi também traduzida para o alemão em 1534, porém sem o mapa mundi. Para o holandês, saiu em 1563, em tradução de Cornelius Albin, também sem o mapa mundi.

17. Médico e botânico flamengo. Criador de um dos primeiros jardins botânicos da Europa, na Universidade de Leiden. Um dos primeiros a realizar descrições científicas de plantas. Esteve em Espanha e Portugal entre 1564 e 1565, acompanhando o jovem Jacob Függer, de quem era preceptor. Nessa viagem, deve ter entrado em contato com o Colóquio dos Simples e Drogas da Índia de Garcia de Orta o qual editou em latim no livro Aromatum et Simplicium aliquot medicamentorum apud Indios nascentium historia, em 1556.

Era também importante a circulação de panfletos e notícias curtas como a carta sobre a conquista de Olinda e Recife em 1630, editada por Claes Jansz Visscher (1587-1652). Ernst van den Boogaart afirma que, muitas vezes, a função dessas cartas de notícias à época da expansão holandesa pelo Atlântico, era a propaganda e a ostentação do poder (BOOGAART, 1992: 317)¹⁸. As cartas de notícias narravam os triunfos neerlandeses no além-mar e eram ilustrados, na maioria das vezes com cenas de batalhas e os contextos topográficos que serviam de cenário aos embates. Possuíam uma narratividade de crônica, ressaltando a coragem e o brilhantismo dos flamengos.

Embora as edições de textos relativos ao Brasil tenham sido muito menos numerosas em relação àquelas direcionadas à América espanhola, textos como os de Hans Staden e André Thevet foram mais impactantes nos Países Baixos. Eddy Stols (STOLS, 1996: 25) fala da referência a fatos abordados nos livros desses dois autores, citando o exemplo da crônica de Mareus van Vaernewyck na qual o conflito entre católicos e protestantes é comparado às guerras entre tribos brasileiras. Conflitos estes, sem dúvida, conhecidos a partir dos relatos dos viajantes.

A partir de 1594, com as expedições holandesas pelo mundo na aventura colonial, há um aumento do interesse pelo Brasil e a explosão de uma série de publicações. Desenvolve-se uma literatura geográfica, juntamente com o aumento da vontade de expansão colonialista, e o Brasil começa a ser descrito de maneira mais objetiva, preocupada com as riquezas da terra e formas de conquistá-la. Essa literatura é representada por relatórios, instruções de navegação, descrições da costa e das grandezas locais redigidos às vésperas da invasão flamenga na América portuguesa. A curiosidade e a familiaridade com o Brasil já existentes nos Países Baixos se intensificam e ganham cunho estratégico relacionado ao interesse mercantil das Províncias Unidas, alijadas de sua participação no comércio de produtos brasileiros pelo acirramento de suas rivalidades com a coroa espanhola, à essa altura também soberana em Portugal.

Gonsalves de Mello destaca que “há anos vinham sendo reunidos na Holanda dados e informações sobre a capitania de Pernambuco, a configuração de sua costa, os portos, desembarcadouros, regime dos ventos, sua riqueza, sua agricultura” (MELLO, 1987: 36). Nesse momento, navios holandeses habituavam-se a visitar os portos pernambucanos, prontos para atuarem como piratas. Exemplo de relato detalhado sobre a costa de Pernambuco é a relação escrita por Hessel Geritsz descrevendo o desembarcadouro de Pau Amarelo. Estudos como o do mercador e diplomata da Companhia das Índias Ocidentais Willem Usselinx (1567-1647) sobre a produção açucareira da colônia portuguesa e o trabalho *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil e isto o quanto antes* (Amsterdã, 1624) de Van Vaernewyck, ou a *Lista do que o Brasil pode produzir anualmente*, aparecem como reflexo da nova fase da jornada colonial neerlandesa. Entretanto, essa literatura geográfica não será desenvolvida na zona meridional dos Países Baixos, reconquistada pelas tropas espanholas.¹⁹ O Brasil também será objeto de referências nos textos literários da época, como na já aqui mencionada peça de Jan Van Hout, e também aparecerá nas correspondências de Hugo Grotius (1583-1645) ou do poeta Dirk Coornhert²⁰ (1522-1590).



Mapa da Utopia, desenhado por Ambrosius Holbein para a edição de Utopia impressa na Basileia, em 1518. Atualmente, existem oito exemplares da primeira edição, um deles abrigado na Lauingers Library, em cujo site foi visualizada a gravura utilizada neste artigo.

18. Boogaart fala de “láminas de notícias y tarjetas cuyas funciones coinciden: la propaganda y la ostentación del poder, aunque su enfoque podría diferir considerablemente”.

19. Terá lugar nessa região uma literatura de caráter moral e religioso, inspirada pela Contra Reforma católica. O Brasil aparece aí nas cartas jesuíticas.

20. O poeta neerlandês teria visto índios brasileiros em Lisboa “nus como recém-nascidos”; cf. STOLS, “Iconografia do

As invasões holandesas no Brasil multiplicariam as oportunidades dos flamengos de conhecerem a América Portuguesa e, inversamente, as chances de residentes no Brasil irem à Holanda. Vários cristãos-novos radicados no Brasil lá voltavam para visitar parentes ou fazer negócios e índios eram levados para serem treinados como intérpretes. “Holandeses surgem nas denúncias do Santo Ofício em Pernambuco, alguns com profissões comerciais, mantendo relações talvez com patrícios da Europa” (MELLO, 1987: 37).

As *Denúncias de Pernambuco* mencionam os exemplos de André Pedro e Antonio Vilhete. O primeiro é descrito como “flamengo de nação, solteiro mercador, respondente a mercadores moradores na Alemanha” (DENÚNCIAÇÕES DE PERNAMBUCO, 1929: 253) enquanto que o segundo é “flamengo de nação, mancebo sem barba que parece ser de alguns vinte anos, caixeiro, já ladino no português” (DENÚNCIAÇÕES DE PERNAMBUCO, 1929: 167). Gonsalves de Mello lembra os exemplos de Maria d’Almeida, “mulher do mundo” e de Adriano Verdonck, “autor de uma *Memória Dirigida ao Sr. Presidente e Demais Srs. Do Conselho desta Cidade de Pernambuco*, entregue ao Conselho Político em 20 de maio de 1630” (MELLO, 1987: 37).

Toda a circulação de pessoas contribuía para a troca de informações e para que um imaginário sobre o Brasil se firmasse nos Países Baixos mais do que o de qualquer outra localidade da América nos séculos XVI e XVII.

Juntamente com o aparecimento de referências ao Brasil na cultura escrita circulante, é possível acompanhar o mesmo movimento no que compete à cultura visual da época. Entretanto, no século XVI, comparado ao número de registros escritos, a frequência de temas brasileiros nas expressões visuais é muito menos empolgante. Nesse período, pouca coisa se conhecia além dos desenhos presentes nos livros de Léry, Thevet e Staden, reproduzidos na obra *América tertia pars memorabile provinciae Brasilianae historiam continens*²¹ (1592) de Theodor de Bry (1528-1598), que era natural de Liège. Pode-se ainda destacar a produção de estampas alegóricas onde são retratados elementos tipicamente brasileiros (mas não exclusivos) como o tatu, o penacho e as flechas em representações do continente americano. Torna-se muito comum o uso de motivos brasileiros para a composição das representações da América presentes nas alegorias dos quatro continentes²² que surgem na Europa a partir do

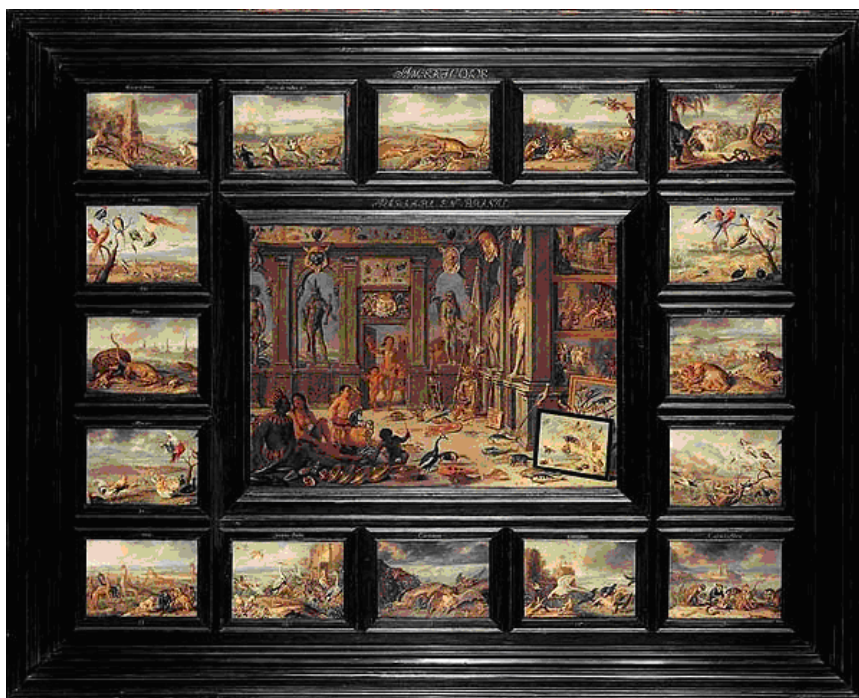


Americque. América da série Os quatro continentes, pintada em 1691. Óleo sobre cobre; 48,5 x 67,5cm. Pertencente à coleção da Alte Pinakothek Muchen, Munique.

Brasil nos Países Baixos do século XVI ao XX: uma tentativa de avaliação global”. In: Revista da USP, São Paulo, n.30, junho/ agosto, 1996, p. 20-31.

21. Obra baseada nos escritos de Hans Staden e Jean de Lery tratando do contato entre os conquistadores e os nativos.
22. Zinka Ziebell aponta para a tradição européia de alegorias das quatro estações e afirma que “a descoberta de um quarto continente serve de pretexto para sua incorporação temática no terreno artístico das alegorias”; cf. ZIEBELL, Terra de Canibais, Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 52). Essa tese baseia-se no uso das figuras femininas enquanto esquema representacional para as quatro estações, que poderia ter sido reaproveitado para a representação alegórica dos continentes a partir do surgimento desse novo tema, provocado pela descoberta do “Novo Mundo”. Algumas dúvidas podem ser lançadas sobre esse ponto de vista: o primeiro questionamento é se as figuras femininas teriam sido utilizadas como esquemas para representar os continentes a partir da descoberta da quarta parte do mundo, ou se é um recurso anterior a isso, mesmo quando os continentes conhecidos eram três. Entretanto, considerando a célebre alegoria pintada por Peter Paul Rubens (1577-1640) lança-se um novo elemento no debate: Rubens funde o esquema das figuras femininas com o tema dos quatro rios do paraíso, representados pelas figuras masculinas segurando vasos que derramam água e seres típicos da flora de cada continente. Aqui, formula-se o questionamento sobre quão antigo seria o recurso ao motivo dos quatro rios para representar as quatro porções do mundo. Seria interessante um levantamento dessas representações dos quatro continentes para que se pudesse responder a tais dúvidas.

início do século XVI. Tomemos como exemplo a capa do *Theatrum Orbis Terrarum*²³ (1570) de Abraham Ortelius (1527-1598) (abaixo).



Americque. América da série *Os quatro continentes*, pintada em 1691. Óleo sobre cobre; 48,5 x 67,5cm.

Na gravura, a América é retratada em posição inferior, como uma índia deitada no chão, segurando uma cabeça humana em referência ao canibalismo, indolente em virtude do clima tropical, e nua fazendo alusão ao caráter não-civilizado. Era traçada aí uma clara oposição em relação à Europa, sentada em trono triunfante e ostentando pujante vestimenta. Construía-se aí uma representação hierárquica dos continentes do mundo, na qual a América ocupa o lugar mais abaixo e a Europa desfila seu triunfo. Sobre tal hierarquia nas representações dos continentes, Anthony Pagden nos conta que:

Entre o início do século XVII e fim do século XVIII, imagens dos quatro continentes apareceram nos lugares mais improváveis. Havia referências tanto à recente adquirida visão de um mundo vastamente ampliado quanto ao triunfo da Europa sobre o mesmo, um triunfo o qual apenas as ciências e as artes haviam tornado possível²⁴. (PAGDEN, 2002: 51)

As referências ao canibalismo, à nudez ou à indolência, além dos artefatos indígenas nas imagens da América enquanto qualificativos de seus nativos têm como importante fonte os relatos de viagens ao Brasil. Assim, diversos elementos associáveis ao Brasil foram empregados para representar a América entre os continentes. Outro exemplo é a alegoria dos quatro continentes pintada por Jan van Kessel²⁵ (1612-1679) (figura abaixo), já datada do século XVII.

23. A primeira edição do *Theatrum Orbis Terrarum* foi realizada, na Antuérpia, por Gilles Coopens, com 53 mapas. Até 1572, foram publicadas mais três edições em latim, na Alemanha, na França e na Holanda. Até a morte de Ortelius, em 1598, foram feitas cerca de 25 edições.

24. “From the early sixteenth to the late eighteenth century images of the four continents appeared in the most unlikely places. They were reminders both of the newly acquired vision of a vastly enlarged world and of Europe’s triumph over so much of it, a triumph that only the sciences and the arts had made possible”; cf. PAGDEN, *The Idea of Europe: from Antiquity to European Union*. Cambridge: University Press, 2002, p. 51.

25. A alegoria de Van Kessel não recorre, como acontece na capa do livro de Ortelius, às figuras femininas ou aos quatro rios como na pintura de Rubens (ver nota 22). Escolhe paisagens, elementos da fauna e da flora e tipos humanos que sejam característicos de cada localidade. Jan Van Kessel organiza as pinturas em quatro painéis. Cada um deles possui uma grande pintura no centro, representando uma região capaz de representar o continente como um todo, e, ao redor, dela pinturas menores com figuras representando locais importantes de cada continente. O painel da América tem como

Essas representações imagéticas eram costumeiramente baseadas nos relatos como os de Hans Staden, André Thevet e Jean de Léry. Daí a recorrência de temas como a nudez²⁶, o canibalismo²⁷ e a indolência²⁸ provocada pelo clima tropical muito freqüente nesses escritos. Muitos dos pintores das alegorias não possuíam experiência do Brasil que não fosse por intermédio dos relatos escritos. Os relatos de viagem e especialmente os três supracitados constituíram as principais fontes para os pintores das alegorias, influenciando-os tanto nos temas, quanto nos motivos²⁹ escolhidos para representá-los. As representações pictóricas acabavam sendo tentativas de transposição do texto em imagem. Podem-se tomar como exemplo dessa transposição as ilustrações das edições dos relatos de viagem. Abaixo, temos as gravuras sobre a antropofagia dos textos de Hans Staden (à esquerda) e de Jean de Léry (à direita).



Gravuras representando a antropofagia nas obras *Viagem à Terra do Brasil* (a direita), de Jean de Léry, e *Duas viagens ao Brasil* (à esquerda), de Hans Staden, reproduzidas na edição de 1592 da *América tertia pars memorabilis provinciae historiae continens*, de Theodor De Bry.

imagem principal, uma pintura cujo título é *Paraíba no Brasil*, que exhibe o indígena e elementos da fauna e da flora brasileiras. Compondo o painel sobre a América, entre as pinturas menores, em torno da imagem central, estão representações de localidades do Brasil como Olinda, Itamaracá e a Bahia. 26. O tema da nudez aparece em Léry na seguinte passagem: “Antes, porém, de encerrar este capítulo, quero responder aos que dizem que a convivência com esses selvagens nus, principalmente entre as mulheres, incita à lascívia e à luxúria. Mas direi, em que pesem as opiniões em contrário, acerca da concupiscência provocada pela presença de mulheres nuas, a nudez grosseira das mulheres é muito menos atraente do que comumente imaginam. Os atavios, arrebiques, postiços, cabelos encrespados, golas de rendas, anquinhas, sobre-saias e outras bagatelas com que as mulheres de cá se enfeitam e de que jamais se fartam, são causas de males incomparavelmente maiores do que a nudez habitual das índias, as quais, entretanto, nada devem às outras, quanto à formosura. Se a decência me permitisse dizer mais, tenho certeza de que responderia a quaisquer objeções com vantagem. [...] não merecemos louvor por condená-los austeramente, só porque sem pudor andam desnudos, pois os excedemos no vício oposto, no da superfluidade do vestuário”; cf. LÉRY, *Viagem à terra do Brasil*, São Paulo: EDUSP, 1980, p.121.

André Thevet, corroborando com a visão do índio enquanto bárbaro que surge então, associa a nudez à bestialidade indígena ao afirmar que a América “era e ainda é habitada por estranhíssimos povos selvagens, sem fé, sem lei, religião e nem civilização alguma, vivendo antes como animais irracionais, assim como os fez a natureza, alimentando-se de raízes, andando sempre nus tanto os homens quanto as mulheres, à espera do dia em que o contato com os cristãos lhes extirpe essa brutalidade, para que eles passem a vestir-se, adotando um procedimento mais civilizado e humano. É por isso que devemos louvar afetuosamente ao criador por ter permitido que possuíssemos uma idéia mais clara das coisas, não deixando que fôssemos assim brutais como estes pobres americanos”; cf. THEVET, *Singularidades da França Antártica*, São Paulo: EDUSP, 1978, p.98.

27. A antropofagia foi um tema de bastante impacto na Europa nos séculos XVI e XVII. O choque de realidade advindo da experiência de testemunhar tal prática certamente desviou o olhar dos europeus, o que terminou por dar uma incrível força ao tema do canibalismo nas representações e descrições da América e, especialmente, do Brasil. Sobre o canibalismo, diz Thevet que “Logo que esse continente, como já se disse, foi inicialmente descoberto, no ano 1492, por ordem do rei de Castela, os selvagens, admirados com a vista de homens tão estranhos, como eram para eles os cristãos, acreditaram tratar-se de profetas, assim os honrando como se foram deuses. Quando, porém, essa canalha notou que os europeus adoeciam, morriam e estavam sujeitos às mesmas paixões que eles, deu em desprezar e maltratar os colonos, como aconteceu aos que, depois, espanhóis ou portugueses, foram para a América. A tal ponto que, se alguém ofende os selvagens, não hesitam estes em matar e devorar um cristão, à semelhança do que fazem com seus inimigos. Isso, todavia só ocorre em certos lugares, especialmente entre os canibais, que não se alimentam de outra carne senão a humana, como os europeus se alimentam da carne de boi ou da de carneiro”; cf. THEVET, *Op. Cit.*, p. 179.

28. Para os viajantes, como Thevet, a proximidade dos trópicos explica a indolência e a covardia dos nativos, como se pode ver na seguinte passagem das *Singularidades da França Antártica*: “[...] todos os outros povos setentrionais são corajosos, uns mais, outros menos, em contrapartida os que vivem mais para o lado do pólo oposto, especialmente, nas o seu calor natural”; cf. THEVET, *Op.cit.*, p. 248.

Alguns desenhos de selvagens brasileiros também apareciam em livros de costumes; e gravuras de plantas e animais nos livros de Clusius, que não viajou ao Brasil, embora possuísse um conhecimento da terra a partir do seu trânsito na colônia flamenga de Lisboa, onde deve ter tido acesso a um livro de desenhos feitos na Bahia pelo mercador Hans Uffele (STOLS, 1996: 26). Entretanto, esses registros pictóricos não são muito numerosos e não pressupõem uma experiência direta com as terras brasileiras, contrastando com as realizações de Frans Post e Albert Eckhout que são exemplos de uma virada, principalmente no caso do segundo, na forma de representar e descrever o Brasil, ocorrida durante a dominação holandesa³⁰.

Outra forma de representação visual na qual podemos notar a presença do Brasil na produção flamenga é a cartografia. Segundo Ernst van den Boogaart, “no século XVI e nos primeiros decênios do XVII, não se pode falar de uma clara diferença entre mapas e pinturas tanto no aspecto técnico como no funcional”³¹ (BOOGAART, 1992: 310). O historiador holandês dá o exemplo dos retratos topográficos como os planos de cidade a vôo de pássaro e cenas da história contemporânea situadas em contexto topográfico. Governantes compraziam-se em decorar suas salas com mapas dos continentes até mesmo como ostentação de poder e cargos. “Seu papel no governo da República e concretamente sua função de estrategista e almirante na região atlântica neerlandesa (...) acabam refletidos nas decorações mediante mapas e pinturas”, diz Boogaart (BOOGAART, 1992:311)³².

A produção de mapas também servia a uma necessidade de conhecimento, era instrumento da administração, e sua importância aumentaria com o progresso técnico durante o século XVII. Os governadores dispunham de uma mapoteca, administrada freqüentemente por um topógrafo ou engenheiro. Desenvolveu-se bastante o mapa narrativo montado com gravuras de fauna, flora e costumes locais dispostos na topografia e que visava à ordenação claramente disposta da informação política e militar, sendo útil para a administração, para os estudos históricos naturais, como carta marinha, além de ser narrativo do ponto de vista literário e artístico. Bons exemplos são os mapas de Marcgrave e Adriaen van der Donck (1618-1655), já no século XVII.

Mapas, livros de marinharia, e Atlas tratando da América e do Brasil já existiam na mapoteca do palácio de Orange desde antes de 1596. Juntamente com a produção cartográfica, eram importantes as gravuras, nas, já aqui mencionadas, cartas de notícia. Nesse momento, tornam-se comuns as presenças de pintores nas expedições, muitas vezes com o propósito de ilustrar tais cartas.

Para o grande público, circulavam lâminas e vistas pintadas ou desenhadas fazendo referência aos acontecimentos históricos. Essas lâminas tinham como destino freqüente os gabinetes de colecionadores como Laurens Van der Hem (1621-1678), um rico de Amsterdã

29. No que respeita ao uso da terminologia “motivo” e “tema”, sigo Erwin Panofsky na distinção que faz entre os termos. O “motivo” se refere às formas puras representativas de objetos naturais como animais, plantas ou um artefato qualquer. O “tema” seria a composição feita com os motivos, somados a assuntos e conceitos, encerrando um significado. Para maiores detalhes sobre as noções de “motivo” e “tema” em estudos iconográficos, ver PANOFSKY, Erwin. *Significados nas Artes Visuais*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

30. Essa “virada” na forma de representar é proporcionada pela importância conferida, no século XVII, à observação direta da natureza para a sua representação pela arte. Nesse sentido, merecem maior relevo os trabalhos de Albert Eckhout, exatamente por buscar nesses termos uma representação mais verossímil. As paisagens pintadas por Frans Post, por outro lado, são muito marcadamente estruturadas a partir de modelos figurativos herdados de uma tradição flamenga de pinturas de paisagens à qual pertence o célebre Jacob Van Ruisdael (1628-1682), que não consegue rupturas relevantes com os esquemas europeus para a representação da realidade observada. Sobre a noção de “esquema” na representação pictórica, ver: GOMBRICH, Ernst. *Arte e Ilusão: Um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

31. “En el siglo XVI y en los primeros decenios del siglo XVII, no se puede hablar de una clara diferencia entre mapas y pinturas tanto en aspecto técnico como en el funcional”

32. “Su papel en el gobierno de la Republica y concertamente su función de estrategia y almirante en la región atlántica neerlandesa com las regiones y fortificaciones quedan reflejados en las decoraciones mediante mapas y pinturas”.

que reuniu 2500 cartas impressas e desenhadas. Esses gabinetes costumavam abrigar diversos mapas murais e Atlas coloridos impressos. O *Atlas Major* de Joan Blaeu (1596-1573) merece, aqui, destaque pelas lâminas dedicadas à África e à América e por ser a publicação mais cara da época. Nessa época, desenvolve-se um mercado de produções cartográficas dirigido ao público colecionador. Eram impressas luxuosas edições do Atlas, incluindo diversos mapas da região atlântica, e era realizada, paralelamente, à venda de lâminas complementares. Além do material, o conteúdo diferia: não trazia vistas costeiras e o texto não continha indicações para navegação (BOOGAART, 1992: 320), justamente por não se destinarem à marinharia. Circulavam também no mercado guias marítimos com acabamentos de luxo, ampliados, com folhas manuscritas, especialidade da família Vingboons, em cujas impressões há mapas do Brasil.

Considerações Finais

Tratei até então da presença de referências ao Brasil no meio cultural nos Países Baixos durante o século XVI e as duas primeiras décadas do século XVII. O interesse, aqui, foi o de verificar quais meios de circulação de informações sobre o Brasil existiam à época. Nesse sentido, analisamos os movimentos de pessoas entre as colônias de comerciantes tanto em Portugal quanto na Holanda e ressaltamos o importante papel do trânsito de cristãos-novos. Em seguida, comentei o aumento da participação de holandeses nas viagens pelo Atlântico, e as contribuições de viajantes estrangeiros com experiências no Brasil, que circulavam pelos Países Baixos. Observei que, associado a esse movimento de pessoas, havia um outro, de textos, relatos de viagem que traziam descrições do Brasil e repercutiam nas manifestações culturais locais. A partir de então procurei verificar como temas brasileiros apareciam na pintura, na cartografia e nos escritos e destacamos o surgimento de uma literatura de caráter geográfico, estratégico, quando do acirramento das rivalidades das Províncias Unidas com a Espanha e das dificuldades comerciais com o advento da União Ibérica, que fizeram os flamengos considerarem a conquista territorial. Portanto, tive o intuito de afirmar que havia desde antes da invasão holandesa, um hábito de fruição, uma curiosidade e uma presença do Brasil no meio cultural flamengo. O caráter desse interesse, e das formas de falar do Brasil sofrem transformações no processo histórico devido a novas necessidades sociais, políticas e econômicas e ao conseqüente surgimento de novos arranjos mentais. O período da ocupação holandesa no nordeste brasileiro será extremamente rico nesse sentido.

A produção e circulação de textos e imagens sobre o Brasil ganharam maior relevo durante a aventura holandesa no nordeste brasileiro durante a primeira metade do século XVII. Esse é um século também muito relevante no que diz respeito à produção do conhecimento e de mudanças nas formas de observar a natureza, flexibilizando, quando não rompendo totalmente, alguns paradigmas. O século XVII será marcado por uma valorização da observação direta da natureza, seja na nova filosofia natural, seja na arte³³. Tais traços da cultura europeia desse

33. Refiro-me aqui principalmente à valorização da observação direta da natureza presente nas reflexões de Leonardo da Vinci e Gian Lorenzo Bernini. Da Vinci apontava para a importância da experiência sensível como de suma importância para o conhecimento da natureza e entendia que a idéia do belo na arte estava atrelada à imitação fiel do real, mesmo que plasticamente feio. Bernini defendia a observação direta da natureza e a tentativa de imitá-la fielmente como pressuposto de uma arte perfeita, quebrando com a tradição renascentista que via na imitação dos modelos clássicos o caminho mais profícuo para a representação perfeita da natureza. O “empirismo” visto na esfera da arte em Bernini e Da Vinci, era também real no pensamento de filósofos como Francis Bacon e Giambattista Vico. Havia também um maior reconhecimento da utilidade dos saberes mecânicos para o desenvolvimento da ciência e, com isso, uma revalorização dos instrumentos como o telescópio utilizado por Galileu, em 1609. Essa valorização do artesão e do artista se refletia na importância adquirida pelas gravuras nos tratados de ciências descritivas como a botânica e a zoologia, e nos livros de medicina como o de Andrea Vesalio. Essas mudanças mais o conhecimento de textos clássicos como a História Natural de Plínio e dos modelos dos bestiários medievais, ajudaram a formar a base sobre a qual seriam estruturadas as histórias naturais do século XVII. É esse tipo de atmosfera mental que fará Christian Mentzel, no prefácio do *Theatrum*

período permitiram uma abordagem do Brasil com novos enfoques, e feita sob novos métodos. Merecem destaque as histórias naturais, tanto pelo conteúdo e organização do texto, das classificações e descrições, quanto pela preocupação com a verossimilhança nas imagens enquanto recurso precioso de complemento da informação escrita. Essas novas preocupações são conseqüências da formação de novas formas de pensar e de novas necessidades. O Brasil passará a ser mais presente na produção cultural flamenga e passará a ser visto com novos olhos. O clímax dessas novas formas de relatar, que poderá ser um tema para a continuação deste trabalho, será vivido durante o período da administração de Maurício de Nassau.

Bibliografia

BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Tradução: Cláudio Brandão. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

BOOGAART, Ernst van de net all. *La expansión Holandesa en el Atlántico*. Madrid: Mapfre, 1992.

BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BRANDÃO, Ambrosio Fernandes. *Dialogo das Grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956.

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Denúncias de Pernambuco. Primeira Visitaçao do Santo Ofício às partes do Brasil. São Paulo, 1929.

GOMBRICH, Ernst. *Arte e Ilusão: Um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEITE, José Roberto Teixeira. “Viajantes do Imaginário: A América Vista da Europa, Séc. XV-XVII” In: Revista da USP, São Paulo, n.30, junho / agosto, 1996, 32-45.

LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições 70.

LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1980.

MELLO, Evaldo Cabral de (et. all.) *O Brasil e os Holandeses: 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

MELLO, Jose Antonio Gonçalves. *Dois relatórios holandeses*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951.

_____. *Tempo dos Flamengos: Influência da Ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Massangana, 1987.

rerum naturalium brasiliae, dizer que as gravuras foram “pintadas com a preocupação de serem o mais próximo possível do real” (grifo meu); cf. TEIXEIRA (org.), Brasil Holandês: Theatrum rerum naturalium brasiliae, Rio de Janeiro: Index, 1995; e Zacharias Wagener em seu Tierbuch afirmar que decidiu “finalmente, tanto quanto o permitisse o tempo vago deixado por suas obrigações, fornecer aqui ilustrações tão cuidadosas quanto possível dessas curiosidades” (grifo meu); cf. TEIXEIRA (org.), Brasil Holandês, volume II: O ‘Tierbuch’ e a ‘Autobiografia’ de Zacharias Wagener, Rio de Janeiro: Index, 1997.

MORUS, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: Ediouro.

PAGDEN, Anthony. *The Idea of Europe: From Antiquity to European Union*. Cambridge: University Press, 2002.

PALAZZO, Carmem Lícia. *Entre Mitos, utopias e Razão: Os olhares franceses sobre o Brasil (Séculos XVI a XVIII)*. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

PANOFSKY, Erwin. *Significados nas artes visuais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

RODRIGUES, Jose Honório. *Historiografia e bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

ROSSI, Paolo. *O Nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1988.

STOLS, Eddy. “Iconografia do Brasil nos Países Baixos do Século XVI ao século XX: uma tentativa de avaliação global” In: Revista da USP, São Paulo, n.30, junho / agosto, 1996, 20-31.

TEIXEIRA, Dante Martins (Org). *Brasil Holandês, volume II: O “Tierbuch” e a “Autobiografia” de Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Index, 1997.

_____. *Brasil Holandês: Theatrum rerum naturalium brasiliae*. Rio de Janeiro: Index, 1995.

_____. *Brasil Holandês: a alegoria dos continentes de Jan Van Kessel “o velho”: uma visão seiscentista da fauna dos quatro cantos do mundo*. Rio de Janeiro: Index, 2002.

THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

_____. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: EDUSP, 1978.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. Departamento Técnico. *Bibliotheca Universitatis: Livros Impressos dos Séculos XV e XVI do Acervo Bibliográfico da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial, 2000.

VAN HOUT, Jan. *Loterijspel*. Leiden, 2005.

ZIEBELL, Zinka. *Terra de canibais*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

Breno Machado dos Santos

Jean de Léry: O Montaigne dos viajantes

Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora
brenomsantos@ig.com.br

Resumo

Este artigo faz uma análise comparada entre a obra do viajante francês Jean de Léry e o ensaio “Os Canibais” de Michel de Montaigne. Além de buscar apontar a existência de semelhanças entre os dois textos - uma vez que ambos apresentam uma orientação de escrita pautada por um forte relativismo cultural - este estudo busca reforçar a peculiaridade dos escritos do calvinista dentre a produção de viajantes contemporâneos que estiveram em terras brasileiras. Ao tecer algumas críticas a determinadas práticas e costumes da sociedade europeia quinhentista, Léry, valendo-se de sua experiência entre os tupinambás durante o período em que participou do fracassado projeto “França Antártica”, nos dá um exemplo de como a curta experiência do “Novo Mundo” foi capaz de fomentar transformações na sua maneira de enxergar a sociedade europeia de seu tempo.

Palavras-Chave: Montaigne, Jean de Léry, Relativismo Cultural.

Abstract

This article does a compared analysis between the French voyager Jean de Léry's work and the Michel de Montaigne's audition “Os Canibais”. Besides indicating the occurrence of similarity between the texts, since both present an orientation of writing lined by a strong cultural relativism, this study pursuits to show the peculiarity that belongs to the calvinist's writings concerning the contemporaneous voyagers' production of those who were in Brazilian's lands. Doing some criticisms to certain practices and habits of the European cinquecentist society, Léry, using his experience among the Tupinambás during the period which he has participated of the unsuccessful project “França Antártica”, give us an example of how the short experience of the “Novo Mundo” was capable to promote transformations on his way to see the European society of his age.

Enviado em 07 de janeiro de 2008 e aprovado em 17 de março de 2008.

Keywords: Montaigne, Jean de Léry, Cultural Relativism.

Introdução

Em um recente artigo publicado, Carlo Ginzburg buscou realizar uma leitura de “Os Canibais” de Montaigne mostrando como alguns contextos agiram na produção deste texto clássico (Ginzburg, 2007). Embora o historiador italiano tenha apontado inúmeros elementos que provavelmente teriam inspirado a Montaigne o ensaio sobre os nativos brasileiros, é particularmente em relação a uma referência presente em tal artigo que este estudo vem se debruçar: trata-se de a obra intitulada “Os verdadeiros retratos e vidas de homens famosos gregos, latinos e pagãos, baseados em seus quadros, livros medalhas antigas e modernas” do franciscano André Thevet - publicada em Paris no ano de 1584 – “ter despertado a curiosidade de Montaigne” (Ginzburg 2007: 70). Segundo Ginzburg, embora Thevet não possa ser comparado a Montaigne em originalidade e inteligência, ambos, porém “compartilhavam uma posição anti-hierárquica”, o que os permitia olhar para além dos limites da Europa (Ginzburg 2007: 71).

Ao fazer tal afirmativa, Ginzburg parece ter deixado exposta uma lacuna que merece atenção. Não seria possível incluir nesta perspectiva anti-eurocêntrica a obra *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry, francês enviado juntamente com Thevet ao fracassado projeto França antártica, quando da primeira tentativa dos franceses estabelecerem uma colônia no “Novo Mundo”?

Uma leitura comparada da obra de Léry, juntamente com o ensaio “Os Canibais” de Montaigne, enfocando aspectos pautados por um agudo sentido de relativismo cultural presente em ambos os textos, nos permitirá apontar, através de muitos traços significativos, a existência de um estilo semelhante de escrita entre o livro daquele que foi apelidado por muitos como o Montaigne dos viajantes (Gaffarel, 1980: 29) e um dos principais textos do fundador do gênero literário ensaísta (Burke, 2006).

As obras e seus contextos

Antes de partir para a análise dos conteúdos da obra de Léry e do ensaio de Montaigne, cabe, de início, realizar alguns apontamentos referentes aos diferentes contextos de produção de cada texto, assim como traçar os caminhos tortuosos que os mesmos perpassaram antes de alcançarem suas respectivas versões finais.

Nascido em La Margelle no ano de 1534, Jean de Léry pertencia a uma família de burgueses¹. Em 1552, com apenas dezoito anos, Léry já se encontrava em Genebra seguindo os cursos de teologia e as prédicas orientadas por Calvino. Em 1555, após a recente fundação de uma colônia francesa na baía de Guanabara, o vice-rei da “França Antártica” Durand de Villegagnon, envia uma carta diretamente a Ítalo Calvino expondo seus projetos de que a nova colônia se tornasse uma terra onde os seus compatriotas pudessem gozar de liberdade para praticar a religião reformada (Gaffarel, 1980: 19-20). Deixado de lado o debate em relação às verdadeiras intenções do “inconstante” Villegagnon², o fato é que quatorze genebrinos, incluindo dois pastores e o sapateiro e artesão Léry, partem para o “Novo Mundo” em 19 de novembro de 1556 (Léry 1980: 59). Após quase um ano de vivência em terras brasileiras, Jean de Léry inicia sua viagem de regresso rumo à Europa em 4 de janeiro de 1558, alcançando a Bretanha em 26 de maio do mesmo ano (Léry, 1980: 266).

1. Segundo Gaffarel é possível que a família de Jean de Léry fosse não de burgueses, mas sim de modestos fidalgos, uma vez que estes foram os primeiros a se tornarem seguidores da Reforma.

2. Segundo Léry, há duas hipóteses que explicam o motivo de Villegagnon ter deixado de seguir os preceitos da religião reformada: a primeira seria o fato de Villegagnon ter recebido cartas do cardeal de Lorena - irmão de Francisco de Guise, grande inquisidor de França e chefe do Partido Católico - censurando-lhe haver abandonado o catolicismo; a segunda hipótese se deve a dissimulação por parte de Villegagnon com o intuito de obter mão-de-obra para sua “empresa” (Léry 1980: 99).

Embora tenha escrito, logo após o seu retorno à Europa, uma narrativa da “Perseguição dos fiéis nas terras da América”, Léry não pretendia escrever nenhum livro (Milliet, 1980: 15). A verdadeira intenção do viajante francês era levar a Calvino diversas informações minuciosas do “Novo Mundo” com o intuito de que o relatório pudesse trazer algum tipo de benefício aos possíveis exilados da região reformada, e também de limpar de culpa a sua atuação no Brasil (Milliet, 1980: 15)³. Somente após a imposição de seus amigos é que Jean de Léry resolve compor, no início da década de 1560, uma obra relatando detalhadamente suas experiências e impressões relacionadas à viagem feita ao Brasil. No entanto, uma série de acontecimentos surpreendentes envolveu a publicação de sua narrativa. Não tendo sido impressa de imediato, o manuscrito acabou desaparecendo, obrigando o viajante calvinista a reescrevê-lo. Espantoso é o fato de a nova edição também ter sido perdida. Por fim, o mais interessante é que após todos estes percalços, a primeira edição foi encontrada no ano de 1576 e então publicada em 1578 (Gaffarel, 1980: 23)⁴. Uma vez que os relatos de viagens no século XVI eram extremamente cobiçados devido ao desejo de novidade dos europeus, rapidamente a obra obteve sucesso junto ao público. Posteriormente, surgiram outras edições traduzidas para o holandês, o alemão e o latim⁵.

Michel de Montaigne, embora tenha sido um contemporâneo de Jean de Léry, apresenta uma história de vida bastante distinta de seu conterrâneo. Nascido em 1533, Montaigne era descendente de uma família de burgueses enriquecidos e teve sua criação e educação influenciadas pela mentalidade aristocrática medieval (Chauí, 2000: 6). Quando criança, os familiares e criados eram obrigados a falar-lhe apenas em latim com o intuito de facilitar seu aprendizado da linguagem culta da época. “Além disso, um preceptor alemão, incapaz de falar vulgarmente em francês, encarregou-se de ensinar-lhe as primeiras letras no idioma de Cícero” (Chauí, 2000: 6). Aos seis anos de idade Montaigne foi enviado ao Colégio de Guyene, em Bourdeaux, onde continuou seus estudos até a adolescência. A formação em Direito constituiu o último passo de sua educação (Chauí, 2000: 6).

Além do refinado desenvolvimento intelectual, outra importante marca sempre presente nas biografias de Montaigne é a forte amizade com Etienne de la Boétie, seu companheiro inseparável nas experiências voltadas para os “divertimentos mundanos”. Com o falecimento de la Boétie no ano de 1563, a vida de Montaigne passa a sofrer profundas transformações. Envolvido por um sentimento de extrema melancolia, Michel recolhe-se em seu castelo nas terras de Montaigne, em 1570, “aspirando viver sossegadamente com os livros” (Chauí, 2000:7).

É no contexto descrito acima que Michel de Montaigne inicia a tarefa de escrever seus Ensaios, concebidos pela ausência de regras convencionais, sendo “resultados da inclinação ao devaneio, à meditação e à análise”, assim como “do costume de anotar as obras lidas quando lhe viam ao espírito tantas fantasias ‘sem ordem nem propósito’” (Chauí, 2000: 8)⁶. Embora os Ensaios I e II tenham começado a serem escritos em 1572, foram publicados somente em 1580, sendo que o terceiro livro foi redigido no período compreendido entre os anos de 1585 e 1588. Por fim, uma importante questão que deve ser destacada é quanto ao fato de os Ensaios só terem recebido sua versão final no início da década de 1590, uma vez que os textos eram continuamente revistos e estavam abertos para o acréscimo de novas idéias. (Chauí, 2000: 10).

3. Entre as principais intenções de Léry ao publicar sua obra *Viagem à Terra do Brasil* estava o combate “as mentiras e erros” presentes na “Cosmografia” de André Thevet, principalmente em relação às colônias levantadas contra os viajantes calvinistas (Léry, 1980: 35-36).

4. A devolução da obra foi feita por um nobre fidalgo, que após ficar saber do desaparecimento do manuscrito, “de tal modo se interessou por encontrá-lo” achando-o no ano de 1576 (Léry, 1980: 35).

5. Ver: OLIVIERI, Antônio Carlos & VILLA, Marco Antônio (org). *Cronistas do Descobrimento*. Antônio Carlos de Olivieri & Marco Antônio Villa (org). Ática: São Paulo, 2000, 67-68.

GAFFAREL, P. Nota Bibliográfica. In: LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

6. *Grifos meus*.

Relativismo cultural: indígenas e europeus nos escritos de Montaigne e Léry

Uma das principais características presentes nos Ensaaios de Montaigne é o ceticismo que conduz à relativização, “negando a possibilidade de o conhecimento atingir a natureza (physis) das coisas, permanecendo adstrito ao plano da convenção (nomos) humana” (Chauí, 2000: 12). Embora as formulações céticas já estivessem presentes no pensamento dos sofistas do século V a. C – entre eles Protágoras de Abdera e Górgias de Leontinos e mesmo antes, como em Xenófanes de Colofônio -, o surgimento do ceticismo como escola filosófica só ocorre no período helenístico através de Pirro de Elis (360-270 a.C). Outros filósofos como Arcesilau (315-241 a.C) e Carnéades (214-129 a.C) representaram o ceticismo que se desenvolveu a partir de determinados aspectos do platonismo, marcando um dos principais períodos do ceticismo grego ligado a Academia platônica, também chamada de Nova Academia. As obras de Ptolomeu de Cirene e, principalmente de Enesidemo de Cnossos e Sexto Empírico – sendo este uma das principais influências de Montaigne -, marcaram, durante os séculos II e III da era cristã, a última fase do ceticismo grego (Chauí, 2000: 12).

No ensaio “Os Canibais”, a relativização surge nos escritos de Montaigne na medida em que o autor vai expondo suas idéias em relação à sociedade indígena e a civilização européia. Montaigne não vê “nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos [indígenas]; na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra” (Montaigne, 2000: 195). Neste sentido, prossegue Montaigne,

Esses povos não me parecem, pois, merecer o qualificativo de selvagens somente por não terem sido senão muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano e não haverem quase nada perdido de sua simplicidade primitiva (...) Ninguém concebeu jamais uma simplicidade natural elevada a tal grau, nem ninguém jamais acreditou pudesse a sociedade subsistir com tão poucos artifícios (Montaigne, 2000: 196).

Após deixar claro seu julgamento sobre a natureza das sociedades “primitivas”, Montaigne vale-se das comparações como recurso de escrita, o que lhe permite tecer duras críticas em relação aos hábitos e costumes pertencentes aos habitantes do “Velho Mundo”.

Ao descrever algumas práticas presentes nas guerras travadas pelos tupinambás, que culminavam na morte do prisioneiro através dos ritos antropofágicos, Montaigne explicita

Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade, mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado (...) Podemos portanto qualificar esses povos como bárbaros em dando apenas ouvidos à inteligência, mas nunca se os compararmos a nós mesmos, que os excedemos em toda sorte de barbaridades (Montaigne, 2000: 199).

Em uma outra passagem, destinada a falar sobre o costume da poligamia presente em muitos grupos étnicos ameríndios, Montaigne expõe mais uma comparação:

Os homens têm várias mulheres, em tanto maior número quanto mais famosos e valentes. Particularidade que não carece de beleza, nesses lares o ciúme, que entre nós impele nossas esposas a impedir que busquemos a amizade e as boas

graças de outras mulheres, entre elas a induzir a arranjam outras para seus maridos (Montaigne, 2000: 202).

Por fim, embora o ensaio de Montaigne apresente outras passagens relacionadas à exaltação das sociedades indígenas em detrimento da civilização européia – como, por exemplo, os parágrafos destinados à falta de cobiça, assim como a valentia e honra dos nativos - cabe apenas citar mais um exemplo: trata-se do episódio da visita dos indivíduos tupinambás à corte francesa.

Três dentre eles (e como lastimo que se tenham deixado tentar pela novidade e trocado seu clima suave pelo nosso!), ignorando quanto lhes custará de tranqüilidade e felicidade o conhecimento de nossos costumes corrompidos, e quão rápida será sua perda, que suponho já iniciada, estiveram em Rouen quando ali se encontrava Carlos IX (...) Alguém lhes havendo perguntado mais tarde o que pensavam da cidade e o que ela lhes tinha revelado, citaram três coisas. Esqueci a terceira, e o lamento, mas lembro-me das duas outras. Disseram antes de tudo que lhes parecia estranho tão grande número de homens de alta estatura e barba na cara, robustos e armados e que se achavam junto do rei (provavelmente se referiam aos suíços da guarda) se sujeitassem em obedecer a uma criança e que fora mais natural se escolhessem um deles para o comando. Em segundo lugar observaram que há entre nós gente bem alimentada, gozando as comodidades da vida, enquanto metades de homens emagrecidos, esfaimados, miseráveis mendigam às portas dos outros (...) e acham extraordinário que essas metades de homens suportem tanta injustiça sem se revoltarem e incendiarem as casas dos demais (Montaigne, 2000: 202-203).

Partindo para a obra de Léry podemos constatar, além da descrição do *modus vivendi* e dos costumes dos tupinambás – aliás, feita de maneira minuciosa -, a também existência de um elevado e explícito relativismo cultural. Segundo Sérgio Milliet,

Léry revela em toda a sua obra uma qualidade notável, raríssima em seu tempo de paixões e preconceitos e só encontrável atualmente, no senso dos espíritos mais adiantados de nossa civilização ocidental: o senso de relatividade dos costumes, a simpatia, no sentido sociológico da palavra, que conduz à compreensão dos semelhantes e a análise objetiva de suas atitudes. Esse estado de espírito, que comporta certo ceticismo muito do gosto científico, nós o observamos em alguns grandes escritores do Renascimento, principalmente em Montaigne, que por tantas outras características, inclusive o estilo, se aparenta a Jean de Léry (Milliet, 1980: 16).

Assim, vejamos algumas passagens da obra *Viagem à Terra do Brasil* que dão sustentação às idéias expostas acima. O primeiro exemplo refere-se à justificativa dada pelo francês ao fato de muitos indígenas alcançarem 120 anos de idade, sendo a maioria dos velhos desprovidos de cabelos brancos ou grisalhos. Segundo Léry, além do bom clima da terra, o outro motivo de tal fenômeno é o fato de os nativos se preocuparem pouco com as coisas deste mundo.

E de fato nem bebem eles nessas fontes lodosas e pestilenciais que nos corroem os ossos, dessoram a medula, debilitam o corpo e consomem o espírito, essas fontes em suma que, nas cidades, nos envenenam e matam e que são a desconfiança e a avareza, os processos e intrigas, a inveja e a ambição. Nada disso tudo os inquieta e menos ainda os apaixona e domina, como adiante mostrarei. E parece que haurem todos eles na fonte da Juventude (Léry, 1980:112).

Outro exemplo de acentuado relativismo cultural pode ser visto nas palavras do calvinista francês quando se refere à nudez dos nativos.

Antes porém de encerrar este capítulo, quero responder aos que dizem que a convivência com esses selvagens nus, principalmente entre as mulheres, incita à lascívia e à luxúria. Mas direi que, em que pese as opiniões em contrário, acerca da concupiscência provocada pela presença de mulheres nuas, a nudez grosseira das mulheres é muito menos atraente do que comumente imaginam. Os atavios, arrebiques, postiços, cabelos encrespados, golas de rendas, anquinhas, sobre saias e outras bagatelas com que as mulheres de cá se enfeitam e de que jamais se fartam, são causas de males incomparavelmente maiores do que a nudez habitual das índias, as quais, entretanto, nada devem às outras quanto à formosura (...). O que disse é apenas para mostrar que não merecemos louvor por condená-los austeramente, só porque sem pudor andam desnudos, pois os excedemos no vício oposto, no da superfuidade de vestuário (Léry, 1980: 121).

As idéias de Léry em relação à poligamia tupinambá também são semelhantes às de Montaigne.

(...) podem os homens ter quantas mulheres lhe apraz e quanto ter quantas mulheres lhe apraz e quanto maior o número de esposas mais valentes são considerados, o que transforma portanto o vício em virtude (...) O que me parece admirável é que havendo sempre uma, entre elas, mais amada do marido, não se revoltam as outras e nem sequer demonstrem ciúmes (...) E deixo aos meus leitores considerarem se, ainda que não fosse proibido por Deus ter mais de uma mulher, se acomodariam as européias com esse regime matrimonial. Melhor seria condenar um homem às galés do que metê-lo no meio de tanta intriga e ciumeira (...) Como poderiam as nossas damas viver unidas se o simples preceito, imposto por Deus à mulher, de ajudar e socorrer o marido, já as torna o demônio familiar das próprias casas? (Léry, 1980: 224).

Uma última passagem que merece destaque refere-se ao episódio em que Léry faz considerações a respeito da partida dos calvinistas das terras brasileiras.

(...) muitos dentre nós, que haviam encontrado na terra meios de servir a Deus e apreciavam a fertilidade do país, não desejarem regressar à França, onde as dificuldades eram então e são ainda incomparavelmente maiores no que concerne à religião e mesmo à vida cotidiana. E teriam ficado se não fora o tratamento recebido de Villegagnon. Assim, ao dizer adeus à América, aqui confesso, pelo que me respeita, que, embora amando como ainda amo a minha pátria, vejo nela a pouca ou nenhuma devoção que ainda subsiste e as deslealdades que usam uns para com os outros; tudo aí está italianizado e reduzido a dissimulações e palavras vãs, por isso lamento muitas vezes não ter ficado entre os selvagens nos quais como amplamente demonstrei, observei mais franqueza do que em muitos patrícios nossos com rótulos de cristão (Léry 1980: 250-251).

Assim, acredito que a partir dos fragmentos citados acima já nos é possível relacionar os escritos de Montaigne e de Jean de Léry, na medida em que o relativismo cultural é uma forte marca presente em ambos os textos.

Conclusão

Ao analisar, através de uma leitura comparada, a obra do calvinista francês Jean de Léry juntamente como um dos mais importantes ensaios de Montaigne – “Os Canibais” -, podemos confirmar a presença, em ambos os textos, de um claro sentido de relativismo cultural atuante no pensamento de tais autores.

Assim, podemos, primeiramente, apontar a existência de um caráter peculiar na obra de Léry, se posta lado a lado com a produção de outros viajantes que estiveram em terras brasileiras no século XVI (entre eles Hans Staden, Ulrich Schmidel, André Thevet, Anthony Knivet), assim como na produção intelectual dos primeiros missionários jesuítas. Imbricados em uma estrutura imaginária vinculada ao universo europeu, a maior parte dos viajantes quinhentistas apresentavam dificuldades em se desvencilhar das formas de pensamento herdadas do “Velho Mundo”. De acordo com Laura de Mello e Souza, os escritos produzidos durante os três séculos de colonização no Brasil - sejam de religiosos, cronistas ou viajantes - são, de maneira geral, marcados por uma visão negativa quando tratavam da humanidade dos indígenas, que, por sua vez, é caracterizada por três níveis de percepção: como uma outra humanidade (exótica), como animais, ou ainda, como demônios (Souza, 1986).

Daí a necessidade de afirmar a importância dos escritos de Léry, comparáveis aos de Montaigne, na medida em que conseguiu romper com o etnocentrismo europeu, promovendo importantes reflexões e questionamentos sobre as idéias em voga no “Velho Mundo”.

Por outro lado, cabe uma segunda e última questão que remete às idéias de Ginzburg citadas no início deste artigo: Uma vez tendo sido apontado uma influência da obra de Thevet nos Ensaios de Montaigne, não seria possível fazer o mesmo com a obra de Léry?

Segundo Ginzburg, a história pode ser reconstruída com base em rastros, indícios, sendo que tal processo implica, implicitamente, uma série de conexões naturais e necessárias. Fora de tais conexões naturais, cabe ao historiador se mover no âmbito do verossímil, do provável (Ginzburg, 2002: 57-58).

Desta forma, muitos elementos tratados por este artigo podem nos induzir a considerar o contato de Montaigne com a obra de Léry. Entre eles está o fato de serem autores contemporâneos e conterrâneos. Além disso, nada impede de levantarmos a hipótese de as desconhecidas trajetórias das duas edições perdidas por Léry – escritas em um momento anterior aos Ensaios – terem passado pelas mãos de Montaigne, um rico e erudito colecionador de “objetos” que remetiam a viagens por terras desconhecidas e exóticas⁷.

No entanto, o fato de o ensaio “Os Canibais” apresentar um acentuado relativismo cultural, assim como inúmeras informações referentes à sociedade indígena tupinambá, pode também encontrar explicações que não necessitam perpassar por relações com a obra de Léry.

Primeiramente, é difícil acreditar que o relativismo cultural apresentado por Montaigne tenha sido influenciado pela obra de Léry, uma vez que tal pensamento filosófico encontra suas raízes na Antigüidade Clássica, berço dos principais autores apreciados por Montaigne. No máximo, talvez se possa considerar, no caso de o ensaísta ter tido o contato com a obra de Léry, o fato de esta ter despertado uma admiração no nobre erudito.

Em segundo lugar, em relação às descrições da cultura e modo de vida dos tupinambás presentes no texto de Montaigne, devemos apontar que o ensaísta afirma ter conseguido reunir dados através de informações coletadas pela conversa – por meio de um intérprete - com um dos três indígenas levados a Rouen (Montaigne, 2000: 203), assim como ouvindo o relato de um viajante que “permanecera dez ou doze anos” no lugar a que Villegaignon deu o nome de “França Antártica”. (Montaigne, 2000: 193).

Assim, embora tais apontamentos não nos permitam alcançar alguma conclusão, fica lançada a sugestão para que os estudiosos de Montaigne possam esclarecer a questão do possível

7. Reforça tal hipótese o evento exposto na nota de número 4.

contato por parte de um dos mais célebres pensadores quinhentistas com a obra do simples Jean de Léry, o “Montaigne dos viajantes”.

Bibliografia

Relatos Coloniais e Documentos Impressos

ANCHIETA, José de. Informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

CARDIM, Fernão. Tratados da terra e Gente do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

CARTAS AVULSAS (Azpicuelta Navarro e outros). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LÉRY, Jean de. Viagem à Terra do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

KNIVET, Anthony. Incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

NÓBREGA, Manoel da. Cartas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

THEVET, André. As singularidades da França Antártica. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

Livros e Artigos

ANDRADE, Oswald de. A Utopia Antropofágica. São Paulo: Globo, 2005.

BURKE, Peter. Montaigne. São Paulo: Edições Loyola, 2006. (Coleção Mestres do Pensar).

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Vida e Obra. In: MONTAIGNE, Michel de. Ensaios I. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2000. (Coleção Os Pensadores).

GAFFAREL, Paul. Notícia Biográfica & Nota Bibliográfica. In: LÉRY, Jean de. Viagem à Terra do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

- GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Olhos de Madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LACAPRA, Dominick. *Historia intelectual: Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTI, José Elías. "Giro lingüístico" e historia intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- MILLIET, Sérgio. Jean de Léry. In: LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio I*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2000. (Coleção Os Pensadores).
- SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa-Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Itamara Silveira Soalheiro

A apreensão do território mineiro nos relatos de Auguste de Saint-Hilaire: uma leitura relacional

Universidade Vale do Rio Doce
Bolsa de Iniciação Científica BIC-FAPEMIG
Orientador: Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir o conceito de território numa perspectiva relacional interligando-o com os relatos do naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que construiu importantes observações sobre o Brasil oitocentista, principalmente sobre a Província de Minas Gerais. Os relatos de Saint-Hilaire marcam um momento importante de formação do território brasileiro, por isso teve-se a intenção de partir da leitura sistemática de suas observações para buscar perceber as características relacionais daquele território em formação.

Palavras-chave: Território, Viajante Naturalista, Minas Gerais.

Abstract:

The objective of this study is to discuss the concepts of territory in the relational perspective. In this way, we present this relational perspective connected with the reports of the naturalist Auguste Saint-Hilaire. He did in his work important descriptions of the Brazil's life in the nineteenth century, mainly about the province of Minas Gerais. The reports of Saint-Hilaire are a reference to this important moment of the Brazilian territory formation. This is one of the reasons of beginning a systematic reading of Saint-Hilaire observations to capture the relational characteristics of the territory formation in the Minas Gerais province.

Key words: Territory, Naturalist Traveler, Minas Gerais, Saint-Hilaire

Enviado em 11 de fevereiro de 2008 e aprovado em 12 de março de 2008.

Introdução

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, verificou-se um grande influxo de estrangeiros nos trópicos. Dentre eles estavam viajantes naturalistas, que além dos trabalhos relacionados às ciências naturais, formularam importantes considerações sobre a economia, política e cultura do Brasil do século XIX. O botânico Auguste de Saint-Hilaire foi um dos viajantes que se destacou compondo uma série de observações, principalmente, sobre o centro e centro-sul deste território entre 1816 e 1822. Este naturalista percorreu as províncias patrocinado pelo governo francês, tendo como intuito oficial enviar pesquisas e coleções ao Museu de História Natural de Paris. Seus cadernos de viagem foram mais tarde publicados compondo assim fonte importante para a percepção daquele período.

O artigo que aqui se apresenta tem como principal interesse à tentativa de se aplicar a conceituação de território nos relatos de viajantes naturalistas. Apesar do conceito, como é formulado hoje, não o ter sido no início do século XIX, o conteúdo a que ele se refere se faz presente em tais relatos? O que se pretende é identificar se os viajantes, mesmo sem ter o conceito de território¹, construíram observações que permitem compreender o território relacional², a utilização do espaço, as relações sociais presentes, as articulações sócio-ambientais e as relações interespaiais.

Em um primeiro momento se fez necessário compreender as conjunturas presentes no último quartel do século XVIII e primeira metade do XIX, para se estabelecer e distinguir o lugar de onde o naturalista produziu seu texto, tanto no sentido temporal como espacial. Esta análise possibilita o melhor entendimento da percepção, conceitos e preconceitos destes homens para com o objeto da observação. O trabalho constituiu-se em determinar o padrão da observação e da construção do discurso de Saint-Hilaire, a partir do que foi observado, com objetivo de identificar os elementos privilegiados pelo olhar do naturalista. Isso significa ir além da identificação da visão de território própria de sua época, aquela que percebia o território enquanto espaço e divisão político-administrativa.

O conceito de território, para além da idéia geográfica tradicional, é um campo inovador. Nas palavras de Milton Santos: “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005: 1). Tendo o uso do território como objeto de análise, pode-se questionar qual o seu uso foi observado nos relatos de Saint-Hilaire. Dos textos do naturalista emergem processos culturais, econômicos, sociais e ambientais. Tais processos decorrem do tempo e do seu desenvolvimento no espaço determinado, portanto, compreendê-los é perceber as durações que envolvem a formação da província de Minas Gerais.

Contexto encontrado pelo viajante

Para se fazer uma análise acerca dos escritos de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais é preciso compreender a conjuntura histórica que marcou a produção de seus relatos. Ora, Saint-Hilaire era fruto de uma Europa iluminista e a partir dela construiu suas próprias visões acerca do novo

¹ O conceito de território originalmente está ligado à Geografia Política do teórico Friedrich Ratzel, cujo fundamento foi elaborado na segunda metade do século XIX.

² Entende-se o território relacional como expressão da multidimensionalidade da apropriação e representação social do espaço, bem como da propriedade do território existir sempre em relação a outros. O caráter relacional remete ao vivido territorial (relações cotidianas e habituais) por atores e indivíduos sociais, constituindo-se uma qualidade subjetiva, que por meio do simbólico permite a tomada de consciência do espaço como “meu espaço” e, ao mesmo tempo, do “eu” como parte desse espaço, tecendo identidade e pertencimento ao território. Território relacional é um conceito utilizado em análises que privilegiam a utilização do espaço e as relações sociais que o compõem em detrimento da idéia tradicional de que território consiste em uma divisão espacial e política (RAFFESTIN, 2003; HAESBART, 2002; EDUARDO, 2006).

mundo. Nos relatos dos viajantes se nota a “percepção do sujeito observador formado por determinado contexto histórico” (LISBOA, 1997: 67).

Os viajantes que estiveram em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX, traziam consigo as concepções ilustradas acerca da sociedade. As elites locais não deixavam também de partilhar tais concepções, mesmo que alteradas pela distância e pela realidade intrínseca a colônia/província. Quanto a isso, Keneth Maxwell contribui para compreensão deste contexto com sua análise da conjuntura vivida por Portugal e Brasil a partir da atuação do Marquês de Pombal, enfocando a reforma do sistema educacional português, expulsão dos jesuítas, construção do império Atlântico, inclusão das elites locais no sistema de poder e privilégios, adoção de princípios ilustrados e, concomitantemente, aumento das contradições. (MAXWELL, 1996).

Maxwell faz também uma apreciação da geração de 1790 que se movimentou propondo a Inconfidência Mineira, interligando-a com a conjuntura maior do Império Luso-Brasileiro. O autor faz uma análise da elite intelectual e sua relação com o Iluminismo, relação essa que, segundo o autor, possibilitou o pensar uma política diferenciada para o Brasil, com intuito de mantê-lo como domínio português (MAXWELL, 1999).

Fazendo uma releitura da perspectiva de Keneth Maxwell, está Ana Rosa Cloquet da Silva. A autora analisa o conceito de “acomodação” empregado pelo brasilianista, na sua busca de explicação para as relações entre a elite mineira e a metrópole, no período entre 1792 e 1808. As elites locais teriam se acomodado ao *statu quo* pós-Inconfidência Mineira submetendo-se aos desígnios da monarquia dos Bragança e a um determinado lugar dentro do Império. A autora discorda do conceito de acomodação, porque a escolha por reformas e pelo referencial político da família real portuguesa não anulou o movimento interno para manutenção de interesses e concepções próprias. Estaria presente o sentimento de pertencimento político a uma esfera local, um “ser de Minas”.

A capitania vivia um processo marcado pelo esgotamento do ouro e pela reorientação socioeconômica e geográfica. Esta conjuntura se aprofunda no decorrer da primeira metade do século XIX, sendo acrescida pelos acontecimentos europeus, particularmente os derivados da Revolução Francesa; pelos processos de independência latino-americanos, especialmente os choques em São Domingos; pela presença da Corte no Rio de Janeiro e as mudanças daí decorrentes; pelo processo de Independência do Brasil e constituição da Província de Minas Gerais; entre outros. O quadro de mudanças era local e global, impondo às elites uma revisão de seus critérios de valoração política em âmbitos micro e macro-territoriais, particularmente de suas relações com a Monarquia. O desejo de manter privilégios fez com que as elites mantivessem relações de conciliação e unicidade com o poder central, sem deixar de buscar seus interesses por meio da afirmação de especificidades (DA SILVA, 2006).

O contexto político transitório encontrado pelos viajantes naturalistas marcou suas observações acerca do Brasil. A própria entrada dos naturalistas nos trópicos mantém relações com o processo de mudança desencadeado pela presença da Corte no Rio de Janeiro e pela abertura dos portos, até culminar com o processo de Independência e construção do Estado Nacional.

Alguns autores escreveram sobre a visão que se tinha do Brasil no Velho Mundo. Entre eles está Karen Macknow Lisboa, que partindo de sua análise sobre os viajantes naturalistas Spix e Martius, faz com que o leitor compreenda o trabalho desses observadores e como a Europa construiu suas visões sobre os trópicos (LISBOA, 1997). Sobre Saint-Hilaire destaca-se o texto de Lorelai Kury, que faz um retrospecto das viagens do naturalista, enfocando que seu interesse de um retorno com prestígio à França fez com que atuasse como um viajante exemplar, com importantes contribuições científicas (KURY, 2003.). Regina Horta Duarte escreveu sobre os olhares dos viajantes no Vale do Rio Mucuri. Entre os viajantes que percorreram tal região está Maximiliano, Saint-Hilaire e Tschudi, que discutiram, principalmente, sobre as matas exóticas e as populações indígenas que na região encontraram (DUARTE, 2002.).

Um conceito em questão: território

O conceito de território como categoria de análise traz um enfoque mais apurado que aquele de Friedrich Ratzel. Este teórico deu particular enfoque a Geografia Política analisando principalmente a relação entre o Estado e o espaço, o território aparece como espaço vital da realização do Estado-Nação. Tal conceito se apresenta diferente em Paul Vidal de La Blache, o qual deu um outro enfoque fazendo uma ligação entre a Geografia Física e a Geografia Humana, para que o conceito se tornasse mais flexível e incorporasse a relação entre a sociedade e a natureza (HAESBAERT, 2002.).

Porém, mesmo desenvolvendo o conceito essa discussão ainda é restrita a alguns estudiosos, entre eles estão os geógrafos Claude Raffestin e Milton Santos. Estes autores que, “usando termos diferentes, mostraram uma convergência conceitual quando se referiam à produção do espaço ou do território na geografia e na geografia política [...] Ambos partem de uma situação sem intervenção social do homem para uma produção social deste” (VIANNA, 1996).

Segundo Milton Santos, território se constitui a partir da utilização a ele atribuída e das relações sociais que o compõem, fazendo com que haja um dinamismo neste espaço. Com essa idéia inicial do que é território, emergem outros conceitos que também possuem este sentido não estático. Na visão de Santos, o território é o espaço vivido, onde se produzem relações. Nas palavras do teórico:

O povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissolúvelmente relacionadas. Daí a necessidade de revalorizar o dado local e revalorizar o cotidiano como categoria filosófica e sociológica, mas como uma categoria geográfica e territorial (SANTOS, in: KOGA (*Medidas de cidades*), 2003: 35 e 36).

Claude Raffestin, em sua obra *Por uma geografia do poder*, expõe sua perspectiva do conceito de território. Para o autor o espaço é anterior ao território, é nele que o território se forma. Em suas palavras, o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 2003, pp. 144).

Os conceitos de território como espaço marcado por relações de poder (Raffestin) e de espaço vivido (Milton Santos) abrem possibilidades para uma nova leitura dos textos de Saint-Hilaire. No tocante a compreensão dos usos, costumes e relações sociais presentes na sociedade mineira do século XIX, esta conceituação parece bastante apropriada. Suas categorias de análise no que se referem ao território relacional e vivido podem ter nos relatos de Saint-Hilaire uma leitura da sociedade mineira e de suas relações com o trabalho, com a religião, com o poder local e com a vida privada.

A idéia de Raffestin do território marcado por relações de poder pode contribuir para a percepção de como a sociedade mineira nascente construía suas relações de poder local e com as esferas superiores, provincial e imperial; além das relações de poder que permeiam a estrutura social e o jogo político marcado pelo compadrio e clientelismo. Permite perceber como o espaço vivido e relacional se constitui também a partir de relações marcadas pelo poder.

Fazendo também uma análise do território em sua perspectiva relacional está o GETERR³. Em artigo de Márcio Freitas Eduardo, demonstrou-se a relação entre Território, trabalho e poder. Para isso, foram utilizados autores que estão presentes nas demais análises acerca do território, autores como: Ratzel e sua Geografia Política; Raffestin com uma análise mais econômica e

3. Grupo de Estudos Territoriais que tem como instituição principal a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Campus de São Francisco Beltrão), mas que mantém relação com a Faculdade de Ciências Tecnológicas da UNESP (Campus Presidente Prudente).

política do território, observando num viés relacional; Foucault e suas análises acerca do poder. Além de autores como Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet que tentaram interpretar as interfaces do território: as noções política, econômica e cultural do território (EDUARDO, 2006).

Estes autores percebem que o território é composto de multiterritorialidades e, conseqüentemente, configura-se como realidade fragmentada, isto é, as pessoas se relacionam nos diversos espaços sociais dentro do território. Segundo Saquet:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2004: 28).

Para que fique explicitado, utilizamos, enfim, o conceito de território enquanto um conjunto de relações sócio-espaciais historicamente delimitadas, o qual é fruto da atuação do homem no espaço e de variadas relações. Existem relações específicas dentro de determinado espaço dando a ele características particulares que demarcam sua formação enquanto território. Por Exemplo, a região mineradora da província de Minas Gerais se compõe como território porque traz características particulares que fazem com que seja identificada como tal, não é o espaço somente que identifica esta região, mas também as relações específicas que a diferem de outro território. Entretanto, se há essa tendência de um território se caracterizar por suas similaridades existem também as manifestações diferenciadas que coexistem dentro do todo que é um território. Estas podem ser entendidas como territorialidades, que se mostram como manifestação dentro do território, é na territorialidade que o caráter relacional do território aparece, como por exemplo, os costumes diferenciados de cada região dentro do todo maior que seria a província de Minas.

Saint-Hilaire e o território

Analisamos a partir da narrativa de Saint-Hilaire como o território da província de Minas Gerais era transformado a partir das relações ali existentes. Ora, Minas Gerais apresentava em determinadas regiões densidade demográfica expressiva para o período, bem como diversificadas atividades econômicas, administrativas, clericais. Em outras regiões as características eram diferentes, seja no tocante à densidade da população ou nos tipos de atividades econômicas ou nos costumes. A historiografia, a partir da década de 1980, teve em comum refutar as proposições de que o declínio do ouro desarticulou a sociedade e economia mineira, atrofiando-a. A dinâmica diversificada de Minas Gerais explicaria inclusive o aparecimento de uma importante elite com participação ativa na política do Império (PAIVA, 1996).

Isso demonstra uma apropriação do espaço que se deu de forma historicamente determinada, e que o território das Minas Gerais do século XIX não deve ser entendido de maneira estática e unitária, mas sim em sua dinâmica própria e com as diversas territorialidades que o compõe. À medida que se desenvolve a viagem de Saint-Hilaire se percebe a heterogeneidade, os processos em curso e as inter-relações que se estabelecem. Ele passa por lugares que lhe remetem questões que estão além daquele lugar em si, mas não deixam de manter relação com aquele local.

Essa relação com o local está presente quando o viajante chega a Vila do Príncipe, seus relatos centram-se em descrever minuciosamente as relações administrativas da cidade, da província, do território chamado Brasil e do todo maior que era o Império luso-brasileiro. O autor ao invés de centrar-se numa descrição do local percebe a grandiosidade das relações que não só o compunham, mas também o império luso-brasileiro. Entretanto, o local é um importante

fator para sua leitura da administração, pois suas anotações foram produzidas principalmente a partir de seu contato com os homens que ocupavam cargos administrativos importantes em Vila do Príncipe (SAINT-HILAIRE, 1974: 144-164).

O mesmo ocorre quando ele chegou à cidade de Mariana. O autor não se preocupa em analisar simplesmente as características físicas do lugar, mas sim a descrever as relações clericais da província de Minas Gerais. Isso oferece a hipótese de que Mariana se apresenta como um território que se formou, principalmente, a partir do estabelecimento e atuação de seu conhecido bispado (SAINT-HILAIRE, 1974, pp. 81-86).

Percebendo isso, deve-se levar em consideração que a narrativa do autor não se compõe apenas gradativamente a partir dos lugares que percorre, ele constrói sua visão para além do espaço. Essa visão muitas vezes se forma a partir das possibilidades que o espaço apresenta ao viajante, as relações que compõem esse espaço falam sobre ele, fazendo com que se perceba o território não somente partindo de suas divisões tradicionais. Por isso a possibilidade de aplicação do conceito de território relacional, pois os relatos de Saint-Hilaire são fontes importantes para se perceber a formação do território, enquanto locus de variadas relações que projetaram realidades diversificadas para Minas Gerais.

Alguns trechos da obra de Saint-Hilaire foram selecionados com o intuito de exemplificar melhor a categoria de análise: Território relacional. O exemplo que se segue demonstra como uma única descrição do viajante possui uma variedade de possibilidades de análises. Pode-se apreender que muitas vezes o território poderia se formar a partir dos costumes locais, vestuário, festas e clero, formando também territorialidades distintas. Além de que o trecho demonstra como o espaço físico mantém relação direta com o espaço simbólico, o que enriquece ainda mais a percepção de que o território não se forma somente com algo palpável.

A quinta-feira santa é considerada nesse lugar como uma das maiores festas do ano: nesse dia não se trabalha, e se celebrou na igreja matriz de Vila do Príncipe, uma missa com música, à qual assistiram com traje de gala as pessoas de maior consideração do local [...] Os párocos, não sendo obrigados a officiar em missas solenes, recebem uma retribuição todas as vezes que celebram uma. [...] O vigário recebeu 4000 reis (25 fr.), e os adjuntos que serviram de diácono e sub-diácono, foram pagos na mesma proporção (SAINT-HILAIRE, 1974: 151).

No próximo exemplo é possível observar a relação entre a mineração e o contingente populacional de Vila Rica. Numa perspectiva relacional, é identificável que em Vila Rica é o uso do território que o compõe como tal e não seu espaço a priori, tanto que sua população se mantinha elevada devido à exploração do ouro, porém continua a ser povoada devido aos usos que se fizeram deste local.

A população de Vila Rica que chegou a ser de 20 mil almas, está atualmente reduzida a 8 mil, e essa vila estaria mais deserta ainda se não fosse a capital da província, a sede da administração e a residência de um regimento” (SAINT-HILAIRE, 1974: 70).

O autor percebe pontos de convergência entre a vida no sertão e nas localidades auríferas, questões que vão além do espaço de ocupação, mas que remetem a economia e as condições de vida. Observar o território que compõem o sertão é perceber as condições naturais, a demografia e o cotidiano particular, partindo da percepção que se tem do outro, nesse caso fazendo um contraponto com as localidades auríferas, o que demonstra a diversidade das Minas Gerais.

[...] muitas vezes, mesmo, fui obrigado a privar-me de coisas de que necessitava, porque não me podiam arranjar troco. Como não se extrai ouro das terras do

sertão, os bilhetes denominados bilhetes de permuta não tem curso ali. Não se conta, outrossim, por vinténs de ouro, como nas regiões auríferas da província, mas por vinténs de vinte réis, como se pratica no Rio de Janeiro e numa porção doutros lugares (SAINT-HILAIRE, 1974: 318-319).

Neste exemplo é possível perceber a relação entre terra, mineração, administração e relações pessoais. O território pode ser um espaço simbólico, onde as relações compõem um lócus particular, construindo assim as chamadas territorialidades. É notável que não é possível fazer uma análise estática do território, pois ele se compõe de relações e não somente como uma divisão político-administrativa.

É necessário um título especial para poder retirar o ouro da terra, e esse título é concedido pelo oficial ao qual se dá o nome de guarda-mor. Consegue-se o direito de procurar ouro em um terreno cultivado por outro, mas debaixo da obrigação de conceder uma indenização ao lavrador. É fácil compreender-se que semelhante costume acarreta os mais graves inconvenientes, e é uma fonte de disputa de ódios (SAINT-HILAIRE, 1974: 109).

Os exemplos buscam elucidar a diversidade da narrativa de Saint-Hilaire. Cabe destacar que a tentativa de perceber o território relacional nos escritos do naturalista é concomitantemente uma tentativa de busca pela aplicação do conceito de território relacional.

Conclusão

Concluimos que o conceito de território pode ser empregado nos relatos de Saint-Hilaire no que confere a análise da sociedade mineira oitocentista. Estes relatos abrem espaço para percepção dos variados espaços que compunham a Província de Minas Gerais e cruzados com as categorias de análise territoriais podem demonstrar tais espaços de forma mais expressiva.

Isso evidencia uma apropriação do espaço que se deu historicamente determinada, o território das Minas Gerais do século XIX deve ser entendido em sua dinâmica própria e nas diversas territorialidades que o compõe. Saint-Hilaire percebe os lugares que descreve a partir de questões que estão além daquele lugar em si, mas não deixam de manter relação com aquele local.

A narrativa do autor não se forma presa aos lugares que percorre, ele constrói sua visão para além do espaço. Por isso a aplicação do conceito de território relacional, pois os relatos de Saint-Hilaire são fontes importantes para se perceber a formação do território enquanto lócus de variadas relações que projetaram territorialidades diversificadas para Minas Gerais.

Foi perceptível que os resultados deste trabalho são preliminares, abrindo espaço para discussões que tenha o conceito de território como seu suporte teórico. Tal conceituação se mostra abrangente e possibilita que o espaço seja apropriado pela abordagem histórica, pois se demonstrou aqui que o espaço não necessariamente deve ser tomado como um dado a priori, ele pode ser observado de forma complexa, a partir das relações que o compõem e o transformam em Território.

Bibliografia

Fontes:

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (01/06/1816 – 22/09/1817)* – tradução de Vivaldi Moreira. Ed Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (29/01/1822 – 05/05/1822)*. Tradução Revista e Prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

Bibliografia teórica:

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. OSAL, ano VI, nº 16, ENERO-ABRIL, 2005.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de geografia, São Paulo, v.54, 1977.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre território de vidas e territórios vividos*. São Paulo, Cortez, 2003, pp. 33-80.

VIANNA, Pedro Costa Guedes. *Revista Paranaense de Geografia. Associação dos geógrafos brasileiros*. Número 1, 1996. Artigo retirado do site: www.agbcuritiba.hpgig.com.br.

EDUARDO, Marcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. Campo-território: *Revista De Geografia Agrária*, v.1, n.2, 173-195, ago. 2006.

BORDO, Adilson Aparecido. *As diferentes abordagens do conceito de território*. Disponível em <http://www.temasemdebate.cnpm.embrapa.br> . Acessado em 3 de dezembro de 2007.

HAESBAERT, Rogério. *La Blache, Ratzel e a “geografia política”*. *GEOgrafia*, Ano IV, nº 7 - jan-jun, 2002. Publicação on-line em dezembro de 2004 Disponível em http://www.uff.br/geographia/rev_07/nossosclassicos7.pdf. Acessado em 3 de dezembro de 2007.

Bibliografia historiográfica:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Lisboa, Of. Pascoal da Silva, 1721-1728.

DA SILVA, Ana Rosa Clochet. *Minas no contexto da acomodação: as relações de poder, as práticas políticas e a tessitura das identidades*. Revista Aulas: dossiê identidades nacionais. N. 2 – outubro/novembro 2006.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: editora Perspectiva, 1972.

DUARTE, Regina Horta. *Olhares estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri*. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 22, nº 44, pp.267-288, 2002.

FALCON, Francisco. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. revisada, São Paulo: Globo, 2001.

KURY, L. B. *Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar*. Intellèctus, Rio de Janeiro, v. Ano 2, n. 3, p. 1-11, 2003.. Disponível em <http://www.intellectus.uerj.br> .Acessado em 3 de dezembro de 2007.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia de Império Luso Brasileiro, in: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e terra, 1999, pp.157-191.

PAIVA, Clotilde Andrade. *Populações e Economia em Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo, USP, 1996 (Tese de Doutorado).

PRADO JR., Caio. *A formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

José Leandro Peters

Schlichtborst e Ribeyrolles:
Visões opostas sobre a escravidão no Brasil do século XIX

Graduando em História
pela Universidade
Federal de Juiz de Fora.
leandropeters@click21.com.br

Resumo:

O presente estudo visa a apresentar uma análise da escravidão no sudeste brasileiro durante o século XIX, expondo a situação escrava desde o embarque até o cativo, procura-se utilizar de uma versão historiográfica, consolidada após a década de 1980, conjugada com o relato de dois viajantes. Buscando extrair elementos que demonstrem que o cativo não se resumia a maus tratos e trabalho, mas que ali também existiam relações de solidariedade, uma cultura, lembranças do passado e perspectivas de futuro. Abordam-se também algumas diferenças entre a escravidão urbana e a escravidão rural, e a consequente preferência da primeira frente à segunda, na medida que permitia a formação de um pecúlio, uma maior autonomia e podia ter como consequência a aquisição da alforria de forma mais ligeira.

Palavras-chave: escravidão no Império, cativo, autonomia.

Abstract:

The present study aim at to present na analisys of slavery in brasilian south-est during the nineteen century, exposing the situation slave since the embarkment even the slavery, search to utilite of a historiografic version, consolidate offerwards the decade of 1980, conulgate with the report of report two traveller. Looking for to extract elements that demonstrate that the slavery abreviatet the bad trataments and labour, but that there also existed solidarity relations, a culture, remembrance of past and future perspectives. The article board also some differences between urban slavery and rural slavery and the consequent preference of first front the second the measure that wold permit be the formation of a money reserves, a bigger autonomy and wold can be to have how consequence the acquisition of liberty of form more quick.

Key-words: slavery in Empire, slavery, autonomy.

Enviado em 05 de janeiro
de 2008 e aprovado em
06 de abril de 2008.

Introdução:

“O escravo é um ente privado de direitos civis; não tem o de propriedade o de liberdade individual, o de honra e reputação; todo o seu direito como criatura humana reduz-se ao de conservação da vida e da integridade de seu corpo; e só quando o senhor atenta contra esse direito é que incorre um crime punível. Não há crime sem violação de direito.” (CASTRO, 1998: 338)

No presente trabalho, pretendeu-se desenvolver uma visão sobre a escravidão, no Brasil do séc. XIX, que considera o escravo como um indivíduo que se encontra sob os desejos e ambições despóticos de seu senhor. Por isso a intenção não é passar ao leitor a imagem de um ser coisificado, mas sim um indivíduo que carrega consigo uma grande carga cultural, uma lembrança de seu passado que não se perdeu na travessia do Oceano Atlântico; essa carga cultural assim como o convívio em grupo propiciou a esses escravos a possibilidade de suportarem e resistirem ao cativeiro.

Para chegar a tal conclusão, recorreu-se a obras de autores como: Hebe Mattos de Castro; Manolo Florentino; Sidney Chalhoub, Roberto Guedes Ferreira e Robert Slene, e utilizou-se como fonte primária dois relatos de viagem: um que apresenta o escravo como um ser coisificado, um animal que vive em bandos em ninhadas, sem vontade própria, lembrança ou perspectiva de futuro; e outro que apresenta o escravo como um ser que possui memória, vontade, perspectiva de futuro e resistência. Ambas as visões estão impregnadas de certos preconceitos, principalmente pelo fato de serem dois europeus escrevendo sobre a escravidão no sudeste brasileiro visando atingir um público europeu.

Do apresamento ao comércio.

O tráfico negreiro não levou para a África a prática da escravidão, essa já existia no território africano quando os portugueses iniciaram o comércio a fim de angariar mão-de-obra para cultivar as terras de suas colônias. Os portugueses utilizaram as redes hierárquicas do continente africano durante o apresamento de negros, ou seja, na maioria das vezes não eram os portugueses que capturavam os negros, mas sim uma elite já estabelecida. O comércio de negros na África se desenvolveu basicamente na costa oeste do continente, principalmente na região da África central. Os africanos não eram caracterizados ou nomeados de acordo com a localidade ou tribo na qual foram aprisionados, mas de acordo com o porto em que foram embarcados.

Embora esses escravos viessem de várias tribos possuíam uma cultura comum que predominava na região da África Central, a chamada cultura bantu. Esses escravos falavam a mesma língua e tinham traços culturais semelhantes, dos quais destacam-se o fato de as sociedades se estruturarem em torno da família concebida como um grupo de parentesco que traça sua origem a partir de um ancestral comum e o de possuírem valores ligados “a idéia de que o universo é caracterizado em seu estado normal pela harmonia, o bem-estar e a saúde, e que o desequilíbrio o infortúnio e a doença são causados pela ação malévola de espíritos ou de pessoas, freqüentemente através da feitiçaria.” (SLENES, 1999: 143)

A viagem para o continente americano é feita em navios apertados. Segundo Schlichtborst, ex-Tenente de Granadeiros Alemães do Exército Imperial que esteve no Brasil no início do século XIX, em um navio que transportaria 300 europeus alojam-se 400 escravos. Durante a viagem, esses negros alternavam entre estarem empregados no trabalho do convés ou guardados no porão.

“Dão-lhes alimentação adequada à sua natureza e aconselhada pela experiência de muitos anos: arroz, farinha de mandioca e muito poucas comidas salgadas. Favorecem, o mais possível, a aproximação dos dois sexos, o que conserva

sadios e alegres esses inocentes filhos da natureza. Como o capitão e os outros oficiais são interessados na carga, a cobiça os leva a ter o maior cuidado na conservação e tratamento dos pretos, um médico zela por sua saúde corporal e um capelão pela espiritual. Em regra todos são batizados antes do embarque, marcando-se com um ferro quente uma pequenina cruz, no peito dos novos cristãos.” (SCHLICHTBORST, 2000: 135)

Como se pode perceber, existiam tentativas de sufocar a cultura dos africanos, principalmente por meio da religião, ainda que não se pudesse desconsiderar por completo essa cultura. Eram promovidas também, ações ainda dentro do navio com a intenção de apaziguar os ânimos dos futuros escravos, temendo desde o embarque na África uma possível rebelião. Além desse fator, destaca-se outro também de grande importância: o cuidado com a mercadoria, um produto de certa forma precioso, pois cada peça que se perdia significava uma queda nos lucros.

Quando desembarcavam nos portos do Brasil, os negros estavam,

“aparentemente em petição de miséria, todos magros e quase sem exceção acometidos duma espécie de sarna, que lhes cobre a pele com escamas branquicentas e torna sua cor, preta e lustrosa, em cinzenta suja (...). Ao chegar ao Rio de Janeiro, dá-se a cada escravo do sexo masculino ou feminino, um pano azul ou um barrete vermelho, pois viajavam em trajes do paraíso.” (SCHLICHTBORST, 2000: 136)

Após desembarcarem, os escravos seguiam enfileirados para os armazéns dos traficantes e, como relata Schlichtborst, apresentavam-se limpos e sem mau cheiro. Os armazéns localizavam-se nas propriedades dos negociantes de escravos que eram considerados comerciantes ricos, cujas residências eram verdadeiros palácios.

A aparência deteriorada desses escravos muda vantajosamente em pouco tempo, segundo relatos, por conta da farta alimentação e do bom tratamento. Porém essa aparência não se conserva por muito tempo. O envelhecimento escravo é rápido; a menina escrava atinge a puberdade aos nove anos, logo herdará toda a benevolência da juventude, e aos trinta anos já é uma velha. Raramente escravos de ambos os sexos atingiam essa idade. (RIBEYROLLES, 1980)

O comércio de escravos é feito da seguinte forma: o comprador escolhe alguns escravos entre uma série de cativos alinhados, para fazer um exame mais apurado, exame esse que era feito sem muita delicadeza nas escravas. Se a “peça” agradava, o comerciante começava a negociação, as compras geralmente eram feitas à vista, em dinheiro contado, com ou sem responsabilidade do vendedor pelo futuro estado de saúde do escravo vendido. Schlichtborst compara o comércio de escravos no Brasil ao comércio de cavalos na Europa.

Nas proximidades do ano de 1830, o tráfico foi intensificado sob reflexo do acordo entre Brasil e Inglaterra, que previa o fim do tráfico negreiro no Atlântico. O temor causado por essa possibilidade não só aumentou consideravelmente as transações comerciais de negros, como também elevou o preço das “peças”. Ao contrário do que se pode pensar, ao sancionar o acordo em 1831, que definia que todo escravo que entrasse no Estado a partir dessa data seria livre, o tráfico não cessou, mas ficou concentrado no Atlântico Sul, entre o Brasil e as possessões portuguesas na África. As áreas de constante expansão cafeeira, localizadas no sudeste brasileiro, necessitavam de intensa mão de obra, e por isso importavam grandes levas de escravos, a fim de conservar ou ampliar o seu plantel. O comércio de escravos no Atlântico só é encerrado em 1850, com a Lei Euzébio de Queirós, a qual foi fruto de uma pressão inglesa. A Inglaterra chega a atacar o porto do Rio de Janeiro, por perceber que os acordos, que começaram no início do século e foram confirmados por uma lei no Brasil, não estavam sendo respeitados – mas a explicação para a aprovação da lei não partiu do ataque inglês à soberania do Império, mas da existência de uma lei que definia a extinção do tráfico para o Brasil. A partir desse momento as

grandes propriedades do sudeste brasileiro passaram a ser abastecidas por um comércio interprovincial de escravos; o preço desses escravos se elevou consideravelmente e o que ocorreu dentro do Império foi uma concentração de escravos nas mãos dos grandes fazendeiros, colocando fim à peculiaridade dessa instituição no Brasil – boa parte da população, aristocrática ou não, tinha possibilidade de possuir um escravo, e a aquisição do mesmo gerava distinção social.

Cativeiro e autonomia.

Para Charles Ribeyrolles, os escravos eram os verdadeiros trabalhadores do Império brasileiro. Mas, ao descrevê-los dentro do cativeiro, o viajante desenvolve uma narrativa aristocrática e preconceituosa, algo que se intensifica ainda mais pelo fato dele escrever para um público europeu.

Ribeyrolles apresenta o cativeiro como um local onde encontramos escravos que não possuem lembrança do passado ou perspectivas de futuro, segundo ele, não há na senzala uma flor (RIBEYROLLES, 1980). Caracterizou as famílias que ele encontradas como bandos de animais, ninhadas de escravos (RIBEYROLLES, 1980), pois os filhos podiam ser separados de seus pais a qualquer momento, como pintos ou cabritos, sem que os escravos nada podiam fazer para impedir.

Segundo esse viajante, a rotina cativa se resume ao trabalho; ao alvorecer os escravos saem e se organizam em fileiras no terreiro, logo depois o feitor ou o capataz conta as cabeças, e após o café, os negros seguem escoltados para o campo; já nas lavouras, os negros – homens, mulheres – põem-se a trabalhar até as nove ou dez horas, quando recebem o almoço – cuias de feijão com gordura e misturado com farinha – dentro de uma hora recomeçam o trabalho. O jantar é servido entre as duas ou três horas. Por fim voltam à habitação. O feitor reconta as cabeças e uma ceia – canjica, arroz e feijão – termina o dia.

A disciplina na fazenda, segundo os relatos, seria a do chicote e a do dogma, a do padre e a do feitor. Os padres pregam aos escravos os ideais de obediência absoluta, de humilhação, de trabalho e de resignação; o chicote corrige e pune.

Alguns vão ao ponto de dizer que os negros são filhos de Cam – filhos do maldito – e que para sua raça condenada não há reabilitação. (...) Os negros abrutecidos acreditam e resignam-se. (...) Os padres no Brasil não evangelizam: preenchem funções. Casam e batizam os escravos. Não instruem nem protegem. Servem os senhores que os remuneram. (...) As penas disciplinares infligidas aos negros são o chicote, a palmatória, o tronco, a prisão e a golilha, nos casos de falta grave ou deserção. Nas cidades a lei intervém regula e fiscaliza. Nas fazendas porém a vontade do senhor decide e os feitores executam.” (RIBEYROLLES, 1980: 48)

Contudo, o escravo que foge ou comete algum crime pode pedir auxílio junto a um vizinho branco ou a um sacerdote para que ele intervenha na sua causa frente ao seu senhor, a fim de que a punição ou seja suprimida, ou abrandada.

O relato acima apresentado nos permite estabelecer uma comparação entre o escravo urbano e o escravo rural. O escravo urbano obtinha uma maior mobilidade e liberdade, uma vez que suas funções lhe permitiam trabalhar longe do jugo de um feitor, ou seja, não estava constantemente sob os olhos de seu senhor, saía dos alojamentos de escravos pela manhã e retornava somente ao anoitecer, sendo que sua obrigação se resumia a pagar uma diária que, segundo os relatos de Schlichtborst, seria preestabelecida e fixa e esses escravos podiam arrecadar um valor maior ou menor que essa quantia. Quando arrecadavam mais, guardavam o excedente, mas, por outro lado, quando a quantia não satisfazia o esperado, tinham de complementar com suas “economias”. Esses negros urbanos também seriam responsáveis, em grande parte dos casos,

por satisfazerem suas necessidades de vida. Se esse escravo urbano comete um crime grave, quem intervém no caso não é só o senhor, mas principalmente a polícia.

No interior das fazendas, os escravos estavam constantemente sob os olhos senhoriais, não tinham grandes possibilidades de formar um pecúlio e seus crimes eram reprimidos pela autoridade senhorial.

Se, por um lado, Ribeyrolles apresenta a escravidão como um mundo onde os indivíduos encontram-se na condição de coisas e não possuem nem esperanças ou recordações, por outro lado, os escritos de Schlichtborst nos dão margem para pensar o mundo escravo como um âmbito de convivência onde desde o desembarque encontramos seres que possuem memória, lembranças e perspectivas de futuro. Tudo isso começa a ser evidenciado logo após a sua chegada, quando os escravos se embrenham em fugas, muitas vezes instigados pelos próprios capitães-do-mato, que visavam obter um lucro maior.

Trabalhos recentes têm mostrado que os escravos demonstravam um certo grau de resistência ao cativo, principalmente naqueles onde eram constantemente açoitados. Um caso narrado por Schlichtborst nos demonstra tal fato;

No tempo do Rei vivia em Praia Grande, lugarejo do outro lado da baía, um ricaço brasileiro que era um verdadeiro demônio para os escravos. Todas as noites chamava-os, mandava-os que escolhessem entre 25 açoites ou beijar o velho, como chamava seu bastão, rematado por uma cabeça bárbara, esculpida na madeira.. (...) Os que preferiam beijar o velho e humildemente se curvavam para ele levavam terrível bordoadas na cara, que lhes fazia o sangue esguichar da boca e do nariz. Os outros recebiam, sem piedade, os 25 açoites. O cruel senhor não se divertiu por muito tempo dessa maneira. Certa noite, ao regressar do Rio de Janeiro, com sua mulher, numa embarcação, os negros aproveitaram das trevas que enegreciam a baía e os lançaram à água. Antes, porém maltrataram a mulher de modo bestial, cevando todos nela seus apetites carnisais. O marido morreu afogado, mas ela foi salva e, quando o Rei não queria pronunciar a sentença de morte pronunciada contra os pretos, ela pode-se dizer que o compeliu a isso, protestando que nenhum monarca do mundo tinha o direito de indultar um crime daquela natureza, sobretudo cometido por escravos.”. (SCHLICHTBORST, 2000: 139)

Os escravos muitas vezes resistiam ao cativo praticando suicídio ou atentando contra a vida de outros, às vezes do próprio senhor, ou até mesmo da própria família escrava, fato que era mais evidenciado quando os escravos viam-se na possibilidade de serem separados de seus filhos, vendidos para áreas rurais – trabalho mais árduo e com menos possibilidade de atingir a liberdade – ou quando eram maltratados. Isso nos leva a acreditar que eles tinham o poder de intervir nas negociações, conseguindo muitas vezes escolher o senhor a quem queriam servir, ou não servir a ninguém.

Todas essas ações que permitiam ao escravo engajar-se em um mundo de maior autonomia eram amparadas por uma rede de solidariedade, formada no seio da escravaria. Essa prática comunitária provinha muitas vezes da cultura desses escravos africanos, que não se pode negar, tiveram um passado e viveram em sociedades, as quais tinham como marca a constituição de uma ampla família. Essas redes de solidariedade podem ter sido um amparo para esses escravos suportarem o cativo.

A constituição de uma família nesse mundo também abria margens de autonomia a esses escravos, que na maioria das vezes deixavam as senzalas comuns para se alojarem em choupanas. Essas choupanas eram pequenas e sem janelas, mas significavam muito, principalmente porque nelas o escravo seria comandante de um lar, teria poder para controlar os seus filhos, poderia se alimentar de acordo com sua cultura – os alimentos utilizados na dieta africana, não são os

mesmos utilizados na culinária brasileira, principalmente o sal, o qual não encontramos nas comidas africanas. O tamanho dessas choupanas não importava muito porque, na verdade, elas eram um ambiente para o descanso, principalmente noturno. O cotidiano escravo se passava na lavoura e no terreiro, em torno a esses casebres.

Para a constituição da família era prática escolher um indivíduo que garantisse uma margem de autonomia ainda maior, ao mundo em que se vivia. Muitas vezes um escravo de alta confiança do senhor. Para as crianças geradas dessas uniões, a disciplinarização no trabalho começava cedo. Aos sete anos, a criança já era empregada no trabalho árduo da fazenda, o qual tinha observado e aprendido desde o início de sua vida, pois ainda quando era de colo algumas acompanhavam suas mães para a lavoura. É fato que as escravas grávidas eram empregadas no serviço de casa e após o nascimento da criança tinham margem de tempo de três dias para se recuperarem.

Nos tempos ociosos que restavam após as refeições, aos domingos ou dias santos, os escravos se reuniam, dançavam e cantavam, retomando sua antiga cultura.

O estabelecimento desse mundo mais autônomo era propiciado também pelo fato de que os fazendeiros temiam que os escravos, a maior parte da população brasileira, mergulhassem em um levante tal como ocorreu no Haiti e depusessem a ordem estabelecida. Segundo nos demonstra Hebe Mattos de Castro, a margem de autonomia conquistada pelos escravos não era considerada conquista desses indivíduos, mas uma concessão por parte do senhor. O fato é que essa maior autonomia permitia cada vez mais o escravo a promover um pecúlio e buscar a sua liberdade.

Pecúlio e alforria.

A convivência familiar abre para os escravos a possibilidade de ajuntar um pecúlio, pois passam a desenvolver uma economia doméstica baseada não somente nos cuidados de seu senhor. A partir do casamento, reconhecido ou não perante a igreja, os negros têm a possibilidade de criar pequenos animais – galinhas e porcos – e cultivar um pequeno pedaço de terra. Essas mercadorias são usadas ou para a subsistência familiar ou destinada ao comércio, o qual traz a possibilidade do cativo reter um ganho monetário, formar um pecúlio e destiná-lo à compra de sua liberdade. Porém, quando passa a conviver em família, o escravo já não tem como meta somente a sua alforria, mas também a de sua esposa e de seus filhos, o que faz dessa, uma luta conjunta. Podemos considerar também que alguns escravos optavam por não terem filhos, para que dessa forma tivessem maiores chances de alcançar a liberdade, pois seriam menos alforrias a serem compradas. Quando esses cativos conseguiam a alforria sua idade já não mais os permitia dar origem a uma prole.

Na fazenda, quem normalmente recebia a alforria eram escravos velhos, mucamas, aqueles que constituíam uma família ou os que se encontravam mais próximos de seu senhor. Contudo não era no campo que a formação de pecúlio se dava de forma ampla, mas nos centros urbanos.

Como já foi dito, o escravo urbano detinha uma maior autonomia do que o escravo rural. O fato de ele ter de pagar um jornal fixo a seu senhor permitia-lhe formar um pecúlio maior e, com ele, garantir a compra de sua alforria. Nas atividades urbanas encontramos, entre outros, os escravos de aluguel, os escravos operários e as quitandeiras.

“Constam aos senhores outorgar a liberdade, algumas vezes em vida, outras em disposições testamentárias. Tais graças são mais raras na fazenda do que nas cidades, e quase sempre recaem nos operários, nas mucamas e nos pajens.” (RIBEYROLLES, 1980: 52). Os escravos podiam receber a garantia da alforria no leito de morte de seu senhor, que concedia a liberdade em testamento por conta de uma satisfação pelo serviço prestado por alguns indivíduos ao longo de sua vida. Mas, quando o senhor morria, escravos e herdeiros entravam em conflito. Os herdeiros visavam garantir a sua posse sobre o plantel como um todo, burlando a vontade do falecido e

para isso se apoiavam no parágrafo XXII do artigo 179 da Constituição Brasileira de 1824, que garantia ao cidadão o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Por outro lado, os escravos se apoiavam no desejo de seu senhor em seu leito de morte e alguns desses escravos conseguiram a liberdade por intermédio da justiça. Na luta pela alforria era comum que os escravos buscassem afirmar que a sua chegada ao Brasil teria ocorrido posteriormente à data de 1831. Isso porque, nesse ano, foi teoricamente abolido o tráfico negreiro no Atlântico.

Mas os escravos que formavam um pecúlio necessitavam ainda do aval de seu senhor para atingirem a liberdade. Aval esse que muitas vezes não era alcançado, então o escravo recorria à justiça. Embora a prática fosse costumeira, somente em 1871 foi aprovada a lei do *Ventre Livre*, que garantia ao escravo a possibilidade de comprar sua liberdade independentemente da vontade de seu senhor, além de garantir também que todo escravo recém-nascido seria livre.

Se, por um lado, a possibilidade de alcançar a alforria estava mais real, o preço dos escravos havia se elevado e, conseqüentemente, o da alforria. E quanto à criança que o senhor era obrigado a sustentar ao lado de sua mãe, poderia escolher, como reposição do gasto que teve, entre uma indenização do governo, em títulos da dívida pública que rendiam 6% de juros, ou usufruir do trabalho do ingênuo até os 21 anos. Transformando o sonho em uma realidade mais cara e suada.

Já na década de 1880 encontramos a concessão de alforrias coletivas, isso porque os fazendeiros, pressionados pelas fugas em massa, buscavam prender esses indivíduos à sua propriedade não mais por correntes, mas por um sentimento de gratidão.

O mundo daqueles que atingiam a liberdade não era um mundo fácil. Os libertos entravam em um mundo de segunda categoria, em uma sociedade onde a marca da escravidão pesava e diferenciava. Os ex-escravos encontravam-se ainda privados de muitos direitos, que os já nascidos libertos detinham. Era preciso agora apagar ou pelo menos esconder essa cicatriz.

Conclusão

Sendo um dos temas mais abordados na Historiografia Brasileira, a escravidão protagonizou um interessante debate entre intelectuais, não só do Brasil, mas também estudiosos de outros países que se interessaram pelo tema. Até a década de 1980 tinha-se consolidado a imagem de um escravo coisificado, de um verdadeiro objeto nas mãos de seus senhores, e foi nesse período (década de 1980) que presenciamos uma nova abordagem para o tema, apresentando o escravo como um ser que possui passado, sentimento, e perspectivas de futuro. Para que essa produção se tornasse realidade foi fundamental o conhecimento dos relatos de viagem.

A importância dos relatos desses viajantes no processo de construção de uma reflexão sobre um determinado período histórico é importantíssimo, principalmente porque entramos em contato com as visões de indivíduos que não estavam completamente imersos naquela sociedade, que não haviam nascido e crescido cultuando os mesmos valores, entramos em contato principalmente com visões de uma sociedade brasileira que não circulava somente dentro das fronteiras do Estado, mas sim versões de fatos que expandiam, que tinha fronteiras mais amplas, enfim, que abrangiam outros continentes. Dessa forma, nos é possível perceber como os europeus enxergavam a sociedade brasileira.

Optou-se na pesquisa pela utilização de dois relatos de viagem completamente distintos. De um lado, Schlichtborst, que mesmo sendo europeu e branco, procura relatar os escravos não como um bando de animais, mas como humanos, que trabalham para garantir sua vida, que sofrem, que amam, que lutam por condições melhores; seres considerados os principais responsáveis por fazerem o país se mover, personagens tão importantes na história que não só criam seus filhos, mas são também capazes de amamentar os filhos de seus senhores. De outro lado, encontramos a visão de Charles Ribeyrolles, a qual também reconhece que são esses a principal força produtiva do Estado, mas sua visão a respeito dos escravos é distinta. Para ele,

nesse processo histórico esses seres não passam de um bando de animais, pintos desgarrados, manadas de bois (RIBEYROLLES, 1980). Enfim, duas visões distintas, que nos demonstram a circulação de informações sobre uma sociedade.

Mas, apoiando-nos em outras reflexões, as quais também analisaram os relatos desses viajantes, chega-se à conclusão de que o escravo, por mais que fosse considerado um ente privado de direitos, não pode ser considerado como seres sem memória, sem vontade, sem planos de futuro, pois a própria sociedade brasileira do séc. XIX, marcada por preconceitos profundos, os considera importante e parte integrante nas transações comerciais de compra e venda, hipoteca e bens testamentários.

Se os escravos faziam parte de transações comerciais é fato que influenciavam nas mesmas, tanto que, após a década de 1850, muitos escravos eram devolvidos aos comerciantes porque se rebelavam contra seu novo senhor, ou porque ele praticava o uso do chicote para controlar seu plantel, ou ainda não queriam ficar imersos no trabalho árduo do campo, pois preferiam a cidade, onde a possibilidade de constituir um pecúlio e atingir a liberdade era maior. As famílias escravas foram poucas vezes desfeitas, isso porque a prática de separar pais e filhos gerava um descontentamento da população escrava, a ponto de mães matarem seus filhos para não os verem sendo vendidos para outro senhor. As fugas do cativo eram constantes e o Estado precisou intervir, a polícia passou a fazer parte do controle dessa instituição, principalmente nas áreas urbanas, mas é fato também que os escravos recorriam a ela quando eram maltratados no cativo.

A cultura africana que atravessou o Atlântico deu margem para esses escravos estabelecerem uma comunidade dentro das fazendas, o que os ajudavam a suportar o cativo.

Como menciona Hebe Mattos na primeira citação desse artigo, o escravo era em seu tempo, e foi por muitos anos considerado pela historiografia, como um ente privado de direitos, que não possuía propriedade. Em contrapartida, quando maltratados, recorriam à justiça, alegando que um crime contra sua integridade física teria sido cometido. Porém, se não há crime sem violação de direito, pode-se concluir que o escravo não era completamente privado desse.

Bibliografia

SCHLICHTBORST, C. **O Rio de Janeiro como é**. Brasília: Senado Federal, 2000.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco**. 2^o Volume. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada / Editora da USP, 1980.

CASTRO, Hebe M. Mattos. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando A. (coord) & ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1980. pp. 337 - 383.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 29 – 174.

FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 07 – 286.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto; DEL PRIORE, Mary. Escravidão, tráfico e resistências. IN: **Ancestrais**: uma introdução a História da África Atlântica.

Juliana Gomes Dornelas

Um francês de projetos: a população brasileira e a imigração no olhar de Charles Ribeyrolles

Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Graduada em História pela mesma Instituição. Atualmente leciona a disciplina História na Escola Estadual de Manhuaçu – Minas Gerais.
gomesdornelas@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo visa trabalhar com o discurso de um viajante europeu chamado Charles Ribeyrolles. Ele veio para o Brasil em 1858, com a tarefa de analisar o país e escrever o livro *Brasil Pitoresco*, que seria publicado em duas línguas, a francesa e a portuguesa. Analisaremos neste, a opinião de Ribeyrolles no que se refere à caracterização da população brasileira e no que concerne à imigração. Buscamos apontar o que um viajante europeu achava do problema da mão-de-obra no Brasil e qual seria a solução encontrada por ele para esta situação. Temos por objetivo compreender, na opinião de Ribeyrolles, se poderíamos usar os mestiços, os negros e índios como trabalhadores, ou se este teria algum tipo de imigrante que seria ideal para o país e para a constituição do povo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Charles Ribeyrolles, viajante europeu, imigrantes.

ABSTRACT

This article aims to analyze an European traveler's speech. This European traveler is called Charles Ribeyrolles. He came to Brazil in 1858, to analyze the country and write the book "*Brazil Pitoresco*", that would be published in two languages (French and Portuguese). We will analyze here the Ribeyrolles' opinion about brazilian population's characterization and immigration. We want to point what an European traveler used to think about the labor's problem in Brazil and what would be the solution he found to this situation. We want to understand, based on Ribeyrolles's opinion, if we could use the mestizos, the black people and the Indians as workers or if there would be any kind of immigrant that would be ideal to the country and to the brazilian's formation.

Enviado em 02 de fevereiro de 2008 e aprovado em 20 de fevereiro de 2008.

KEYWORDS: Charles Ribeyrolles, european traveler, immigrants.

INTRODUÇÃO

Desejaria ver os grandes exploradores modernos entrarem por essas florestas e tomarem conta desses prados os operários. Ganhariam com isso a terra, o homem e a ciência. (RIBEYROLLES, 1980: 80)

(Charles Ribeyrolles – Brasil Pitoresco)

O trecho acima destacado aponta para o progresso que o Brasil precisava e que a Europa poderia lhe garantir. Este é apenas um dos vários temas recorrentes em *Brasil Pitoresco*, de Charles Ribeyrolles. O viajante mencionado organiza todo seu relato a fim de indicar a necessidade do trabalho de imigrantes europeus, símbolos do labor e do progresso, que viriam solucionar vários problemas brasileiros. A literatura de viagem pode ser usada para trabalhar muitas questões.

No presente artigo, temos por objetivo analisar o discurso de Ribeyrolles no que se refere à caracterização da população brasileira e no que concerne à imigração. Como é visto o mestiço, o negro, o branco e o índio por Ribeyrolles? Seriam eles considerados bons trabalhadores para o Brasil? Por que utilizar a mão-de-obra imigrante? Que tipo de imigrante é este? Onde trabalhariam? A quem caberia promover o processo imigratório? Estas são algumas das questões que pretendemos esclarecer ao fim deste trabalho.

Escolhemos este tema no livro de Ribeyrolles por termos como objeto de estudo em nosso Mestrado a imigração dos sírios e libaneses para a cidade de Juiz de Fora. Embora o autor em questão não se remeta à presença árabe no Brasil, este destaca os debates raciais ocorridos, a necessidade de ter mão-de-obra no Brasil e a decisão de qual seria a melhor para o país. Todas essas questões esbarram em nosso estudo sobre a imigração árabe, pois estes eram asiáticos, não totalmente brancos e urbanos, diferente do que desejava a elite brasileira, que viam a salvação do país nos europeus brancos e agricultores. Todo este debate é importante para a melhor compreensão do período histórico no qual estão inseridos os imigrantes árabes e também para mapearmos o que estava acontecendo no Brasil antes da chegada destes. Desta maneira nos interessa saber o que um viajante europeu dizia sobre a imigração para o Brasil e qual seria o imigrante ideal. Buscamos também perceber o que Ribeyrolles argumenta sobre os ditos amarelos. Seriam eles apenas chineses ou também poderíamos incluir os árabes? É um discurso positivo ou negativo? Poderiam eles incorporar a massa de imigrantes vindas ao Brasil em meados do século XIX? Todas essas indagações precisam ser respondidas a fim de tornar claro o projeto de Ribeyrolles para o país crescer rumo à modernidade.

Os relatos de viagem e suas características

Assim como toda fonte histórica, o trabalho com os relatos de viagem requer método e análise crítica. Há dois tipos de relatos: o que se assemelha a um diário de bordo e outro mais sintético. O primeiro é mais detalhista, pois nele o viajante relata tudo o que está observando nos mínimos detalhes. Descreve dia-a-dia todos os seus feitos, desde o levantar até o deitar, na forma de um diário mesmo, colocando as datas e logo depois relatando os fatos ocorridos. O segundo tipo foi mais comum a partir da segunda metade do século XIX e foge da estrutura do diário de bordo, pois não mais se relata acontecimentos diários. Os viajantes observam os lugares pelos quais passam, e em vez de relatarem em seus livros ou cadernos o que acontecia todos os dias, esperavam e depois de algum tempo de viagem, paravam e anotavam as impressões que tiveram, em forma de texto, não mais se atendo a datas, antes sim fazendo uma síntese de tudo que aconteceu. Muitos acabavam dando opiniões para os problemas que encontravam, propondo soluções para estes. (SANTOS, 1999)

Os relatos podem ser analisados de três formas: como fonte de informação, como viajante ator político ou como tipo de viagem. O primeiro seria aquele em que ao desenvolver um trabalho o autor utilizaria os relatos dos viajantes enquanto informação para corroborar o que está defendendo. Este tipo de atitude pode levá-lo à contradição, já que em um mesmo viajante podemos encontrar diversas opiniões sobre um mesmo assunto, ou seja, quando um escritor utiliza um único relato enquanto fonte de informação corre o risco de afirmar algo que não seja plausível, só adaptando ao seu texto a parte relatada pelo viajante que o interessa para comprovar sua hipótese. (SANTOS, 2003: 115) Os relatos deixados podem sim ser utilizados enquanto informação, desde que sejam colocados lado a lado, comparando-os com outras fontes e com outros relatos, a fim de perceber o que há de recorrente nos textos. Só depois desta análise mais profunda, pode-se afirmar algo ou mesmo comprovar uma questão levantada. (SANTOS, 1999) O segundo ponto destaca o viajante enquanto ator em seu contexto histórico, ou seja, atuando diretamente na sociedade que está observando e propondo soluções para os males do país. Neste tipo de análise devemos buscar compreender as opiniões do autor em seu contexto histórico, de acordo com a viagem que implementa, dentre outras questões. (SANTOS, 1999) Enfim, o último método apontado seria o de analisar o tipo de viagem estabelecido. Cláudia Regina Andrade dos Santos em seu doutorado trabalhou com relatos de viajantes e fez uma tipologia das viagens. Segundo a historiadora, elas seriam em número de cinco: viagens turísticas, de conhecimento, jornalísticas, de negócio e artísticas, se diferenciando pelo tempo de estabelecimento, pelos objetivos da viagem e pelas ligações do viajante com a população local. (SANTOS, 1999: 09) O viajante com o qual iremos trabalhar, Charles Ribeyrolles, se encaixa mais no viajante enquanto ator político por ter um relato opinativo sobre os problemas brasileiros e por este ter vindo com o objetivo de analisar o país para escrever um livro. Achamos interessante então analisar as opiniões emitidas por Ribeyrolles, nos atendo ao segundo ponto que explicamos acima. Entretanto esta escolha não invalida a utilização do relato deste viajante enquanto informação ou tipo de viagem. Porém, para a análise que nos propomos a realizar será mais frutífera vê-lo como um viajante atuante em seu contexto histórico.

Brasil Pitoresco, de Charles Ribeyrolles é composto por dois volumes e possui um relato típico da segunda metade do século XIX, por ser opinativo, havendo reflexões sobre os problemas brasileiros propondo soluções para estes, se distanciando do diário de bordo, (comum na primeira metade do século em questão). O primeiro volume é dividido em dois tomos. No primeiro tomo o autor faz narrações de episódios da história brasileira desde sua formação, mas não a partir de sua observação direta, antes sim tendo como fontes estudos realizados antes de sua chegada, arquivos e outros relatos. No segundo tomo faz uma síntese de sua chegada ao Brasil e suas impressões do país, escrevendo mais atentamente sobre o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu. O segundo volume é marcado principalmente pela caracterização da população brasileira, pela questão da falta de braços e a imensidão de terras no Brasil, o que o leva a concluir sobre a necessidade da imigração. Neste o autor analisa diretamente os problemas brasileiros e propõe soluções, criticando a má distribuição das terras, a imprensa apática, dentre outros. Para o presente trabalho nos interessará mais o segundo volume, por ser neste que o autor expõe sua opinião sobre as questões que nos motivam a realizar este artigo.

O viajante e seu contexto histórico

Charles Ribeyrolles é francês nascido em 1812 e falecido em 1861 no Brasil. Defendeu a república instituída em 1848 na França, e tendo como profissão o jornalismo, utilizou o *La Reforme*, jornal do qual era redator-chefe, como instrumento de crítica aos opositores a este regime de governo. Com os conflitos de 1849 foi deportado. Retirou-se primeiro para Londres. Após o Golpe de Estado de 1851 dirigiu-se para Jersey, onde se encontrou com diversos exilados. Em 1855 voltou novamente à Londres, onde viveu em uma situação miserável.

Em 1858 influenciado por seu amigo Dabadie, que já havia vindo ao Brasil entre 1850 e 1851, toma direção a este país imbuído da tarefa de escrever o *Brasil Pitoresco*, que seria publicado em duas línguas, a francesa e a portuguesa. (ASSOCIATION DE CAPOEIRA PALMARES DE PARIS). Exerceria então das características trazidas pela sua profissão de jornalista, observando e analisando o país tropical que estava em organização, e não se abstendo de opinar, de colocar seu ponto de vista, gerando soluções para os males brasileiros.

A causa de sua morte ainda é uma incógnita. Afonso de Taunay que escreveu sobre a vida do autor na abertura do livro *Brasil Pitoresco*, aponta que poucos dias antes de regressar à França, Ribeyrolles sofreu de febre amarela que o teria levado a falecer (RIBEYROLLES, 1980: 14). Já Victor Frond, encarregado de ilustrar o livro, quando fala da morte do amigo destaca que:

Esse fatal acontecimento, que, por tantos títulos, nos enche de desgostos, foi injustamente atribuído à febre amarela, e não passou de consequência de uma peritonite. Por mais penosa que me seja esta revelação, devo-a ao país hospitaleiro que Ribeyrolles pretendia defender na Europa e que, segundo suas formosas e verdadeiras palavras, todo o mundo censura. Devo-a também à família e aos seus amigos, que o acreditavam vítima de uma epidemia então não existente. Quando um homem como Ribeyrolles procura servir o país que o agasalha, não se deve fazer de seu túmulo uma arma contra esse país. (RIBEYROLLES, 1980: 201 e 202)

Talvez essa defesa de Frond deveu-se ao fato de que ambos (ele e Ribeyrolles) fossem adeptos à colonização do Brasil por europeus, o que seria cessado se houvesse mesmo uma epidemia no país.

Ribeyrolles chegou ao Brasil em 1858, período de intenso debate sobre os rumos do país, marcado por várias questões: fim do tráfico, necessidade de mão-de-obra, colonos desejáveis, incentivo à imigração, dentre outras. A partir de 1850, quando extinto o tráfico, houve a necessidade de um incentivo maior à imigração, não só para formação de colônias, mas também para substituir o braço escravo no campo. (ALENCASTRO, 1997: 122) A questão imigrantista ocupou os debates intelectuais e políticos. Discutia-se principalmente quais seriam os colonos mais apropriados, pois queriam estabelecer uma política de branqueamento. Perguntava-se se os ditos “amarelos”, asiáticos, não seriam prejudiciais, por terem hábitos tão distintos (religião, costumes), sendo muitas das vezes barrados pelo estado. (LESSER, 2001)

Esta época foi marcada pelas teorias raciais vindas da Europa e adaptadas ao Brasil. A elite pensava o país enquanto mestiço de transição e que chegaria ao progresso pelo branqueamento, marcado pelo predomínio da raça branca. Explica-se dessa forma a necessidade de incentivar somente a vinda de imigrantes brancos, pois no cruzamento das raças o a cor negra desapareceria. (SCHWARCZ, 1993: 12-14) Dentro deste contexto, um número considerável de pessoas que viveram a época analisava a situação e expunha sua opinião. Os viajantes que passavam por estas terras não ficariam de fora. Francês, jornalista, racialista, e conhecedor dos debates desenvolvidos na Europa, Ribeyrolles deve ter sido ativo participante das análises sobre a população brasileira e sobre o branqueamento. O racismo é algo presente a este momento histórico e era base de muitas opiniões, inclusive a de Ribeyrolles. Como podemos perceber nesta citação:

Espera-se colonizar com os chineses, os coolies, os malaios e todas essas raças degeneradas do oriente, sorte de lepra humana? (...) O Brasil, de resto, já está farto dessas famílias mescladas e bastardas que não constituem um povo. O que lhe falta é o sangue, a atividade, a ciência da Europa. (RIBEYROLLES, 1980: 148)

Ou seja, para Ribeyrolles a verdadeira família brasileira seria a branca, européia, que traria consigo o gosto pelo trabalho e o progresso em sua educação e conhecimento.

Todorov destaca que o racismo existe em qualquer época e é um sentimento marcado pelo ódio e pelo desprezo. Já o racialismo é uma doutrina que tomou forma de meados do século XVIII a meados do século XX, e é uma ideologia referente às raças humanas. Segundo o autor chegamos a uma catástrofe quando o racismo (sentimento de aversão) se junta ao racialismo (doutrina), pois forma-se uma política de segregação como a nazista, por exemplo. (TODOROV, 1993:107) Partindo desta definição podemos inferir que o branqueamento é uma das conseqüências do racialismo, por determinar quais seriam os imigrantes desejáveis, fechando as portas para todos os outros que não se encaixassem no perfil estabelecido. Ribeyrolles viveu todo esse ambiente de caos e inserido nele expôs sua opinião e propôs soluções para o país. É nesse contexto de necessidade de novos trabalhadores e de um olhar racista e racialista que devemos entender suas propostas.

Desta maneira o autor não deixa de cometer contradições entre o que fala no Brasil e o que defendia na Europa. Ribeyrolles era republicano e adepto da liberdade. Viaja para o Brasil, único Império da América do Sul e onde a escravidão ainda permanecia. (SANTOS, 2000: 165) O país representa neste momento muito do que ele repudia na França. Espera-se então, que ele se coloque contra o trabalho escravo. Entretanto destaca que os negros vivem em senzalas mal asseadas, infectas, mas que mesmo assim não chegam à miséria em que vivem muitos operários franceses em alguns quarteirões de Paris ou Londres. Além disso, também elogia o imperador brasileiro, destacando a liberdade de imprensa tão almejada na França e pouco aproveitada no Brasil. (RIBEYROLLES, 1980: 125-136) Sendo ele republicano é um tanto quanto estranho tecer elogios a um Império. No decorrer da leitura podemos chegar a uma conclusão para tal atitude. Ribeyrolles foi hospedado por grandes fazendeiros e segundo ele:

(...) não convém ao viajante estrangeiro instalar um tribunal de justiça no próprio lar que o hospeda (...) Mas a verdade, como a miséria, tem seus direitos. Quando se ama um país que se quer servir, cumpre não lhe ocultar as chagas (RIBEYROLLES, 1980: 54)

Ou seja, pode até mostrar os males da escravidão, mas o faz timidamente, a fim de não ofender os que o acolhe. Aponta os problemas, mas de forma amenizada. Atitude fruto de seu tempo e da realidade encontrada no Brasil. Quanto ao governo, fica impressionado que mesmo sendo o Brasil um império, o governante deste país deixa haver liberdade de imprensa, o que se lutava na França para adquirir – e ele sabe muito bem disso, é jornalista e foi exilado pela administração da oposição – no Brasil tinha-se facilmente. Vamos analisar a partir deste momento o olhar deste viajante sobre os brasileiros e sobre a imigração.

A população brasileira e a imigração

Terra sem cultivo é capital morto, paisagem para aquarelas, simples horizonte ou ponto de vista. Por melhor que ela seja, não se basta. Por mais favoráveis que sejam as suas qualidades nativas, as suas condições climáticas, falta-lhes o homem. A terra pede o trabalho como o sol. Ciência como o orvalho. (RIBEYROLLES, 1980: 81)

Um dos aspectos enfatizados no relato que Ribeyrolles nos legou é a questão da imensidão das terras brasileiras. Para toda análise do país, Ribeyrolles tem uma comparação com a Europa. Dessa forma ele destaca que nesta cuida-se da terra e no Brasil ela está sozinha, e quando a usa, o faz em excesso, a desgasta e a deixa para trás em busca de novas propriedades. Outra conclusão a que chega o viajante é que numa terra tão grande e fértil ainda se compra produtos do exterior,

em vez de se extrair do próprio solo o que ele pode dar em abundância. Faltam investimentos, falta incentivo, mas acima de tudo faltam trabalhadores. Não se extraem madeiras, muitos menos faz-se estradas para escoar o que se colhe. Não há braços. (RIBEYROLLES, 1980: 55-65) Para o autor a solução seria então a imigração:

Como imprimir ao mais rico solo do planeta a força de população que ele reclama? Na Europa, o problema se concebe nestes termos: como dar a população, assaz considerável, a terra que lhe falta?
 Nos dois continentes, como se conclue, a oferta e a procura são contraditórias. Há aqui em abundância o que lá falta, e reciprocamente. Os termos estão invertidos. Por isso mesmo, longe de se excluir, eles se atraem e conciliam. (RIBEYROLLES, 1980: 65)

Europa e Brasil estariam em situações diferentes e por isso mesmo complementares. Por que não incentivar a vinda de colonos europeus? Questiona-se Ribeyrolles. A escravidão não durará muito tempo: *“A fazenda brasileira, viveiro de escravos é uma instituição fatal. Sua oficina não pode se renovar, e a ciência, mãe de todas as forças, fugirá dela enquanto campearem a ignorância e a servidão. O dilema (...) transformar ou morrer”*. (RIBEYROLLES, 1980: 54) Ao analisar todo este contexto apontado pelo livro de Ribeyrolles, nos perguntamos: e a população brasileira? O que vai fazer? Não pode ela trabalhar nas fazendas? Chegamos a conclusão que para o tamanho do território brasileiro ela realmente é de pequeno porte, porém pode servir a terra. Ademais as fazendas de escravos ainda terão sua mão-de-obra por um bom tempo, já que Ribeyrolles escreve em fins da década de cinquenta do século XIX e a abolição só aconteceu em fins da década de 80 do mesmo século. Ou seja, três décadas o separa da declaração de liberdade. O que leva Ribeyrolles a defender desde já a imigração européia? O que ele nos aponta sobre a população brasileira?

A partir de suas observações de viagem, do contato mantido com o povo e do seu olhar europeu, Ribeyrolles traça um panorama geral das características da população brasileira e a divide em quatro grupos: os índios, os negros, os mestiços e os brancos. A partir deste momento vamos esclarecer o que o viajante aponta sobre cada um destes.

Ainda no primeiro volume, Ribeyrolles expõe sua opinião sobre os indígenas sem ao menos tê-los conhecido, isto porque os analisa através de trabalhos realizados por outras pessoas, em fontes de arquivos, dentre outros. Estes já são inicialmente taxados de selvagens. Ribeyrolles comporta-se como um típico europeu frente ao outro, ao desconhecido, ao diferente. Selvagens por quê? Porque segundo o autor estas tribos não teriam deus, porque comiam os próprios pais, porque para entender sua forma de governo não se precisava de um Bacon ou de Montesquieu. (RIBEYROLLES, 1980: 36-39) Tribos sem culturas, *“Que interesse haveria, com efeito, em fazer incluir na história cem tribos que só conduziã flechas, clavas, cocares, dentes e crânios em colar?”*. (RIBEYROLLES, 1980, 36) Seu olhar de europeu não o deixa compreender os fatos, não o permite perceber as qualidades que os indígenas e sua cultura possuíam, só o faz ver o outro como o errado, como o inferior. Como aponta na citação a seguir:

As tribos, como os povos e os homens, só valem pelo que deixavam como herança comum. Artes, ciências, indústrias, cultura, línguas, religiões, governos, revoluções, eis os legados. Ora em todos esses assuntos, que valores se encontrarão nos arquivos e depósitos da América do Sul? (RIBEYROLLES, 1980: 36)

Percebe-se que Ribeyrolles não vê nenhuma destas qualidades nos indígenas brasileiros. E para o trabalho? Eles serviriam? Também neste ponto a população indígena seria pouco aproveitada. Segundo o autor eles não gostam de realizar trabalhos regulares e contínuos, na verdade eles os repugnam. É um grupo *“(...) puramente decorativo, como a floresta que nada produz”*

(RIBEYROLLES, 1980: 85) Ou seja, não está nos braços dos nativos a solução para o problema de mão-de-obra do país. Além de serem inferiores ainda não cativam o trabalho.

Já os negros são considerados como os verdadeiros trabalhadores do império. São eles que movem as fazendas de café, que plantam, colhem, tudo isto sob o jugo da escravidão, da falta de liberdade. Trabalham sem cessar, comem pouco, e ainda são chicoteados pelos feitores. Mas para o viajante “(...) *os costumes são brandos e o interesse do proprietário acautela a mercadoria*”. (RIBEYROLLES, 1980: 48) Este argumento amenizador da situação escravista no Brasil pode ser compreendido, como destacamos acima, como forma de não ofender àqueles que o acolhe: os grandes fazendeiros de café. Dessa maneira também não conta nenhum acontecimento particular, de uma fazenda em especial, suas análises são neutras de culpados, são sem sujeitos diretos.

Assim como fez para o grupo indígena, Ribeyrolles também não vê com bons olhos a cultura negra. Percebemos isto quando se refere ao tempo concedido aos escravos no sábado à noite para a dança e diversão. O viajante destaca que a capoeira e o batuque começam e uma dança louca, incitante, com as mulheres provocando com os olhos, com os seios e com as ancas, toma o espaço. “*Alegrias grosseiras, volúpias asquerosas, febris libertinas, tudo isso é abjeto e triste; porém os negros apreciam essas bacanais, e outros tiram delas proveito.*”. (RIBEYROLLES, 1980: 52) Os períodos que eram concedidos aos negros para descansar, utilizados também para relembrar as tradições de sua terra natal são taxados de *alegrias grosseiras*, onde reinava a libertinagem.

O tráfico foi rentoso e satisfatório, porém foi proibido. Continuariam apenas os negros os trabalhos nas fazendas do império? Em algum momento esta mão-de-obra escasseará. E quem irá complementá-la? Além do mais, os escravos plantam, colhem, mas não tem direito a salário e nem terra. Não são donos de nada. “*Sem lei, sem direito, sem família, não se edifica um povo*”. (RIBEYROLLES, 1980: 92) As pessoas não trabalhariam de forma suficiente e satisfatória sem ter direito a alguma coisa. Novamente em relação à Europa:

Entre nós há falta de trabalho. Nas fazendas do Brasil há falta de liberdade. Trabalho e liberdade – por que nunca se harmonizam? Sem dignidade nada vale o pão. Mas, sem o pão, aonde leva a altivez? Ambos os mundos têm os seus grandes males. (RIBEYROLLES, 1980: 47)

O amo dá a casa, comida, roupa, ou seja, os escravos não sentem fome como os operários da Europa. Mas não vivem em família, há ninhadas. Não tem porque ter zelo pela sua morada, não são donos de nada. (RIBEYROLLES, 1980: 46) “*Nas senzalas dos negros, nunca avistei um flor. Não moram nelas as esperanças e as recordações.*”. (RIBEYROLLES, 1980: 46) A mão-de-obra escrava é a que mais trabalha no Brasil, mas também não é a ideal para solucionar o problema da falta de mão-de-obra, por ter findado o tráfico e por não ser livre, não sendo este o povo destinado a erguer a nação.

Os mestiços para Ribeyrolles seriam uma espécie de uma raça melhorada. Perto dos negros embrutecidos e dos brancos débeis e ociosos, a população mestiça seria um exército forte, inteligente e adequado ao clima. Neste ponto percebemos uma contradição na análise de Ribeyrolles. Os mestiços provêm de famílias mescladas, mais especificamente do cruzamento de brancos com negros, e o viajante o aponta como um ser superior. Já com relação aos amarelos destaca: “*O Brasil, de resto, já está farto dessas famílias mescladas e bastardas que não constituem um povo. O que lhe falta é o sangue, a atividade, a ciência da Europa.*”. (RIBEYROLLES, 1980: 148) Desta afirmação nos vem uma indagação. Não seriam os mestiços também provindos de famílias mescladas? Sim, seriam. Ribeyrolles era adepto da miscigenação, mas só daquela que levasse ao branqueamento da população, isto é, do cruzamento de brancos e negros. Todos os outros gerariam seres incapazes e inferiores.

Vêm-se, às vezes, alguns mestiços – índios, filhos de negros ou de brancos, e as mulheres dessa mistura não são destituídas de graça, sobretudo se há duas gotas de sangue azul. (...) Os filhos de índia com negro são inferiores e têm a alcunha de coribocas. (RIBEYROLLES, 1980: 207)

Diante deste quadro, os amarelos seriam o mal. A destruição da raça pura e branca também adviria do cruzamento com estes. Mas quem seriam esses amarelos? A partir da narrativa de Ribeyrolles podemos inferir que seriam os chineses, principalmente. “*Espera-se colonizar com os chineses, os coolies, os malaios e todas essas raças degeneradas do oriente, sorte de lepra humana?*”. (RIBEYROLLES, 1980: 148) Não há nada explícito no relato que nos indique que poderiam ser os árabes também inseridos dentro dessa terminologia. Ele fala de *raças do oriente*, mas não cita quais estão sendo consideradas dentro desta denominação. Ao longo de seu relato, Charles Ribeyrolles fala da presença de portugueses, ingleses, franceses, italianos, suíços, alemães, chineses, mas não cita em nenhum momento a presença de árabes ou turcos. (RIBEYROLLES, 1980: 207) Dessa forma concluímos que quando este se refere às raças amarelas não está incluso nestas os povos árabes.

Retornando a questão dos mestiços, embora estes fossem vigorosos e adaptados ao clima brasileiro também não seriam solução para o trabalho no campo, porque é uma classe que prefere cargos públicos, indústrias, magistraturas, dentre outros. Por causa do estigma da cor, os mestiços fogem ao trabalho com a terra, que traz consigo a suspeita da escravidão. (RIBEYROLLES, 1980: 93)

Enfim, com relação aos brancos Ribeyrolles é direto e objetivo. Assim como os mestiços, a população branca brasileira também se interessaria apenas por profissões liberais, universitárias, bancárias, industriais, etc. Não trabalhariam no campo. Dessa forma, também não solucionariam o problema da falta de braços.

O Brasil de Ribeyrolles era formado por quatro grupos, mas de nenhum deles advém a solução para a escassez de trabalhadores. Os índios não se adaptavam ao trabalho regular. Os negros se extinguiriam com o fim do tráfico. Os mestiços e brancos se dispunham apenas para trabalhos urbanos. Qual seria então a solução para a ocupação das terras vagas no Brasil? Para Ribeyrolles o mais correto a se fazer era

(...) assinalar à Europa as forças divinas da terra brasileira e declarar a todos, capitalistas, proletários, industriais, sábios e negociantes. “Vós que buscais os minerais preciosos, as madeiras de construção, os vales férteis, as plantas aromáticas, os sucos nutrientes ou misteriosos, as espécies e as permutas, obreiros de toda a ciência e de toda a luta, aí está a imensa floresta meridional que vos convida e vos dará todos os seus tesouros”. (RIBEYROLLES, 1980: 79)

Já que os habitantes deste imenso país não serviam para harar as suas terras e torná-las cultiváveis e produtivas, a solução era buscar fora a mão-de-obra mais adequada a este serviço. Os imigrantes seriam a solução. Cabia ao governo brasileiro fazer sua propaganda no exterior através de seus embaixadores e cônsules, para a vinda destes colonos. Mas qual era o perfil deste colono?

(...) O Brasil carece de agricultores vigorosos, boiadeiros, lavradores, pastores, jardineiros, vinhateiros, lenhadores (...) todos ligados à terra, oriundos da terra. O Brasil necessita de trabalhadores válidos, carpinteiros, pedreiros, alemães ou franceses, suíços ou irlandeses. (RIBEYROLLES, 1980: 174)

Para Ribeyrolles o que o Brasil precisava para ocupar suas terras e trabalhá-las eram os europeus brancos e agricultores, já que além de serem símbolos do labor regular, seriam também

uma forma de acelerar o processo de embranquecimento do país. Além disso, na Europa havia excesso de braços. Um país solucionaria o problema do outro. Era o progresso e a ciência européia em terras tropicais, um salto para o futuro. A extinção dos problemas.

Conclusão

Os relatos de viagem são fontes inesgotáveis de temas para trabalho. Por estarem no Brasil a serviço da observação, estes viajantes nos legaram informações interessantes e detalhadas da vida da população, dos costumes, dos hábitos, das festas, dentre vários outros pontos. Deixaram também suas impressões, suas críticas, que devem ser compreendidas dentro do contexto histórico em que estão inseridos. Europeus em sua maioria, levavam consigo a formação que tiveram em seu país e o símbolo de civilidade e cultura deste. Ao se deparar com o desconhecido, com o diferente se assustavam e muitas vezes faziam análises rápidas e preconceituosas.

Charles Ribeyrolles, como jornalista francês, não se absteve de participar do debate da mão-de-obra no Brasil e de propor seu projeto que solucionaria seus males. Constrói toda a sua narrativa para finalizar na necessidade de incentivar a imigração européia para o país, já que seu povo nativo não serviria para realizar o trabalho regular e eficiente nestas terras tropicais. Marcado pelo racismo, típico do século em que viveu, defendia a miscigenação apenas que resultasse no branqueamento. Dessa forma então, o imigrante ideal seria o colono branco, europeu e se possível protestante, que seria o símbolo do labor e do progresso, já que via Portugal e a Igreja Católica como o atraso e a ociosidade. (RIBEYROLLES, 1980)

Bibliografia

ALENCASTRO, Luíz Felipe & RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos de migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org). **História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernização nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.2.

LE BRÉSIL PITTORESQUE DE CHARLES RIBEYROLLES. **Association de capoeira Palmares de Paris**. Disponível em: <http://www.capoeira-palmars.fr/histor/ribeyrol.htm>. Capturado em: 10/10/2006.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001. p. 17-70

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980. vol. 01 e 02.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Charles Ribeyrolles ou a viagem política. In: **Revista do Mestrado de História**. Vol. 03. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2000. p. 161-196

_____. **Le Voyageurs français et le débats autour de la fin de l'esclavage au Brésil**. Tese de Doutorado – Paris IV – Sorbonne, 1999.

_____. Tempo e desigualdade. In: GEBRAN, Philomena. **“Desigualdades”**. Rio de Janeiro: LESC, 2003. p. 115-136.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 12 a 14.

TODOROV, Tzvetan. A raça e o racismo. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Lucilha de Oliveira Magalhães Cidrini

Sentido de nação na trajetória da literatura brasileira

RESUMO:

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
lucilhacidrini@hotmail.com

O que é ser brasileiro? Sendo a literatura uma forma de captação da realidade e que uma nação só existe enquanto enunciado lingüístico, qual realidade deveria ser representada? Como se caracterizaria? Que forma assumiria? Que gênero literário seria mais adequado? Este artigo busca mostrar como esta linha de pensamento constitui uma constante na produção literária nacional.

PALAVRAS-CHAVES: Literatura – Nacionalismo – Brasil

ABSTRACT: What does it mean to be Brazilian? Give that literature is a means for capturing reality and that a nation only exists as a linguistic statement, what should such reality be, that literature expresses? What would it consist of? What forms would it take? What literary genres would be the most appropriate? This paper aims at demonstrating how this line of thought turned out to be constantly present in the national literary production.

KEYWORDS: Litterature – Nationalism – Brazil

Enviado em 11 de janeiro de 2008 e aprovado em 28 de fevereiro de 2008

“... Mas Brasil se escreverá com “s” mesmo, ou com “z”?
(MuriloMendes)

Como caracterizar a brasilidade? O que distingue e identifica a constituição da identidade brasileira, em termos de produção literária e poética? Segundo afirma Ronald Carvalho:

(...)um povo sem literatura seria, naturalmente, um povo mudo, sem tradições e sem passado, fadado a desaparecer como reles planta rasteira, nascida para ser pisada. De todas as artes, é a palavra, sem contestação, aquela que exerce uma influência mais penetrante, um papel mais saliente na formação das nacionalidades. (CARVALHO,1968: 43).

A busca por uma identidade nacional manifesta-se na literatura brasileira desde o período colonial até à atualidade. Na tentativa de expressar um sentido próprio de brasilidade, vários momentos da literatura brasileira expressaram uma tomada de consciência, como o Romantismo, o Realismo, o Modernismo e a literatura contemporânea.

Segundo Bosi:

... Os primeiros escritos da nossa vida documentam precisamente a instauração do processo: são informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro. Enquanto informação, não pertencem à categoria do literário, mas à pura crônica histórica e por isso, há quem as omita por escrúpulo estético (José Veríssimo, por exemplo, na sua *História da literatura brasileira*). No entanto, a pré-história das nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país. É graças a essas tomadas diretas da paisagem, do índio e dos grupos sociais nascentes, que captamos as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte (BOSI, 1974: 15).

De acordo com este crítico, a origem de nossa literatura está condicionada a um “*complexo colonial*” de vida e de pensamento. Por meio do comando da vida econômica, com a exploração do pau-brasil, da produção do açúcar e da extração do ouro, ou ampliando seus domínios territoriais, Portugal exerceu pleno domínio durante os três primeiros séculos na vida brasileira. Isto significa que a cultura do período é a cultura do “outro”, da metrópole portuguesa que subordina a colônia sob todos os aspectos (BOSI, 1974: 13).

Entretanto, mesmo no período colonial, surgiu a preocupação com a referência aos elementos formadores da brasilidade através da literatura. No entanto, essa inquietação revelava uma constante contraposição entre os valores naturais da terra e os novos valores impostos pelos colonizadores. O sentimento nativista se expressava em Anchieta, Gregório de Matos e Padre Antônio Vieira. Esses autores já defendiam uma autonomia sócio-econômica e cultural como um novo descobrimento do Brasil e enfatizavam, através de seus escritos, a descrição do meio geográfico e social (BOSI, 1974: 13-57).

No final do século XVIII, surge na Europa um movimento de protesto contra a ascensão do mundo burguês e da sociedade capitalista: o Romantismo. Este movimento consistiu em uma estrutura mental que abrangeu a política, a arte, a teologia, a sociologia, a história, a economia, enfim, todas as formas de pensamento de determinados grupos sociais do período (SILVA & MACIEL, 2005: 374).

Podemos dizer que, em nossos homens de letras, formaram-se configurações mentais paralelas às respostas que a inteligência européia dava a seus conflitos ideológicos. Nos anos de 1820-30, surge entre os intelectuais brasileiros o desejo de autonomia cultural, uma vez que a

autonomia política já havia sido conquistada. O Segundo Reinado representou o desejo de unidade, traduzido no nacionalismo crescente. Mas para que este sentimento fosse fomentado entre a população, era necessária a criação de um conjunto de características próprias do Brasil, as quais o distinguísse dos outros países e representasse a nação como um todo. Com esse objetivo, o Império investiu na produção cultural.

Várias missões exploradoras, científicas e artísticas vieram da Europa a fim de descobrir e avaliar as riquezas do país. Foi o caso da Missão Artística Francesa, composta de artistas plásticos que deveriam ensinar e retratar as características nacionais brasileiras, criando uma arte autônoma e apagando o passado colonial. Foi fundado também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição que tinha como objetivo recuperar o autêntico passado brasileiro (COSTA, 1985).

Apesar de o Romantismo brasileiro ter iniciado oficialmente em 1836 com a publicação de *Suspiros poéticos e saudades* de Gonçalves de Magalhães (BOSI, 1974: 106), em 1826, os intelectuais já vinham propondo fórmulas para a elaboração de uma literatura nacional. É o caso do francês radicado no Brasil Ferdinand Denis, para quem a literatura de um país deveria ter uma fisionomia própria e se relacionar com a natureza e a sociedade do mesmo. Esse escritor sugeriu que os autores brasileiros encontrassem elementos de ligação na natureza, no índio e na nação (CANDIDO, 1981: 283).

Esse movimento representou uma tomada de consciência dos escritores em relação à necessidade de afirmação de uma cultura nacional diferente daquela do colonizador. Os românticos buscaram no índio e na terra os elementos provedores da temática nativista e indianista, como o retorno à mãe-natureza, o refúgio no passado, a reinvenção do bom selvagem, o exotismo, o mito da emancipação, a identidade cultural, a história pátria. Segundo Bosi, durante todo o período romântico, percebe-se a presença de um “*nacionalismo crônico*” (BOSI, 1974: 171), unificando a cultura romântica, com seus romances ora indianistas, regionalistas ou mesmo urbanos.

Podemos exemplificar essa periodização estilística através da obra de José de Alencar, um de seus principais representantes. Inserido num processo de ruptura desencadeado pelo nacionalismo político, o nacionalismo de Alencar pretendia uma língua e uma literatura representativa do nosso modo de viver e não mais da incorporação da cultura do colonizador à cultura nativa. Em José de Alencar a idéia da nacionalidade brasileira tornou-se permanente, a partir da diferenciação e do amálgama entre a cultura nativa e a do colonizador (COUTINHO & SOUSA, 2001: 180-81).

O processo de abasileiramento de nossa cultura surgiu na medida em que se ia tentando fundar uma literatura própria, desvinculada do pensamento da metrópole. E para os românticos e especialmente para Alencar, a formação da nação e o sentimento de povo seriam definidos de forma expressiva por meio da inserção de aspectos culturais nacionais na literatura. Assim, somente com o surgimento do Romantismo brasileiro é que o culto do nacionalismo passou a representar a urgência de ruptura com todas as formas de opressão cultural.

As últimas décadas do Segundo Reinado podem ser caracterizadas como um período de transição: o embate entre monarquistas e republicanos, escravistas e abolicionistas, liberais e conservadores, isto é, tradição e modernidade são ingredientes que compõem o tecido social, gerando uma época de incertezas e contradições (COUTINHO, 1969: 14).

A partir da extinção do tráfico, em 1850, acelera-se a decadência da economia açucareira, deslocando-se o eixo de prestígio para o sul, e os anseios das classes médias urbanas passam a compor um quadro novo para a nação, propício ao fermento de idéias liberais, abolicionistas e republicanas. Os anos 60 foram fecundos como preparação de uma ruptura mental com o regime escravocrata e as instituições políticas que o sustentava. Os ideais republicanos não eram novidades no Brasil de finais do século XIX, mas, ainda assim, a República não passaria de um mero golpe militar, longe de corresponder aos anseios da população. (CARVALHO, 1990: 29).

É nessa perspectiva que surge o Realismo. Ao contrário do escritor romântico, que estava afetado por uma série de mitos idealizantes, como natureza, índio e pátria, a literatura realista busca a objetividade, o real, correspondendo aos métodos científicos iniciados nas últimas décadas do século (BOSI, 1974:186). E na busca da independência da expressão, o Realismo brasileiro, segundo Afrânio Coutinho, caracterizou-se por duas tendências:

(...) a corrente social, atraída pelos problemas sociais, pelos temas urbanos, contemporâneos, pelos materiais comuns da vida cotidiana, (...) e o movimento regionalista, que põe em relevo a cor local, o papel da Terra, que é a verdadeira personagem dessa literatura (COUTINHO, 1969: 14).

Afrânio Coutinho destaca, ainda, no Realismo, o papel de “*nacionalização da literatura*”, que veio consolidar as iniciativas românticas e criar um estilo em fala nativa:

Coincidindo com o início do trabalho de valorização, análise e interpretação da realidade brasileira, graças aos estudos antropológicos, etnográficos, folclóricos, sociológicos, históricos e lingüísticos, o Realismo olhou para o mundo brasileiro, ensinou o escritor brasileiro a tratar esteticamente do material autóctone, não mais com o sentimentalismo do romântico... (COUTINHO, 1969: 15).

Entretanto, dentre os realistas, Machado de Assis desenvolveu um estilo próprio. Apreendeu a lição de Alencar, tanto do ponto de vista temático quanto do “*elemento nacional*” e soube adaptar a forma da narrativa moderna a elementos populares brasileiros e à temática nacional, dando um impulso definitivo à autonomia de nossa ficção sobre criar um estilo brasileiro na língua literária, aproximando-a da fala corrente do povo, traduzindo de maneira mais adequada o “*instinto de nacionalidade*” (COUTINHO & SOUSA, 2001: 274).

Em seu artigo intitulado *Literatura brasileira: instinto de nacionalidade*, publicado pela primeira vez em 1873, Machado de Assis realiza proposições sobre o problema da arte nacional, da influência do povo no estilo, do equilíbrio entre a nacionalidade e a universalidade, ao lado de reflexões sobre os vários aspectos técnicos da arte literária nos diversos gêneros (COUTINHO & SOUSA, 2001: 278).

Já nas primeiras linhas, Machado de Assis aponta para a busca da brasilidade na literatura nacional: “*Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país (...)*” (ASSIS, 1938:133). Neste ensaio, o autor vai chamar a atenção dos intelectuais da jovem nação brasileira, para o que se deve “*(...) esperar do escritor é certo sentimento íntimo que o faça tornar-se um homem de seu tempo e de seu País*” (ASSIS, 1938: 140).

A afirmação “*um homem de seu tempo*” significa, para Machado, a idéia de estar aberto para retratar as impressões sociais do presente, sem uma exaltação exacerbada de um passado glorioso e sem a preocupação com um futuro prodigioso. O Realismo aprofunda a narração de costumes contemporâneos da primeira metade do século XIX, segundo afirma Bosi, desnudando-se “*... as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima; e buscam-se para ambas causa naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação)*” (BOSI, 1974: 188).

A passagem do Romantismo ao Realismo, em fins do século XIX e início do XX, representou o fim exagerado do “*gosto de descrever por descrever*”, em corroboração da seriedade que norteou a primeira fase do Realismo (BOSI, 1974: 193). E é contra esta tendência que reagirão os pré-modernistas e os modernistas de 22.

Nas primeiras décadas do século XX, o país passou por uma rápida transformação econômica, social, política e cultural, que se gestava há algum tempo. Isto porque a implantação do novo regime, que havia acenado para mudanças que redefiniriam a conjuntura nacional, com a implantação da democracia, a separação entre Estado e Igreja e a possibilidade do voto (ainda

que com exceções), prosseguia com a manutenção da política oligárquica, do coronelismo e das “*relações federativas*”, não tornando favorável a participação popular na Primeira República (VISCARDI, 2001: 11).

Essas transformações tiveram início ainda no Império, com a abolição da escravidão e a passagem para relações capitalistas de produção, as quais propiciaram a ampliação do mercado interno e da divisão social do trabalho (LINHARES, 1990: 183), sendo motivada pelo processo de urbanização e pela vinda dos imigrantes europeus. Paralelamente, deslocam-se ou marginalizam-se os antigos escravos em diversos locais do país, que, por consequência, aumenta as fileiras da pequena classe média, da classe operária e do subproletariado (FAUSTO, 2000). Separam-se, cada vez mais, as estruturas da vida pública nacional: de um lado, arranjos políticos manejados pelas oligarquias rurais, e de outro, os novos extratos sócio-econômicos não representados pelo poder oficial (BOSI, 1974:340).

Desse quadro, emergem diversos movimentos sociais e urbanos, em tempos e lugares diferentes os quais expressavam a insatisfação com a nova ordem: Cangaço, Canudos, Contestado, Movimento Operário, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Revolta do Forte de Copacabana, Coluna Prestes e surgimento do Partido Comunista Brasileiro. No conjunto, estas manifestações testemunhavam o estado geral de uma nação que se desenvolvia à custa de graves desequilíbrios, numa resposta do povo contra a situação de miséria e opressão em que viviam (BOSI, 1974:341).

No âmbito cultural, embora as preferências estéticas fossem pelo eclético e europeizado, desde a primeira década do século XX, já era possível detectar um anseio de renovação em alguns espíritos vanguardistas e inconformados, de diversos setores da sociedade, que discordavam dos valores antigos e tradicionais. Essa fase de transição foi periodizada estilisticamente como “*sincretismo*” (COUTINHO & SOUSA, 2001:1083) e encerra todos os germes que irão desenvolver-se no modernismo. Nesse período, destaca-se a valorização do Brasil do interior através de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato.

Nesse momento, já se revelava um processo de afirmação da identidade nacional brasileira, uma tentativa de construção sócio-cultural na qual o povo brasileiro se reconhecesse. Em substituição aos tais valores conservacionistas, surge uma “*tendência dinâmica*”, propondo uma superação constante, baseada na idéia de “*modernidade*” (COUTINHO, 2001: 1083).

A idéia de modernidade pode ser definida “... *como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo de racionalização da vida*”, que atingiu os círculos políticos, econômicos e culturais (SILVA, 2005: 297) e que gerou fenômenos de urbanização, industrialização e significativos avanços nas esferas científicas, tecnológicas e ideológicas (SILVA, 2005: 298-300).

Esse processo que teve início no século XIX, terá as manifestações da nova concepção de vida e de arte efetivadas substancialmente nas três primeiras décadas do século XX, quando se verificou um confronto entre o novo e tudo aquilo que representava a idéia de tradição, de antigo, de passado, nos campos culturais e ideológicos. Esta revolução, sentida primeiramente por artistas e intelectuais, alcançou todos os setores criativos, recebendo o nome global de Arte Moderna. Sua expansão foi imediata, atingindo um incontável número de países, de forma quase simultânea, dentre eles o Brasil, e deve ser considerado sob a perspectiva de um grande movimento internacional, procurando explicar a ação do processo de modernização sobre a vida sócio-cultural do indivíduo (BOSI, 1974:340).

No Brasil, o discurso gerava em prol da busca da face brasileira. A grande questão era justamente qual seria essa face, em um país jovem, de população diversificada que contava não apenas com elementos de origens diversas, mas também com mestiços e um grande contingente de imigrantes que rapidamente se interava à vida social e construía a economia crescente do país (BOSI, 1974: 342).

O ano de 1917 é rico de acontecimentos para a evolução do modernismo no Brasil, onde alguns artistas já produziam obras sob a influência das novas correntes vanguardistas: Oswald

de Andrade e Mário de Andrade, que viriam a se tornar os expoentes do movimento, se aproximam. Anita Malfatti inaugura uma exposição que foi atacada duramente por Monteiro Lobato no artigo *Paranóia ou Mistificação?* Além de publicações de diversos livros de poemas em que jovens autores buscavam uma nova linguagem: *Nós*, de Guilherme de Almeida; *Juca Mulato*, de Menotti del Picchia e *A cinza das horas*, de Manuel Bandeira. Em 1918, Andrade Murici chama a atenção do público para a renovação que se operava na poesia brasileira, no ensaio intitulado *Alguns poetas* e, em 1920, em São Paulo, descobre-se o sentido renovador da obra de Brecheret (BRITO, 1969:16).

A proximidade das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, fez aflorar, na intelectualidade brasileira necessidade de não apenas repensar os rumos da República recém proclamada, mas também de traçar para o País novos caminhos a serem trilhados. Oswald de Andrade anuncia a um pequeno grupo de escritores e artistas que está se preparando para fazer valer o ano de Centenário da Independência: “... *independência não é somente independência política, é acima de tudo independência mental e independência moral...*”, anunciando, assim, a Semana de Arte Moderna (BRITO, 1969: 16).

A Semana de Arte Moderna de 1922 é considerada o marco zero do Modernismo brasileiro. Organizada por um pequeno grupo de jovens intelectuais bem situados na sociedade local, o evento tinha por modelo a Semana de *Deauville*, com atividades artísticas e a participação do mundo elegante. Seu discurso era em prol da independência cultural do Brasil, proferido em termos de busca de uma face brasileira e de linguagens atualizadas, mais condizentes com o momento vivido (CATÁLOGO MODERNISMO, s/d: 17). O movimento que surge com a Semana de 22 representa uma reatualização do Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos que estavam ocorrendo no exterior e também uma busca das raízes nacionais, valorizando o que haveria de mais autêntico no país. Estas foram as principais contribuições do movimento: a atualização artístico-cultural de uma sociedade subdesenvolvida e a problemática da nacionalidade.

Quais foram as características, os objetivos e os resultados da Semana? A idéia central da Semana era a de destruir, fazer escândalos, conforme o depoimento de Mário de Andrade:

A Semana de Arte Moderna dava um primeiro golpe na pureza do nosso aristocracismo espiritual. Consagrado o movimento pela aristocracia paulista, se ainda sofreríamos algum tempo ataques por vezes cruéis, a nobreza regional nos dava mão forte e... nos dissolvia nos favores da vida. Está claro que não agia de caso pensado, e se nos dissolvia era pela própria natureza e o seu estado de decadência. Numa fase em que ela não tinha mais nenhuma realidade vital, como certos reis de agora, a nobreza rural paulista só podia nos transmitir a sua gratuidade. Principiou-se o movimento dos salões. E vivemos uns oito anos até perto de 1930, na maior orgia intelectual que a história do país registra (ANDRADE, 1942: 238-240).

A idéia de destruição proposta por Mário tinha como objetivo, em um primeiro momento, o rompimento com estéticas passadas, em especial a parnasiana: a ênfase oratória, a eloquência, o culto da rima rica, da linguagem classicizante e lusitanizante. A proposta inicial do movimento consistia numa ruptura das subordinações acadêmicas; destruição do espírito conservador e conformista; demolição de tabus e preconceitos e defesa do direito à pesquisa estética, atualização da inteligência artística e estabilização de uma consciência criadora nacional (COUTINHO & SOUSA, 2001: 1086). Os modernistas valorizaram a incorporação de gírias e de sintaxe irregular, a aproximação da linguagem oral de vários segmentos da sociedade, a reconstrução da cultura brasileira e a revisão crítica da história e das tradições culturais do país.

O nacionalismo surge no horizonte do grupo modernista apenas em 1924. O ataque ao “passadismo” é substituído pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional. Os ideais passam

a ser ideológicos, discutindo o nacional e o popular em nossa literatura. Celebram o primitivismo, isto é, nossas origens indígenas e não européias, apoiando-se no folclore, nos aspectos míticos e lendários da cultura popular. Os autores do Modernismo buscaram no índio e no negro os elementos primordiais da cultura brasileira, além de buscar retratar a mistura de culturas e raças existentes no país (COUTINHO & SOUSA, 201: 1089). Contudo, o nacionalismo modernista não se caracteriza pelo ufanismo romântico. Assume agora uma perspectiva crítica, um tom anárquico e desabusado.

A busca por padrões autônomos e formas autênticas que representassem a criação estética nacional não se restringiram ao âmbito artístico. Igualmente se deram no pensamento social, segundo o qual os intelectuais procuraram criar novos modos de tratar e compreender a cultura e a história do Brasil, estabelecendo novas interpretações e valores para a identidade nacional e dando início à consolidação do pensamento sociológico brasileiro.

Já o ano de 1930 inicia um período de intensa fermentação política, social e cultural. É na primeira metade dessa década que nascem as primeiras tentativas de interpretação de conjunto da história, da economia e da sociedade brasileira. A prosa literária, por meio do romance e no conto, retrata a decadência da aristocracia rural, a formação do proletariado urbano, a luta do trabalhador, o êxodo rural, as cidades em rápida transformação. Cenários estes que serviram de base para a expansão e proliferação dos ensaios de interpretação do país, de Gilberto Freyre, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Todos assentados na índole modernista em busca da síntese explicativa dos múltiplos aspectos da vida social brasileira e de seu desenvolvimento histórico, em suma, de sua brasilidade (COUTINHO & SOUSA, 2001:1093).

Concluimos que o diagnóstico de Machado de Assis continuou valendo para a literatura de antes e de depois, visto que o nacional continuou significando “*vestir-se com as cores do país*”. No movimento modernista brasileiro de 1922, apoiado nas vanguardas européias, os autores defendiam a identidade nacional, propondo uma revisão total do fazer literário: reivindicavam um sistema gramatical brasileiro, uma ruptura com a dicção retórica portuguesa, perseguindo a proposta iniciada pelos românticos. Seus princípios consistiam na “*(...) idéia de uma cultura popular como bem a ser preservado e vetor determinante de nossa identidade*” (MARICONI, 2001: 26). O modernismo brasileiro afirmou-se, sobretudo como movimento “*abrasileirador*” da cultura. Foi muito mais em torno de concepções da relação entre cultura e nacionalidade que se deram as polêmicas entre grupos e periódicos de combate modernista na década de 20.

Ainda que não se possa desprezar a importância de escritores e pensadores do início do século, como João do Rio, Lima Barreto, Euclides da Cunha, dentre outros, coube na verdade aos modernistas de São Paulo, como Oswald e Mário de Andrade, do Nordeste, como Gilberto Freyre e Jorge de Lima e do Sul, como Augusto Meyer e Raul Bopp, promover uma reorientação de toda a cultura brasileira, no sentido de aproximá-la de uma compreensão mais factual da realidade histórica, sociológica e antropológica (MARICONI, 2002: 31-32).

Bibliografia

ANDRADE, Mário. A poesia em 1930. In: *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1942.

ASSIS, J. M. Litteratura Brasileira: instinto de nacionalidade. In: *Crítica literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938.

BOPP, Raul. *Vida e morte da antropofagia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

BOSI, Alfredo. *Historia concisa da literatura brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

- BRITO, Mário da Silva. *Poesia do modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. (Coleção Vera Cruz)
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. Volume 1: 1750-1836.
- CARVAHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. 13ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1968.
- CATÁLOGO Modernismo Brasileiro: Propostas e caminhos. São Paulo: FAAP/MAB; Embaixada do Brasil em Berlim, s.d.
- COUTINHO, Afrânio (Coord.). *A literatura no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1969.
- COUTINHO, Afrânio e SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ABL, 2001.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à República; momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- LINHARES, Maria Yedda Linhares (Org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MARICONI, Ítalo. *Como e por que ler a poesia brasileira do século XX*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- SILVA, Kalina Vanderlei e MACIEL, Henrique Silva. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

LITERATURA INTEGRALISTA: o projeto nacionalista de Plínio Salgado¹

Professor assistente do Departamento de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF – e Historiador do Instituto Vianna Júnior; Mestre em Literatura brasileira pelo CES/JF; Especialista em História do Brasil pela PUC/MG; Graduado em História pelo CES/JF
leandropgoncalves@gmail.com

Resumo

Seguindo o referencial teórico proposto por Lucien Goldmann, como forma de se verificar a existência de artifícios que comprovassem a hipótese de que as obras literárias de Plínio Salgado são consideradas romances e, portanto, expressões burguesas, este trabalho pretende analisar o romance *O dono do mundo* de Plínio Salgado como obra-textemunho de uma determinada classe social. Nessa obra, pode-se encontrar uma fonte historiográfica reveladora para a compreensão da ideologia da Ação Integralista Brasileira. A partir da referida obra, foi possível observar, dentre outros elementos, um discurso conservador e autoritário no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Literatura, Estruturalismo genético, Integralismo.

Abstract

This essay intends to analyze the novel *O dono do mundo* of Plínio Salgado as a testimony of a specific social class, following the theoretical reference proposed by Lucien Goldmann. In this work, there can be found a revealing historiographical source for understanding the ideology present in the Brazilian Integralist Action. From then on, it has been possible to observe a conservative and authoritarian speech to the development of the Brazilian society. The genetic structuralism of Goldmann was used to verify the existence of artifices and ways that may prove whether the literary works of Plínio Salgado are considered novels, and therefore are expressions of bourgeoisie.

Keywords: Literature, Genetic Structuralism, Integralism.

Enviado em 23 de fevereiro de 2008 e aprovado em 11 de fevereiro de 2008

1. Este artigo tem como base o Capítulo III da dissertação de mestrado apresentada pelo presente autor ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, na área de concentração Literatura Brasileira, em novembro de 2006, intitulada: *Literatura e Autoritarismo: o pensamento político nos romances de Plínio Salgado*, orientada pelo Prof. Dr. Gilberto Mendonça Teles.

Durante a década de 1920, São Paulo era o local onde se reuniam importantes grupos de intelectuais. Naquele momento, os artistas iniciavam a busca da chamada identidade nacional. O ingrediente ideológico central dos intelectuais brasileiros daquele período era a defesa da nacionalidade. Ideologicamente, eles apresentavam diversas formas de planos e de modelos para o Estado Nacional, que estavam sendo forjados em concomitância com seus paradoxos e contradições com os demais países do Ocidente inseridos no processo de re-ordenação mundial no período entre-guerras.

Intelectuais engajados em projetos relacionados às suas concepções de sociedade brasileira, sob efeito de identidades de classes distintas, iniciaram a busca de um modelo social ideal para o Brasil. Diversas correntes ideológicas, organizadas em partidos, de facistas a comunistas, estavam presentes na construção desses modelos. Em todos os modelos o discurso utilizado era o mesmo, o nacionalismo. Isso porque a década de 1920 marcou uma nova concepção de civilização brasileira. Essa nova concepção buscada foi um caminho constante na formação de novos projetos e modelos de nação.

Houve momentos de turbulência política, de “séria crise socioeconômica e política, cuja solução somente se daria de fato, com a instalação do Estado Novo em 1937.” (MENDONÇA, 2003: 19). Foram épocas de reformulações, na qual os intelectuais assumiam publicamente seus interesses de classe. Segundo Daniel Pécaut, “os intelectuais já não precisam reivindicar uma posição de elite: sua legitimidade decorre justamente de se fazerem intérpretes das massas populares.” (PÉCAUT, 1990: 15).

Ser intelectual, como afirma Michel Foucault, é ser um pouco a consciência de todos. “O intelectual seria a forma clara e individual de uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva.” (FOCAULT, 2002: 8-9).

Para Gramsci (2000), a função de existir do intelectual é a de ser um organizador de sua classe, aquele que em seus textos e/ou ações pretende interpor seu conhecimento com estratégia e/ou análise dos contextos nos quais está inserido. Gramsci chama atenção para a relação entre “nacional” e “popular”. O filósofo italiano mostra que a definição de cultura nacional não deve se restringir à literatura narrativa, mas ampliar-se a outras formas de expressão. De todo modo, caberia ao intelectual – concebido, então como representante e produtor de idéias – expressar as perspectivas de seus pares, os interesses de sua classe em relação ao que concebe como nacional e em relação ao que concebe como popular². Mikhail Bakhtin, por sua vez, tal como Gramsci, adotando a análise dialética da filosofia da práxis, entende a produção dos textos literários como produção intelectual na forma da interdiscursividade³. Ou seja, não há textos produzidos ou lidos que não absorvam as diversas formas de expressão popular. Bakhtin percebe, como Gramsci também o fez, que a apropriação de elementos de representação de classes populares serve de base para projetos que visam à manutenção da hegemonia política pelas classes economicamente dirigentes. Assim sendo, a produção intelectual segue os “inter-câmbios”, conflituosos e contraditórios, das relações entre as classes sociais no conjunto complexo em que cabem as múltiplas referências e determinações – culturais, políticas e econômicas (estrutura e superestrutura) – que Gramsci chamou de Estado ampliado.

Esses intelectuais do período entre-guerras, especialmente os do movimento modernista brasileiro, não aceitariam mais a idéia de uma “inferioridade étnica” que persistia, e ainda persiste, a partir da perspectiva do “espelho” europeu, principalmente. Esses escritores buscavam a

2. As idéias de Gramsci, apresentadas em notas, estão organizadas nos Cadernos do Cárcere – série de anotações que o autor italiano produziu ao longo dos anos em que esteve confinado nas prisões da Itália sob domínio do fascismo entre 1926 a 1937. Conferir: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

3. O pensamento de Mikhail Bakhtin sobre a produção intelectual deve ser conferido em: BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UNB, 1987.; *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

organização da nacionalidade a partir de modelos específicos de Estado, apropriando-se de conceitos de nação particulares e divergentes. Eles propõem novas perspectivas para o país que seriam reflexos da conjuntura internacional que anunciava o declínio da Europa e da aurora americana.

No caso específico do Brasil, era possível encontrar uma gama de intelectuais dispostos a criar novos conceitos de nação através de ideais de organização do Estado. Grande parte desses intelectuais iria utilizar influências claramente espelhadas nos modelos estrangeiros. Esses intelectuais serão chamados de “intelectuais da periferia”, que estariam sempre deslocados e lançando ao mundo sua “mirada estrábica” (PIGLIA, 2001). Mas nada retiraria desses intelectuais a possibilidade de uma visão mais ampla.

Enquanto o intelectual metropolitano se reconhece apenas como o centro, o intelectual periférico é forçado a conhecer a margem e o centro, e, por isso, acostuma-se a transitar em ambos os lugares. Essa relação os auxiliaria no desenvolvimento do papel intelectual periférico, na sua criação e organização ideológica, que apresentará, como consequência central, a proposta de uma nova civilização brasileira, pautada na influência das expressões e das incursões imperialistas que seria evidente dentro desse contexto nacional. Alguns autores, especialmente sociólogos, durante a década de 1970, no Brasil, leriam essas influências como questões de absorções puramente miméticas dos modelos europeus ou dos padrões da hegemonia do modelo de Estado ocidental capitalista. Florestan Fernandes e Gilberto Vasconcellos (1979) reconheceram, por exemplo, no movimento integralista, essa tendência ao mimetismo. O integralismo, idealizado primordialmente pelo modernista Plínio Salgado, seria simplesmente cópia do modelo fascista italiano. Essa leitura, versão conjuntural do “sentido da colonização” forja importante, mas engessada de um modelo de colonização interpretado a partir da Europa, do qual faz parte a “teoria da dependência”, que via com restrições a capacidade dos intelectuais brasileiros de pensarem o Brasil com independência intelectual dos modelos estrangeiros. (VASCONCELLOS, 1979: 11-16)

Na perspectiva da necessidade de análise essas relações delineadas acima, de múltiplas influências e inter-relações sociais, culturais e econômicas, que o contexto internacional e nacional abrange, este trabalho se propõe a analisar algumas das tendências ideológicas, reflexos e referências de um tempo de grandes incertezas. É nesse sentido que parte da intelectualidade brasileira se propõe a discutir o Brasil a partir das manifestações artísticas. Seria com essa proposta que ocorreria nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, a Semana de Arte Moderna, que contou com a presença de um grupo considerado inovador, que encarou, através da ironia e/ou da gravidade situacional, a forma de identificar o Brasil com um período de grandes mudanças mundiais. Segundo Nelson Werneck Sodré, o movimento “deve ser entendido e interpretado como episódio inicial de uma seqüência. Episódio inicial cujo alcance pode ser estimado no simples fato de corresponder, a rigor, o lançamento da literatura brasileira.” (1976: 525-526).

Para Mário de Andrade (1978), um dos idealizadores do evento, o modernismo foi uma ruptura, mas com revestimentos diretamente importados da Europa. Dessa forma, seriam criados vários retratos do Brasil entre os intelectuais da Semana modernista. Estes retratos assumiriam, assim, o seu caráter heterogêneo de produzir visões sobre a nacionalidade. O Brasil na modernidade não seria algo mecânico e instantâneo. Essa passagem ocorre de diversas formas e para existir esse processo, seria necessário buscar o entendimento do passado; por causa disso, ocorreram divergências entre os modernistas quanto as respostas a cerca das visões de nacionalidade.

No início dos anos de 1920, ocorre uma grande transformação da maneira de se pensar, proporcionadas pelas mudanças que passaram a existir após a Primeira Guerra Mundial, principalmente na intelectualidade brasileira. O fim da guerra trouxe para o Brasil, como para outros cantos do mundo, a discussão de modernidade que já era latente.

Desde a chamada “Geração 1870” composta por vários escritores, como, Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Graça Aranha, é possível observar a presença da modernidade, pois o objetivo desse grupo era justamente criar as chamadas idéias que traziam sensação de impacto, criando um contraste com o antigo. Dentro desse movimento, segundo

Velloso (2003), um tema passou a ser objeto de grande discussão intelectual: quais os elementos que definem o Brasil e quais as especificidades do que é ser brasileiro.

Segundo Monica Pimenta Velloso, ser brasileiro para essa geração é ser algo atrasado dentro do contexto internacional e o escritor um ser repleto de emoção e imaginação devido a sua falta de disciplina associada a um estilo tropical de vida, cabendo a esse intelectual a missão de revelar a nacionalidade dentro de um contexto autoritário, pois a elite cabe a função, como única detentora do saber, a condução do processo social de identificação da identidade nacional. (2003: 355).

No período equivalente, até o momento desencadeador da Primeira Guerra, ocorre uma preparação intelectual para a modernização, antagonizando-se em um intenso conservadorismo. Com o fim do conflito, a inferioridade étnica até então existente nos discursos da intelectualidade não estará mais tão presente e ocorre, assim, a busca de organização da nacionalidade, através de um esforço intelectual no sentido de definir a idéia de identidade nacional.

Aos poucos os modernistas da Semana de 1922 começaram a se organizar em grupos ideológicos e a expressar suas concepções nos manifestos. O primeiro deles foi o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, lançado por Oswald de Andrade em 1924. Nele é apresentada uma definição de novos princípios para a poesia por meio de uma revisão cultural do Brasil com a valorização do elemento primitivo. Este manifesto defende a assimilação do inimigo estrangeiro para fundi-lo à cultura nacional e busca a produção de uma síntese dialética que tem como objetivo resolver as questões de dependência cultural, formuladas tradicionalmente atrás do binômio: nacional e cosmopolita. O manifesto rejeita as formas cultas e convencionais da arte e defende o abstracionismo e a recuperação dos elementos autóctones, aliadas às conquistas tecnológicas do século XX. (TELES, 2002: 326-331).

Essas idéias passam a ter sua radicalização com o lançamento do *Manifesto Antropofágico* em 1928, de Oswald de Andrade. Este durante a fase do modernismo brasileiro o apresenta como sendo uma síntese amadurecida das idéias do período, tendo como base de inspiração o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e de Engels. Ele institui o objeto estético para o sujeito social e coletivo como centro das preocupações, propõe um novo perfil do Brasil e de sua variedade étnica. Segundo Oswald de Andrade, a descoberta do Brasil pôs fim ao matriarcado primitivo, à propriedade comum do solo e ao Estado sem classes defendendo que já existe no Brasil o comunismo. (TELES, 2002: 353-360).

No *Manifesto Pau-Brasil* e *Antropófago*, é possível enxergar outra brasilidade através de Oswald de Andrade. No *Manifesto Antropofágico*, a aglutinação cultural é mostrada como caminho da nacionalidade brasileira e crê na utopia como força capaz de impulsionar o processo de transformação social. Dessa forma pode-se explicar a filiação desse movimento ao PCB (Partido Comunista do Brasil), já que o mesmo, segundo Velloso (2003), defende o riso e a utopia como elementos-chave para a nacionalidade. A utopia nesse sentido não é vista apenas no significado puro de sonho. “As utopias não se limitam assim, a expressar um sonho, mas atualizam um conhecimento da verdadeira natureza humana, que só pode se desenvolver num contexto ideal.” (BIGNOTTO, 1993: 63).

Mário de Andrade resolve, a exemplo de Oswald de Andrade, expressar suas ideologias por meio de suas obras, no entanto, prioriza a integração dinâmica: passado e presente, não como reprodução, mas como meditação, promovendo uma cultura investigativa relacionada com as questões contemporâneas. Em uma de suas maiores criações, *Macunaíma*, o autor defende a criação de uma arte brasileira, através de um Brasil móvel, e critica a visão regional que para ele impede o desenvolvimento de uma identidade nacional. Segundo Adriana Facina:

Macunaíma possui um significado especial para a história do Modernismo no Brasil e ocupa um lugar central na trajetória intelectual de seu autor. [...] É possível afirmar que Macunaíma é um dos muitos retratos do Brasil feitos pelos intelectuais brasileiros nas décadas de 1920 e 1930. (FACINA, 2000: 113).

Contra estes manifestos e processos ideológicos divulgou-se, em 1929, o *Manifesto do Verde-amarelismo*. Nele pode ser encontrado um discurso baseado no nacionalismo cultural e político, inserido no contexto de ascensão dos movimentos totalitários europeus. Neste contexto os regimes autoritários mostram sua ação, pois para os intelectuais envolvidos neste manifesto, a estrutura republicana é incompatível com seus ideais de defesa. Os principais defensores desta ideologia eram Cassiano Ricardo e Plínio Salgado.

Radicalizando-se as idéias defendidas no manifesto, Plínio Salgado criou o Movimento da Anta, no qual o ultra-nacionalismo era levado ao extremo. Este elemento seria a base para a fundação da Ação Integralista Brasileira, grupo político criado pelo próprio Plínio Salgado em 1932.

Pode-se, pois, legitimamente concluir que o engajamento literário representou uma experiência mais crucial para Salgado do que sua participação em atividades políticas. Primeiramente, porque o modernismo conduz toda uma geração a tomar consciência de que, para encontrar a identidade nacional, é preciso rejeitar os moldes estéticos e literários europeus, fonte de alienação cultural das elites. Além disto, porque esta nova consciência deve ser alimentada por um nacionalismo realista, fundado na exaltação do índio, da nova raça em formação e das potencialidades da Nação, para fazer face ao nacionalismo romântico, idealizador do ‘bom selvagem’ literário e influenciado pela cultura européia. Enfim esta consciência nacionalista adquire um significado político na medida em que o movimento modernista, colocando em causa as elites tradicionais, ameaça o sistema dominante. Neste contexto, a literatura e a política interpenetram-se. (TRINDADE, 1979: 48)

A relação das obras literárias de Plínio Salgado com a temática política é recorrente. Nasce, a partir de seu modernismo, a concepção de uma ideologia política que iria evidenciar no Brasil durante (quase seis anos) – toda a década de 1930 – aglutinando milhares de brasileiros em torno da imagem deste escritor que se tornou um líder político, através da Ação Integralista Brasileira.⁴

A formação do movimento integralista brasileiro deu-se no início da década de 1930, sob a liderança do escritor e jornalista Plínio Salgado. Em outubro de 1932, o escritor divulgou o *Manifesto de Outubro*, propondo a formação de um grande movimento nacional. O movimento registrou-se sob a denominação de Ação Integralista Brasileira (AIB). Sua organização, influenciada pelos movimentos fascistas europeus, priorizava a arregimentação de militantes e seu enquadramento em uma estrutura hierárquica. A partir de então, logrou intenso e rápido crescimento, ascendente até a decretação do Estado Novo em novembro de 1937. Plínio Salgado colocava-se como Chefe Nacional do movimento e todos os demais membros tinham que jurar obediência às suas ordens, sem discussão.

O Integralismo atacava o liberalismo, os partidos políticos e o parlamento, considerando a democracia liberal como destruidora da alma nacional e responsável pela disseminação do comunismo, inimigo maior a ser combatido. Apresentando-se como um movimento de despertar da Nação, o Integralismo canalizava para a ação política as angústias e temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao processo político. O perigo comunista da revolução soviética e as mobilizações do proletariado acentuaram o temor de proletarização dos setores médios, universo em que o Integralismo recrutava a maior parte de seus militantes.

Plínio Salgado nasceu na cidade de São Bento do Sapucaí, em São Paulo, em 1895. Sempre teve uma grande participação política e tornou-se um jornalista conhecido na cidade de São Paulo, a partir de 1919. Através das agitações modernistas, tornou-se um romancista respeitado após a publicação de uma trilogia romanesca denominada “Crônicas da Vida Brasileira”, composta pelas

4. A relação História e Literatura de Plínio Salgado foi analisada por mim, constituindo-se em tema de dissertação de mestrado: GONÇALVES, Leandro Pereira. *Literatura e autoritarismo: o pensamento político nos romances de Plínio Salgado*. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração: Literatura Brasileira). Programa de Pós-graduação do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

obras: *O estrangeiro*, de 1926; *O esperado*, de 1931, e *O cavaleiro de Itararé*, de 1933. Plínio Salgado escreveu mais três romances: *A voz do oeste*, em 1934; *Trepandé* – redigido entre 1938 e 1939, mas publicado apenas em 1972 – e *O dono do mundo*, escrito no fim de sua vida, aproximadamente entre o período de 1974 e 1975. Este último romance não foi finalizado em decorrência de sua morte, sendo publicado apenas no ano de 1999.

Em viagem à Europa, Plínio Salgado conheceu novos regimes políticos, principalmente o fascismo italiano de Benito Mussolini. Esse regime o fazia pensar em uma saída para o Brasil, a seu ver uma saída possível seria um nacionalismo agressivo que impusesse a hegemonia brasileira sobre a América do Sul. Em uma carta de 1936, Plínio Salgado escreveu sobre seu encontro com Mussolini:

Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu processo, dada a situação diferente de nosso país. Também como eu, ele pensa que, antes da organização de um partido, é necessário um movimento de idéias [...]. Refleti sobre a necessidade que temos de dar ao povo brasileiro um ideal que o conduza a uma finalidade histórica. Essa finalidade, capaz de levantar o povo, é o Nacionalismo impondo ordem e disciplina no interior, impondo a nossa hegemonia na América do Sul. (apud, TRINDADE, 1979: 75).

Partindo dessa reflexão, Plínio Salgado inicia a busca de seu sonho que era o da Quarta Humanidade. Segundo ele (1995), este sonho é destinado aos povos sul-americanos, pois são detentores de qualidades essenciais para uma sociedade pura e integral, que é a base da Ação Integralista Brasileira.

Na sua literatura, é possível verificar uma grande riqueza ideológica – inclusive no que diz respeito à formação social burguesa – e, com ela, ao analisarmos a presença do autor no mundo burguês, é possível realizar uma profunda abordagem literária, histórica e sociológica.. A defesa de uma identidade para o Brasil pautada nos valores nacionalistas de Plínio Salgado ocorreria de maneira real no ano de 1926 quando o mesmo lança sua primeira grande obra: *O estrangeiro*, onde repercussões literárias e políticas serão observadas como em poucos momentos da História da Literatura Brasileira. O autor adota um tom messiânico, afirmando ser uma das pessoas com o objetivo de salvar e defender o povo brasileiro.

Em abril de 1926, publicou-se o romance; nunca mais abandonei esta batalha. O drama de meu povo apoderou-se de mim. As dores, os misteriosos tumultos de uma sociedade em formação, as lutas políticas, os caldeamentos étnicos, cosmopolitismo e nacionalismo, civilização artificial e instintos bárbaros da floresta, angústias do pensamento e vagas ansiedades coletivas, tudo isso constituiu, dia a dia, uma orquestra perene que me empolgava no turbilhão de músicas estranhas. Esgotando-se a primeira edição do *O estrangeiro* em vinte dias, meus amigos comemoraram esse fato, oferecendo-me em bronze o personagem do romance que encarnava o espírito imortal da Terra Jovem. (SALGADO, 1935: 5-6).

A determinação do valor de Plínio Salgado na Literatura Brasileira requer o estabelecimento de algumas linhas determinantes da evolução literária, enquadrando o processo histórico presente. Ele defende uma sociedade baseada no nacionalismo político como o único caminho para o povo brasileiro.

Nacionalismo não é um simples culto à bandeira, nem pode ser apenas o Hino Nacional. Não é a marcha batida das manifestações militares. Não é a devoção feiticista das formas exteriores da Pátria Política. Nacionalismo é visão total do país e é, ao mesmo tempo, a consciência particular de cada caráter e de cada

tendência [...]. O nacionalismo não pode ser apenas um culto ideal e político [...]. Não temos tido no Brasil uma compreensão exata do nacionalismo. Nós nos temos limitado a adoração lírica da Bandeira e aos vivas seguidos do Hino Nacional. Pois todas as nossas atitudes tem sido anti-nacionalistas. (SALGADO, 1935: 139).

No marco inicial do movimento integralista, no *Manifesto de outubro de 1932*, Plínio Salgado expõe com clareza seus propósitos para o Brasil. O romancista e político deixa muito claro o seu desejo ideológico: a defesa de uma política nacionalista baseada no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social, e a aversão ao cosmopolitismo para a defesa de uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista.

Para Plínio Salgado, o cosmopolitismo causaria a destruição do verdadeiro nacionalismo.

A identificação do mundo moderno com a luta de classes elucida um traço ideológico que, volta e meia, aparece no discurso nacionalista dos intelectuais da década de 20 ou 30. Trata-se da mania de explicar nossa realidade social em termos de um conflito entre litoral (infestado de costumes estrangeiros) e o hinterland (reduto apartado da influência européia, núcleo da verdadeira cultura brasileira). Dessa matriz decorre o ataque integralista contra o “mal urbano” e o cosmopolitismo; contra tudo enfim que ostente a marca do “mundo ocidental”. (VASCONCELLOS, 1979: 113).

Nesse discurso pode ser observado um ponto de destaque do pensamento de Plínio Salgado, a defesa do nacionalismo fascista. O autor não aceita a existência de uma dependência cultural, realiza uma grande luta ideológica contra a ameaça imperialista cosmopolita que cerca o Brasil e, para isso, cria um movimento nacionalista que tem sua base nessa mesma cultura exterior que demonstra aversão.

No estudo *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*, do cientista social Gilberto Vasconcellos (1979), Plínio Salgado estabelece o objetivo de buscar a especificidade do Integralismo enquanto discurso fascista e inserido numa sociedade periférica. Para ele, o Integralismo não se constitui como uma cópia do fascismo no Brasil, porque aqui não houve forte tradição liberal, nem proletariado urbano-industrial organizado, nem ponderável movimento comunista, nem fatores que contribuíram para a eclosão de ideologias e movimentos fascistas na Europa.

A defesa de Plínio Salgado parte do fascismo, mas dado ao atraso econômico existente, o discurso adota uma especificidade em relação ao movimento europeu. Devido à existência de um capitalismo brasileiro periférico, a doutrina fascista esteve presente em decorrência do grau de dependência que o Brasil possuía no contexto da década de 1930. Segundo Gilberto Vasconcellos (1979), o país periférico que era constituído em relação às nações capitalistas hegemônicas permitiu que o Integralismo, mesmo que inconscientemente, se apropriasse do discurso fascista europeu, e por isso não conseguiu realizar a formação de uma cultura nacionalista independente.

Esse movimento surge com o objetivo de defender principalmente os interesses burgueses nacionais contra a ameaça comunista, presente a todo momento no mundo, na década de 1930.

A motivação principal que ocasionou a adesão de cerca de dois terços dos integralistas é o anticomunismo [...]. O segundo motivo é a simpatia pelo fascismo europeu. [...]. O nacionalismo [...]. O tema do nacionalismo está presente na ideologia, tanto no plano afetivo como no intelectual, tendo um papel central na radicalização nacionalista. (VASCONCELLOS, 1979: 152).

Com isso, a partir de 1932, a AIB desencadeou um dos maiores movimentos de massa já vistos no Brasil – o Integralismo – que funcionou de forma legal até os últimos anos da década de 1930. Após a instauração do governo ditatorial varguista, o Integralismo continuou com as suas

ações políticas na clandestinidade, mas sem o sucesso político de arregimentação experimentado nos anos anteriores. Essas profundas transformações de ordem social, política e econômica da década de 1930 afetaram também profundamente a vida e a obra de Plínio Salgado. O Brasil, segundo Sônia Mendonça, viveria uma “crise política aberta” (2000: 322). No cenário externo, havia uma crise do capitalismo liberal, a partir de 1929, a ascensão dos regimes fascistas na Europa e conseqüente engajamento dos Partidos Comunistas internacionais nas lutas contra os governos totalitários que se instalavam. No cenário interno, devido ao poder único e intenso de Getúlio Vargas, Plínio Salgado é exilado em Portugal. Era o fim momentâneo do sonho integralista.

Após essa análise conjuntural das obras de Plínio Salgado, pode-se analisar que aproximação entre o campo literário e o histórico é algo que ocorre com freqüência, especialmente no meio acadêmico como conseqüência da renovação francesa da historiografia, com os *Analles*, nos anos 1920. Segundo essa nova corrente, tudo o que se passou é objeto de interesse da história e é com ela que pode ser percebida a sua totalidade, pois por meio da visão defendida por essa renovação, os fatos e os acontecimentos não têm importância alguma, mas sim, os critérios escolhidos pelo historiador. Portanto, é possível afirmar que tudo que possui registro é histórico e, sendo assim, passível de ser analisado.

A literatura, na análise de Adriana Facina, pode ser utilizada como fonte de estudo da sociedade, pois cada obra é fruto do seu tempo, sendo o escritor também produto de sua época e de sua sociedade, pois “toda criação literária é um produto histórico produzido numa sociedade específica, por um indivíduo inserido nela por meio de múltiplos pertencimentos.” (FACINA, 2004: 10).

Assim, deve-se questionar a idéia de uma literatura vista por uma ótica idealista que se enxerga como autônoma em relação à sua produção. “Não se trata de negar a existência do talento individual [...] do criador [...] mas considerá-lo parte da dinâmica social.” (FACINA, 2004: 10).

Sendo assim, a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance – inseri-la no movimento da sociedade, investigar não a sua autonomia em relação à sociedade, mas sim, a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social. Percebendo assim o olhar do escritor, que é parte integrante de um grupo social – os intelectuais – sobre o mundo que o cerca.

O referencial teórico que orienta este ensaio segue a análise de Lucien Goldmann (1990), que coloca o romance como gênero literário criado pela sociedade burguesa, como reprodução literária homóloga do processo de estruturação social.

A literatura é colocada como um meio de representação, capaz de construir e “re-apresentar” uma visão da realidade por meio de códigos específicos, constituídos a partir de uma determinada referência cultural, especialmente a partir de Pierre Francastel (1970) que considera, na maioria das vezes, as obras de arte mais ideologicamente “desarmadas”¹, do que os documentos oficiais, e, por isso, acabam por revelar mais sobre as ideologias subjacentes.

Analisar um momento da Literatura Brasileira significa enxergar visões de mundo, tendo que investigar as condições de sua produção e o contexto histórico e social de seus autores. Segundo Adriana Facina (2004), o autor da literatura é um escritor, ou seja, um intelectual, cujo trabalho é expresso através da preocupação com a estética e com a linguagem, crê que a sua obra é uma arma de modificação social.

Cada obra literária é fruto de seu tempo, sendo o intelectual um produto de sua época e sociedade. O sociólogo Lucien Goldmann (1990) considera que uma estrutura tão complexa como o romance não pode ter nascido de uma invenção individual e sim de concepções ideológicas vividas pelo grupo social de origem do escritor. Segundo o estruturalismo genético, os verdadeiros sujeitos da criação cultural são os grupos sociais, cabendo ao sociólogo da literatura estabelecer a homologia entre a ideologia do grupo a que pertence o autor e o pensamento formulado por sua obra. A literatura, segundo Lucien Goldmann (1979), passa a ser um produto e uma expressão da

cultura e da civilização de um povo. Para Gilberto Mendonça Teles, o pensamento goldmanniano pode ser definido como:

a tensão real existente entre o escritor e a sociedade em que vive reflete-se, em forma de simulacros e homologias, na tensão imaginária entre a personagem e o espaço social criado no romance, donde a possibilidade de categorias classificatórias em face do comportamento e das ações das personagens. (TELES, 1990: 99).

Assim, as análises sociais presentes na estrutura de qualquer romance são um método válido, uma vez que não pretendem ser mais do que um método, visto que não possuem como objetivo esgotar qualquer tipo de análise literária. A literatura expressa visões de mundo que são influenciadas pela experiência histórica dos grupos sociais que a constituem. A arte não é colocada como algo secundário, ela faz parte de um processo histórico, que compõe a formação dessa visão buscando fundamentos com as relações sociais e muito menos autônoma, não aparecendo por si mesma. A literatura assume o papel de reconstruir a totalidade que é destruída pelo capitalismo que provoca a fragmentação da sociedade, não permitindo o todo social e econômico.

O intelectual que é o responsável por essa organização e reconstrução social é “um autor engajado, que vê na sua obra um instrumento para mudar o mundo” (FACINA, 2004: 9). A diferenciação, entre os intelectuais principalmente nos textos dos anos das décadas de 1920 e 1930, é notável. A significativa quantidade e variedade de intelectuais e grupos políticos existentes fez com que ocorresse o aparecimento de novos integrantes de sub-campos de intelectuais, ligados, especificamente, a ideologia nacionalista do período.

Ao verificar os romances de Plínio Salgado, este ensaio visa à transformação dos mesmos em testemunhos de uma determinada classe social, ou de determinadas classes e frações de classes, mirando uma formação social específica (a brasileira, da primeira metade do século XX). Nesta análise poderão ser recuperadas dimensões ideológicas (conotativas), expressas pelo autor por meio de sua ficção.

Nas últimas três décadas, Plínio Salgado e sua ideologia integralista foram objeto de muitos estudos. No entanto, como literato, o autor foi pouco abordado, embora sua importância seja incontestável, não só para a literatura, como também para o pensamento humano. Isso porque Plínio Salgado se preocupou em colocar em seus romances seus objetivos políticos, suas intenções doutrinárias, e seu pensamento sobre a sociedade brasileira.

A criação literária de Plínio Salgado e outros escritores, dessa forma, constitui um campo privilegiado de aplicação do estruturalismo genético. Lucien Goldmann parte do princípio de construção das estruturas cognitivas para aplicá-lo às relações entre o autor e o grupo social. O autor passa a interagir com esse grupo procurando responder as suas expectativas. A criação artística surge como uma resposta significativa e articulada, como expressão das possibilidades objetivas presentes no grupo social.

Goldmann procura identificar novas homologias que se estabelecem entre o liberalismo e a manifestação literária presente no período burguês, o romance. O sociólogo parte da relação entre obra artística e classe social para construir o pensamento da sociologia da literatura.

Observa-se nas obras literárias de Plínio Salgado, uma crítica a todo o sistema brasileiro, sendo a sociedade colocada como infeliz; daí a necessidade de mudança para a defesa do forte nacionalismo. Enquanto o comunismo e o liberalismo são tratados como males que têm de ser extirpados da sociedade, o Integralismo é colocado como o único capaz de salvar a humanidade desses inimigos da ordem. Nos romances, essa análise da sociedade brasileira é clara, pois seus

5. As aspas aí se justificam, porque não existem obras neutras. Entretanto, nas obras de arte frequentemente, não há a intenção consciente de defender teses ou posições políticas, apesar de, evidentemente, reproduzirem, concepções, aspirações, ideais e projeções de uma visão de mundo classista.

pensamentos de salvação para o Brasil são expressos por meio da crítica à sociedade que, em muitos momentos, é considerada apática, por não lutar contra o mal.

A busca do autor por seu valor autêntico ocorre por meio do pensamento intelectual, já que se buscava o nacionalismo na teoria; entretanto, o intelectual não encontra resposta, porque não consegue transcender verticalmente o mundo burguês em que vive. O ato de agir é um reflexo de sua instância econômica; portanto, em sua tomada de posição diante da realidade social, Plínio Salgado terá em sua concepção política a defesa da sociedade que o cerca, a burguesa, ao buscar por sua própria conta os meios estético-ideológicos adequados à reprodução da realidade pensada por ele.

Para comprovar ou não essas afirmativas, foram avaliados os seis romances de Plínio Salgado: *O estrangeiro*; *O esperado*; *O cavaleiro de Itararé*; *A voz do oeste*; *Trepandé*; *O dono do mundo*. Deles, foi selecionada para este ensaio a última obra de vida do autor, *O dono do mundo* – escrita em meados da década de 1970 –, pela seguinte razão: nela podem ser observadas não só a mudança do pensamento do autor como também a sua desilusão com a sociedade brasileira. Plínio Salgado não finalizou esse romance, mas mesmo assim, é possível utilizá-lo na análise proposta, pois a ideologia política pode ser observada de uma maneira não vista antes, pois trata-se da imagem de um político desiludido por nunca ter alcançado o poder que tanto almejava. Segundo o crítico literário Wilson Martins, nas obras de Plínio Salgado,

Se encontram as tendências místicas e o simbolismo vago que iriam tomar corpo tanto na sua ficção quanto na sua doutrinação política; literariamente, é uma espécie de segundo caldo simbolista em que se encontram. [...] Nele, a política é mística e o misticismo é político; assim, a nobreza inegável da primeira parte anula-se pela sordidez inevitável da segunda. (MARTINS, 1978: 249).

A última produção literária de Plínio Salgado é uma obra esquecida pela crítica. Trata-se do livro que não foi concluído em decorrência de sua morte, como pode ser comprovado em um pequeno comentário assinado por Gumercindo Rocha Dórea, responsável pela edição em 1999: “Estas, leitor amigo, foram as últimas páginas, para um livro, elaboradas por Plínio Salgado.” (in: SALGADO, 1999). É um livro sem final que apesar de incompleto, é importante por se diferenciar totalmente dos outros de sua autoria.

A forma do romance sofre uma modificação que pode representar uma mudança ideológica. Ao escrever esse romance, o autor quis inovar principalmente a forma de tratar as personagens e o enredo. A intenção do escritor foi redigir um texto de ficção científica, produzindo uma grande diferença estrutural em relação às suas obras anteriores. Como o romance foi escrito trinta e seis anos depois de *Trepandé* as mudanças são visíveis, como, por exemplo, na forma, visto que foi deixado de lado as técnicas adotadas pelo modernismo. No longo intervalo de inatividade romanesca, Plínio Salgado dedicou-se apenas a obras doutrinárias; estas, certamente, influenciaram sua forma de escrever.

Plínio Salgado adotou nesse romance um tom profético, afirmando que o apocalipse chegará com o desenvolvimento tecnológico e com o advento das máquinas, expressões da força urbanística. Afirma também, devido a influência externa, que o advento das máquinas não é o mais correto para a defesa nacionalista. Além disso, o autor enxerga na agricultura a saída para o desenvolvimento nacionalista, eliminando assim todas as chances de influência exterior.

O enredo do romance ocorre em meados da década de 1970, na cidade de Ouro Claro, em Minas Gerais, e tem como personagem central o engenheiro Pedro Adamus, que é o único ser humano do planeta a não ser exterminado após uma experiência ocorrida no oceano Glacial Ártico, na ilha de Spitzberg, onde um sábio elabora uma emanção super magnética, sutil e silenciosa com o objetivo de eliminar todos os seres humanos sem deixar vestígios.

No momento da experiência, Adamus estava quilômetros abaixo da terra e não é atingido pela emanção. Ao retornar à superfície, percebe o desaparecimento de todos os seres humanos

das ruas e das casas. Suas roupas e objetos estão jogados; a cidade está completamente deserta. Adamus inicia uma peregrinação em busca de uma explicação para o sumiço das pessoas, primeiro pelo Brasil, e depois pelo mundo.

Plínio Salgado coloca Adamus como uma vítima do cosmopolitismo, que é mais uma vez o objeto de crítica do autor. O cosmopolitismo, que para o autor é o grande mal, é consequência do processo de desenvolvimento industrial capitalista que traz consigo a possibilidade de ocasionar a morte do nacionalismo. A máquina, para Plínio Salgado, é o símbolo da modernização – justamente onde ocorre o crescimento burguês. O tema aparece com frequência em suas obras por ser a base de seu pensamento. Essa criação de mundo, segundo o literato, não é o ideal para o Brasil, pois levará à desgraça e ao extermínio. Para ele, é necessária uma criação de um novo modelo de mundo, baseado na simplicidade da vida.

Essa obra é uma crítica ao avanço tecnológico e à modernização extremada, marcas fortes do individualismo burguês presente na sociedade. O autor critica o grande mal de uma sociedade, o cosmopolitismo, tido como consequência deste desenvolvimento tecnológico. Com isso surgem o individualismo e a luta de classes, considerados inadmissíveis.

O cosmopolitismo esteve presente na vida política de Plínio Salgado, no Manifesto de outubro de 1932, principal documento político do Integralismo, no qual um dos alvos de maior crítica é esta influência estrangeira que acaba com a pureza do brasileiro.

Criaram preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar. Desprezaram todas as nossas tradições. E procuram implantar a imoralidade de costumes. Nós somos contra a influência perniciosa dessa pseudo-civilização, que nos quer estandardizar. (SALGADO, 1982: 7).

O pensamento de destruição do homem, presente em *O dono do mundo*, é utilizado como elemento de uma defesa por Plínio Salgado. Para ele, a humanidade foi destruída pelo cosmopolitismo e precisa ser reconstruída.

Periclita a civilização ocidental. E periclita justamente porque sobre areia tem sido edificada. É uma civilização puramente técnica e baseada no individualismo, que exclui toda a consideração do homem integral, ou simplesmente do Homem. [...] A sociedade está enferma, desorganiza-se e agoniza-se, porque os homens, que são seus elementos constitutivos básicos, desaparecem da superfície da terra... No lugar dos homens, aparecem os profissionais. E o profissional desconhece tudo o que diz respeito ao Homem. (SALGADO, 1960: 10-11).

O romance tem como eixo central a crítica a sociedade humana individualista, que para o autor é um mal que deve ser combatido, pois a consequência é a sua dissolução, como ocorreu na obra. “Sendo uma civilização individualista, prepara o mundo para o coletivismo, isto é, para a anulação total da personalidade humana.” (SALGADO, 1960: 11).

Essa anulação da sociedade humana, segundo Vasconcellos (1979), é justamente a crítica que o autor faz através de seu discurso político, pois acredita que a eliminação das mazelas da sociedade brasileira ocorrerá pela ação espiritual e por meio de uma consciência nacional. Esse discurso de ação espiritual será inclusive a especificidade do Integralismo enquanto discurso fascista. “A fim de mostrar a autonomia do integralismo em relação aos fascismos europeus, os camisas-verdes apontavam a ‘maior dose de espiritualidade’, ou o ‘primado do espírito’, contido em sua doutrina.” (SALGADO, 1960: 23).

No romance, essa afirmação é visível, exemplificada pela destruição da humanidade cheia de valores burgueses. A reconstrução da humanidade na obra irá ocorrer através do personagem Adamus, pois para Plínio Salgado,

Reconstruir o Homem é levar o próprio Homem a reconquistar-se. É instruí-lo a fim de que se restaure se refaça, e venha a ocupar o seu trono perdido. [...] Reconduzir o Homem àquele esplendor das Harmonias Divinas, em que ele exerce a sua integral soberania, impondo a força dos valores morais onde pretendam imperar as forças bárbaras e desconexas dos valores morais onde pretendam imperar as forças bárbaras e desconexas dos valores materiais em conflituosa desordem. Ou fazemos isso, ou o mundo não terá salvação. (SALGADO1960:16-17).

Essa destruição humana descrita no romance é relacionada ao materialismo, que para o autor é o mal que deve ser exterminado da sociedade. Para ele, o homem se destruiu; daí a pregação do espiritualismo integralista.

Ambos – o capitalismo e o socialismo – são intrinsecamente materialistas [...] cumpre notar que o materialismo capitalista não objetivava nenhuma finalidade moral, ao passo que o materialismo socialista preocupa-se com o ideal da justiça, trazendo, pois um conteúdo moral, ainda que essa moral tenha caráter exclusivamente utilitária. [...] O materialismo será destruído pelo próprio materialismo e essa civilização de que tanto nos orgulhamos – se não se embasar em alicerces espiritualistas e cristãos – não encontrará nenhum meio de manter-se. (SALGADO,1960: 22).

Com isso, pode-se observar claramente que a sociedade destruída no romance *O dono do mundo* tem sua dissolução causada pelos regimes econômicos que rondavam o mundo na década de 1970, capitalismo e socialismo. O autor propõe, portanto, a reconstrução humana, através da força moralista espiritual, base do Estado Integral. Esse moralismo defendido por Plínio Salgado será a base para a reconstrução humana contra a dissolução causada pelo cosmopolitismo. Isso ocorrerá por intermédio do personagem Adamus. Entretanto, essa reconstrução proposta encontrará alguns empecilhos que não foram demonstrados no romance – devido a sua não finalização – já que Adamus, teoricamente responsável pela reconstrução humana, é um cidadão vindo de uma família essencialmente burguesa. Mesmo que seu caráter fosse deixado de lado, a influência burguesa continuaria a existir, já que a base do Estado Integral é de base burguesa. Assim, a eterna busca pelo valor autêntico de Plínio Salgado mais uma vez ocorrerá de maneira equivocada, levando à dissolução do personagem. No caso específico de *O dono do mundo*, a dissolução da humanidade é demonstrada, mas não há como saber se o autor pretendia causar o extermínio de Adamus. Independente disso, a busca pelo nacionalismo não seria alcançado devido à presença burguesa na ideologia integralista, que mostra a forte defesa de Plínio Salgado em favor do Integralismo – até mesmo em seus momentos finais de vida.

Adamus, mesmo não morrendo, é classificado como o herói problemático do romance, assim como toda a civilização humana. Adamus pode ser colocado como sendo o próprio Plínio Salgado, que se vê sozinho após uma vida de lutas em prol do nacionalismo integralista. A sociedade o deixa só vagando pelo mundo em busca de respostas sobre a catástrofe. A reconstrução do homem seria buscada por meio da doutrina nacionalista cristã integralista. No entanto, observa-se que o autor passou a vida buscando respostas de como aplicar seu valor autêntico na sociedade, entretanto a buscou dentro de uma sociedade burguesa, e o romance vem comprovar que essa busca é um equívoco do autor.

Este pequeno ensaio teve como objetivo analisar de maneira sucinta apenas uma parte da produção literária de Plínio Salgado para servir de amostragem da possível relação das obras do autor com o estruturalismo genético goldmanniano. Nos estudos realizados sobre as obras ficcionais de Plínio Salgado, percebe-se uma crescente politização de sua literatura, o que nos permite constatar que ele mostra-se sensível aos problemas políticos e, ainda, aberto às influências ideológicas. Assim,

nota-se que o autor pretendeu transformar seus romances em fontes ideológicas, pois neles percebe-se claramente suas idéias integralistas.

Nos romances, o intelectual Plínio Salgado não conseguirá desvincular-se do mundo em que vive para buscar seu valor autêntico. Por isso a vitória não ocorre, pois o caminho é percorrido de maneira equivocada devido à impossibilidade de desvinculação do Estado existente. O nacionalismo almejado passa a ser um valor burguês da sociedade, uma vez que seu objetivo é atender o grupo que o ronda, a pequena burguesia.

Visto à luz da teoria goldmanniana, esse herói problemático busca a ruptura da sociedade, o que ocorre de uma maneira equivocada, já que os seus valores autênticos são vistos por essa mesma sociedade de maneira alienada. O romance deveria mostrar caminhos para os problemas, mas devido ao fato de ser uma criação burguesa, essa desvinculação do herói problemático com o seu autor não ocorre. Na maior parte das vezes, Plínio Salgado se retratará no herói problemático. O autor não encontra saída para os questionamentos criados pelo personagem, já que é a sua vida que está sendo retratada dentro de uma vida burguesa, de um Estado burguês. Assim, o fim do herói problemático acaba sendo sua destruição, sua a morte.

O romance é composto por uma biografia e uma crônica social que apresentam a vida e as experiências de Plínio Salgado; por isso o herói é o problemático, pois não possui valores autênticos num mundo de convenções existentes – as convenções burguesas. O herói está inserido numa sociedade individualista – pois é nela que o escritor vive – e, portanto, sua busca ocorre dentro de um contexto burguês. O romance é um gênero que estabelece uma ruptura entre o herói e o mundo, mas essa ruptura ocorre de maneira equivocada, pois o autor não consegue realizar a transcendência vertical, que consiste em não se colocar no romance. De acordo com a teoria goldmanniana, o autor não consegue realizar a transcendência porque suas aspirações e desejos são sempre colocados na obra. Com isso, os valores usuais da sociedade burguesa passam a ser expressos. O romance é o único gênero literário em que a ética do romancista converte-se em problema estético da obra. A criação burguesa do escritor – o romance – precisa da presença do herói problemático a fim de buscar seus valores autênticos.

Bibliografia

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UNB, 1987.

. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo, HUCITEC, 2006.

BIGNOTTO, Newton. Os sentidos da utopia. In. Aparecida Andrés (org.), *Utopias, Sentidos, Minas, Imagens*. Belo Horizonte: UFMG, 1993.

FACINA, Adriana. *Literatura & Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

. *Macunaíma: sintoma de cultura nacional*. Tempo, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FRANCASTEL, Pierre. *Sociologie de l'Art*. Paris: Anthropos, 1970.

GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

. *Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia?* São Paulo: Difel, 1979.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Literatura e autoritarismo: o pensamento político nos romances de Plínio Salgado*. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração: Literatura Brasileira). Programa de Pós-graduação do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Sociedade: a consolidação da república oligárquica*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.316-326.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PIGLIA, Ricardo. *Una propuesta para el nuevo milenio. Margens/márgenes. Caderno de cultura*. nº2, out. 2001. Belo Horizonte; Mar del Plata; Buenos Aires, 2001.

SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. São Paulo: GRD, 1995.

. *A voz do oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

. *Despertemos a nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

. *Manifesto de outubro de 1932*. São Paulo: Voz do oeste, 1982.

. *O cavaleiro de Itararé*. São Paulo: Panorama, 1948.

. *O dono do mundo*. São Paulo: GRD, 1999.

. *O esperado*. São Paulo: Voz do oeste, 1981.

. *O estrangeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

. *Reconstrução do homem*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1960.

. *Trepandé*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

TELES, Gilberto Mendonça. *A crítica e o romance de 30 do Nordeste*. Rio de Janeiro: Atheneu cultura, 1990.

. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: O fascismo brasileiro da década de 30*. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1, p.351-386.

O sertão mineiro nas observações de Spix e Martius¹

Resumo

Graduanda de História
da Universidade Vale do
Rio Doce Bolsista de
Iniciação Científica –
BIC-FAPEMIG
Orientador: Prof. Dr.
Haruf Salmen Espindola
novosfilhosdeclio@gmail.com

O século XIX foi marcado pela presença de naturalistas viajantes no Brasil, dentre eles os alemães Joahnn Baptist Ritter Von Spix e Carl Friedrich Philip Von Martius. Este trabalho tem como proposta analisar as observações sobre Minas Gerais, feitas pelos dois naturalistas no início de século XIX, uma vez que constituem importante testemunho histórico. Serão abordadas especificamente as observações referentes ao sertão mineiro. Em seus relatos os dois viajantes refletem as concepções do século XIX, marcadas pelo paradoxo entre litoral e sertão que estiveram presente no processo de construção da nação brasileira.

Palavras-chave: Naturalistas Viajantes, Minas Gerais, Sertão.

Abstract

The Sertão Mineiro vision in the observations of Spix and Martius
The XIX century was marked by the presence of naturalist travelers in Brazil, such as the germans Joahnn Baptist Ritter Von Spix and Carl Friedrich Philip Von Martius. This study has the objective to analyse the work produced in the early XIX century by both naturalists about their observations of the region of Minas Gerais state. It will approached only the observations concerning the region of Sertão Mineiro (mineiro's backlands). In their historical testimonial they reflected the XIX century conceptions, marked by the paradox between the coast and the backlands that had been present in the construcion of the brazilian nation.

Key words: Naturalist travelers, Minas Gerais, Sertão (Backland).

Enviado em 27 de janeiro
de 2008 e aprovado em 16
de março de 2008.

1. O presente trabalho é fruto de um projeto mais amplo denominado *O olhar estrangeiro sobre o Brasil: espacialidade e territorialidade no pensamento dos naturalistas viajantes*, do Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola, no qual sou bolsista de iniciação científica e onde tive o primeiro contato com as fontes aqui trabalhadas.

O século XIX foi palco de profundas transformações sociais, econômicas e culturais, marcando definitivamente o desenvolvimento da ciência. Outros elementos importantes foram a emergência do nacionalismo europeu, o fortalecimento do sentimento de identidade cultural e étnica e a consolidação de um modo de vida urbano cada vez mais sofisticado, que se estenderam para longe da Europa. No Brasil, a partir da presença da família real portuguesa, os novos valores e o estilo de vida europeu fazem eco e provocam mudanças: era preciso modelar o país e dar-lhe um formato civilizado.

A abertura dos portos em 1808, mais do que resposta às motivações econômicas e para além das conseqüências produzidas, representou o rompimento do pacto colonial e o início de uma nova etapa histórica. Entre as novidades, o Brasil passou a receber estrangeiros, particularmente viajantes naturalistas interessados em conhecer a natureza tropical da América. Junto com esses naturalistas também aportaram os interesses estratégicos das potências européias, particularmente da Grã-Bretanha, motivados pelas potencialidades econômicas e sociais do Brasil.²

No início do século XIX nota-se a preocupação com a existência de uma identidade nacional, embora essa questão ainda fosse incipiente. A Constituição de 1824 definiu como brasileiros os nascidos no Império do Brasil, mas estabeleceu como efetivos os que possuíam posses e, desta forma, delimitou o conceito de cidadania a uma parcela reduzida da população, já que os homens livres e pobres acabavam por não fazer parte da mesma. Para muitos dos estrangeiros o tipo de colonização portuguesa, juntamente com a escravidão, explicaria o atraso do Brasil. Embasados na idéia de civilização, centrada na Europa e no mundo social do qual faziam parte, a identidade nacional era interpretada como um indicador da mudança e do progresso social.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os relatos dos naturalistas Johann Baptist Ritter Von Spix e Carl Friedrich Philip Von Martius, que estiveram em Minas Gerais no início do século XIX, particularmente suas observações referentes ao sertão mineiro.³ Dessa forma, os relatos desses naturalistas representam uma importante fonte de informação histórica para a compreensão do processo de territorialização de Minas Gerais, uma vez em que nele nos deparamos com o paradoxo entre litoral e sertão, caracterizados por traços contrastantes.

Sérgio Buarque de Holanda descreve o início do século XIX como um “novo descobrimento do Brasil”, sendo também neste século que as expedições não só científicas, mas artísticas produziram um conhecimento sobre o território americano, motivado pela abertura dos portos e pela construção do Império (LAHUERTA, 2006: 01). Spix e Martius chegaram ao Brasil em 1817, juntamente com a comitiva da arquiduquesa austríaca Leopoldina que se casaria com o príncipe Pedro de Portugal. Os naturalistas alemães percorreram grande parte do território brasileiro, sendo sua viagem caracterizada pelas observações científicas e culturais, e o uso de itinerários que alcançaram lugares até então pouco explorados, dentre eles o sertão mineiro.

Spix e Martius eram filhos do século XVIII, ou seja, “herdeiros das luzes” e da nova concepção de ciência e do racionalismo, da vontade de dominar a natureza e guardar registros dela. Todo esse processo de apropriação pelo conhecimento tinha uma direção bem clara: da Europa partiam os viajantes, imbuídos de um conhecimento que lhes conferiam poder, para uma América a ser observada e desvendada, cujos habitantes e tudo mais eram exóticos e “inferiores”, ainda intocados pela civilização (LAHUERTA, 2006: 03).

2. A historiadora Karen Macknow Lisboa (1997) trabalha esse momento a partir de uma idéia de “múltiplos olhares”, segundo a mesma o território brasileiro por apresentar uma grande heterogeneidade acabou servindo de laboratório para os estudos sobre as diferenças raças e culturas. Tendo como base de sua pesquisa os trabalhos e relatos dos estrangeiros que visitaram o Brasil no início do século XIX, a pesquisadora consegue articular as idéias destes com a formação do Estado Nação, contudo para a mesma os estrangeiros teriam ignorado muitos aspectos ao se voltarem para a história de outro país, agindo de forma um tanto preconceituosa.

3. No período de 1817 a 1820 Johann Baptist von Spix (Zoólogo) e Carl Friedrich Philipp von Martius (Médico e Botânico) estiveram no Brasil. Das suas andanças, recolheram materiais e fizeram anotações que permitiram escrever o livro *Reise in Brasilien*, publicado em 1823 na Alemanha (München). Em 1938 foi traduzido por Lúcia Furquim Lahmeyer, revisto por B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães com o nome de *Viagem pelo Brasil*. Spix e Martius fizeram parte do séquito da arquiduquesa austríaca D. Leopoldina, que se casaria com D. Pedro I.

A maioria dos viajantes buscou mostrar as diferenças físicas, humanas e econômicas entre os lugares visitados, estabelecendo comparações entre eles. Outra característica importante foi o modo com que os naturalistas registraram essa experiência (CARVALHO, 2007: 03). Os relatos são marcados pela observação objetiva da natureza e pela produção de representações sociogeográficas para europeus que, a partir daí, construíram sua identidade em oposição ao que passou a ser o “resto do mundo” (DUARTE, 2002: 268). Os naturalistas conseguiram unir as diferenças teóricas de sua época, conjugando missão científica com “vigem sentimental”, assim a natureza dos trópicos seria numa definição romântica, uma espécie de refúgio para as “almas angustiadas” (LAHUERTA, 2006: 03).

Dessa forma, devido à forte influência do romantismo podemos observar nos relatos uma disfarçada crítica ao excesso de regras acadêmicas, que reprimiam as emoções e limitavam a criatividade. Em seu lugar encontramos a liberdade individual de expressão, espontaneidade, originalidade e sentimentalismo romântico. A grandiosidade do cenário natural do Brasil é contraposto à sua gente e cultura, por meio de considerações que acusam uma inferioridade das mesmas frente ao homem e sociedade da Europa (LAHUERTA, 2006: 04).

Os viajantes naturalistas foram pontos de encontro entre dois mundos e, no contato com o novo mundo, estabeleceram relações com as várias partes de um território em construção chamado Brasil e com suas diversas territorialidades. Sendo assim, mais do que meros testemunhos para a compreensão da história nacional, os relatos de Spix e Martius servem para avaliarmos a espacialidade resultante da dinâmica histórica que estava produzindo diferentes territórios e múltiplas territorialidades.

Esse estudo privilegia os relatos sobre Minas Gerais, especificamente sobre o sertão mineiro. O território mineiro, em 1822 (época em que os relatos foram escritos), havia se configurado como centro político do Império Brasileiro (LUZ, ABREU, 2006: 02). Em sua *Viagem pelo Brasil*, os naturalistas nos remetem as questões sociais e à natureza pródiga de Minas Gerais, no qual o sertão se apresenta como uma paisagem ambígua, isto é, considerado como potencialidade de riquezas e manifestação da força da natureza tropical, mas por outro, é lugar “sombrio” e “decadente”, povoado de “gente preguiçosa” e provocador de solidão.

O sertão como um território ambíguo

“Achamo-nos agora no sertão, como denominam os mineiros a vastidão deserta, na sua linguagem usual”. É dessa maneira que Spix e Martius iniciam seu relato sobre o sertão de Minas. O sertão é paisagem desconhecida, mas possível de ser conquistada, incorporada e modificada.⁴ De um lado uma paisagem que diferia de tudo que até então tinham visto, mas por outro era o encontro com a natureza e o *homem sertanejo*.

Ao penetrarem o sertão mineiro, os naturalistas destacam como era diferente sua paisagem das regiões anteriormente visitadas, no qual as vilas e povoados se distribuía no alto da cordilheira central. Os terrenos montanhosos aos poucos cederam espaço para as planuras cobertas por cerrado “que se estendia até o perder de vista”, fazendo com que os naturalistas ao compararem o “esplendoroso Distrito Diamantino” com o sertão, caracterizassem o segundo pelo vazio e ignorância de sua gente (SPIX, MARTIUS, 1976: 66). A natureza que provocava espanto ao viajante não deixava de estar relacionada ao sentimento de pertencimento a um determinado lugar, ainda que distante de sua terra, mas que possuía certa semelhança. Isso explicaria as menções comparativas dos viajantes, bem como a classificação que fazem dos elementos encontrados e a representação que constroem sobre o sertão.

4. Segundo Espindola (2007) no século XIX este termo foi empregado para indicar diferentes tipos de lugares, porém não desabitados, mas ausentes de atividades que produziam para o mercado, nesse contexto o sertão de Minas Gerais foi espaço de fronteiras abertas e de possibilidade de expansão.

O decorrer do século XIX assistiu a um crescente otimismo dos europeus em relação a si próprios e à cultura da qual participavam. Evolução, progresso, produção e civilização são motivos de orgulho a ponto da incompreensão e intolerância de qualquer outra sociedade em que os homens pudessem viver de forma diferente (DUARTE, 2002: 278). Embora algumas qualidades do homem sertanejo fossem ressaltadas pelos naturalistas, este acabou sendo representado pela sua divergência em relação aos homens das outras partes de Minas Gerais. Na visão dos naturalistas, o homem sertanejo era marcado pela falta de intelectualidade e baixa civilidade, diferente se seus “irmãos do sul” possuíam traços rudes e faltavam-lhes “instrução” e delicadeza no trato e comportamento. Para Spix e Martius as explicações estavam na solidão constante do sertão e no contato íntimo com a natureza, ou seja, o homem sertanejo era rude por se encontrar num “estado de natureza”.

A idéia de que no sertão a lei era frouxa contribuiria para flexibilizar a moralidade e regras sociais, o que faria os “homens e mulheres se deixassem contaminar pelas práticas sensuais”. Isso seria a causa da tamanha mestiçagem que tanto impressionou negativamente os viajantes. A impressão que se tem, pelo olhar dos naturalistas estrangeiros, é de que o sertão mineiro está tão longe do próprio território de Minas como está do litoral (Rio de Janeiro) ou de Paris ou Londres.

O relato é marcado pela discussão da dualidade entre litoral e sertão, em que este é sinônimo de atraso e resistência ao progresso e ao processo civilizatório que entra pelo litoral. Essa idéia se conservou até as primeiras décadas do século XX, justificando o esforço nacional para a construção das ferrovias, saneamento e interiorização do Estado. Pode-se afirmar que a idéia de sertão se transformou numa metáfora para a compreensão do Brasil (TRINDADE, 1999: 60).

A prática de observação do território é antes de tudo uma ocorrência histórica. O tamanho do território brasileiro juntamente com a ausência de referências humanas contribuía para a imagem depreciativa de sua natureza e população (RATTES, 2006:04). Entretanto, as expedições dos naturalistas viajantes propiciavam um contato mais íntimo com a natureza e, ao mesmo tempo, os retirava da monotonia do gabinete e de um universo solitário. Nesse sentido, Spix e Martius contribuíram para a construção de um imaginário sobre o sertão de Minas Gerais influenciados pelas dificuldades enfrentadas no decorrer do caminho, que os faziam enfatizar elementos paisagísticos dicotômicos, que sobrepunham uma visão do paraíso à de um inferno (LUZ, ABREU, 2006: 10-11).

Nas andanças por Minas Gerais os naturalistas enfrentaram dificuldades diversas: o perigo do caminho, o clima quente, a mata, os mosquitos, as febres, as doenças e o medo frente uma população desconhecida. Daí a importância de levar as fontes ao constante questionamento, pois no decorrer da busca para a compreensão do olhar dos viajantes pelo interior mineiro, corremos o risco de cometermos julgamentos de valores, já que seus relatos incorporam os preconceitos e os desabaços mal-humorados de um trabalho árduo, causados pelo cansaço e dificuldades do caminho (LUZ, ABREU, 2006: 14).

As dificuldades aparecem de forma clara nos relatos, nos muitos momentos em que os naturalistas anunciam que precisaram interromper a viagem por causa das febres e convulsões que os assolavam, esses problemas anos mais tarde levariam Spix a falência, deixando a Martius a responsabilidade de catalogar os relatos ⁵. Assim, ao visitarem o sertão mineiro os naturalistas destacam a presença marcante das doenças e a carência da população, que muitas vezes os procuravam para realizarem os ofícios médicos. Para eles, o contexto sertanejo favorecia a

5. Spix e Martius se embrenharam por um trópico “hostil”, enfrentaram algumas doenças e de acordo com alguns pesquisadores entre eles Lisboa (1997), Spix teria morrido debilitado por causa de uma malária mal-curada.

6. Ancilostomíase, também conhecida por amarelão, é a verminose mais comum no Brasil, principalmente no meio rural. Os vermes se instalam no intestino e sugam o sangue para se alimentar. Os ovos são expelidos pelas fezes e transformam-se em larvas que invadem outras pessoas por meio da pele, ao pisar nas fezes ou comer alimentos infectados, inclusive por moscas que pousam nos alimentos depois de terem tido contato com as fezes contaminadas. A doença manifesta-se pela palidez (amarelão), pela falta de ar e fadiga (preguiça) e pelo hábito de comer terra. Fonte: Guia Brasileiro de Vigilância Epidemiológica, 1988. Disponível em <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/saude/doencas/epid/ancilostomiasse.htm>.

disseminação de doenças, sendo muito difícil realizarem ali as chamadas medidas profiláticas. De acordo com os naturalistas os hábitos do povo, faziam com que o sertão servisse de terreno fértil para a propagação das doenças. As doenças mais comuns do sertão também foram observadas no Distrito Diamantino.

Os sertanejos sofriam principalmente de doenças crônicas no peito, hidropisia e uma “nova doença” causada pelo hábito de se comer terra, “tão estranho que parece ter passado dos animais para os homens”. ⁶ Conforme os viajantes, por não ser esse material digestoso, o mesmo não poderia ser eliminado pelo organismo, e acabava causando uma inchação abdominal que logo se revelava pela enorme barriga das crianças, pela palidez dos seus rostos e pelos traços “frouxos e balofos”. Essa doença misteriosa fazia com que o crescimento cessasse completamente, e logo levava a “desgraçada” vítima à falência, caso sobrevivesse sofreria eternamente violentas câimbras ou a hidropisia (SPIX, MARTIUS, 1976: 75).

A hidropisia ⁷por sua vez, seria a reação do organismo a uns dos vícios sertanejos: o alto consumo da cachaça. Para os naturalistas, a falta do que fazer e a solidão do sertão faziam com que seus habitantes, principalmente os pertencentes às classes mais abastadas, se deixassem levar pelos vícios do álcool e do jogo, se tornando “decadentes” e “grosseiros”. Os viajantes, no entanto, negam terminantemente que o consumo da bebida tenha sido introduzido pelos europeus e afirmam que os habitantes originais já conheciam bebidas fermentadas inebriantes (LISBOA, 1997: 153).

As vestimentas do sertanejo eram “rudimentares”, feitos de tecidos “grosseiros”, como a chita, e usavam quase sempre calças curtas. Esta simplicidade também se estendia as mulheres e crianças. As melhores roupas eram guardadas para dias de festas, sobretudo religiosas, e acima de tudo, faltavam-lhes chinelos.

O Norte de Minas era diferenciado na parte do alto sertão (as gerais), que lhes pareceram muito mais saudável do que os arredores próximos do rio São Francisco. No alto sertão havia uma sociedade numerosa e de extraordinária fecundidade, pois ao contrário da Europa dita “civilizada”, ali a taxa de natalidade era bastante elevada (SPIX, MARTIUS, 1976: 73). Os relatos apresentam situações de pouca veracidade e que indicariam excelentes condições de vida, contrariando outros trechos que relatam a pobreza e dificuldade da vida sertaneja. Esses são os casos da mulher de cerca de 50 anos, moradora de Contendas, que teria 204 descendentes vivos; e outro da mulher de 70 anos que casara com um “velho” da mesma idade, porém contrariando as estatísticas da época, teria dado a luz a trigêmeos, que ainda viviam no período da visita dos viajantes.

Os naturalistas, além da alta taxa de fecundidade, também apontaram existir uma baixa mortalidade infantil. Eles afirmam que as relações amorosas se iniciavam precocemente, o que levava mulheres muito jovens (em torno dos 20 anos) a serem mães de “oito ou 10 filhos”. Como eram poucos os casos de complicações e mortes no parto, nasciam cerca de 80 pessoas por ano, enquanto no mesmo período morriam apenas três ou quatro. A preocupação dos viajantes se volta para uma avaliação moral dos habitantes como fator explicativo do elevado número de nascimentos: a “falta de frescura” que levava as mulheres a se aventurarem muito cedo nas relações amorosas. Entretanto, isso teria um alto custo para as mesmas, que cedo tinham a fisionomia delicada alterada, tornando-se obesas e de traços grosseiros (SPIX, MARTIUS, 1976:74 - 75).

A avaliação moral se estende aos homens. Apesar da miséria do sertão, essa família numerosa não era vista com sinais de queixas, mas antes de tudo eram o símbolo da virilidade e da “altura gigantesca de seu sexo”. O homem do sertão era o “macho” dotado de libido, cuja maneira de se mostrar para os outros de sua estirpe era pela submissão da esposa e pelo número de filhos, como

7. Hidropisia s.f. Acumulação de um líquido aquoso nas cavidades ou tecido do corpo. - Às vezes chamada *edema*, ocorre em afecções como a doença de Bright, a cirrose do fígado, a anemia, e algumas formas de doença do coração. A hidropisia é causada também por distúrbios na circulação do sangue, podendo ter uma distribuição generalizada ou local em quase todas as partes do corpo, ou pode ser local, isto é, apresentar-se em uma parte apenas do corpo. A hidropisia é mais comum no abdome, no peito, no encéfalo, nos rins, nas pernas e em torno dos olhos. Pode ser reconhecida pela formação de pequenas expressões que persistem quando se faz pressão sobre a parte afetada. Fonte: <http://www.constelar.com.br/revista/edicao66/nostradamushollanda3.htm>

se a natureza que os havia cercado de muitos inimigos, quisesse brincar de Deus e indenizá-los concedendo-lhes o necessário para uma vida simples e os abençoando através de uma família numerosa (SPIX, MARTIUS, 1976: 76). Os viajantes não conseguiam compreender como em pleno sertão mineiro uma população vivia de maneira tão “decadente” e possuía essa “incoerente” visão, formulando para isso respostas empíricas.

Os naturalistas formularam um discurso etnocêntrico que reforçava o mito da superioridade europeia, sobretudo a germânica frente a outras culturas. Em Spix e Martius não existe uma transformação histórica da natureza, mas ao contrário, a natureza moldava o sertanejo, produto da ausência de civilização. A explicação estava na paisagem, que era mais do que a aparência da realidade, ou seja, aquilo que nossa visão capta. Não se percebia o território como natureza e história, impregnado de relações sociais, econômicas e políticas travadas entre os homens e deste com o ambiente (COSTA, 1988: 66).

Assim, as diferenças entre europeus e sertanejos foi interpretada resultado da natureza e da falta de civilização, tendo a mestiçagem cooperado para tamanha depreciação do sertão, já que ali apenas uma parcela mínima da população era puramente europeia. De certo modo, nota-se que mesmo acreditando serem portadores de um olhar “neutro”, impregnados do desejo de cientificidade tão característicos do período, que buscava a transição fiel e objetiva da realidade vista e vivida, despida de qualquer intenção que escapasse a reprodução fidedigna do real, os naturalistas reproduziam, em parte, os elementos que traziam em suas próprias bagagens culturais (QUEIROZ, 2006: 02). Ao terem a Europa como referência e o modo de viver dos europeus como modelos a ser seguido, Spix e Martius acabaram desconsiderando o sertão como cultura e civilização peculiares, com identidade específica, chegando até mesmo a propor que este fosse transformado em um “viveiro humano”.

Entretanto, havia bem mais em jogo que essas representações sobre o sertão e opiniões sobre os sertanejos, já que também podia ali haver o progresso. Isso o fazia espaço ambivalente. Essa valorização do espaço-sertão como fronteira para a expansão da economia e da civilização esta ligada ao processo de formação do território brasileiro.⁸ Daí a importância de se compreender o olhar estrangeiro sobre o território, no contexto de sua gênese como Estado-Nação, pois os naturalistas viajantes não se interessaram somente por objetos relacionados às ciências naturais, mas fizeram considerações importantes sobre economia, sociedade, política, cultura, geografia, ambiente, ou seja, elementos fundamentais para a discussão do processo de constituição das múltiplas territorialidade e dimensões espaciais do vivido territorial.

O domínio lusitano na América foi uma estratégia de domínio territorial, decorrendo daí a configuração do território brasileiro e, nesse contexto, a formação de Minas Gerais não foi diferente. (ESPINDOLA, 2005). Para os naturalistas, a qualidade da gente que foi povoar o sertão contribuiu para a criação do elemento sertanejo “mal-afamado” por suas brigas e seu banditismo, como era o caso dos moradores o arraial de Formigas. A qualidade do homem sertanejo era também atributo da inferioridade do homem americano (índigena) e do negro que haviam contribuído para a composição racial⁹ e, desta forma, teria enfraquecido a raça branca por meio da miscigenação.

Os naturalistas tecem consideração sobre os resultados da mistura das três raças que originaram os sertanejos, pois a maioria da população era formada de mulatos, “na quarta ou quinta geração”, e por “mestiços de índios com negros ou de europeus com índios”. Essa população que não tinha escravos “devido à miséria geral”, vivia de trabalhar a terra e criar o gado. Spix e

8. O Brasil é um dos poucos países que ainda não tem seu território plenamente construído e no qual a soberania excede o efetivo espaço econômico, sendo a história brasileira ainda na atualidade, um contínuo processo de expansão territorial, cuja gênese remonta o expansionismo lusitano (GENOVEZ, 2007: 02).

9. De acordo com o jornalista e editor de Humanidades da Revista Fapesp Carlos Haag, os positivistas teriam desenvolvido uma tese na qual os indígenas não eram racialmente inferiores, mas viviam num estágio anterior da evolução social, mas não racial. HAAG, Carlos. *Um sertão chamado Brasil: No centenário da Comissão Rondon, o país ainda padece dos mesmos males*. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/extras/imprimir.php?id=3207&bid=1> Acesso em 25 Maio 2007

Martius centrados nos valores da sociedade cristã ocidental, tratam aspectos, que a antropologia moderna chamaria de culturais, como aspectos inatos. (LISBOA, 1997: 148). Dessa forma, os mulatos e miscigenados acabam não escapando ao “racismo da ilustração”. Na busca por um conceito de “povo” esse eurocentrismo juntamente com outras dificuldades seria o resultado das diversas transformações históricas e obstáculos econômicos e sociais que causavam a instabilidade da população (JANCSÓ, PIMENTA, 2000).

A própria forma com que se deu o processo de ocupação do sertão fez com que o sertanejo fosse obrigado a inventar espaços a cada passo e a sobreviver num mundo de conflitos e de papéis marcados, diferente dos habitantes dos aglomerados litorâneos. E é justamente essa idéia de grandes vazios “incultos” e “desabitados” o grande elemento definidor da noção de sertão (DEL PRIORE, 2000: 80).

Os Naturalistas viajantes, ao percorrer Minas Gerais, no início do século XIX, puderam perceber os contrastes econômicos, sociais e culturais. Em Diamantina a agricultura e o comércio não eram importantes devido à extração dos diamantes e do ouro, entretanto à medida que a atividade mineradora entrou em decadência, a produção agrícola começou a aumentar, mesmo sendo para atender somente as necessidades familiares (MOURA, 2002: 28). Contudo, a busca por riquezas e o sonho do “El Dourado”, fazia com que o comércio e a economia não prosperassem, já que famílias inteiras partiam deixando suas terras. No sertão de Minas Gerais os fazendeiros se ocupavam sempre da criação do gado e suas casas eram na maioria das vezes escassas e pobres, resultados da falta de comunicação, e dos problemas encontrados nas rotas que se resumiam em duas: o longo caminho que tinham que percorrer e o trajeto por mar até chegar ao Porto de Parati (MOURA, 2002: 27). No sertão também era explorado o salitre ¹⁰, deste produto era arrecadado milhares de arrobas que eram remessadas principalmente para a fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, isso enquanto era permitida sua extração.

Na terra, “propensa para o trabalho da lavoura” se cultivava uma pequena variedade: gado, cavalos, couros crus de bois, tocinho, salitre, feijão, mandioca, milho, abóbora, pepino, laranja, pinha, melão e algodão. Em todo o sertão de Minas Gerais se exportava algodão e gado, porém não era um comércio relevante. Os gêneros de primeira necessidade não conseguiam atender plenamente o consumo interno, portanto era necessário importar o que faltava na região, o que resultava num processo infra-estrutural de maior importância (PAIVA, 1996: 214).

Contudo, ao se reunirem com os “brasileiros natos” os naturalistas não conseguem evitar que sejam feitas comparações entre a Europa e o Brasil, por mais que ambos tentassem provar as vantagens de sua “mãe Pátria”, insistiam em que o Brasil tanto por sua posição, quanto por sua riqueza em pouco tempo se transformaria num grande país com uma grande indústria (SPIX, MARTIUS, 1976: 16). Para Spix e Martius, Minas Gerais parecia ser o modelo perfeito do desenvolvimento agrário, e mesmo no sertão esses puderam perceber que o comércio e a riqueza já estavam levando para ali sociabilidade e costumes amenos (SPIX, MARTIUS, 1976: 82).

Contudo, embora os naturalistas chamem atenção para fatos importantes, os mesmos acabaram elaborando teorias negativas que se disseminaram e fixaram uma visão etnocêntrica marcante. ¹¹ A territorialidade em constituição no Brasil e, em particular, o sertão de Minas passou pelo julgamento dos estrangeiros naturalistas viajantes, entre os quais sobressaem Spix e Martius,

10. Nome dado ao nitrato de sódio, também nitro sódico, empregado como adubo azotado mais facilmente assimilável pelas plantas. Tem como fórmula química KNO_3 , é um oxidante forte, e marcante para a fabricação de combustíveis sólidos. É usado pelas indústrias que produzem carnes defumadas e embutidos a fim de evitar a proliferação de bactérias. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nitrato_de_pot%C3%A1ssio. Acessado em 22 agosto 2007

11. Karen Lisboa (1997), em seu livro “A Nova Atlântida de Spix e Martius” nos chama atenção para o fato de que na medida em que foi percebida a presença do estrangeiro no território brasileiro foi criado todo um mecanismo cultural. E é através da interpretação desse mecanismo, que a historiadora conclui que as influências das obras de outros estrangeiros cooperaram para essa visão deturpada do país, já que muitos desses autores, nem se quer haviam visitado o Brasil.

e, em certo sentido, eles promovem uma desclassificação por sentirem grande aversão pela população que era tida como “rude” e “inferior”.

Nesse sentido, os comentários a cerca da população demonstrava claramente a intenção de seus autores em provar a todo o momento a superioridade do branco em relação aos demais (QUEIROZ, 2006: 02). Cabe aqui enfatizar as diferenças encontradas no interior do texto dos naturalistas, na medida em que os relatos se modificam quando esses se encontram em ambientes que os remetem a Europa. Neste momento as narrativas ganham características positivas mais marcantes. Em contraponto, as referências ao sertão vinculam-se a estigmas pejorativos que buscam realçar as diferenças entre o que seria barbárie e civilização.

Entretanto, essas características trouxeram considerações importantes a respeito da percepção da realidade, revelando um mecanismo de observação e compreensão do “outro”, que revelaria valores e problemas de uma época (RATTES, 2006: 01). Os naturalistas estrangeiros foram importantes colaboradores para o conhecimento científico e territorial do Brasil, ajudando a ressaltar a importância de “incorporar” o sertão no processo civilizatório. No início do século XX, a oposição entre litoral e sertão não parecia mais inconciliável, mas de possível solução por meio de um projeto nacional que incorporasse efetivamente o interior do país. Cabe lembrar também que a idéia de nação ou sociedade nova apareceu, com frequência, associada á de sociedade americana, sem dar maior importância às diferenças entre as Américas (LIMA, 1999: 48).

O sertão foi território que se expandiu e contraiu, expressou um espaço ambíguo, um tempo fluido, um jogo de imagens, do possível ao sonho, entretanto, não se pode perder de vista que o sertão foi um discurso sobre espaços e pessoas, uma construção simbólica (ESPINDOLA, 2001: 03- 04). O sertão, sem dúvida, era vasto, era ermo e era longe. Mas já era o Brasil.

Bibliografia

CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Da natureza á representação cartográfica**. Disponível em << <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=14&id=133> >>. Acesso em 10 de agosto de 2007.

GUIMARÃES, M. L. S.: **“História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”**. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000. Disponível em << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008>>. Acessado em 22 de dezembro de 2007.

DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Campus. Rio de Janeiro, 2000.

DUARTE, Regina Horta. **Olhares Estrangeiros. Viajantes no Vale do Rio Mucuri**. Universidade Federal de Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*, v.22, n°. 44, pp.267-288, 2002.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Um Olhar Sobre a Paisagem Mineira no Século XIX: Os Sertões São Vários**. Disponível em: << <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/ccms17.htm>>> Acesso em: 25 de Julho de 2007.

_____. **Sertão do Rio Doce**. Bauru, EDUSC, 2005.

_____. **Sertão, Território e Territorialidade**. XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: Territórios e Deslocamentos. 15-20 de Julho de 2007. São Leopoldo, RS.

_____. **Territorialidade em Minas Gerais Durante a Crise do Sistema Colonial**. III Encontro da ANPPAS. 23 A 26 de maio de 2006. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA590-11042006-221652.DOC>> Acesso em 23 de Julho de 2007.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **Diferentes leituras do conceito de território**. Aula Expositiva III, Ministrada em 14 de março de 2007.

HAAG, Carlos. **Um Sertão Chamado Brasil**. Disponível em << <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/extras/imprimir.php?id=3207&bid=1>>> Acesso em 15 Julho de 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da Identidade Nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagens Incompletas: A Experiência Brasileira*. São Paulo. SENAC, 2000.

LAHUERTA, Flora Medeiros. **Viajantes e a Construção de Uma Idéia de Brasil no Acaso da Colonização (1808-1822)**. Disponível em << <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>>> Acesso em 25 de Julho de 2007.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**. 1999. Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na “Viagem pelo Brasil” (1817-1820)**. Editora HUCITEC. São Paulo, 1997.

_____. **Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX**.

MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagens Incompletas: A Experiência Brasileira*. São Paulo. SENAC, 2000.

LUZ, Guilherme Amaral& ABREU, Jean Luiz Neves. **Percursos do olhar naturalista: a Estrada Real e os viajantes estrangeiros no Brasil (1816-1822)**. Projeto de Pesquisa financiado pela Fundação de Amparo á Pesquisa de Minas Gerais, 2003-2004.

MAXWELL, Kenneth. **Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagens Incompletas: A Experiência Brasileira*. São Paulo. SENAC, 2000.

MOURA, Marcelo Duarte. **A Indústria Artesanal de Tecidos em Minas Gerais na 1ª Metade do Século XIX**. Disponível em << www.cederplar.ufmg/seminarios/seminario_diamantina/2002/d14.pdf>> Acesso em 15 de agosto de 2007.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1996 (tese de doutorado).

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed., São Paulo, Brasiliense, 1995.

QUEIROZ, Bianca Martins de. **Relatos de Viagem: Um olhar sobre as Minas oitocentistas**. Cd Rom XV Encontro Regional de História ANPUH 2006, Anais.

RATTES, Cecília Luttembarck de Oliveira Lima. **Ciência e Arte: os viajantes estrangeiros do século XIX**. Cd Rom XV Encontro Regional de História ANPUH 2006, Anais.

SCHWARTZ, Stuart B. **“Gente da terra brasileira da nação”**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagens Incompletas: A Experiência Brasileira. São Paulo. SENAC, 2000.

SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, Vol. II, 1976.

Valdeci da Silva Cunha

**O modernismo nas
ruas: a construção da nação
nas obras de Oswald de Andrade**

Resumo

Graduando em História
UFMG e bolsista do
CNPq
Valdeci.cunha@gmail.com

Este artigo percorre algumas das obras mais significativas de Oswald de Andrade, na perspectiva de se tomar a literatura como objeto de pesquisa, na tentativa de apreendermos qual é o lugar que o espaço urbano ocupa em suas propostas de construção da modernidade brasileira. Nesse sentido, busca perceber as estratégias argumentativas e os diálogos que foram sendo construídos, em torno do passado/presente brasileiros. Para isso, tenta-se captar qual seria o seu horizonte de expectativa de modificação da realidade brasileira. Oswald é aqui pensado como um autor-intelectual de seu tempo, imbricado nos problemas políticos, sociais e culturais de sua época.

Palavras-chaves Oswald de Andrade, modernidade, nação

Abstract

This article covers some of the Oswald de Andrade's most significant written works, under the perspective of taking literature as an object of research, in an attempt to apprehend which is the place that the urban space occupies in his propositions towards brazilian's modernity. In this particular sense, it tries to comprehend the argumentative strategies and the dialogues that were structured over Brazil's past and present. In order to accomplish that, the article tries to realize what would be Andrade's horizon of expectation on changing brazilian's reality. Here, Andrade appears as an author-intelectual of his own time, therefore linked to its political, social and cultural issues.

Keywords Oswald de Andrade, modernity, nation

Enviado em 29 de
fevereiro de 2008 e
aprovado em 07 de abril
de 2008.

Introdução

Precisamos rever tudo...
Oswald de Andrade

As discussões sobre o surgimento da modernidade brasileira foram (e ainda são) objeto de lutas e descompassos. Vários são os trabalhos que se dispuseram a dar inteligibilidade a esse tema, principalmente após o término da escravidão e o advento da República.

Existiriam, por essa lógica, dois momentos primordiais para a compreensão desse fenômeno na sociedade brasileira: o primeiro, ligado à Geração de 1870 e a dos supostos *pré-modernistas*, entendidos como os realizadores de propostas modernizadoras que se materializaram no findar do século XIX.¹ Dentre esses intelectuais, poderíamos destacar alguns intelectuais como Joaquim Nabuco, Silva Jardim, José do Patrocínio, Euclides da Cunha; o segundo, com os integrantes da Semana de 1922, que contou com nomes como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Menotti del Picchia, entre outros.

Para Octavio Ianni, entretanto, três seriam esses momentos, a saber: Independência, os eventos da Abolição e da República e a Revolução de 1930, a partir dos quais “o Brasil foi pensado de modo particularmente abrangente” (IANNI *Apud* LUCA, 1998, p. 18). Para Tânia de Luca, “ainda que não haja unanimidade quanto à escolha, seria possível argumentar em favor da inclusão, por exemplo, dos anos 20 ou da década 1954-1964” (LUCA, 1998, p. 19).

Assim, a Proclamação da República apareceria como um divisor de águas, um marco, para se compreender os meandros por onde teria sido construída nossa tradição intelectual. Para a historiadora, “na historiografia brasileira a geração de 1870, assim como os integrantes de 1922, estão particularmente associados às idéias de transformação, ruptura e modernidade” (Idem, 1998, p. 19).

Acrescenta ainda, ao trabalhar com a primeira fase da *Revista do Brasil*, que “a historiografia tem sido benevolente com os personagens da geração de 1870 e com os artífices de 1922 (...)”. O mesmo já não pode ser dito “em relação aos indivíduos que viveram comprimidos entre os feitos dos primeiros e o ímpeto renovador dos segundos”. Nesse sentido, se estabeleceria uma associação tão poderosa entre 1922 e a idéia do “novo” que qualquer afirmação em contrário soaria de forma desconcertante. Por hipótese, os modernistas teriam reivindicado para si, ao inventarem uma tradição, um lugar de produtores (ou até mesmo de mediadores) culturais ao mesmo tempo em que seria alimentada uma prática – que se tornaria recorrente – de lidarem com o passado de forma pejorativa. Estratégia essa que conferiria aos modernistas um lugar de destaque nas disputas pela fala autorizada, um lugar de semióforos².

Com efeito, e partindo de um olhar talvez menos armado, nos propomos aqui a lermos algumas obras, manifestos, teses de Oswald de Andrade a fim de tentarmos descortinar algumas dimensões do sentido dessa “vida moderna”. Para tanto, é necessário ressaltar o despropósito analítico de tomá-las como um todo homogêneo. Por hora, aceitaremos o argumento de Alfredo Bosi, em sua obra *História Concisa da Literatura Brasileira*, ao afirmar que aquelas continham narrativas espantosamente desiguais, “um leque de promessas realizadas pelo meio ou simplesmente irrealizadas”. Ainda para o autor,

A rigor, Oswald não teria condições psicológicas para superar o decadentismo da sua formação *belle époque*: mas, como um jogador temerário, arriscou-se a sair mais uma vez da situação de base que o definia: nessas sortidas fêz,

1. Sobre essa discussão na historiografia brasileira ver: MICELI (1979); NETO (1973); SEVCENKO (1989); SÜSSEKIND (1987); ALONSO (2002).

2. O termo foi empregado aqui no sentido de signos de poder e prestígio, segundo argumentação de Marilena Chauí. Para saber mais, ver: CHAUI (2000).

aleatoriamente, poesia futurista-cubista e, em um segundo tempo, teatro e romance social (BOSI, 1974:402).

Vida e Obra³

Poeta, romancista e dramaturgo, Oswald de Andrade nasceu em São Paulo, em 11 de janeiro de 1890. Filho de uma família rica estudou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e, em 1912, viaja para a Europa. Em Paris, entrou em contato com o Futurismo e com a boemia estudantil. Além das idéias futuristas, conheceu Kamiá, mãe de Nonê, seu primeiro filho, nascido em 1914.

De volta a São Paulo, fez jornalismo literário. Em 1917, passou a viver com Maria de Lourdes Olzani (ou Deise), conheceu Mário de Andrade e defendeu a pintora Anita Malfatti de uma crítica devastadora de Monteiro Lobato. Ao lado deles e de outros intelectuais, organiza a Semana de Arte Moderna de 1922.

Em 1924 publicou, pela primeira vez, no jornal *Correio da Manhã*, na edição de 18 de março de 1924, o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*. No ano seguinte, após algumas alterações, o Manifesto abria o seu livro de poesias *Pau-Brasil*.

Em 1926, Oswald casou-se com Tarsila do Amaral e os dois tornam-se o casal mais importante das artes brasileiras. Apelidados carinhosamente por Mário de Andrade como “Tarsiwald”, o casal fundou, dois anos depois, o Movimento Antropófago e a *Revista de Antropofagia*, originários do *Manifesto Antropófago*. A principal proposta desse Movimento era que o Brasil devorasse a cultura estrangeira e criasse uma cultura própria. Para isso, propõe a valorização à cultura regional e marcadamente brasileira.

Para Maria Eugenia Boaventura,

[...] a Antropofagia não embarca na onda patrioteira das realizações do País com a desculpa esfarrapada de que o Brasil é ainda um ‘país novo’. Esse debruçar sobre a realidade local marca várias tendências da Vanguarda, que procuram fazer eco às tradições e ao folclore da região (BOAVENTURA, 1985: 20).

Oswald, na conferência pronunciada em 1923, na Sobornne, traça roteiro dessa busca do Brasil autêntico ao afirmar que, “fornecida nossa matéria psicológica e nosso sentimento étnico, a obra do Brasil contemporâneo consiste em aliar a estas riquezas adquiridas uma expressão e uma forma que podem dirigir nossa arte para o apogeu” (OSWALD *Apud* Idem, 1985: 20). Essa mesma postura cultural híbrida é reafirmada no *Manifesto Pau-Brasil*: “A formação étnica rica. A riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança” (ANDRADE, 1990: 65).

O ano de 1929 é fundamental na vida do escritor. A crise econômica abala as suas finanças. Concomitantemente, ele rompeu com Mário de Andrade, separou-se de Tarsila do Amaral e apaixonou-se pela escritora comunista Patrícia Galvão (Pagu). Esse relacionamento intensificou sua atividade política e Oswald passou a militar no Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir de 1930. Além disso, o casal fundou o jornal *O Homem do Povo*, que teve uma efêmera existência, circulando apenas alguns números no ano de 1931.

Depois de separar-se de Pagu, casou-se, em 1936, com a poetisa Julieta Bárbara. Em 1944, mais um casamento, agora com Maria Antonieta D’Alkmin, com quem permaneceu até a morte, em 1954.

Dentre as suas obras mais significativas podemos encontrar uma ampla conexão com visões pessoais de mundo, reflexões sobre a questão do “ser brasileiro” e os possíveis projetos para a jovem nação republicana.

3. Para maiores informações, ver: BOAVENTURA (1995); ELEUTÉRIO (1989); FONSECA (1990); MICELI (2004).

Nesse sentido, temos como exemplo a obra *Memórias sentimentais de João Miramar*, publicada em 1924. Essa nos chama a atenção pela linguagem e pela montagem inédita. O romance apresenta uma técnica de composição revolucionária, ao ser comparado aos romances tradicionais: são 163 episódios numerados e intitulados, que constituem capítulos-relâmpagos (tudo muito influenciado pela linguagem do cinema) ou, mais precisamente, como se os fragmentos estivessem dispostos num álbum, tal qual fotos que mantêm relação entre si. Cada episódio narra, com ironia e humor, um fragmento da vida de Miramar. “Como o produto improvisado, e portanto imprevisto e quiçá chocante para muitos, de uma época insofismável de tradição. Como os tanques, os aviões de bombardeio sobre as cidades [...] o seu estilo e a sua personalidade nasceram das clarinadas caóticas da guerra” (ANDRADE, 1999: 9).

Segundo Maria de Lourdes Eleutério, “sua Vida/Obra é sistemática recorrência a novas informações, novas experiências, mas, sobretudo para comparações com o já visto e vivido, numa reflexão sempre projetada a uma visão integradora e esclarecedora de seu eu e de sua terra”. Ainda para a autora, “Oswald se define para nós como um ser de enorme potência criadora e crítica, que tenta viabilizar estas características numa época de profundas controvérsias” (ELEUTÉRIO, 1989: 18).

A poesia de Oswald é considerada precursora de um movimento que vai marcar a cultura brasileira a partir da década de 50: o Concretismo. Suas idéias, na década seguinte, reaparecem também no movimento tropicalista.

“Contra a cópia, a invenção e a surpresa”

O Movimento Modernista Brasileiro, entendido como *vanguardista* em relação à produção cultural estabelecida no campo artístico até o período, trouxe para esse cenário a possibilidade de se repensar a realidade do país por uma nova perspectiva crítica, em que a então denominada Primeira República passaria a ser vista ou identificada com o “atraso”, o “arcaico”, o “antigo”. Com efeito, o Modernismo seria ou se traduziria como o promotor ou o incentivador dessas mudanças, ou seja, responsável por novas formulações estéticas e por alterações na compreensão da identidade nacional brasileira.

Para Berman, ao trabalhar com o surgimento do modernismo no século XIX,

[...] essa atmosfera – de agitação e turbulência, aturdimiento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e autodesordem, fantasmas na rua e na alma – é a atmosfera que dá origem à sensibilidade moderna (BERMAN, 1987: 18).

Realizada em uma conjuntura conturbada da história brasileira, no mesmo ano da criação do Partido Comunista Brasileiro e do Centro Dom Vital, da comemoração do Centenário da Independência, do movimento tenentista e da sucessão presidencial, traria, no bojo de sua fundamentação, reivindicações que, em grande medida, extrapolavam o campo meramente artístico. Chegaria a atingir, nos anos seguintes ao seu aparecimento, as relações ou fundamentações políticas, sociais, culturais e econômicas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, nos parece relevante a discussão das propostas modernistas – aqui, principalmente em torno de Oswald – no campo da historiografia. Para Michel de Certeau, haveria uma necessidade de se pensar a história como historiografia. Nas palavras do mesmo, “[...] entendo por história uma prática (uma disciplina), seu resultado (um discurso) e sua relação” (CERTEAU, 1975: 65, nota 2).

Para Reis, no mesmo sentido, seria impossível pensar a história sem a historiografia (ou uma filosofia da história), uma vez que toda a escolha feita por um historiador estaria implicada em uma forma de compreensão do passado. Com efeito, ao utilizar das contribuições teóricas de

Reinhart Koselleck, percebe a importância de se pensar o “campo da experiência” e o “horizonte de espera”. Essas entendidas como “duas categorias meta-históricas que possibilitam o conhecimento histórico”. A primeira seria “[...] o conjunto da ‘experiência vivida’, o passado recebido pelo presente, cujos eventos foram integrados e podem ser rememorados”. A segunda apresentaria “o futuro atualizado, que tende ao que não é ainda, ao que não é no campo da experiência” (KOSELLECK *Apud* REIS, 2006: 24).

Ao eleger a *questão da nacionalidade* como central para as discussões dos problemas que atingiam a nação, o modernismo proposto por aqueles autores foi promotor de importantes contribuições para a formação do pensamento político nacional, assim como trouxe novas possibilidades de leitura do passado e contribuições para o desenvolvimento de uma literatura marcadamente brasileira.

Nesse sentido, obras como *Macunaíma*, de Mário de Andrade, *Serafim Ponte Grande* e *Memórias sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade e *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo, poderiam ser apontadas como umas das mais importantes produções ao nos indicar algumas possibilidades de leitura sobre o “ser moderno” desse momento histórico. Para Berman, essa nova sensibilidade seria

[...] viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda que tudo em volta se desfaz (Idem, 1987: 13-14).

Para Haroldo de Campos, no prefácio para o livro *Primeiro Caderno do Aluno de Poesia*, ao se pensar o Brasil das primeiras décadas do século XX, a intelectualidade brasileira “era ainda um Brasil trabalhado pelos mitos do bem dizer, no qual imperava o patriotismo ornamental, da retórica tribunícia contraparte de um regime oligárquico-patriarcal que persiste República adentro” (CAMPOS. In: ANDRADE, 1994:8).

É nesse contexto histórico-temporal que encontraremos as propostas oswaldianas para a questão nacional – nesse sentido, é interessante perceber a importância de obras como *Poesia Pau-Brasil*, *Manifesto Antropofágico* e a *Revista de Antropofagia* –, mesmo que alvo de várias críticas, tanto positivas quanto negativas. Essas relacionadas principalmente em relação à utilização da noção de primitivismo. Segundo Adriano Bitarães Netto, “o primitivismo que surgia nas obras dos modernistas dos anos vinte era visto pelos acadêmicos como uma importação inadequada e artificial para a realidade brasileira” (NUNES, 2002:60).

Sobre as críticas recebidas, podemos perceber que elas surgiram dos mais variados campos do conhecimento e em momentos distintos no desenvolver de sua produção. Tanto poetas quanto críticos literários – passando por apontamentos sócio-históricos – tiveram lugar nessa espécie de economia valorativa da produção oswaldiana. Análises que ora o criticaram por um viés estético, ora por suas posições políticas em relação à antropofagia acabaram também por reservar um lugar de distinção para esse intelectual, seja por suas relações tumultuadas com nomes de destaque da cultura nacional, seja pela amizade estabelecida com outros. Talvez uma boa evidência disso esteja no fato de Oswald ter conseguido publicar alguns textos na *Revista do Brasil* lugar esse que, mesmo comportando autores variados, não abria espaço para determinadas correntes de pensamento (por exemplo, a imprensa operária).

Alceu Amoroso Lima, talvez o autor das principais críticas negativas ao pensamento primitivista de Oswald, em 2 artigos de 1925 intitulados “A literatura suicida” e “Queimada ou fogo de artifício”, afirma que o exibicionismo primitivista que o autor de *Pau-Brasil* aprendera na

Europa falsifica “a imagem do Brasil atual e a orientação do Brasil futuro”. O mesmo movimento seria uma barbárie inconseqüente, “uma literatura de mandioca, aborígene, precabrálica” (LIMA *Apud* NUNES: 60).

Manuel Bandeira também ataca o manifesto, ao dizer que “o seu primitivismo consiste em plantar bananeiras e pôr de cócoras embaixo dois ou três negros tirados da *Antologia* do Sr. Blaise Cendrars” (ANDRADE, 1986: 248). Carlos Drummond de Andrade faz um comentário parecido ao de Bandeira, ao apontar a importância de Oswald dar mais lirismo pessoal e nacional à sua escrita ao retratar o Brasil, elaborando um texto com “menos caricatura e trabalho mais profundo da realidade” (MORAES, 2001: 263).

Mário de Andrade, entretanto, sai em defesa da obra de Oswald ao desvincular a mesma das correntes européias. Emprega argumentos nacionalistas ao afirmar que “*Pau-Brasil* é rótulo condescendente e vago significado pra nós iluminadamente a precisão de nacionalidade [...]. A humanidade precisa de rótulos pra compreender as coisas” (BATISTA, 1972: 229).

Antonio Candido, por seu turno, comenta como o primitivismo, até então visto de uma maneira exótica pelos europeus, era para a tradição brasileira a retratação de uma realidade cultural. Para ele,

[...] no Brasil as culturas primitivas se misturam à vida cotidiana ou são reminiscências ainda vivas de um passado recente [...]. O hábito em que estávamos do fetichismo negro, dos calungas, dos ex-votos, da poesia folclórica nos predisponha a aceitar e a assimilar processos artísticos que na Europa representavam ruptura profunda com o meio social e as tradições espirituais (CANDIDO, 197: 111).

Benedito Nunes também defende o movimento *Pau-Brasil* ao dizer que ele não se reduziria a uma estética de valorização selvagem importada da Europa, uma vez que o

[...] ser regional e puro em sua época – eis a fórmula com que o manifesto quebra a aura exótica da cultura nativa. A poesia conseqüente a esse programa deixaria de ser a matéria-prima do exotismo, uma especiaria estética destinada a temperar o gosto do europeu num mundo dividido em províncias, em regiões que se intercomunicam (NUNES. In: ANDRADE, 1990: 13-14).

Ao atuar como um “poeta da radicalidade⁴, inserido nos processos políticos, culturais e sociais de sua época, estaria surgindo, a partir desse momento, uma *utopia oswaldiana* na tentativa de diagnosticar e higienizar o presente brasileiro. Para isso, seriam constantes as suas reformulações sobre a idéia de modernidade nacional, assim como a noção de antropofagia, que traduziriam a atitude “decente” do brasileiro em relação aos outros países, tema esse que retornaremos no desenvolver do texto.

“... um homem sem profissão”

Segundo Boaventura,

Oswald foi um apaixonado por São Paulo. Vibrava com o seu progresso e fazia mil planos para a modernização da sua cidade. Nos tempos do Modernismo morou em Paris e na década de 30 no Rio. Mas preferiu passar o resto da sua vida ficando nas terras de Piratininga (BOAVENTURA, 1995:29).

4. Aqui, nos baseamos no estudo de Haroldo de Campos intitulado “Uma poética da radicalidade”. Para saber mais, ver: CAMPOS *Apud* ANDRADE, 1990, p. 7-53.

Essas relações pessoais com o ambiente citadino e as impressões que formula a respeito nos servem como indício para tentar entender *como* e *em que medida* foi construída sua noção de modernidade. Ainda segundo a autora,

a vida cosmopolita das grandes cidades fascinava o escritor. No tempo em que São Paulo perdia para o Rio em animação literária, Oswald arrumava sempre um bom pretexto para pegar o trem ou embarcar no luxuoso Frizia e encontrar-se com os inúmeros amigos cariocas (Idem, 199: 31).

À maneira de um *dândi* baudelairiano, Oswald se perde na conturbada vida recheada pelo afluxo humano, devido às atividades industriais e comerciais que movimentaram os anos 30 nas grandes cidades⁵. Para Baudelaire,

[...] o homem rico, ocioso e que, mesmo entediado de tudo, não tem outra ocupação senão correr ao enalço da felicidade; o homem criado no luxo e acostumado a ser obedecido desde a juventude; aquele, enfim, cuja única profissão é a elegância que sempre exhibirá, em todos os tempos, uma fisionomia distinta, completamente à parte.

Ainda para o autor, “o dandismo é uma instituição vaga tão estranha quanto ao próprio duelo; muito antiga, já que César, Catilina e Alcebíades nos deram alguns modelos brilhantes” (BAUDELAIRE, 2002: 47).

O capitalismo sempre a produzir mais, substancialmente coadjuvado pelo surgimento de novas concepções, idéias e inventos, transforma incessantemente a imagem da cidade/metrópole, que se transfigura, em mutação contínua. A renovação nos domínios da arte e do pensamento explode junto com a instabilidade econômica e política e, sobretudo, “sob as circunstâncias de tensão e medo, gerados pela conjuntura pré-combate”.⁶

Para Sérgio Miceli, em *Intelectuais à brasileira*, ao trabalhar em uma ótica diferente do escritor francês, uma vez que preocupado em entender quais seriam as relações estabelecidas entre os intelectuais e o poder (Estado),

[...] os “feitos” dos escritores modernistas em matéria de decoração, de vestuário, de ética sexual etc. inscrevem-se com maior acerto na história da importância dos padrões de gosto da classe dirigente ligada à expansão do café do que na história da produção intelectual (MICELI, 2001: 97).

Nesse sentido, Oswald significaria mais do que um intelectual afinado única e exclusivamente com novas propostas estéticas. Ele estaria ligado aos pertencentes das famílias abastadas, produzindo para um número bastante reduzido de “iniciados”, sempre na dependência de mecenas, “que detinham as chaves para decifrar tais obras” (Idem, 2001: 97). As experiências estéticas, assim, estariam ligadas às suas várias viagens feitas tanto para o exterior do país quanto dentro do mesmo. A cidade, lugar do urbano por excelência, teria um lugar especial na construção das obras do escritor. Importante, nesse processo, a possibilidade de se dispor do tempo, da ociosidade, para a captação desse universo.

5. Oswald foi alvo de várias qualificações-desqualificações, entre elas, de um escritor “dividido entre uma formação anárquico-boêmio e o espírito de crítica ao capitalismo” (BOSI, 1974, p. 400), “um poeta da radicilidade” (CAMPOS, 1994), “Oswald canibal” (NUNES, 1979), dentre outras. Para uma discussão sobre os limites de seu *dandismo*, ver: (ANDRADE, 2003).

6. ELEUTÉRIO, 1989, p. 23. A autora, nessa passagem, faz referência à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que teria contribuído para as modificações de postura de alguns intelectuais em relação as posturas concernentes a sociedade e o fazer artístico. Nesse sentido, é interessante perceber as ligações dos mesmos com as vanguardas européias tanto no campo da arte como o do engajamento político.

Para Eleutério,

[...] a metrópole é vital para Oswald entender a si mesmo. Ele procura ver-se em suas múltiplas expectativas/experiências, mediante a vivência metropolitana, onde o “microcosmo do corpo e macrocosmo da cidade se correspondem” (Idem, 1989: 19).

Mas que imagens de uma cidade modernista estariam presentes nas obras de Oswald? Existiria uma “utopia” possível em seus escritos ou em suas representações sobre a mesma?⁷ E qual seria esse espaço idealizado pelo escritor no que tange às liberdades individuais? Estaria inscrita em suas formas de pensar a cidade/modernismo uma filosofia da história? Seria a cidade modernista uma imagem do espaço da realização plena da democracia?

Para Miguel Abensour, não seria correto pensar a relação entre a utopia e a democracia como elementos separados ou estranhos um ao outro.

Pero, tampoco habría razón para escoger la sobriedad de la democracia despidiéndonos de los extravíos de la utopía. Entonces, ¿cómo tejer un vínculo entre la una y la otra - las bodas de la utopía y la democracia -, cómo fecundar la una por la otra, planteando la hipótesis que, en la modernidad, utopía y democracia son dos fuerzas, dos impulsos indisolubles, y que el movimiento emancipatorio moderno se nutre, se alimenta de su encuentro, de las aguas mezcladas de su doble tradición? Como si una de las cuestiones esenciales de la modernidad, pensada bajo el signo de la libertad, no hubiera sido elaborar/reelaborar sin cesar este doble movimiento de democratizar la utopía (ABENSOUR, 2001:245-257).

Os modernistas, incluindo aqui o próprio Oswald, se colocam como aqueles tradutores da cidade em movimento, “a cidade tumultuária que os abriga” (ANDRADE, 1992, p. 26), a cidade pede a alguém que fale por ela. Oswald, em *Um homem sem profissão*, constrói, através de suas lembranças, uma cidade palco de sua infância. Segundo o autor, no final do século XIX “São Paulo era uma cidade pequena e terrosa. Pouca gente. Um ou outro sobrado de um só andar”. São Paulo ainda não era uma metrópole, não tinha “nenhuma condução mecânica”, eram “carros e tálburis” que se juntavam “no Largo da Sé” (ANDRADE, 1974: 11).

São Paulo ainda era uma cidade provinciana com hábitos de cidade pequena. Depois o progresso começa a chegar trazendo os bondes; ‘para isso, as ruas da pequena São Paulo de 1900 enchiam-se de fios e postes’. Segundo Oswald, o bonde deu à cidade um ‘aspecto de revolução’. Um meio de transporte tão moderno, podia atravessar a cidade em cima de trilhos e movido a eletricidade, era símbolo de progresso (SILVA, 2003: 71).

Ao se colocar na tarefa de “inventar” a cidade moderna, os modernistas reivindicam o título de “vanguarda artística” que, para além da remodelação do espaço urbano, também pretende transformar e conformar a cultura nacional. Nesse sentido, a cidade adquire um novo caráter. Segundo Regina Helena Alves da Silva, “não é mais a simples constatação de que as coisas mudaram, o progresso transformou os usos e os costumes, os espaços foram redefinidos”. Nesse movimento, a cidade passa a ser “constituída por outro processo que vem de uma certa liberdade

7. Aqui, estamos pensando especificamente no agrupamento de textos intitulado *A marcha das utopias*, quando Oswald começa a delinear “marcha para o novo e o incerto” (Andrade, 1990:172), no ano de 1953. “Marcha”, tomada no duplo sentido da palavra: como um caminho exploratório e como uma formação de combate; “utopia”, assumida segundo a definição de Thomas Morus, inventor do neologismo: como um “não lugar” (u-topos), que não faria economia da visão de um mundo melhor. Para maiores informações, ver: ANDRADE (1990).

de olhar que é necessária à invenção [...] inventar, imaginar uma cidade é dar a luz, é produzir uma realidade inédita” (Idem, 2003:75). Nas palavras do próprio Oswald, os intelectuais modernistas “agiam como semáforos” anunciando todas as “revoltas” nos anos 20, uma vez que se encontravam “lutando por um Brasil autêntico e novo” (ANDRADE, 1992:88).

No centro da construção argumentativa oswaldiana se encontrava a resignificação do “espírito bandeirantista”.⁸ Segundo Silva, um dos pontos da “missão” para a qual se autoproclama estaria na “iniciativa de recuperação do espírito dos bandeirantes, buscando raízes da nacionalidade em uma perspectiva de estabelecer uma cultura nacional” (SILVA, 2003:76). Em 1923, Oswald apresenta o significado dos bandeirantes para os modernistas. Para ele, “as bandeiras eram antigas organizações dos habitantes de São Paulo, que, partindo da capital para o interior, à procura do ouro, indicaram à pátria os seus limites geográficos e à raça os seus caracteres étnicos” (ANDRADE, 1992:37).

De uma forma geral, a resignificação ou a (re)valorização do passado bandeirante, agora lido por outra ótica, é uma constante nos escritos dos principais nomes do modernismo. Preocupados em “redescobrir” o território, alguns modernistas, a exemplo do próprio Oswald, empenharam-se em buscar raízes na certeza de ser a cidade de São Paulo o núcleo irradiador das impressões, estímulos e imagens que concebiam os modernistas. Esse nos parece ser o centro da questão, ao se pensar no projeto modernista para a nação. Se na sua criação as bandeiras tiveram como objetivo a descoberta do “Brasil natural”, sem incorreremos no erro de reafirmar essa mitologia, agora a função dos “novos bandeirantes” seria a de “ir em busca” de arte e de passado.

No *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, publicado em 1924, já se encontra presente um poema que faz referência à viagem feita por um grupo de modernistas a Minas Gerais, intitulado “Roteiro das Minas”. Nele é sintomática a preocupação em buscar a valorização de uma “cultura tipicamente brasileira”. Nesse mesmo livro, Oswald reage contra o gabinetismo e prega a “prática culta da vida”; propõe “engenheiros em vez de juriconsultos”; o equilíbrio geométrico e o acabamento técnico e reage “contra a cópia”, ao pregar “a invenção e a surpresa” (ANDRADE, 1990:66).

Em um poema que abre a seção sobre o *Roteiro das Minas*, chamado “Convite”, encontramos uma referência a esse projeto de “redescoberta-revalorização” do nacional. “São João del Rei/ A fachada do Carmo/ A igreja branca de São Francisco/ Os morros/ O córrego do Lenheiro/ Ide a São João del Rei/ De trem/ Como os paulistas foram/ A pé de ferro” (Idem, 1990:127).

Nessa medida, “unem-se a imagem de estado-locomotiva à de metrópole nacional”. São Paulo se destaca do resto do país, “criando uma identidade nacional a partir dele próprio e sua capital se transforma na cidade bandeirante que vai irradiar o progresso e a cultura nacional” (SILVA, 2003:84). Nas palavras do próprio Oswald, “a coincidência da primeira construção brasileira no movimento de reconstrução geral. Poesia Pau-Brasil”. Em outra passagem, “a formação étnica rica. A riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança” (ANDRADE, 1990:65-66).

Conclusão

Assim, na tentativa de um pequeno estudo sobre um escritor, o seu tempo e sua produção cultural, espera-se ter sido possível um diálogo entre a literatura e a história. Ao invés de “julgar” o legado oswaldiano ou nos posicionarmos contra ou a favor de suas ações – como as suas prisões por envolvimento político ou as acusações de plagiador que recebeu em alguns momentos de sua vida –, nos preocupamos em tentar compreendê-lo, deixá-lo “falar”. Com efeito, acompanhar o seu percurso por meio de suas obras e dos debates que alimentou ou nos

8. Para maiores informações sobre a narrativa em prosa da expansão bandeirante, ver: RICARDO (1959); VIANNA (1982); HOLANDA (1982); SALGADO (1955).

quais se posicionou. Diferentemente de o acusarmos de “ingênuo”, ou “militante comunista”, “cínico” etc., correndo o risco de sermos injustos ou reducionistas, tentamos perceber o seu “itinerário” que, como ele mesmo se auto-intitulou, era de um “homem sem profissão”.

Se, para um pensador como Benjamin, seria possível “nos aproximarmos de histórias que teriam sido, se não fossem preteridas pela historiografia **dominante**”⁹, esse diálogo pode se tornar mais consistente e, ao ser explorado, apresentar possibilidades para a melhor compreensão do pensamento intelectual brasileiro.

Bibliografia

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Andorinha, andorinha*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986
- ABENSOUR, Miguel, *L'Utopie en question*, Presses Universitaires de Vincennes- Saint-Denis, Paris, 2001.
- AMARAL, Aracy. *Blaise Cerdrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Ed. 34/FAPESP, 1975.
- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Marília de & RIBEIRO, Ésio Macedo. *Maria Antonieta D'Alkemin e Oswald de Andrade: Marco Zero*. São Paulo: Edusp, 2003.
- ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 1990
- _____. *Estética e Política*. São Paulo: Globo, 1992.
- _____. “Memórias sentimentais de João Miramar”. In: *Obras Completas*, São Paulo: Globo, 1999, vol. II.
- _____. *Primeiro Caderno do Aluno de Poesia Oswald de Andrade*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- _____. *Pau-Brasil*. São Paulo: Globo, 1990.
- _____. *Um homem sem profissão: sob as ordens da mamãe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- BATISTA, Marta Rosseti. *Brasil : 1º tempo modernista - 1917/29*. São Paulo: IEB, 1972.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BENJAMIN, Walter, “Sobre o conceito de história”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 18.
- BOAVENTURA, Maria Eugenia. *O salão e a Selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. São Paulo: Unicamp, 1995.

9. Ver BENJAMIN, Walter, “Sobre o conceito de história”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A vanguarda antropofágica*. São Paulo: Ática, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOPP, Raul. *Vida e morte da antropofagia*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira, 1977.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMPOS, Augusto de. *Pagu: vida-obra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem e outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos da história e política*. BH: UFMG, 1898.

CHAUÍ, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Oswald de Andrade – Itinerário de homem sem profissão*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador II: a formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EULÁLIO, Alexandre. *A aventura brasileira de Blaise Cendrars*. São Paulo: Quíron, Brasília: INL, 1978.

FONSECA, Maria Augusta. *Oswald de Andrade: biografia (1890-1954)*. São Paulo: Art Editora, 1990.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HELENA, Lucia. *Totens e tabus na modernidade brasileira: símbolo e alegoria na obra de Oswald de Andrade*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro/UFF, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

LUCA, Tânia de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1998.

MARTINS, Heitor. *Oswald de Andrade e outros*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. “Experiência social e imaginário literário nos livros de estréia dos modernistas em São Paulo”. In: *Tempo Social*, São Paulo: USP, Jun. 2004, vol.16, n° 1, p.167-207.

MORAES, Marcos Antônio de. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: IEB, 2001.

- NETO, Machado. *Estrutura social da República das letras*. São Paulo: EDUSP, 1973.
- NETTO, Adriano Bitarães. *Ciência da devoração: roteiros da nacionalidade na Antropofagia oswaldiana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002 (dissertação de mestrado).
- NUNES, Benedito. *Oswald canibal*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim – a favor do Brasil: direita ou esquerda?*. São Paulo: FGV, 2006.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: Influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 3. ed., 1959.
- SALGADO, Plínio. *A Voz do Oeste. Obras Completas 14*. São Paulo: Editora da Américas, 1955.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre a dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polémicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 1995.
- _____. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Vanguarda e cosmopolitismo*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- _____. *Uma literatura antropofágica*. Fortaleza: UFC, 1983.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- _____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SILVA, Regina Helena Alves da. “A metrópole nacional”. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, no. 30, junho, 2003.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Tal Brasil, qual romance?*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- _____. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TELES, Gilberto Mendonça. et al. *Oswald Plural*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.
- _____. *Vanguardas européias e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Câmara dos deputados, 1982.

Caroline Ferreira dos Santos

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Graduada em História
na Unesp/Franca
carolinefsantos@gmail.com

Palavras-chave: História, Brasil, D. Pedro II

Keywords: History, Brazil, D. Pedro II

O leitor habituado às obras de José Murilo de Carvalho, terá a oportunidade de encontrar inovações em sua forma de escrita. Em **D. Pedro II: Ser ou não ser** (2007), o autor livra-se de algumas formalidades acadêmicas, como por exemplo, rebuscados vocabulário e bibliografia. Provavelmente tais inovações foram ocasionadas propositalmente para resultar em uma maior acessibilidade ao público geral, não restringindo a leitura a especialistas em história do Brasil.

José Murilo de Carvalho, em sua nova obra, escolhe dois focos ao se tratar do imperador D. Pedro II: o homem político que governou o Brasil entre os anos de 1840 até 1889; e o cidadão Pedro d'Alcântara de personalidade tímida e com uma vida repleta de dramas e paixões.

O início do segundo reinado deu-se através do “Golpe da Maioridade”, nome dado posteriormente à entrada do imperador na vida pública. Com apenas quatorze anos de idade D. Pedro II assumiu grande responsabilidade, uma vez que o país encontrava-se numa fase internamente turbulenta; além das disputas políticas internas, várias revoltas sociais comprometiam a integridade do país. Externamente não cessavam as pressões para a finalização da escravidão africana.

A sociedade clamava pelo monarca, pois estava aborrecida com o período político anterior. O governo regencial no Brasil foi palco de revoltas e de instabilidade política e econômica. Portanto o novo Imperador tornou-se símbolo de um Estado que, na visão das elites, tinha como tarefas primordiais: conservar a união política do país, manter a unidade das províncias e garantir a ordem monárquica.

Para José Murilo de Carvalho o imperador D. Pedro II foi um monarca ponderado e tímido por natureza de sua personalidade, mas que possuía em suas mãos uma força considerável, advinda do prestígio proporcionado pelo seu cargo político. Embora no arcabouço de sua função fosse isento, pelo poder moderador, de responsabilidades, ficando essas ao encargo dos ministros.

Alguns dos feitos do imperador D. Pedro II e de seus ministérios foram marcantes para a história do país, pois consolidaram a unidade do Brasil e possibilitaram meios para a abolição dos escravos: “O imperador [...] não escondeu sua posição

Enviado em 01 outubro
2007 e aprovado em 28
de fevereiro de 2008

contrária à escravidão”. A ação política de D. Pedro II estava ligada à pressão ocasionada pela política européia que, através de manifestos ao monarca, divulgados na imprensa da época, exigia a libertação dos escravos. Na sociedade brasileira oitocentista, a mentalidade sobre a escravidão mudou; o escravo tornou-se uma nódoa, devendo ser abolido, para que o Brasil alcançasse os padrões europeus de civilização.

O monarca estabeleceu bases para o início de um sistema representativo devido principalmente aos traços liberais de sua política em relação à imprensa. Para José Murilo de Carvalho a explicação sobre a liberdade de imprensa é resultante do “fato de considerar a imprensa, ao lado da tribuna, as duas principais fontes de informação para o governante”, porém cabe ressaltar que a imprensa seria um meio de comunicação entre o governo monárquico e a elite, pois o Brasil possuía uma pequena massa de letrados, geralmente provenientes das altas camadas sociais.

Durante toda sua vida o monarca brasileiro conseguiu conciliar o traço de sua personalidade com a arte da política, entretanto na vida pessoal Pedro d’Alcântara não foi tão bem sucedida. Sua história pessoal foi marcada por várias tragédias, tornando-se ainda cedo, segundo José Murilo de Carvalho, um “órfão da nação brasileira”.

Durante grande parte de sua vida, Pedro d’Alcântara foi educado rigidamente por seus tutores e mestres, para que afastasse ao máximo sua conduta das características pessoais de seu pai, D. Pedro I, que foi “um homem movido por suas paixões”. Entretanto como observa o autor, ao longo da vida de D. Pedro II pode-se observar que as diferenças entre pai e filho eram mais de conteúdo que realmente de forma, principalmente quando o assunto em foco é a vida extraconjugal.

Logo após assumir o poder moderador no Brasil, houve apreensão (verificar regência) em arranjar o mais rápido possível uma esposa para o imperador a fim de dar continuidade à linha sucessória. Segundo Carvalho, essa foi sua grande frustração pessoal, uma vez que em 1843, o monarca contrai casamento com Teresa Cristina, herdeira do trono das Duas Sicílias. Antes de esposar Teresa por meio de uma procuração, mandam-no um quadro com o retrato de sua futura esposa, que por sinal era muito diferente da realidade, o que explica a grande decepção do jovem soberano ao conhecê-la e a frustração de sua vida conjugal.

Casou-se e garantiu a dinastia, embora a paternidade trouxesse desapontamento porque todos os filhos faleceram, “confirmando a lenda de que os primogênitos dos Braganças não sobreviviam”. As filhas Isabel e Leopoldina resistiram e como a tradição real herdada de Portugal não proibia a ascensão de mulheres ao trono imperial, a “sucessão estava garantida”. Portanto D. Pedro II havia cumprido seu papel de imperador e de homem, conforme a obrigação exigida pelo protocolo de seu estado político, mas não deixou que a parte burocrática comandasse seu espírito: possuiu uma vida pessoal cheia de paixões ocultas.

A vida conjugal foi mantida pela “simplicidade e dedicação à esposa”, mas o amor de Pedro d’Alcântara não foi reservado à sua senhora. Na vida do monarca havia outras mulheres, como demonstram as correspondências trocadas entre ele e suas amantes. Mas dentre elas havia sua preferida: a tutora de suas filhas, a condessa de Barral, certamente foi sua amada. Mulher culta, educada, refinada e inteligente, Barral fascinou ao imperador por seus tributos, indo além de mera atração física.

Embora tivesse uma vida extraconjugal D. Pedro II, era obrigado a seguir os rituais de um imperador, incluindo a discrição sobre sua vida particular. Mas nem por isso restringiu seus amores de um cidadão comum, permaneceu cerca de nove anos com sua amante, a condessa de Barral.

Outra forma do monarca esquecer as pompas do poder político e se realizar pessoalmente foi o amor à leitura e as viagens para a Europa. Pedro fez várias viagens durante seu reinado, deixando-o informado sobre as novas descobertas, novas tendências européias. Era acima de

tudo um homem culto que procurou incessantemente incorporar esse seu amor pelas leituras e pela ciência ao país que governou.

Na obra “**D. Pedro II: Ser ou não ser**” a vida do imperador brasileiro era dividida: de um lado, há a figura de um político liberal, que sempre expressou sua simpatia pelo regime republicano de governo, que mostrava fascínio em suas decisões políticas sempre ligadas ao bem comum e que aceitava abertamente a crítica ao seu governo; o outro lado era Pedro d’Alcântara, a parte pessoal, que sempre deixou claro em seus diários não suportar as pompas do poder, o que de certo modo, aos olhos dos viajantes da época, tirava a legitimidade do poder moderador no Brasil, devido à grande simplicidade dos palácios e as poucas festas ocorridas no Império.

Apesar das diferentes atitudes que podemos perceber entre a vida política e pessoal do monarca brasileiro há sem dúvidas um ponto de confluência entre os dois Pedros: a paixão pelo país, que possibilitou a dedicação meticulosa e persistente na arte de governar durante quase meio século o Brasil.

Ao leitor comum será facilmente concebida a exaltação da figura de D. Pedro II, na obra de José Murilo de Carvalho, mas há controvérsias na literatura acadêmica. Como o autor Nelson Werneck Sodré em sua obra “**Panorama do Segundo Império**” (1998), exibe a idéia de que D. Pedro II escondia-se atrás de sua timidez, a fim de que caísse sobre o ministério a resolução de graves problemas. Para Sodré o monarca havia se pronunciado fervorosamente apenas a favor da abolição da escravatura devido principalmente aos apelos estrangeiros para o findar da exploração do negro escravo.

Portanto, a leitura da obra em questão, deve ser realizada com uma certa “desconfiança” pelo leitor, que não deverá aceitar pacificamente a visão do autor sem críticas suficientemente fundamentadas. Aos interessados no assunto o que não irá faltar é uma vasta bibliografia no que diz respeito à vida política e social do império sobre o comando de D. Pedro II.

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira

CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SP: Argos, 2006, 135p.

Palavras-chave: Mário de Andrade; história museal; memória nacional.

Keywords: Mário de Andrade; museology history, national memory.

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Eleonora Zicari Costa de Brito.
emerson_dionisio@hotmail.com

Novas visões sobre o papel político e crítico de Mário de Andrade têm sido ofertadas ao mercado editorial nos últimos anos. O olhar “plástico” (Marta Rossetti Batista), a fotografia segundo sua sensibilidade (Amarildo Carnicel), seu “mundo musical” (Jorge Coli) e as relações do escritor com os intelectuais argentinos (Patrícia Arturo) são apenas alguns poucos exemplos de uma bibliografia vasta no campo da literatura e das inúmeras análises de crônicas, romances, ensaios, poesias e dramaturgias produzidas por ele.

O museólogo Mário Chagas insere-se nesse heterogêneo grupo ao nos ofertar uma análise sobre a ótica museológica de Andrade entre os anos de 1917 – sua estréia na literatura – e de 1945, ano de sua morte. O autor acerta ao denominá-la de ótica, pois, de início, observa-se que o pensamento da prática museal nos trabalhos do escritor paulista não é explícito. Para percebê-lo, foi necessário o cruzamento de diferentes fontes de pesquisa, que variaram de registros políticos à correspondências do escritor. Se o empreendimento poderia parecer simples, seria apenas por desconhecimento do observador quanto ao risco constante de se cair em simplificações e escolhas arbitrárias, cujo sentido apenas repetiria os lugares-comuns nas análises da produção marioandradiana., Chagas, dessa forma, nos oferece uma análise enviesada e criativa de Mário de Andrade, um intelectual preocupado desde os anos 20 em delinear uma política de conservação do patrimônio cultural brasileiro.

A análise parte da etnografia incipiente proposta por Andrade, voltada à cultura popular, para delimitar o que se pode compreender como o papel do museu em sua obra. Ele acreditava que ao Estado cabia o patrocínio de expedições de coleta folclórica e preservar os elementos selecionados a preservação dos elementos selecionados em ambientes museais adequados. Mas não só. Quando propunha a criação de expedições, sua finalidade não estava apenas endereçada ao papel coletor, mas, sim, a uma trama pedagógica que visava, entre outras coisas, um “museu de reproduções”, cuja meta era a de levar a regiões remotas um pouco das artes plásticas produzidas nos centros urbanos. Chagas vê aí não apenas uma

Enviado em 27 de fevereiro de 2008 e aprovado em 30 de abril de 2008.

revisão do papel do etnógrafo, por meio do sentido educativo, mas também uma revisão do próprio fazer museológico.

É nesse ponto que o estudo de Chagas salienta uma contradição. Um dos méritos do livro advém da compreensão da amplitude e da ambigüidade do pensamento “modernista” de Mário Andrade. Ao mesmo tempo em que sua “redescoberta” do Brasil, distante dos centros culturais, almejava uma redefinição da identidade brasileira em prol das populações não assistidas, sua busca pelas raízes mais populares e vitais estava em plena consonância com os programas do Ministério da Educação sob a batuta conservadora de nomes como Gustavo Capanema. Em seu envolvimento com o popular, o local e o histórico, o intelectual paulista estava, a princípio, servindo a toda uma ideologia que buscou, na exaltação do tradicional, ofertar um quadro seguro e estável do que poderia ser o futuro. Nesse tocante, Chagas não peca em invalidar a obra de Andrade, pois possui consciência precisa dos usos que o Estado, em especial o varguista, produziu sobre suas teses.

Nesse sentido, o grande desafio intelectual de Andrade foi Gustavo Barroso, então criador do Museu Histórico Nacional (1922), defensor do modernismo verde-amarelo e incentivador do “culto a saudade”, como baliza das políticas de memórias patrocinadas pelo poder público. A posição de Andrade era avessa a de Barroso, pois, o primeiro considerava o museu como um espaço de reflexão e de pesquisa, apto a servir “às classes trabalhadoras, como instituições catalisadoras e ao mesmo tempo resultante da conjugação de forças diversas, como âncora de identidade cultural” (CHAGAS, 2006: 70).

É fácil ler o percurso marioandradiano como um instrumento para o fortalecimento dos museus voltados à constituição de uma história nacional, datada, linear e amparada nas relíquias eruditas da pátria. Todavia, a partir da atuação do modernista no Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, entre 1934 e 1937, o problema do “nacional” tornou-se um elemento útil para salientar a dimensão educativa dos museus. Foi nesse período que ele esboçou as primeiras considerações sobre o Museu da Palavra, projeto abortado com o Estado Novo, mas que representava uma redefinição mais ampla de patrimônio.

Outra proposta do escritor – também não-viabilizada –, foi o museu de reproduções, no qual obras-primas brasileiras e estrangeiras reproduzidas seriam expostas às comunidades que não tinham acesso às obras originais. “Esse plano trazia para o mundo museológico uma discussão inovadora, na medida em que desmistificava o original e elevava a réplica à condição de objeto museal” (*idem, ibidem*: 77). Essa iniciativa foi polêmica e o meio artístico não apoiou tal idéia, pois ela afetava o caro mito da “raridade” que às duras custas mantinha cada obra como elemento indivisível e indissociável de seu criador. Dessa forma, Estado, mercado (ainda incipiente) e artistas uniram-se contra essa proposta.

Além dessa breve experiência no Departamento de Cultura, que gerou mais expectativas que ações, Chagas analisa quatro documentos para compreender a dimensão museal marioandradiana: o anteprojeto elaborado para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), em 1936; a carta do escritor a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em setembro do mesmo ano; uma outra carta, de Mário de Andrade a Paulo Duarte, cuja finalidade era apoiar a campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, promovida por Duarte, em 1938; e o artigo “Museus Populares”, publicado no periódico *Problemas*, em 1938.

Na primeira obra analisada, o famoso anteprojeto, Andrade traça um sistema de classificação “octogonal” dos bens que deveriam ser protegidos. Para isso selecionou quatro livros de tombo – arqueológico e etnográfico, histórico, das belas-artes e das artes aplicadas e da tecnologia industrial – acompanhados por quatro museus “centrais” correspondentes aos referidos livros. Embora sua divisão apresente elementos inovadores para a época e introduza a idéia de preservar bens “imateriais”, a separação dos bens culturais por meio de valores temáticos (que espelhavam sua finalidade), segundo Chagas, além de demasiadamente arbitrária, era também “menos simples, muito menos resolvida do que julgava Mário de Andrade, e isso em virtude de

questões técnicas, culturais, econômicas e políticas” (*idem, ibidem*: 89) que, ainda hoje, matizam e polemizam as discussões sobre a conservação do patrimônio cultural.

Na carta a Franco de Andrade, o escritor paulista defendia a reorganização do Museu Nacional a partir de uma visão menos eloqüente da história pátria e da adoção de uma abordagem nacionalista que refletisse o múltiplo, o diverso, o contraditório e o “desgeografizado” da cultura brasileira. Tais objetivos seriam atingidos graças à coleta e à exposição de uma etnografia popular.

Em uma outra carta, destinada desta vez a Duarte, Mário de Andrade faz a reveladora distinção entre museus especializados e museus municipais. Os primeiros deveriam ser erguidos nas grandes cidades e refletiriam uma moderna forma de apresentar o País, enquanto os outros deveriam “conter de tudo”, visando ao amálgama identitário regional. Aqui também ele admite que a idéia de que os museus só poderiam operar com “objetos herdados” do passado não se sustentava, ao propor que objetos construídos ou replicados pudessem compor o ambiente educativo do museu.

Mário de Andrade realizou ainda uma síntese dessa idéia no artigo de 1938. Com isso o autor reforça a dimensão educativa dos museus e insi na criação de museus de arte com reproduções: “em vez de tortuosos museus de belas-artes [...] cheios de quadros verdadeiros de pintores medíocres, com menos dinheiro abramos museus populares de ótimas reproduções feitas por meios mecânicos.” (*idem, ibidem*: 96). O autor também retoma a valorização do popular e do nacional, o que exigia, segundo o mesmo, a revalorização dos bens não-tangíveis como forma de alcançar toda uma cultura não-letrada. Essas Idéias, entretanto, sofreram por décadas a resistência das políticas tradicionais de memória.

Para Joaquim Arruda Falcão, citado por Chagas, a defesa dos bens não-tangíveis de Mário de Andrade foi “historicamente prematura” e “politicamente solitária” a tal ponto que nenhum grupo social assimilou a proposta. Foi preciso algumas décadas para que o assunto voltasse à pauta de discussão entre os legisladores brasileiros e se assumisse a catalogação e a proteção das culturas populares, sobretudo em suas dimensões minoritárias – a cultura indígena e a afro-brasileira.

Surge em meio a essa discussão a importância do colecionador Mário de Andrade, preocupado e comprometido com duas dimensões do ato de selecionar. Uma se estendeu das artes visuais aos registros históricos da cultura material brasileira, e a outra representa a necessidade de narrar a própria trajetória intelectual por meio da reunião e da conservação de documentos (termo amplo aqui) em si.

Cabe considerar por fim que a polêmica militância cultural do escritor modernista não pode ser dissociada de suas posturas políticas, que não encontram unanimidade entre os especialistas que investigaram seu legado. É por isso que, embora muito estudado, Mário de Andrade ainda é fruto de muitos debates em nossos dias. O que *Há uma gota de sangue em cada museu* nos oferece, principalmente aos historiadores, é a possibilidade de rever importantes documentações por ângulos diversos daqueles estancados pelas literaturas precedentes, um exercício muito útil de reavaliação da própria maneira de pesquisar textos com forte acento biográfico e afetados (alterados) por uma gama ampla de interpretações.

Flávia Marchione da Silva

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 456 p.

Palavras-chave: escravidão, América Portuguesa, século XVIII.

Keywords: slavery, Portuguese America, 18th century.

Graduada em História
(FAFIJA)
f.marchione@hotmail.com

Na segunda metade do século XVIII cidades como Rio de Janeiro e Salvador apresentavam um grande contingente de negros. Estes se destacavam na paisagem urbana de tal modo que passaram a fazer parte das preocupações dos governantes da época e têm sido objeto de pesquisas recentes.

O período colonial foi por muito tempo visto pela ótica da incompatibilidade entre as estruturas do Antigo Regime e a escravidão e no qual as relações sociais se reduziam a polaridade senhores e escravos. Entretanto tal período passou por modificações historiográficas importantes na década de 1990 quando a história política começou a acompanhar a renovação dos estudos sobre o Antigo Regime português fazendo emergir novas abordagens sobre as relações de poder no mundo colonial, especialmente sobre as tensões entre os interesses locais e centrais no império.

O caráter estrutural da escravidão na colônia tem sido apontado como o diferencial mais importante na separação entre o mundo colonial e a metrópole. Buscar compreender os significados políticos dessa diferença para os que viveram neste período, bem como entender se e como os escravos foram integrados na hierarquia das relações sociais na colônia são questões bastante pertinentes para a historiografia colonial e constituem pano de fundo do livro *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa* de Silvia Hunold Lara.

O livro elaborado ao longo de mais de dez anos de pesquisa, sendo inicialmente tese de livre docência em História do Brasil pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) segue o caminho aberto pelas pontuações do conde Resende, então vice-rei do estado do Brasil, em carta remetida ao secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e discute os significados políticos da presença cada vez maior de escravos e libertos nos centros urbanos da América portuguesa nas décadas finais do século XVIII.

Metodologicamente a autora, sem excluir outros caminhos, inspira-se nos procedimentos da micro-história buscando a

Enviado em 29 de
fevereiro de 2008 e
aprovado em 30 de abril
de 2008.

percepção do social e de suas tensões em contextos específicos e valendo-se de documentos bastante circunscritos que informam o ponto de vista senhorial e possibilitam a análise do modo como a escravidão e os negros foram incorporados à hierarquia que ordenava e codificava as relações no Brasil.

No primeiro capítulo intitulado *o teatro do poder* a análise centra-se na importância político-administrativa das vilas e cidades - aspecto geralmente desconsiderado uma vez que durante um bom tempo acreditou-se que a vida urbana não tinha muita importância no mundo colonial, no qual predominavam atividades rurais. Observando o processo de construção de obras públicas, das representações cartográficas e das festividades, a obra demonstra como as modificações urbanas estavam imbricadas de razões políticas metropolitanas que objetivavam o controle da população.

Através da criação de espaços distintos que delatavam a diferença social dos habitantes, de articulações jurídicas e dos aspectos simbólicos que envolviam o calendário de comemorações, buscava-se um impacto sobre a memória de forma que fosse perpetuada a supremacia da casa real e os laços com os poderes locais. Desta maneira concretizava-se uma série de dominações que envolvia interesses portugueses, mas também interesses locais possibilitando uma estrutura hierárquica coesa que se estendia desde a metrópole até as vilas e cidades coloniais que assim, construíam-se e transformavam-se segundo os desígnios do poder.

A seguir a autora analisa *os diferentes e desiguais* partindo de determinações legais sobre o vestuário e ornamentos utilizados pelas pessoas na metrópole e nas terras conquistadas. Em relação a Portugal, demonstra que as distinções e privilégios eram distribuídos a cada um de diferentes formas, o que não representava um completo relativismo já que as marcações sociais neste contexto poderiam ser consideradas, de certo modo, fixas.

A ostentação pública do lugar ocupado na hierarquia social possuía importante significado político; por isso as formas de tratamento e outras marcações visuais atribuídas a cada categoria social eram cuidadosamente pensadas por legisladores e supervisionadas por diversas instâncias de controle. Nas terras conquistadas, havia diversas ressignificações dessas leis e no caso brasileiro a presença da escravidão constituía elemento essencial para a diferenciação e marcação social.

Alvo de várias críticas de viajantes, cronistas e governantes, o luxo com o qual se vestia os negros na colônia era uma preocupação constante e chegou até a ganhar um capítulo especial na pragmática de 1749 que os proibiam de usar sedas e demais tecidos finos, bem como jóias em ouro e prata. No entanto, ao contrário de Portugal onde a preocupação, com relação aos negros, era diferenciar os cativos dos libertos, no Brasil a intenção era incorporar à função simbólica do vestuário o signo da cor, evitando que se confundissem os brancos com os negros ou mulatos, mesmo que estes se encontrassem em situação de liberdade.

A relação na colônia entre brancos e negros era mediada pela instituição da escravatura, assim, o luxo utilizado por escravos servia para enaltecer ainda mais o prestígio de seu senhor e não o dele próprio. No caso de negros livres, a ostentação era sempre vista com maus olhos e entendidos como luxúria e maldade enquanto para um branco era simplesmente luxo.

A multidão de pretos e mulatos é analisada no capítulo três e parte da constatação do crescimento populacional desses indivíduos ao longo do século XVIII aferida nos censos e contagens da população em 1779, 1789 e 1797. Essas contagens podem servir de justificativa para a constante surpresa encontrada nos relatos de portugueses e estrangeiros diante da desproporção entre brancos e negros na América portuguesa. Entretanto, a autora questiona se

a surpresa relacionava-se à quantidade de negros ou à escravidão propriamente dita e afirma que é preciso ter cautela ao associar o contingente negro diretamente à escravidão, pois a idéia de que brancos eram livres e negros escravos, não se aplica à colônia portuguesa americana deste período.

Examinando as relações sociais a partir dos termos e significados apresentados no dicionário de Bluteau, em debates de letrados sobre a origem do negro e em processos judiciais, a autora indica distinções relevantes para as palavras: branco, preto, negro, escravo, mulato. Aponta que pardo e mulato referem-se à gente mestiça, sendo que o último chega a ganhar conotações pejorativas ao longo do século aparecendo como xingamento e o primeiro aparece como identidade reivindicatória que se diferenciava do cativo e revestia-se de certa positividade. Mais uma vez a hierarquização aparece em caráter classificatório constitutivos da hierarquia social do Antigo Regime e não em termos meramente racistas ou ligados à escravidão.

A associação entre cor e condição social não era evidente e podia estar ligada a outros aspectos como a riqueza, o nascimento, a ocupação; mas apresentava um indicador suficiente para demarcar diferenças e separar os brancos dos outros.

Debates sobre a prática da escravidão existente na metrópole e nas colônias portuguesas demonstram que as diferenças hierarquizadas na sociedade do Antigo Regime, bem como aquelas entre crioulos e africanos e entre as várias nações eram avaliadas em termos políticos, como elementos capazes de oferecer critérios para melhor governar a escravaria e interessava, portanto, ao exercício da dominação.

No quarto capítulo, a pesquisadora volta-se mais detalhadamente aos *espetáculos negros* enunciados no início da obra, mais especificamente aos ocorridos na vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, no Recôncavo baiano. Nas ocasiões de congados e outras festividades, negros e mulatos ganhavam as ruas das cidades entrelaçando significados diversos que tanto poderiam servir, aos olhos da governança, como ratificadores do poder real português ou mesmo como uma afronta a este uma vez que poderiam aparecer associados a práticas africanas e transcender a esfera religiosa e festiva alcançando patamares políticos que necessitavam ser reprimidos.

O quinto capítulo finaliza a obra destacando *os povos das conquistas* na forma como eram percebidos e relatados por naturalistas, cartógrafos e outros letrados incumbidos dos registros dos costumes, das gentes e das riquezas existentes nas terras coloniais de Portugal.

Analisando especialmente duas pranchas ilustradas por Carlos Julião, a obra mostra como os portugueses do Reino e as autoridades coloniais apreendiam e lidavam com as gentes das conquistas apontadas sempre em sua diversidade. No entanto, apesar de Julião detalhar essa diversidade destacando mulheres e enfatizando a tez escura das figuras também opera uma homogeneização que visa enquadrar todas aquelas diferenças como um corpo único de submetidos ao domínio português, ou seja, o caráter de conquistados servia à essa homogeneidade sendo as diferenças físicas, sociais, culturais e geográficas diluídas pela condição colonial.

Essa prática de homogeneização concorda com a tradição do Antigo Regime e mantém relação com o processo de incorporação de novas categorias sociais no corpo político da monarquia e ao surgimento de identidades coletivas que também começavam a se fazer presentes em meados do século XVIII. Tais movimentos ampliam os significados políticos das estruturas sociais alterando o estatuto de muitos habitantes das áreas coloniais na monarquia metropolitana à qual são incorporados. Entretanto essa incorporação não inclui os negros e mulatos que

continuam associados à escravidão e compõe, aos olhos dos letrados, uma categoria genérica hierarquicamente inferior.

No arremate final, a autora volta à carta do conde Resende destacando que a escravidão, durante a segunda metade do século XVIII, não é de modo algum contestada aparecendo como uma relação social legítima e necessária. Os problemas apontados por Resende derivam do mau uso que os senhores faziam de seus escravos e os frutos gerados pelo próprio funcionamento da escravidão e que escapavam ao domínio senhorial. Fatores estes em grande parte responsáveis pelo grande número de libertos que representavam um potencial político perigoso e, portanto, passível de intervenções por parte dos administradores coloniais.

Parte dessa intervenção dava-se de forma simbólica associando a exclusão à cor da pele na intenção de aproximar, mesmo os que se encontravam livre, à escravidão - senão de fato, pelo menos naquilo que diz respeito ao limite de liberdades. O que estava em trânsito naquele momento era um movimento de construção social de significados que indicava como as palavras designativas da cor das pessoas foram ganhando acepções indicativas da condição social e de uma situação política.

Nilton Pereira dos Santos
ROMANO, Ruggiero.
Mecanismo y elementos del sistema
económico colonial americano (siglos XVI-XVIII).
México: FCE, 2004.

Palavras-chave: História da América; Colonização; Economia colonial.

Keywords: American History; Colonization; Colonial economy

Mestrando em História
Econômica
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências
Humanas da
Universidade de São
Paulo - FFLCH USP
nilton.pereira@usp.br

Estudar o funcionamento, em vários níveis, do que chama de “sistema econômico colonial americano” é o principal objetivo de Ruggiero Romano nesta obra. De início, o autor adverte que a América estudada, se limita às áreas coloniais de Castela e Portugal (com algumas referências às colônias inglesas), embora a parte substancial do trabalho seja mesmo a América espanhola.

No capítulo I, *De la población como fuente de energía*, Romano analisa o impacto da invasão européia no Novo Mundo e suas conseqüências para o desenvolvimento da economia local. A partir de índices demográficos e de crescimento econômico, o autor faz considerações sobre o drástico decréscimo populacional ocorrido na América após a chegada dos espanhóis (conseqüência da guerra, doenças, fome e desordem social) e propõe a seguinte reflexão, que norteia o capítulo: como foi possível desenvolver no continente um novo sistema econômico apesar da queda vertiginosa da população residente após a invasão espanhola?

A resposta, segundo o autor, reside nas novas técnicas de trabalho utilizadas, na introdução de animais de carga e de ferramentas mais sofisticadas. Essas mudanças compensavam a diminuição da força de trabalho decorrente da queda brusca na população nativa, possibilitando que um novo sistema econômico se desenvolvesse.

Se no primeiro capítulo Romano indica como foi possível a montagem de um outro sistema econômico na América, no segundo, *Los recursos disponibles*, discute sobre quais bases isto ocorreu. Partindo do problema da distribuição da terra, o autor demonstra que as mudanças provocadas pelos europeus na estrutura de ocupação do solo e a adoção de trabalho compulsório em larga escala, seja com índios ou escravos africanos, possibilitaram que agricultura e exploração de metais se desenvolvessem.

A concentração de terras é considerada nessa obra, um elemento central do processo de exploração colonial, tanto para faina agrícola como para o extrativismo mineral. Evidente a existência de outras atividades não pautadas na grande propriedade, mas, segundo o autor, os estabelecimentos maiores são importantes porque propiciaram o desenvolvimento de um sistema econômico singular.

O terceiro capítulo, *Formas y modos de la explotación de los recursos*, assinala o encontro das idéias defendidas nos dois capítulos precedentes,

Enviado em 08 de
fevereiro de 2008
Aprovado em 22 de
fevereiro de 2008

possibilitando compreender como força de trabalho e recursos disponíveis foram coadunados no processo de exploração do Novo Mundo. Romano discute as diversas formas de trabalho adotadas na América, afirmando que, mormente, adotou-se o trabalho compulsório – seja modificando instituições já existentes em sociedades indígenas (*mita*), criando novas práticas (*encomienda*) ou introduzindo escravos africanos. Encerra o capítulo concluindo que o funcionamento do sistema econômico colonial americano apenas pode ser entendido tendo em vista a concentração da posse de terra que se processou após a conquista e a exploração dos recursos nela existentes com o trabalho forçado.

Definida a estrutura sobre a qual se assentou o “sistema colonial americano” (grandes áreas produtivas e trabalho compulsório), o quarto capítulo, *La transformación de los recursos naturales*, é dedicado ao estudo das atividades “industriais” realizadas na América. Romano deixa claro que sua definição de indústria nada tem a ver com “proto-industrialização”, mas com o trabalho de beneficiamento de produtos naturais, como ferro, tecidos, metais preciosos, criação de gado e agricultura. Apesar da diversidade assinalada, o autor ressalta que era tímida a produção de bens, já que “*la condición colonial*” impunha limites ao crescimento industrial.

Nos três primeiros capítulos, Romano explicita em quais condições a montagem de um sistema econômico americano foi possível. Já o capítulo quatro aborda aspectos da produção de mercadorias e serve de ante-sala para *La circulación de los bienes*, quinto capítulo do livro, que acentua discussão sobre o funcionamento do “sistema colonial americano”.

Para o autor, a circulação de bens na América se dava em três esferas: intercontinental, interamericano e local. Acreditando na existência de um sistema econômico colonial relativamente autônomo, Romano afirma que no plano entre continentes as metrópoles eram incapazes de prover, com tudo o necessário, suas colônias. Lembra ainda que a precariedade do abastecimento impulsionou o contrabando, que trouxe um fluxo mais regular de comércio para a América. Ressalta, porém, não ser possível indicar para o continente um mercado interno robusto até, pelo menos, fins do século XVIII, e que seria mais coerente falar em várias economias locais pouco, ou nada, articuladas entre si.

No sexto capítulo, *Instrumentos y señales de la vida económica*, o autor se propõe a analisar a economia colonial a partir de dois pontos. O primeiro, denominado instrumentos da vida econômica, estuda a oferta de moeda e crédito no continente. Romano afirma que apesar do esforço metropolitano, o uso da moeda apenas atingia uma ínfima camada da população americana, já que a maioria das pessoas continuava afeita às práticas não monetárias, como as trocas entre produtos. A circulação ficava restrita à “economia alta”, entendida por latifúndio e grande comércio. Em relação ao crédito, havia praticamente os mesmos problemas que atingiam o meio monetário.

Já o segundo, chamado sinais da vida econômica, aborda preços, dívidas e rendas fiscais. Romano constata que mesmo com a restrição de moeda e crédito, os “sinais” apontam o crescimento da economia. Esta observação leva o autor a concluir que os meios utilizados para analisar economias contemporâneas não devem ser aplicados, integralmente, em economias do passado, uma vez que para os dias atuais é muito difícil dissociar crescimento econômico do desenvolvimento da moeda e crédito.

Por fim, em *Recapitulando*, último capítulo do livro, completa-se a análise da economia americana colonial com o estudo dos protagonistas do sistema econômico americano e apontamentos que afirmam idéias tratadas ao longo da obra.

O autor, cuja formação intelectual foi fortemente influenciada pelas idéias de Fernand Braudel, se propõe a analisar toda a “Iberoamérica”. Apesar da diversidade do continente, acredita na existência de elementos comuns aos vários espaços coloniais estudados e que, de algum modo, se mantiveram ao longo de três séculos (XVI-XVIII), ou seja, durante a dominação colonial Ibérica no Novo Mundo.

É possível, portanto, afirmar que se trata de um trabalho estruturalista, sem que isso rotule a obra pejorativamente. Romano se preocupa com vários substratos do processo e vislumbra para a América a existência de um “mecanismo” composto por “elementos”, que serviriam para melhor

explicitar a dinâmica do mundo colonial. Seria, em outros termos, o estudo do conjunto da colonização no Novo Mundo através de suas partes integrantes: população, recursos disponíveis, formas de trabalho utilizadas e comércio.

Mas, para este autor, a dominação política da metrópole sobre a colônia não é o ponto nevrálgico da análise, e sim o funcionamento interno do sistema econômico americano.

Isso não significa que a postura adotada na obra seja radical a ponto de conceber uma América completamente desvinculada da Península Ibérica, reduzindo colonizadores e metrópoles a coadjuvantes no processo. Pelo contrário, admite que são essenciais à montagem do sistema, em especial na criação de meios e formas de trabalho que viabilizaram a exploração das novas terras.

O que temos, então, é uma mudança de foco. Embora reconheça a existência e importância da exploração colonial, Romano (longe de propor um novo modelo interpretativo), opta por estudar o funcionamento do sistema em si, na América, com sua dinâmica e problemas, que envolviam contrabando, comércio regional e toda forma de ação dos agentes locais no intuito de driblar os ditames de uma metrópole distante. Esta proposta permite compreender melhor alguns pontos da economia colonial americana, embora careça de explicações que abordem o conjunto do mundo colonial: metrópoles, colônias e regiões fornecedoras de mão-de-obra escrava.

A obra tem o mérito de evitar, sem desprezar, as relações de exclusivo do comércio, entre metrópoles e colônias, para se aprofundar em outros fenômenos. Para o autor, mais relevante do que o caráter monopolista, era que a *“incapacidad de España para responder a la demanda americana se vuelve cada vez más evidente”* a partir do século XVI (p. 278). Torna-se compreensível, portanto, a opção de Romano por questões como o contrabando e o comércio interno – reações do mundo colonial frente aos embaraços da metrópole. Essas idéias estão reunidas, sobretudo, nos capítulos cinco e seis, onde se afirma que a incapacidade metropolitana para abastecer e vigiar suas colônias estimulou esse contrabando.

Ao estudar o comércio local, o autor adverte que falar em mercado interno americano antes do fim do século XVIII é um equívoco. Na sua opinião, teriam existido pequenas redes comerciais, com ou sem moeda, e pouca ou nenhuma articulação. Portanto, há na obra também uma crítica aqueles que, em recusa à idéia de acúmulo externo à colônia, abraçam indistintamente a tese do mercado interno, para o autor com proporções muito tímidas àquela época.

Por fim, esta publicação póstuma de Ruggiero Romano traz importantes contribuições ao estudo da colonização Ibérica na América. Se a opção do autor sacrifica um pouco a visão global do fenômeno, certamente ilumina outras questões fundamentais para a compreensão dos conflitos que envolviam o mundo colonial americano.

Vinícius Moser

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs). João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 388 p. Coleção Tempos Modernos

Palavras-chave: Planejamento, História Econômica, História Oral.

Graduado em História
FEEVALE
moser@feevale.br

Key-words: Planning, Economic History, Oral History.

O livro *João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento* é produto de uma série de entrevistas realizadas entre dezembro de 2002 e julho de 2003, com o ex-ministro de Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, que atuou nos governos Médici e Geisel. Essas entrevistas têm por objetivos principais, retratar não somente a trajetória política do entrevistado, mas também concentrar na apresentação de um panorama amplo da economia e do planejamento econômico brasileiro da década de 1960 até os anos 1980.

Na área do planejamento econômico, sua preocupação era fazer um julgamento crítico da tese, quase universalizada, de que no Brasil desde 1930 havia uma industrialização de substituição das importações. Entretanto, este modelo - que todo projeto industrial de nação acaba criando - necessita ser visto como necessário, pois o objetivo de um projeto nacional de industrialização constitui-se na substituição de exportações, como relata a autora Heloisa Machado da Silva (2004) em seu livro *Da substituição de importações à substituição de exportações*.

Portanto, o papel estratégico exercido pela substituição de importações e seu aumento de exportações acabavam por impulsionar a expansão da demanda interna, por meio de um sistema de interações. “Acho que o Brasil teve, entre 1930 e 1980, um modelo voltado para a construção de uma economia continental, integrada e diversificada. Só que, à época, havia um certo negligenciamento da competitividade internacional”. (D'ARAÚJO; CASTRO. 2004: 72). Evidentemente, trata-se da opinião de Reis Velloso, portanto é necessário considerar que, neste período a que ele se refere, os planejadores da economia não possuíam visão tão clara a respeito dos desdobramentos econômicos que iriam ocorrer no Brasil. Com isso, o crescimento industrial do país na década de 1950, como também nos anos do “Milagre Econômico”, são momentos de aproveitamento de uma “época áurea” do crescimento do capitalismo industrial no mundo.

Após o momento inicial de considerações gerais acerca da economia brasileira nos anos JK e seus desdobramentos, volta-se a falar mais especificamente da criação de uma estrutura própria para o desenvolvimento do planejamento econômico no Brasil. Por meio de um convite do então ministro do planejamento do governo

Enviado em 30 de novembro de 2007 e aprovado em fevereiro de 2008.

Castelo Branco, Roberto Campos, Reis Velloso participou ativamente da criação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), que deu origem ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que foi criado no governo de Costa e Silva. A idéia era ter um organismo de pensamento da rotina administrativa do governo, por meio de pesquisa econômica aplicada. Outros importantes organismos também estavam sob a subordinação do IPEA, como a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), que depois passou ao controle do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), reestruturado em 1967.

Em seguida à gestão de Reis Velloso no IPEA, o mesmo assume o Ministério do Planejamento em finais de 1969. Esta pasta possuía – e possui – uma destacada importância, propondo até mesmo o Orçamento da União. Outro fator que ressaltava o valor desta área era a concentração da criação e execução de todos os projetos de desenvolvimento regional e de cunho estratégico.

Deste modo, nesse momento também havia uma, pode-se dizer assim, abertura assimétrica da economia: de um lado, grande proteção aos bens de consumo e, por outro, regimes especiais que isentavam de impostos as importações de matérias-primas e equipamentos para diversos setores. Sendo assim, um modelo mais complexo do que geralmente se supõe. Por meio destes incentivos “Houve política monetária e política creditícia expansionista, grande estímulo às exportações através, inclusive, de um sistema de crédito-prêmio. *Ou seja, a empresa, quando exportava, além de não pagar impostos, ainda tinha um crédito.*” (D'ARAÚJO; CASTRO. 2004: 138-139)

Na década de 1970, com a economia internacional num momento favorável, o mundo estava crescendo rapidamente e o Brasil, mesmo com os incipientes problemas inflacionários, possuía facilidade em obter recursos externos. Embora seja necessário ressaltar que o financiamento com poupança externa era complementar. O país financiava 90% dos seus investimentos realizados a cada ano com poupança interna e somente 10% com poupança externa.

O objeto de maior atenção deste livro é a passagem de Reis Velloso no governo Geisel, onde ele realiza uma interessante análise dos acontecimentos econômicos e políticos deste período. Contudo, o evento que se sobressai neste cenário, é, sem dúvida, o choque do petróleo de 1973, que causou um impacto brutal na economia brasileira nos anos subseqüentes. A título de exemplo, a balança comercial brasileira, que em 1973 possuía um virtual equilíbrio, em 1974 passou a ter um déficit de US\$ 4,7 bilhões. Também houve um problema no fornecimento de insumos industriais básicos, fato este diagnosticado em estudo de 1966.

Outros pontos importantes da agenda do Planejamento neste momento era a expansão da rede de telecomunicações, o incremento das áreas de siderurgia, prospecção petrolífera – com a descoberta de um grande campo petrolífero em Campos (RJ), começou-se a mudar as perspectivas em relação ao petróleo, mas ainda continuava pesando o fato do Brasil não possuir auto-suficiência nessa área – informática e ainda a questão da energia nuclear, fato este que causou grande desgaste das relações EUA-Brasil.

Entretanto, o grande desafio econômico do Brasil neste período era a questão do aumento das exportações. Com isso, houve um esforço adicional de substituição de importações, tanto que o crédito-prêmio pago aos exportadores aumentou em média cerca de 40%. Assim, as exportações passaram de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 12,7 bilhões em 1978. Havia a questão crucial: exportar o que e para quem? Quanto à pergunta de Reis Velloso, pode-se dizer que na década de 1970 a mesma será respondida quando a política externa brasileira teve como um de seus pilares a busca de mercados consumidores de manufaturados brasileiros. Em outras palavras, o Brasil passou de importador líquido a exportador líquido de bens de capital.

No que tange às conseqüências do governo Geisel no plano da economia, havia um “saúdável medo do abismo”, que, no entanto, não houve nas crises dos anos 1980, por este motivo perdeu-se a credibilidade externa e o Brasil parou de crescer.

A consequência foi que a inflação passou para o patamar de 100% e posteriormente para 200 %; o déficit em conta corrente deu um salto e chegou a US\$ 15 bilhões em 1982/1983; o endividamento externo líquido chegou a US\$ 80 bilhões em 1982, quando houve o colapso externo. E já em 1981 o Brasil tinha perdido a credibilidade perante os bancos credores. (D'ARAÚJO; CASTRO. 2004: 236)

Diante de tal situação, posteriormente, os governos Figueiredo e Sarney não mostram adequada capacidade de resolver os problemas econômicos nacionais; evoluiu-se no sentido da redemocratização, entretanto não melhorou a forma de governar. Assim como agravou a distribuição de renda, que nos anos 1970 tinha atingido, na visão do depoente, um patamar razoável. Em suma: nos anos 1980 evidenciou-se o colapso do modelo nacional-desenvolvimentista e nada se conseguiu no sentido de reverter esta situação ou propor uma alternativa

Desta forma, é importante destacar que foi de certa relevância a contribuição da tecnoburocracia governamental no planejamento da economia brasileira de 1964 aos dias atuais. Reis Velloso destaca de modo interessante a forma com que o planejamento econômico, especialmente no período em que foi ministro desta área, serve de substrato, de parâmetro para as iniciativas, em termos de desenvolvimento, que foram efetuadas nos anos subsequentes, e que no atual governo foram retomadas com bastante intensidade.

Porém, também se cabe aqui fazer a crítica da postura dele – e da política econômica do Regime Militar, de uma maneira geral – de, mesmo prevendo uma difícil situação econômica do Estado em médio prazo (termos de 10 anos), pouco se realizou para que os investimentos obtidos nos anos do “Milagre”, a juros baixos e com grande liquidez internacional, se tornassem obrigações quase impagáveis, e que culminariam no episódio de triste recordação que se constituiu a moratória decretada por Sarney em 1986.

De qualquer modo, este livro constitui-se em uma grande e consistente retrospectiva dos acertos, e também dos erros, dos que consolidaram o paradigma desenvolvimentista no Brasil, em especial dos atores envolvidos no processo econômico do Regime Militar. Ainda é possível afirmar que estudos nesse sentido se fazem necessários, assim como pesquisas com este recorte temporal, para melhor compreensão deste momento da História econômica e política brasileira no período contemporâneo.

Vagner da Silva Cunha

SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de Mando – banditismo em Minas Gerais, século XVIII.* Belo Horizonte: Crisálida, 2007. 325 p.

Palavras-Chave: Violência interpessoal – Minas Gerais – século XVIII.

Keywords: Interpersonal violence – Minas Gerais – 18th century.

Mestrando em História
pela UFMG. Bolsista
CNPq.
vagzeppelin@yahoo.com.br

Originalmente concebido como tese de doutoramento em História, o livro *Territórios de Mando* aborda as várias facetas do fenômeno do banditismo nas Minas do século XVIII, notadamente no que se refere às regiões mais distantes dos centros tradicionais de ocupação da Capitania. Nessa medida, tendo como ponto fundamental de suas análises o fenômeno da violência interpessoal nos chamados “sertões” mineiros, Célia Nonata busca compreender não apenas o alcance da violência exercida pelos bandidos em seu meio social, mas também as suas próprias formas de representação: seus rituais, seus símbolos e sua linguagem. Partindo do pressuposto de que o banditismo não pode prescindir de uma existência calcada numa rede complexa da política local, marcada por rivalidades e disputas de poder entre indivíduos, grupos e famílias tradicionais, a autora, por conseguinte, propõe o estudo da violência cotidiana nas Minas como um fenômeno sócio-cultural, sem reduzi-la, portanto, a um mero subproduto da política.

Dividida em duas partes, com efeito, a obra privilegia o estudo tanto de indivíduos isolados quanto de alguns grupos marginais cujas ações estiveram intimamente relacionadas à manifestação do banditismo na Capitania. Na primeira delas, as análises recaem sobre o “sertão” mineiro, o *locus* privilegiado do banditismo rural; num segundo momento, entretanto, são abordadas as formas mais comuns de afronta à ordem instituída, seja através da ação dos grandes fazendeiros e seus agregados, seja através das quadrilhas de salteadores, “justiceiros” e bandoleiros que infestavam os caminhos e as regiões ermas das Minas. Dessa forma e de acordo com a perspectiva então adotada, os conceitos de fronteira, sertão e cultura sertaneja assumem uma importância fundamental em sua obra.

Conforme ressalta Célia, ainda que o conceito de fronteira possa ter múltiplos significados e ser empregado em contextos históricos bastante variados, para o imaginário colonizador português tal termo esboçava em geral a idéia de um espaço geográfico rude e inóspito a ser conquistado e ordenado. Assim, havia uma dissociação entre espaço urbano, este já normatizado e “civilizado”, e regiões de fronteira, onde prevalecia a sensação de inacabado e de improvisação constantes, local de oportunidades e

Enviado em 28 de
fevereiro de 2008 e
aprovado em 05 de abril
de 2008.

aventuras. Intimamente ligada à idéia de fronteira, havia também o imaginário acerca do sertão que, conforme ressalta a autora, sofreu um processo de mutação ao longo do tempo no discurso oficial das autoridades: de local repleto de riquezas e belezas naturais, passou progressivamente a ser visto como região de desordem e rebeldia, morada de facinorosos e bandidos cruéis, quilombolas e índios selvagens. Palco de um verdadeiro processo de “demonização”, o sertão passou então a ser entendido como o lugar da violência, uma zona “assombrada” e temida, repleta de perigos reais e imaginários.

Nesse contexto, é a partir da análise dessas zonas de fronteira habitadas por homens rudes e valentes que Célia Nonata encontrará traços da cultura barroca, agora tingidos no Novo Mundo com valores, práticas e hábitos indígenas e africanos. Ponto elevado de seu estudo, nesse aspecto a autora chega inclusive a lançar mão do conceito de “cultura política sertaneja” entendido como um código de comportamento moral que, tacitamente, regia a vida nas comunidades rurais locais, norteando as ações dos indivíduos e estabelecendo padrões próprios de conduta. Nesse sentido, questões como a defesa da reputação e do direito de vingança em caso de ofensa ou injúria assumiam uma importância fundamental, podendo a última inclusive suplantar a própria ação da lei oficial, tornando-se uma forma de justiça costumeira.

Legitimada pela população, a prática da vingança, por seu turno, era considerada um código de ética a ser cumprido, uma forma natural de se saldar imediatamente uma dívida ou pendência, sendo a justificativa para um grande número de assassinatos ocorridos nas Minas ao longo de todo o século XVIII. Nas palavras da autora, para a época, “matar o outro significava falar ao meio e a si mesmo”. Assentada nos ideais de valentia e virilidade masculina, além da busca incessante de preservação do poder de mando, da honra pessoal e da fama pública, essa cultura política do sertão estaria, assim, diretamente ligada ao fenômeno do banditismo nessas regiões, ao passo que propiciava a formação dos chamados *territórios de mando* privados.

Na verdade, fazendo do sertão seus locais de poder, não raro tais chefes locais criavam laços e redes de solidariedade entre si, podendo estabelecer relações recíprocas inclusive com as autoridades metropolitanas das Minas, de acordo com os interesses envolvidos. Por conseguinte, é preciso também ressaltar que o sertão e o homem sertanejo sempre foram objetos de preocupação por parte da Coroa: sem ter condições de se fazer presente nas diversas zonas de ocupação da Capitania, não raro a única opção vislumbrada pelas autoridades era valer-se do controle local exercido por tais indivíduos através da efetivação de conchavos e alianças recíprocas. Contudo, com o passar do tempo ficava cada vez mais óbvia a imprevisibilidade da ordem social que tais redes de solidariedade acarretavam, gerando sempre desconfianças mútuas. Exemplo claro dessa situação pode ser encontrado de forma recorrente no governo de dom Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, que em diversas situações optou pela negociação e prudência no trato com os potentados locais, não hesitando, porém, em usar meios mais drásticos para alcançar seus objetivos quando tais “recursos alternativos” não tinham mais nenhuma efetividade.

Por outro lado, entre aqueles que lutavam pela garantia de seus *territórios de mando*, havia ainda as quadrilhas de bandoleiros, assaltantes e contrabandistas que em geral faziam do uso da violência suas formas de vida. Nesse ponto, por conseguinte, cabe ressaltar que o fator de aproximação entre os potentados locais e os criminosos propriamente ditos era igualmente a ambição pelo poder e a ostentação da valentia e virilidade exacerbadas, ambos comumente colocando em xeque as determinações régias para com a Capitania. Contudo, um aspecto interessante a se notar é que o poder de mando e o respeito mantido por esses chefes locais nem sempre decorriam apenas do monopólio da força e dos meios de coerção violentos exercidos por seus capangas e “cabras”; alguns deles, como é o caso emblemático do potentado Manuel Nunes Viana, chegaram a exercer inclusive uma liderança carismática nas povoações por onde passaram, sendo considerados por alguns como justos e benevolentes, verdadeiros defensores dos interesses dos menos favorecidos e prestigiados.

Nessa medida e como constatação parcial, podemos observar também que as ações desencadeadas por esses potentados em seu meio social não caracterizaram formas comuns e vulgares de banditismo; conforme destaca a autora, nos *territórios de mando* privados eram estabelecidas relações políticas, sociais e culturais complexas que muitas vezes escapam às modernas construções teóricas acerca da violência e da criminologia.

Entretanto, no que pese a originalidade e o rigor das análises acima apresentadas, algumas críticas à obra merecem ser destacadas. A primeira delas diz respeito à visão apresentada pela autora no que se refere ao funcionamento da máquina administrativa portuguesa em terras coloniais. Endossando em grande medida as clássicas análises de Stuart Schwartz acerca da atuação dos oficiais e magistrados na América, presentes no livro *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*, o que transparece de suas análises é um Estado altamente desorganizado e caótico, inadaptado às situações e demandas vivenciadas pelos colonos. Contudo, se por um lado a historiografia tem sido unânime em ressaltar as dificuldades apresentadas ao exercício do poder metropolitano no além-mar, por outro não se pode negligenciar as peculiaridades e vicissitudes que compunham o funcionamento do Estado Moderno à época, sob pena de se incorrer no equívoco de analisá-lo para além de seus próprios referenciais.

Da mesma forma, a parte dedicada ao estudo do sertão mineiro parece conter também certa dubiedade, pois se por um lado é dito que já à época colonial existiam diferentes representações acerca desse mesmo sertão, ora exaltando-o ora detratando-o, por outro lado há uma constante reiteração por parte da autora da imagem do sertão como uma zona ban(d)ida. Nessa medida, caberia então questionar se tal posição assumida por Célia não estaria muito associada à própria visão presente na documentação oficial e “oficiosa” relativa ao tema, pois nunca é demais lembrar que as autoridades metropolitanas viam sempre a desordem e a violência nos locais onde o Estado não se fazia presente. Em outras palavras, seria o sertão o espaço da desordem ou o lugar onde se constituíam “ordens” de outra natureza, inclusive legitimadas pelas populações locais?

Enfim, como todo trabalho relevante no âmbito da historiografia, muitas questões instigantes ainda estão em aberto, o que com certeza incitará outros novos estudos nesse campo que, conforme destaca a própria autora, apesar de fértil em possibilidades analíticas, foi ainda muito pouco explorado por nossos pesquisadores, tanto teórica quanto empiricamente.

Adriano Toledo Paiva

“A Coroa nos favorece e honra”: O pedido do índio José de Soisa para livrar a si e os seus da violência e cativo

Palavras-chave: escravos índios; escravidão; população indígena.

Keywords: indians slaves; slavery; indian population.

Mestrando em História
da UFMG
adrianohis@yahoo.com.br

O documento escolhido para transcrição representa uma carta de “*José de Soisa*” – índio designado pelos colonizadores como pertencente à nação Macony – ao Capitão mor do termo da Vila do Príncipe.¹ Nesta missiva o indígena “*aldeyado*”, conforme se intitula no documento, peticiona a restituição de sua liberdade, pois juntamente com seus companheiros eram explorados e violentados, do mesmo modo que se procediam com os escravos da propriedade do Guarda mor Antonio Coelho da Silveira. Denunciava também as impropriedades da jurisdição do Sargento Antonio de Souza Ribeiro que ocupava o cargo vago de comandante do distrito. Esta fonte é essencial para estudarmos a relação entre o gentio e os colonizadores nas regiões de fronteira; suas relações de trabalho nas unidades domésticas e produtivas; evidenciarmos as interfaces entre a política indigenista e o cotidiano; a construção por parte dos índios aldeados de uma nova identidade; o confronto desta identificação com outras categorias, tais como os livres e escravos.

A elaboração da lei que concedia liberdade para os índios, em 1755, e a permissão do casamento de portugueses com índias – sem que recaísse sobre estes e aos seus descendentes nenhuma “*infâmia*” – tornou os indígenas hábeis para “*qualquer emprego, honra ou dignidade*”. Estes aspectos foram reafirmados no *Diretório dos Índios* em (1757); instrumento legal elaborado para normatizar as aldeias civis e regulamentar a liberdade indígena do “Vale Amazônico”. Este *corpus* visava inserir o indígena nos moldes da sociedade lusitana, instruindo-os em sua língua, atividades econômicas e estruturação social.² Estendido para a América Portuguesa, no ano de 1758, o *Diretório* consolidou-se como a coluna vertebral da política indigenista e regulou as ações colonizadoras dirigidas aos índios até ser abolido, em 1798.³ Contudo, este suporte legal influenciaria sobremaneira decisões no tocante ao gentio, e se

Enviado em 28 fevereiro
de 2008 e aprovado em
12 de abril de 2008.

1. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo (Seção de manuscritos). Caixa 63, documento 28. (03/09/1804). Doravante: APM. SG. Cx.63, doc.28.

2. Ver: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

3. Dom Luis Diogo Lobo da Silva aplicou a legislação indigenista, denominada pela historiografia por “Pombalina”, nos territórios que administrou: a Capitania de Pernambuco e de Minas Gerais. Segundo Laura de Mello e Souza, o governador nomeado em 1755 para a Capitania de Pernambuco aplicou a lei do *Diretório dos índios*, criando 25 novas Vilas e arrebanhando 25370 almas. Lobo e Silva aderiu à “*maré anti-jesuítica*”, investindo na instituição de professores régios e cobrança do subsídio

mantivera durante o século XIX em algumas regiões. Neste corpo jurídico destaca-se que:

Entre os lastimosos princípios, e perniciosos abusos, de que tem resultado nos Índios o abatimento ponderado, é sem dúvida um deles a injusta, e escandalosa introdução de lhes chamarem negros; querendo talvez com a infâmia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos brancos, como regularmente se imagina a respeito dos pretos da Costa da África. E porque, além de ser prejudicialíssimo à civilidade dos mesmos Índios este abominável abuso, seria indecoroso às Reais Leis de Sua Majestade chamar negros a uns homens, que o mesmo Senhor foi servido nobilitar, e declarar por isentos de toda, e qualquer infâmia, habilitando-os para todo o emprego honorífico: Não consentirão os diretores daqui por diante, que pessoa alguma chame negros aos Índios, nem que eles mesmos usem entre si deste nome como até agora praticavam; para que compreendendo eles, que lhes não compete a vileza do mesmo nome, possam conceber aquelas nobres idéias, que naturalmente infundem nos homens a estimação, e a honra.⁴

Os índios seriam desvinculados da vileza, ao qual foram associados desde os primeiros tempos da conquista, sob a designação “*negros da terra*”. O *Diretório dos Índios* possuía como principal objetivo promover uma convivência entre brancos e indígenas em um mesmo aldeamento. Esta prática visava incutir no aborígine as práticas culturais e valores sócio-políticos do colonizador. Para proporcionar a cristianização do gentio procurava-se estimular a união, via casamento, entre brancos e índios. O estímulo destes consórcios promoveria, conforme o *Diretório*, a extinção da “*odiosíssima distinção, que as nações mais polidas do mundo abominaram sempre, como inimigo comum do seu verdadeiro, e fundamental estabelecimento*”. Segundo este conjunto legal, os moradores da América Portuguesa reputavam por “*infâmia*”, os matrimônios com os índios. Os gentios e os casados com estes poderiam habilitar-se às honras e privilégios da sociedade; os maridos ou esposas que se desprezassem em decorrência da qualidade indígena, poderiam ser denunciados para o Governador, sendo secretamente castigados, como “*fomentadores das antigas discórdias, perturbadores da paz e da união pública*”.⁵ Estas normas retiravam dos indígenas o caráter vil que lhes era atribuído, geralmente associado ao “*sangue infecto*”. Com a aplicação destas diretrizes, os administradores coloniais almejavam que:

Deste modo acabarão de compreender os Índios com toda a evidência, que estimamos as suas pessoas; que não desprezamos as suas alianças, e o seu parentesco; que reputamos, como próprias as suas utilidades; e que desejamos, cordial, e sinceramente conservar com eles aquela recíproca união, em que se firma, e estabelece a sólida felicidade das Repúblicas.⁶

literário, imposto para reconstrução de Lisboa. Em 1763, o mencionado governante aplicaria estes projetos na Capitania de Minas Gerais. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.331-332. Nas terras mineiras, a aplicação do *Diretório* consorciou-se ao processo de conquista e descimento das populações nativas para os aldeamentos régios. Investiu-se militarmente contra o gentio para configurar aldeias; permitindo a integração do indígena ao mundo colonial, tornando-os “*fiéis vassalos*”. Os indivíduos inserir-se-iam na vida de aldeados sob forte coação e violência; podendo ser exterminados se não integrassem aos meandros dos anseios colonizadores. Ver: PAIVA, Adriano Toledo. “*Das Trevas do gentilismo às Luzes do Evangelho*”: Entrantes e Indígenas nos sertões do Rio da Pomba. Monografia de bacharelado apresentada ao Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa (DAH – UFV). Viçosa: 2007.

4. *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Parágrafo 10.

5. *Ibidem*, parágrafos 88, 89.

6. *Ibidem*, parágrafo 91.

7. *Ibidem*, parágrafo 14.

Embora a legislação, da segunda metade do setecentos, retirasse a infâmia do indígena, imputava restrições aos negros e aos indivíduos mesclados com esta qualidade. Observamos que o discurso empregado pelo gentio na petição transcrita pauta-se na construção da imagem de honra atribuída aos índios, em detrimento do estado e *status* degradante imputado ao negro, especialmente o cativo. No *Diretório dos Índios* argumenta-se que a “*reforma dos costumes era um empreendimento árduo*”, especialmente por esta prática vincular-se ao rigor e violência. Estas leis induziram os diretores dos índios para um tratamento calcado na “*suavidade e brandura*”, desterrando-os das “*ebridades*”; colocando fim “*a inclinação que os índios possuíam dos bárbaros costumes de seus pais*”⁷.

Os aldeados que contribuíram para a “*defesa do país*” por combaterem o “*gentio bravo*”, “*nação buticudos*”, eram obrigados pelo comandante do distrito a trabalhar para Silveira. Prometeu-se pagamento de salário pelo trabalho do gentio, assim como “*vinte e tantos alqueires de feijão*”. O diretório régio estabelece que os índios recebam um preço justo pelo seu trabalho, que os diretores observassem sua contratação e pagamento, cuidando para que estes empregassem seus gêneros e serviços para o seu sustento e de suas famílias.⁸ Os Macony, no documento transcrito, não receberam o pagamento, e relataram castigos aferidos com palmatória. Por tais agressões, o suplicante por “*muitos dias não pode abrir as mãos até lhe incharam os braços*”. “*José de Soizã*”, que entre os seus companheiros, conhecia melhor a língua portuguesa e “*tendo já conhecimento do quanto V. A. Real os favorece e os honra; e como não é de intenção de V. Excelência ser o Suplicante castigado como escravo, por um homem libertino, sem religião que não ouve missa*”, peticionava que se tirasse devassa dos procedimentos do Comandante do distrito e do empregador dos trabalhos indígenas. Ademais, reclamava pelos conflitos jurisdicionais que assolavam o continente habitado pelos de sua nação.⁹

O documento que transcrevemos nesta seção livre da *Revista Eletrônica Cadernos de História* aliado a uma recente historiografia que repensa o papel do indígena na conformação da sociedade mineira colonial, ilumina e ao mesmo tempo nos instiga a problematizar aspectos relativos a concepções identitárias, solidariedades e sociabilidades entre o gentio, assim como sua relação com os colonizadores, especialmente no tocante às relações sociais e de trabalho.

Maria Leônia Chaves de Resende ao analisar os inventários de sertanistas e administradores de índios, igualmente a Renato Venâncio¹⁰, não encontrou indígenas registrados no arrolamento de sua escravaria. Contudo, muitos proprietários de carijós ou administradores foram interpelados pelos Juizes de órfãos na partilha de seus bens, durante todo o setecentos. Com a escravidão indígena proibida, arrolavam-se os índios como escravos através de designações mestiças. Muitos indígenas, tal como “*José de Soizã Macony*”, na condição de cativos ou vítimas de maus tratos pelos seus administradores recorreram a Justiça colonial para recuperarem sua liberdade. Segundo a historiadora, Renato Venâncio não percebeu estas especificidades e afirmou que a escravidão indígena permaneceu de maneira residual na sociedade do ouro, predominando somente nas primeiras décadas do setecentos. Os estudos de Maria L. C. de Resende nos indicam que a mão-de-obra indígena embora empregada de “*maneira residual*”, se comparada aos braços cativos africanos, desempenhou importância fundamental na vida dos povoados mineiros

8. *Ibidem*, parágrafos 38, 39, 40, 71.

9. APM. SG. Cx.63, doc. 28.

10. Em Minas Gerais Colonial, a escravidão baseada na exploração da mão-de-obra indígena fora implantada pela incursão dos Bandeirantes paulistas, sobrevivendo, segundo Renato Pinto Venâncio, até a terceira década do século XVIII, tornando-se residual. Neste período, o trabalho indígena fora substituído por escravos africanos devido à pujança do sistema econômico implantado em Mariana, da dependência da reprodução biológica para a reposição de gerações cativas do gentio e do “desaparecimento” das atividades de apresamento. Os silvícolas tiveram importância na vida social e econômica dos primórdios das vilas do ouro. Estudando os inventários post-mortem de Mariana, Renato P. Venâncio observou que os senhores mais poderosos da localidade, que poderiam recorrer ao mercado internacional de escravos, utilizaram a mão-de-obra do “*gentio da terra*”. Estes “cativos da casta da terra” desenvolviam atividades na lida aurífera, coletoras e de caça, eram carregadores de mercadorias nas picadas, ocupavam-se do artesanato. A morte e as dificuldades de reprodução natural foram elementos destruidores do sistema que empregava mão-de-obra ameríndia. Ver: VENÂNCIO, Renato Pinto. “Os Últimos dos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725”. *Revista Brasileira de História*. Volume 17, nº 34, São Paulo, 1997.

setecentistas durante todo o período colonial. As conquistas de terras dos índios proporcionavam aos colonos possibilidade de angariar sesmarias e arrematar índios descidos dos matos, permitindo a utilização de sua mão-de-obra, sob a condição de administrados. A Historiadora analisa as estratégias matrimoniais, a vida de administrados, o cotidiano do gentio surpreendido pelas devassas eclesiásticas, a resistência e alianças entre gentios e colonos, a fim de demonstrar como os indígenas inseriram-se à sociedade colonial, cunhavam suas identidades e compreendiam os seus meandros, reestruturando suas vidas após a destituição de seus “mundos originais”¹¹.

O documento transcrito estabelece importante contraponto para avaliarmos as alterações na política indigenista em Minas Gerais. Na segunda metade do setecentos, com a massiva migração para as áreas sertanejas, o gentio das matas do leste e norte viram-se confinados, ao entorno de núcleos coloniais estabelecidos; portanto, sem espaço para realizarem migrações. As fronteiras, no final do século XVIII, tornar-se-iam cada vez mais militarizadas, desenrolando nestas inúmeras guerras entre indígenas e entrantes, que se intensificariam com as ações militares oitocentistas de “*Guerra Justa*”¹². No oitocentos, as disputas entre gentio e homens envolvidos nas conquistas das terras do leste do termo de Mariana e norte das Minas ficaram mais constantes e ofensivas, embasadas especialmente nas investidas militares contra o gentio.¹³ Em carta régia de 13 de maio de 1808, declarou-se “*guerra ofensiva aos Botocudos antropófagos*”; ou seja, a ação colonizadora poderia executar os índios que oferecessem obstáculos à colonização. Neste intento, ordenou-se a distribuição de destacamentos por todo o território por estes habitados. Decretou-se uma “*Guerra Justa*” ao gentio – com a militarização da região – e por aldeamentos compulsórios aos índios circunscritos nas raias de ação dos postos de milícias. Os índios que resistissem e não se subjugassem à ordem colonial poderiam ser exterminados ou escravizados. Entre 1800 a 1014 foram construídas 61 bases militares ao longo dos Rios Doce, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, Jucuruçu e seus afluentes¹⁴. Minas Gerais fora dividida em sete Divisões Militares distribuídas entre o Doce e Jequitinhonha; construíram-se 27 quartéis sob a regência de Guido Thomaz Marlière¹⁵.

Através deste documento que adveio da investida de um “*índio colonial*”, aldeado e assimilado aos valores da cristandade, observamos as percepções dos indígenas da sua realidade, a busca pela manutenção de sua liberdade através do acionamento da justiça e do conhecimento do corpo legal que o amparasse. Delimitando sua posição perante a sociedade e calcando seu discurso como “*civilizado*” e “*agremiado na Igreja*” – intitulado-se agente das conquistas e

11. RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros: Índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*. Campinas: FAFICH/UNICAMP, 2003. (Tese de doutoramento).

12. Ver: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, v.35, p.75-90. Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.133-154.

13. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, governador da Capitania de Minas Gerais em 1806, propusera erigir três destacamentos ou guardas postadas para patrulhamento os portos e margens dos rios e defesa dos ataques de Botocudos nas “*matas gerais aquém do rio Doce*”. Os custos operados na instalação destes postos, sua guarnição com soldados e munições, seriam restaurados pelos tributos dos dízimos e do ouro extraído no veio destes rios. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano III -Fascículo III e IV. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898. p.743-745.

14. *Ibidem*, p.81-84.

15. Guido Thomaz Marlière era de nacionalidade francesa e ingressou nas forças terrestres portuguesas a partir de 1802. Em 1811, fora admoestado por suspeita de espionagem para as tropas napoleônicas, mas fora considerado inocente; retornando a Vila Rica, onde, no ano de 1813 teve o seu pedido de trabalhar junto aos índios atendido. Segundo o Conde de Palma, o militar “*tem servido sempre com muita atividade, mostrando zelo pelo real serviço, e que se acha de presente encarregado por um destacamento nos sertões de Pomba com a direção dos índios até aldeados, desempenhando esta comissão com muito acerto e reconhecido o interesse daqueles povos, a fim de que S.A.R. se digne atende-lo com aquela graça que for mais compatível com as circunstâncias e do Seu R. agrado*”. “Correspondência do Conde de Palma 1810-1840”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XX – 1924, 1926, p. 396. Ver traços biográficos de Marlière em: JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: Terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 55-62.

colonizações – pediam os indígenas, perante o rei, benesses e a solução de contendas que infringiam seus direitos e condições, tal qual procediam os “*fiéis súditos do rei*”.

Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo (seção de manuscritos). Caixa 63, documento 28. (03/09/1804)

[Folha1]

Illm.mo Ex.mo Senhor

Remetido ao Cap.m Mor do Termo;
para que haja de dar todas as provid.as
q'. lhe parecerem mais adequadas
huma vez, que o Sup.do Sarg.to abusou da
sua autorid.e e castigando por animosi-
dade o Sup.e fazendo igualm.te satis-
fazer os vinte e tantos alqueires em
questão, a q.m legitimam.te tiver o
direito de receber.

V.a R.a

3 de setembro de 1804

[Rubrica]

Diz José de Soisa índio da nação Macony q'. elle sup.te se acha aldeyado e seus companh.ros na fazenda do Guarda Mor Antonio Coelho da Silv.ra termo da V.a do Principe p.a onde forão conduzidos por Ordem do Illm.mo Ex.mo Sr. Visconde de Barbacena para defesa do m.mo Pays por ser combatido do gentio Bravo nação buticudos, em cujo Distrito por falta de Cap.am Se acha Sarg.to servindo de Comand.e, por nome Anto. de S.za Ribro, e este obrigou ao sup.te e seos companheiros a hir trabalhar p.a o Sup.do. Dizendo lhes á via pagar; tam bem vinte e tantos alqueires de feijam que contra a vontade do sup.te e seus companheiros lhos costumou p.a emprestar a outrem; indo o Sup.te pedir o seu feijam pois a fome os obrigava, não so lhe o não quis pagar o seu salário e o d.o feijam; Como lhe deu com uma Palmatória atuararão as pancadas mais de uma hõra em termos tais que o Sup.te. muitos dias não poudo abrir as mãns athe lhe enxarõ os braços, sendo pois q' o Sup.te inte os seus companheiros o que m.or. Sabe a língua putuguesa e tendo já conhecim.to do q.to Sua A. Rial os favorece e os Onrra, Como não he de intenção de V. Ex.a Ser o Sup.te castigado como escravo por hum Omem Libertino sem Riligião que não ouve missa, Requer a Alta proteção de V. Ex.a p.a q' haja por bem mandar tirar hua devassa do procedim.to do Sup.te e Sup.do So assim ficara satisfeito e dispicado de tão afrontosa disfeita, Em tão Conhecerá V. Ex.a os dispotismos q' tem o Sup.do praticado com vários sугeitos deste continente, que tem pasado sem castigo, e por isso está com a mam alçada para o mal disacreditando Mofia e os obrigando a seitar crianças emjeitadas na presença de Seus Pais, prendendo criminosos, comprando os bens ou os seus bens por menos de seu valor depois; disimuladam.te manda los soltar, cobrando dividas ex noticam.te, obrigando a seu devedor a fazer venda the da sua propiedade por menos de seu valor, finalm.te axando algum veixado lhe empresta dês p.a no fim do ano colher [Folha 1v.] Colher vinte como consta por todo este termo sendo esta a sua negociação e outros ainda mayores insultos que se não pode por na Respeitavel presença de V. Ex.a, portanto //

P. A V. Ex.ca

Em atenção ao Exposto por força

de justiça e carid.e seja serv.o mandar tirar a d.a devassa

ficando o Sup.do suspenço

de toda a sua jurisdição.

E R M

Bibliografia:

Fontes impressas e manuscritas:

Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo (Seção de manuscritos). Caixa 63, documento 28. (03/09/1804).

Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano III – Fascículo III e IV. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XX – 1924, 1926.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: Terra, povo, historia.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

PAIVA, Adriano Toledo. “*Das Trevas do gentilismo às Luzes do Evangelho*”: Entrantes e Indígenas nos sertões do Rio da Pomba. Monografia de bacharelado apresentada ao Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa (DAH – UFV). Viçosa: 2007.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”. *Revista de Antropologia.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, v.35, p.75-90.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros: Índios coloniais em Minas Gerais Setecentista.* Campinas: FAFICH/UNICAMP, 2003. (Tese de doutoramento).

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra.* Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Os Últimos dos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725”. *Revista Brasileira de História.* Volume 17, nº 34, São Paulo, 1997.

Thiago Nicodemos Enes dos Santos

A ESAV o modelo de educação agrícola brasileiro em princípios do século XX.¹

Palavras Chave: História da Educação Superior, Brasil Republicano, Ensino Agrícola.

Mestrando em História
Universidade Federal
Fluminense
enes.thiago@gmail.com

Key Words: Educational History, Republican Brazil, Land Grant College.

Introdução

Nesta breve introdução à troca epistolar entre os diretores da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais - ESAV - núcleo original da atual Universidade Federal de Viçosa, pretende-se salientar não apenas certas características que se fizeram pujantes no projeto de implantação da instituição na década de 1920, mas discutir a existência de um projeto de ensino técnico agrícola brasileiro nos primórdios do século XX. Imbricadas formas de pensar a modernização da agricultura e o progresso científico e econômico do país delinearão uma forma específica de se constituir saberes, assertivas reveladas no processo de contratação de professores e no perfil daqueles que compuseram os quadros iniciais da chamada Escola de Viçosa, como bem nos mostra o documento em questão.

Alicerçada sob uma forma de ensino técnico agrícola que se mostrava vigoroso, sobretudo nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, desde os primeiros momentos, a ESAV esteve voltada aos ensinamentos práticos e para a implantação de novas técnicas de cultivo proporcionadas pela base tripla composta por ensino, pesquisa e extensão.² (LIMA, 1996: 23) Na ordem do dia, a instituição mantinha como seus emblemas a iniciativa, o pragmatismo aplicado à ciência e o espírito de competitividade que

Enviado em 02 de janeiro de 2008 e aprovado em 07 de março de 2008.

1. Original em Inglês. Tradução feita pelo comentador. Documento salvaguardado pelo Arquivo Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Agradeço a Prof^ª. Dra. Cláudia Maria das Graças Chaves não só pela oportunidade de pesquisa como bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq-UFV, mas pelo apoio e desenvolvimento deste trabalho; a Prof^ª. Dra. Maria do Carmo Pires pela orientação e a Prof^ª. Dra. Maria das Graças Ribeiro pelo incentivo nas pesquisas sobre a história da Universidade Federal de Viçosa.

2. A Escola de Viçosa teria por fim “adquirir e disseminar conhecimentos relativos à economia rural, em todos os seus graus e modalidades. Dedicada especialmente aos fazendeiros mineiros visa, de modo especial, a educação agrícola de seus filhos e aumento da riqueza dos fazendeiros pela aplicação de métodos mecânicos modernos, pelo aperfeiçoamento das culturas existentes e pela introdução de novas espécies de plantas e animais.” Para análises sobre os primórdios da ESAV e o modelo dos *Land Grant Colleges* implantado na Universidade ver: RIBEIRO, Maria das Graças M. e COMETTI, Ellen S. *Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: Um Land Grant College no Brasil?*. Relatório final, apresentado à UFV, referente ao PIBIC/CNPq – ago/2000 a jul/2001. Viçosa, julho de 2001. p.6., COELHO. France Maria Gontijo. *A produção científico-tecnológica para agropecuária da ESAV à UREM*: conteúdos e significados. Tese: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal Viçosa, 1992.

guardava consonância com as premissas do incipiente capitalismo e de uma oligarquia rural que apostava no avanço e na modernização da agricultura de um país tido como agrário por excelência³

A transplantação de um modelo específico de ensino até então pouco presente nas escolas agrícolas nos primeiros momentos da República no Brasil, gerou a busca por uma série de características que conferisse singularidade à instituição e paralelamente exteriorizasse através de um campo simbólico e subjetivo, a ordenação e os valores que ali deveriam ser instaurados. Convocada uma comissão construtora, Peter Henri Rolfs e João Carlos Bello Lisboa foram alguns dos encarregados de executar o ambicioso projeto de ereção de uma moderna escola agrícola na região das matas de Minas Gerais. Além de ministrarem as primeiras disciplinas e se encarregarem de palestras semanais que apresentavam aos alunos as bases e os ideais do insurgente projeto educacional, participaram ativamente da sua elaboração junto ao governo do Estado de Minas Gerais, o que em certo modo, os aproximam do projeto desenvolvido pelo francês Henri Gorceix na fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. (CARVALHO, 2002)

Os professores de que trata a correspondência trocada entre os diretores, compuseram efetivamente o quadro de professores da ESAV e todos eles lecionaram para os cursos superiores. Mr. Edson Jorge Hambleton assumiu a cadeira de entomologia, Mr. Albert Stanley Muller ficou responsável pela fitopatologia e Mr. Albert Oliver Rhoad pela zootecnia, sendo responsável também pelas matérias de formação complementar no curso médio de agricultura.⁴

Característica interessante reside no fato de que o documento analisado, muito provavelmente produzido em fins da década de 1920,⁵ transparece as políticas de contratação daqueles que foram mais que meros instrutores de ensinamentos e práticas agrícolas ministradas pela Escola. Tais mestres se firmaram como irradiadores fundamentais de uma conduta que deveria se fazer presente no cotidiano do fazendeiro moderno, evidenciando os objetivos de “melhoramento do homem” pretendido pelo projeto político da ESAV. (SILVA, 2007)

Desta forma, nota-se que para além da formação e da experiência profissional de cada um dos professores que posteriormente foram contratados pela Escola, os diretores se detinham também no comportamento individual, procurando informações sobre a origem familiar e se cercando de quanto mais referências fossem possíveis para que se asseverasse a qualidade do ensino que seria veiculado na instituição. Acredita-se que, esta forma de contratação, baseada sobremaneira na personalidade e indicação seja uma das características que mais identificam o ensino e a administração da ESAV em seus primeiros anos.

Este ideário de modernização da educação agrícola brasileira, gerou a necessidade de um corpo técnico especializado em instituições norte-americanas que combinavam os ensinamentos teóricos à uma forma de ensino pragmática que se colocava em vigor na Escola mineira. Provenientes de Universidades que focavam sua ação educadora baseadas no caráter e na moral, tais professores foram à premissa necessária para o desenvolvimento da noção de cooperação mútua, respeito, cordialidade e trabalho árduo que contribuíram para a formulação do mito fundador da ESAV(CHAUÍ, 2000).

Destes agentes difusores do novo ensino agrícola era cobrada a prática e a vivência no cotidiano rural, além de uma experiência científica condizente com as características utilitárias reinantes na instituição. Referido no registro que transcrevemos podemos perceber que, a dedicação individual e o afincamento aos estudos e ao trabalho, deveria perpassar igualmente estudantes, funcionários e professores, o que amplia nosso entendimento acerca da adaptabilidade das

3. Assim como a Escola de Viçosa, outro importante centro de ensino estabeleceu-se à mesma época sob os auspícios do modelo americano, chamado de *Land Grant Colleges*. A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária Luiz de Queiroz (ESALQ/USP) em Piracicaba – SP, também foi responsável pela gradativa regulamentação da engenharia agrônoma no país, constituindo um esforço para a ampliação e diversificação do campo de atuação de engenheiros brasileiros. Ver: DIAS, José Luciano de Mattos. “Os Engenheiros do Brasil”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 15.

4. Reporte-se aos planos de curso para o 1º e 2º semestres de 1930. Doc. 3132, Cx. 29.

5. Lamentavelmente o documento aqui tratado não foi datado à época de sua produção. Observa-se contudo, que este fato não é de todo desabonador frente a sua contribuição na trajetória histórica da Universidade Federal de Viçosa.

condições de trabalho destes professores. O desconhecimento de determinado gênero agrícola tropical, o desconforto de um clima adverso ou mesmo a adaptação a um meio ou país desconhecido, poderia comprometer a eficiência das aulas ou pesquisas, constituindo preocupação central da alta administração institucional. Cabe ressaltar que as atividades acadêmicas da Escola foram marcadas por princípios pedagógicos de tempo integral, possibilitado pelo sistema de internato rural.

Indo de encontro à eficiência e à dedicação aos trabalhos acadêmicos, o relacionamento entre a comunidade deveria ser salutar e confluir para a harmonia do ambiente de estudo. Tornava-se imperioso que o entusiasmo e a união se fizessem presentes em todos os momentos, e a partir disso, era preciso que o corpo docente desta instituição estivesse igualmente azeitado e mantendo boas relações pessoais e profissionais, que praticamente se confundiam diante do “espírito esaviano”⁶.

Outra característica que vale a pena ser ressaltada, ao leitor mais desatento, é a preocupação dos diretores em relação aos salários a serem pagos no Brasil. Fruto do crescente desenvolvimento e avanços econômicos proporcionados pela nascente indústria, o momento de criação da Escola era perpassado por certa desvalorização tanto social quanto econômica da agricultura, o que em partes, explica os “nobres” objetivos de criação de uma Escola agrícola. Apesar de terem obtido os maiores rendimentos pagos na Escola no momento em que lecionaram, é tácita a preocupação dos diretores com a diferença entre os altos salários pagos aos profissionais de igual porte nos Estados Unidos, em especial na desenvolvida costa leste⁷. Não eram incomuns as lamentações por parte daqueles que se dedicavam à agricultura, tendo em vista o desmerecimento social e econômico a que eram relegados no início do século XX.

Por fim, a troca de correspondências entre os diretores da ESAV, bem como outras fontes documentais depositadas no Arquivo Histórico da UFV lançam luz sobre a atuação dos próprios professores e engenheiros que colaboraram para sua implantação. A atuação do pesquisador norte americano Peter Henri Rolfs é sempre ressaltada como sendo o principal responsável pelo modelo de educação agrícola que vigorou na instituição. Todavia, muitos outros profissionais, entre os quais o próprio João Carlos Bello Lisboa, também foram personagens chave para a continuidade e ampliação da Escola de Viçosa, seja através de suas pesquisas voltadas à agricultura, seja pela administração levada a cabo pela instituição.

Deste modo, nos parece que ideário de modernização da ESAV encontrou no representante americano uma forma de se firmar e demonstrar sua pujança em relação ao modo de educação agrícola brasileiro, demasiadamente atrasado na medida em que elegia como fim último o desenvolvimento conquistado por um país bem sucedido economicamente e que, àquela época, ainda vivia os tempos áureos proporcionados pelo *american way of life*. (SILVA, 2007: 104-106) Antes funcionários arrebanhados na região, inculcados de sua responsabilidade para com a modernização da agricultura e o progresso técnico e econômico da nação, valores vinculados à época, foram os que mais persistiram na tarefa de fazer da Escola de Viçosa uma instituição reconhecida pelos seus avanços na agricultura nacional.

6. A expressão é usada como evocação de certo estado de espírito, para localizar, na vida acadêmica, indivíduos dos diferentes campos do conhecimento da Instituição e para definir sujeitos sociais, localizando-os no tempo e no espaço acadêmico. Assim é que os neófitos dos diversos campos são contrapostos àqueles que já têm incorporado o *verdadeiro espírito esaviano*, da mesma forma alguns, embora inseridos na Instituição através de um de seus campos tradicionais, como o das ciências agrárias, não constituíram sua carreira na ESAV e podem ser igualmente acusados de não possuírem o *espírito esaviano*, transformando-o num mecanismo de gerenciar as práticas de moralização. Cf. LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: construção de gênero em Universidade Rural*. Rio de Janeiro: Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1991, p. 18.

7. Cada um dos instrutores americanos foram contratados com o salário de 2:000\$000, enquanto os demais professores brasileiros auferiam 1:200\$000 ou mesmo 800:000. O dono do maior vencimento era o diretor norte-americano P. H. Rolfs, que recebia nada menos que 4:000\$000 para gerenciar os primeiros momentos do que hoje é a Universidade Federal de Viçosa. Ver: Relação de Pessoal desta Escola, 1930. Doc. 2915

Dadas às possibilidades analíticas aqui apresentadas, enfatizando um modelo específico de educação que vigorou durante certo tempo em instituições superiores, espera-se descortinar os caminhos por onde passou o processo de ensino em regiões pontuais do país. Somente nos últimos anos, o acervo documental da ESAV tem despertado o interesse de pesquisadores, muito embora instituições como esta tenham figurado como regiões nevrálgicas de irradiação de códigos e condutas que ainda hoje se fazem presente em algumas Universidades, e sem dúvida, constituem instigante fonte de pesquisa ao Historiador. Investigações vindouras poderão nos informar sobre a relação que se estabeleceu entre os regimes de governo e as instituições oficiais de ensino, e as políticas de desenvolvimento do sistema educacional no país, diretamente relacionado à questão do atraso brasileiro, contribuindo, desta forma, para a ampliação do conhecimento histórico e elucidação de uma série de questões que ainda ressentem-se de diálogo frutífero.

Transcrição

Rua W. Arlington, 1422
Gainesville, Fla.

Dr. J. C. Bello Lisboa, Diretor,
Escola Superior de Agricultura e Veterinária
Viçosa, Minas Gerais.

Caro Dr. Lisboa:

Acabo de retornar de uma extensa viagem completamente voltada aos interesses da Escola. Primeiramente fui à Atlanta onde há um jovem canadense que parece especialmente indicado para ocupar a cadeira de Zootecnia. Infelizmente sua mulher é do estado da Geórgia e tem receio de ir para tão longe de casa e estar entre estrangeiros. Sem sombra de dúvidas ela poderá se decidir caso a Senhora Effie também esteja aí para ajudá-la. Acho que seria melhor que ela não fosse a correr o risco de ter problemas de adaptação. Ela nunca esteve longe de casa ou entre muitos estrangeiros.

Depois fui a Washington onde fiz algumas pesquisas e procurei por um homem que certamente irá realizar bons trabalhos no Brasil. Entre outros, ouvi falar sobre um jovem de nome Hambleton (E. J.). Conheci seu irmão que é chefe da Seção de Apicultura no Governo Federal. A Apicultura tem sido bem mais desenvolvida do que qualquer outra cultura. Solicitei ao Sr. Hambleton para entrar em contato com seu irmão e tentar descobrir se o jovem rapaz estaria de fato interessado em ir para o Brasil. Ambos, ao que parece, tem tido muito interesse em assumir cargos em algum lugar na América do Sul. O pai desses dois jovens se juntou a uma expedição de exploração no Chile a alguns anos atrás. Ao invés de retornar ao fim da expedição ele aceitou um cargo como professor de ciências. Durante o período em que lecionou ele se casou com uma chilena. Depois se mudaram para Ohio onde têm uma fazenda. Após todo esse tempo ele ainda tem o desejo de voltar à América do Sul.

O jovem rapaz é graduado pela Universidade de Ohio, mestre pela Universidade Cornell e atualmente está cursando o doutorado. Ele é especialista em aracnídeos. Ele tem 28 anos e se formou em 1926. Como viveram a vida toda em uma fazenda ele e sua esposa estão perfeitamente familiarizados com o campo e com as suas dificuldades que podem encontrar. Ele ainda tem grande facilidade para lidar com o trabalho prático no controle de insetos, o que tem aprendido com a experiência atual. Este ano ele trabalhou com uma dúzia ou mais de

pomares no Condado de Niágara, onde fiscaliza se as misturas borrifadas estão bem preparadas, se estão sendo aplicadas ao tempo certo, averiguando os resultados.

Por isso notamos que ele vem trabalhando com problemas práticos no controle de insetos. Ele ainda é muito bom em entomologia prática, especialmente na classificação de insetos. Teve ainda experiências como professor. Dentre todos eu acho que ele é o homem mais bem preparado em entomologia que eu conheci.

Dr. Phillips, chefe da disciplina de apicultura na Universidade de Cornell me disse que Hambleton foi ótimo aluno nos estudos práticos de apicultura. Eu o questionei sobre o fato de conseguirmos equipamentos modernos para este trabalho, já que deveríamos levá-lo conosco quando embarcarmos.

O Sr. A. S. Muller, muito embora seu nome seja alemão, se parece muito com um norte americano e eu imagino que seus antepassados já estejam morando neste país a muito tempo. Ele acaba de completar três anos em Porto Rico, onde esteve envolvido com fitopatologia. Seu interesse em Porto Rico concentra-se nas doenças do café. Todas as colheitas de café neste país são muito similares às do Brasil, especialmente as do estado de Minas Gerais. Eu fiquei muito contente no caso do Sr. Muller, pois se eu o tivesse visitado dois dias depois ele teria assinado contrato de trabalho com Porto Rico para um retorno de mais três anos. Entretanto ele estava muito atraído pela possibilidade do Brasil oferecê-lo um cargo como chefe do Departamento e assim, maior área de atuação. Ele tem feito um bom trabalho em Porto Rico e gostaria de ter voltado para terminar alguns trabalhos já iniciados. O tipo de ensinamento que ele tem desenvolvido vai na linha daquele que nós precisamos em Minas Gerais. Já que seu trabalho prático em fitopatologia tem se voltado para o plantio do café, não será difícil para ele se adaptar com as práticas dos fazendeiros em Minas.

Ele é graduado e mestre pela Universidade de Cornell. No momento está arcando com as despesas de sua irmã com a Universidade. Por isso já vemos que o Sr. Muller é um homem que pensa no conforto e no avanço dos outros.

Ele é gosta muito de tênis e eu espero que você tenha um número de quadras prontas para que ele possa dar aos alunos alguma instrução neste esporte. Ele tem se exposto ao sol por tanto tempo que se está se parecendo com o filho de um “caipira”. Ele teve três anos de experiência com o espanhol se tornando fluente. Com um pouco de prática ele irá, sem sombra de dúvidas, estar preparado para se fazer entender pelos estudantes brasileiros.

Eu disse ao Sr. Muller que observasse a questão dos aparatos científicos que irão permitir ao seu Departamento realizar trabalhos de pesquisa. Ao tempo certo você receberá mesas, cadeiras, conexões de gás e outras coisas em nome do laboratório de Fitopatologia.

O Sr. A.O. Rhoad, graduado pela Pennsylvania, é mestre em laticínios pela Universidade de Cornell. Ele pertence a uma tradicional família alemã da Pennsylvania, tendo nascido e crescido em uma fazenda. No presente momento ele ministra aulas de reprodução animal na Cornell. Ele é especializado no trato de derivados do leite, principalmente manteiga e queijo. Tem considerável experiência com cooperativas de leite.

Também teve experiência no manejo de aves e se ele for mesmo trabalhar conosco poderá nos fornecer parte da criação avícola do Departamento da Universidade onde trabalha. A instituição tem uma das melhores criações avícolas dos Estados Unidos. O fato de ser professor na Cornell já é uma garantia de que ele é um homem muito bom. Foi muito bem instruído tomando conta da parte de reprodução animal e se especializando em nutrição animal. Eu expliquei a ele que nós precisamos de um zootecnista para planejar a questão da nutrição animal e também o uso dela. Ele me falou sobre as freqüentes dificuldades encontradas no trabalho quando a alimentação animal destinada ao Departamento de Zootecnia é de responsabilidade de outros Departamentos. Como ele não tem experiência em países tropicais terá que se acostumar

ao tipo de colheita. Milho, sorgo, e outras culturas como estas são comuns a ele, mas cana japonesa, capim elefante e várias outras ele não conhece. Ele ainda tem vasta experiência na construção e abastecimento de silos. Provavelmente ele ajudou a enchê-los ou mesmo coordenou tal processo antes de ir para a Universidade. Eu estive conversando com ele a respeito de qual o tipo de silo recomendado e sobre a possibilidade de construirmos um em Viçosa. Depois de pensarmos sob a ótica de vários pontos de vista, e levando em consideração as dificuldades que encontramos em Viçosa, finalmente concluímos que um silo de concreto e tijolos seria o mais prático. Eu pedi ao Sr. Rhoad para conseguir um modelo para fazermos os blocos de concreto.

A Escola tem sorte de podermos contar com homens tão bem preparados nas suas diferentes áreas de atuação. Eles tiveram não só cursos de preparação intensiva, mas também uma vasta experiência prática, sendo bem sucedidos em diferentes situações. O mais importante é que eles têm uma forma correta de ver o trabalho que executam. Seus superiores são pessoas que treinaram uma centena, ou mesmo milhares de jovens rapazes. E estes profissionais estiveram longe da Universidade o bastante para mostrarem que podem obter sucesso profissional mesmo longe de seus professores. O Sr. Bailey foi por muito tempo decano da Faculdade de Agricultura da Cornell. Ele estabeleceu as políticas de ensino adotadas. A proposta de instrução é ensinar estes jovens a serem confiantes e a terem uma honrada vida no campo. O atual decano da Faculdade de Agricultura foi um dos alunos do Dr. Bailey.

Sobre minha passagem pelo oeste de Iowa e Illinois e também na Lousianna e Flórida, fiz muitas e detidas investigações para contratar professores do tipo dos que precisamos na Escola de Viçosa. Nestas regiões todos os homens que têm a preparação suficiente e experiência já estão recebendo um salário maior do que podemos pagar aí na Escola. Na parte leste dos Estados Unidos, onde as coisas são mais intensas, eu achei maiores chances de conseguirmos encontrar professores bem preparados. Claro, em cinco ou seis anos a situação pode ser exatamente a oposta. Como você sabe, a dez anos atrás eu levei meu funcionário mais bem preparado do meio oeste e extremo oeste para o nosso trabalho na Flórida.

Estes jovens rapazes, embora formados por instituições muito diferentes, vieram para a Cornell para os estudos de pós-graduação e por isso já estão familiarizados uns com os outros. Tanto que é improvável que nenhum deles fosse capaz de partir sem os outros dois. A minha sugestão é que os três morem juntos em uma casa e contratem alguém para tomar conta da casa para eles. Deste modo é mais improvável que eles não se adaptem ou se sintam desencorajados.

Eu estou pensando a respeito de um homem para a Silvicultura e talvez possa adiantar alguma informação antes de embarcarmos. O problema é que há poucas fontes onde podemos encontrar profissionais com experiência no trabalho prático.

Ontem um pouco depois do meio dia nós te enviamos o seguinte:

“Lisboa, Viçosa, Minas. Prazer recomendar tres excelentes professores sendo Hambleton Entomologia formado Universidade Ohio Rhoad Zootecnia Universidade Pennsylvania Muller Phytopathologia Universidade Cornell. Pae primeiro muitos anos majesterio Chile. Ultimo três anos Porto Rico. Todos possuem segundo grao Universidade Cornell especialidade também experiência mejesterio e pesquisas ponto. Solteiros. Muito expediente trazel-os comigo embarcando fins de Agosto. Offereci dois contos por mez e casa. Preparando listas Phytppathologia e Entomologia conforme combinação ahi. Recomendo fortemente aceitação elles por condições excepcionaes. Peço Resposta. Saúde melhorando. Abraços. Rolfs.”

Esta manhã as 8:30 recebi sua resposta como segue:

“Rolfs, 1422 W. Arlington St. Gainesville, Fla, Congratulações abraços Bello Lisboa Technicos.”

Não entendi exatamente a última palavra, mas fico feliz em saber que você está satisfeito com o prospecto.

Amáveis cumprimentos ao Dr. Biruru, às crianças e um especial à você. Favor me lembre de pesquisar sobre seus amigos.

Sinceros cumprimentos

P. H. Rolfs

Bibliografia

- CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COELHO, France Maria Gontijo. *A produção científico-tecnológica para agropecuária da ESAV à UREMIG: conteúdos e significados*. Tese: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal Viçosa, 1992.
- DIAS, José Luciano de Mattos. “Os Engenheiros do Brasil”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- LIMA, Antônio Luiz de *et al.* *UFV 70 Anos: a trajetória da Escola de Viçosa*. UFMG; Impr. Univ., 1996. p. 23.
- LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: construção de gênero em Universidade Rural*. Rio de Janeiro: Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1991, p. 18.
- RIBEIRO, Maria das Graças M. e COMETTI, Ellen S. *Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: Um Land Grant College no Brasil?*. Relatório final, apresentado à UFMG, referente ao PIBIC/CNPq – ago/2000 a jul/2001. Viçosa, julho de 2001.
- SILVA, Fabrício Valentin da. *Ensino Agrícola, Trabalho e Modernização no Campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929)*. Dissertação em Educação: UFU, 2007.

Wellington Júnio Guimarães da Costa
Minas e a contravenção da Ordem:
os costumes arraigados e a Longa Duração

Palavras-chaves: batuque; perturbação; agressão.

Graduando em história
UFOP
wjunioc@yahoo.com.br

Keys-words: negro ball (negro rhythm); disturbance; aggression.

Uma das principais preocupações das autoridades coloniais foi a manutenção da Ordem Pública, que constantemente se via ameaçada. Tal preocupação recaía principalmente sobre as camadas pobres da população, sobretudo, as pessoas não brancas. Durante a primeira metade do século XVIII, temia-se uma sublevação generalizada da população negra, que colocaria em risco o controle metropolitano sobre a região das Minas. As principais queixas se referiam aos insultos e às constantes perturbações que aconteciam durante os bailes e batuques, ocorridos nas vendas e pelos segmentos sociais menos favorecidos.¹

Outro foco de atenção e de vigilância das autoridades foram as “casas de alcouces”² que freqüentemente promoviam festas e ajuntamentos de diversos setores da população. Estes ambientes eram favoráveis a encontros ilícitos, contribuindo, desta forma, para a prática da prostituição. Essa era uma atividade rendosa e muitas pessoas cediam as suas moradias para tais ajuntamentos. Não raro, nesses ambientes também acontecia batuques, bebedeiras e danças que, aos olhos das autoridades, caracterizavam-se como “procedimentos escandalosos” que ofendiam a moral e a Deus, e freqüentemente terminavam em tumulto. O medo de uma desordem generalizada foi constante, também, durante a segunda metade do século XVIII. Sendo assim, durante todo o século, não foram raros os bandos de governadores, editais e ordens dos Senados das Câmaras e representações dos moradores das Minas pedindo providências pelo sossego público.³ A maioria dos distúrbios acontecia à noite, pois esta “... propiciaria a libertinagem dos cativos e forros, fazia dos homens livres suspeitos, massa potencialmente desconhecida que encontrava aí oportunidade de dar vazão aos seus instintos mais escuros e ameaçadores”(LEMONS, 2003)

Se nos setecentos o temor em relação ao comportamento das camadas populares era constante, o século seguinte assistiu às mesmas preocupações, que eram remanescentes daquele período de formação social. Com o objetivo de disciplinar a população, o governo imperial lançou mão de várias estratégias para controlar

Enviado em 29 de
fevereiro de 2008 e
aprovado em 12 de
maio de 2008.

1. Sobre as desordens e perturbações e sobre o medo de uma sublevação negra ver: Carla Maria Junho ANASTASIA. **Vassalos Rebeldes: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII**. Belo Horizonte: editora C/arte, 1998.

2. Expressão utilizada para designar os prostíbulos e os demais locais onde ocorria a prática da prostituição.

os indivíduos. Bem como, ao tentar promover mudanças nas condutas individuais e sociais das pessoas, o Estado buscava a racionalização dos costumes⁴. Nesse sentido, novamente o espaço das festas e de manifestação do lazer coletivo, como os ajuntamentos “indevidos” de homens e mulheres, deveriam sofrer intervenções das autoridades para que fossem asseguradas a moral e a tranqüilidade pública. Isso fica claro no artigo 23 das Posturas Policiais da Cidade de Mariana, ficam

proibidos nesta Cidade e Arraiais do Termo ajuntamentos de homens e mulheres para batuques e *outros fins ainda mais perniciosos e ofensivos à moral Pública*, devendo serem multados em dois mil e quatrocentos réis pela primeira vez, pela segunda o duplo, e seis dias de cadeia cada um dos indivíduos que for achado em tais ajuntamentos, e o que der casa sofrerá sempre a pena dobrada (ARAÚJO, op. cit.: 94).

Apesar da legislação e de todo o esforço empreendido pelas autoridades governamentais, esses ajuntamentos se estenderam por todo o século XIX. É o que se percebe a partir da reclamação que o Subdelegado Jerônimo Gonçalves Ferreira Brêtas fez ao Chefe de Polícia da Cidade de Mariana, em 13 de setembro de 1873. Na noite de oito para nove do mês de setembro do referido ano no arraial do Inficionado, acontecia, na casa de Atanásio Hipólito Pereira, uma reunião de indivíduos que faziam “um batuque com tanta algazarra, motim e palavras obscenas que perturbavam a tranqüilidade pública.” Mediante tal situação, alguns moradores fizeram uma representação ao Subdelegado pedindo providências. Ao intimar os perturbadores, a mando do Subdelegado Jerônimo Gonçalves Ferreira Brêtas, o escrivão Joaquim José Corrêa foi repellido publicamente pelos mesmos, que disseram que não obedeceriam “ainda mesmo que corresse sangue”. Devido à audácia dos baderneiros, o escrivão voltou à dita casa com um mandado de prisão, desta vez acompanhado do Subdelegado e do Inspetor de Quarteirão. Entretanto, houve resistência e o escrivão foi novamente repellido publicamente, e desta vez foi agredido fisicamente. É importante destacar que, dentre os agressores, estava o Tenente Antônio Bernardes Meireles. Além disso, a ousadia foi tanta que o batuque foi mudando “de uma casa para outra, e uma orgia assustadora pelas ruas públicas até as três horas da madrugada.”

A partir da situação exposta neste documento (transcrição abaixo), pretende-se demonstrar, por um lado, um exemplo de como se dão os movimentos de Longa Duração⁵ (BRAUDEL, 1978). Esse movimento teórico trouxe novos objetos e novos temas de estudo para a história, dentre os quais pode-se destacar os pobres, os marginais, os costumes e a resistência cotidiana aos valores impostos de cima, privilegiando o anonimato, assim como, os movimentos repetitivos, caracterizados pela sucessão sem grandes mudanças. Os batuques e os ajuntamentos de pessoas foram práticas que, devido à frequência com a qual foram repetidos, mesmo que inconscientemente, se tornaram costumes arraigados que permaneceram ao longo do tempo. Por outro lado, é possível perceber a impotência dos agentes do Estado com uma situação-problema que vinha se arrastando desde os primórdios da colonização das Minas Gerais. Essa situação pouco ou nada mudou durante os séculos XVIII e XIX.

3. Ver: Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO. **O Averso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no Século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: DF: Edunb, 1993.

4. Ver: Patrícia Vargas Lopes de ARAÚJO. “Uma cidade em cena: folganças carnavalescas na Mariana do século XIX”. In: Andréa Lisly GONÇALVES, Ronald Polito de OLIVEIRA. **Termo de Mariana: história & documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004, p. 93-102.

5. Ver também: José Carlos REIS. **Annales: a renovação da história**. Ouro Preto: UFOP, 1996.

Reclamação de um Subdelegado⁶

[fl.1] “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Em 13 de setembro de 1873. Em vista dos acontecimentos ocorridos aqui na noite de oito para nove do corrente mês conforme Vossa Excelência verá pelos documentos junto espero alcançar de Vossa Excelência providências enérgicas ou a minha demissão visto que as minhas ordens não foram atendidas e eu receando algumas perdas de vida não procedi com rigor. Deus guarde a Vossa Excelência. Inficionado 10 de setembro de 1873. Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. Chefe de Polícia o Subdelegado Jerônimo Gonçalves Ferreira Bretas” [fl.1v e fl. 2 em branco] [fl.2v.] “Ao Delegado de Mariana que ao dito suplicante do Subdelegado [a] Inficionado por informar sobre as [ascensões] que são feitos/ pelo 2º Suplicante remetendo-se três cópias. Em 15 de setembro de 1873.” [fl.3] “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. Chefe de Polícia Junte-a aos papéis, que já existem sobre este fato. Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que na noite de oito para nove do corrente pelas dez horas da noite achando-se uma reunião de indivíduos em casa de Atanásio Hipólito Pereira aí fizeram um batuque com tanta algazarra, motim e palavras obscenas que perturbavam a tranqüilidade pública: Alguns cidadãos oficiaram ao Sub- delegado em exercício Jerônimo Gonçalves Ferreira Bretas pedindo providências, este imediatamente apareceu com seu escrivão Joaquim José Corrêa, e o mandou intimar os perturbadores que não continuassem com aquela forma de divertimento, e cumprindo o escrivão este dever foi repellido publicamente a ponto de dizerem que não obedeciam ainda mesmo que corresse sangue, o que de tudo o referido escrivão passou Certidão; em vista disto o Subdelegado mandou passar mandado de prisão, e entregou ao mesmo escrivão para que fizesse cumprir a ordem; nesta ocasião eu Inspetor de Quarteirão, o Subdelegado e o escrivão dirigimo-nos à dita casa, e ainda com meios prudentes e pacíficos fizemos todos os esforços para disperçá-los; mas debalde foi nosso intento ainda mesmo lhes apresentando o mandado a tudo desobedeceram e resistiram, mudando o batuque de uma casa para outra, e uma orgia assustadora pelas ruas públicas até as três horas da madrugada, e nessa ocasião se achava o Subdelegado a fortiori reunido aos amotinadores, e eu o procurando fui novamente repellido e ameaçado, e assim se acham as coisas nestes termos, o que todo povo da rua pública presenciou, e espero providências da parte de Vossa Excelência para assim haver tranqüilidade no lugar; pois a quase três anos que aq[ui] não se goza de segurança individual, dev[ido]” [fl.3v.] “à falta de autoridades que mantenham a ordem pública, que é um de seus principais deveres. Deus guarde a Vossa Excelência por muitos Anos. Inficionado, 15 de Setembro de 1873. Manoel Antônio da Silva. Inspetor de Quarteirão.” [fl.4] “Certidão. Certifico e porto fé que por ordem do cidadão Jerônimo Gonçalves Ferreira Bretas, Subdelegado em exercício e Juiz de Paz dirige-me a casa de Atanásio Hipólito Pereira, afim de disperçar uma reunião em listas perturbadora da ordem pública que aí se achava e fui repellido com vozes ameaçadoras dos indivíduos Tenente Antônio Bernardes Meireles, Egídio Pereira dos Santos, e José de Mello Pessão, e mais outros que não diferencia qual o nome que não se dispersavam ainda que correm sangue o referido é verdade e dou fé. Eu Joaquim José Corrêa escrivão que o escrevi e assino. Inficionado 8 de setembro de 1873: às onze horas da noite Joaquim José Corrêa Escrivão que o escrevi digo Escrivão da Subdelegacia Paz notas que o escrevi” [fl.4v. em branco] [fl.5] “O Cidadão Jerônimo Gonçalves Ferreira Bretas Subdelegado em exercício nesta Freguesia do Inficionado Termo de Mariana. Mando a qualquer oficial de justiça deste Juízo a quem este for apresentado indo por mim assinado que dirija-se à casa do batuque e aí os prenda por desobedecer a minha ordem visto que perturbam a tranqüilidade pública e até ameaçam aos cidadãos pacíficos o que cumpra debaixo de sua responsabilidade. Eu Joaquim José Corrêa escrivão que o escrevi

6. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Documentos Interessantes (localizados no 1º ofício). Caixa 1, nº 9. Transcrição de Wellington Júnio Guimarães da Costa. Optou-se aqui por fazer uma transcrição “popular”, atualizando a gramática e a ortografia.

as onze horas da noite. Inficionado 8 de setembro de 1873; Bretas. Certidão. Certifico e porto fé, que em virtude do mandado retro, fui com o Senhor Subdelegado à casa do batuque/ para assim desmanchar, mais foram/ tantas imposições [?] que não se podia aturar até que fui empurrado por Tenente Antônio Bernardo Meireles, e sofri de Egídio Pereira dos Santos, arozamento [?] braçal que não se podia aturar, chamando a Subdelega” [fl.5v.] “Subdelegacia a si para continuar o brinqueado, [?] eu escrivão o disse que não podia porque apresentava o Mandado de Prisão para todos, Eu Joaquim José Corrêa escrivão da Subdelegacia porque o escrevi.”

Bibliografia:

Fontes:

POSTURAS Policiaes da Leal Cidade de Marianna, em concideração a Lei de 1º de outubro de 1828. Arquivo Público Mineiro, doravante APM, CMM 44, fl. 6v. (grifo do autor). Apud. ARAÚJO, *op. cit.*, p. 94.

Bibliografia teórica:

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes**: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII. Belo Horizonte: editora C/arte, 1998

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O Averso da Memória**: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no Século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: DF: Edunb, 1993.

GONÇALVES, Andréa Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito de. **Termo de Mariana**: história & documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004, p. 93-102.

LEMOS, Carmem Silva. **A justiça local**: os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH/Departamento de História, 2003 (dissertação).